

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**VIVIANE CARLA DE MELO RIBEIRO PINTO**

**AGRESSÃO: DO *Homo sapiens* AO *Homo economicus*: DESDOBRAMENTOS  
POLÍTICOS E EDUCACIONAIS**

VITÓRIA  
2017

VIVIANE CARLA DE MELO RIBEIRO PINTO

**AGRESSÃO: DO *Homo sapiens* AO *Homo economicus*: DESDOBRAMENTOS  
POLÍTICOS E EDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação na linha de pesquisa: Educação, formação humana e Políticas públicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Eliza Bartolozzi Ferreira

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Setorial de Educação,  
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

P659h      Pinto, Viviane Carla de Melo Ribeiro, 1987-  
Do Homo sapiens ao Homo economicus : desdobramentos  
políticos e educacionais / Viviane Carla de Melo Ribeiro Pinto. –  
2017.  
190 f.

Orientador: Eliza Bartolozzi Ferreira.  
Coorientador: Sandra Soares Della Fonte.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Agressividade (Psicologia). 2. Comportamento humano. 3.  
Educação. 4. Sociobiologia. 5. Teoria crítica. 6. Violência. I.  
Ferreira, Eliza Bartolozzi, 1961-. II. Della Fonte, Sandra Soares,  
1972-. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de  
Educação. IV. Título.

CDU: 37

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**VIVIANE CARLA DE MELO RIBEIRO PINTO**

**AGRESSÃO: DO *Homo sapiens* ao *Homo economicus*:  
DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao  
Curso de Mestrado em Educação  
da Universidade Federal do  
Espírito Santo como requisito  
parcial para obtenção do Grau  
de Mestre em Educação.

Aprovada em 23 de maio de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Eliza Bartolozzi Ferreira  
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Wilberth Claython Ferreira Salgueiro  
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Edna Castro de Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Sandra Soares Della Fonte  
Instituto Federal do Espírito Santo

## **AGRADECIMENTOS**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(Capes), pela bolsa concedida para a realização desta pesquisa.

À professora doutora Eliza Bartolozzi Ferreira, pelo acolhimento e orientação.

À professora doutora Sandra Soares Della Fonte, cujas reflexões filosóficas tanto contribuíram para um pensar acerca da formação humana, pela significativa contribuição para a concretização deste trabalho.

Ao professor doutor Robson Loureiro, bem como aos meus amigos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Filosofia e Linguagens (Alessandra Verdin, Bruno Xavier, Emerson Campos, Gianni Boechar, Lucecleia Francisco, Rafael Oliveira, Renata Weixter, Santiago Hernandez e Sara Rangel), pela grande contribuição para que esta bióloga tivesse a oportunidade de compreender a vida pelo prisma das ciências humanas, ajudando-a a entender um pouco a grande importância da filosofia, fotografia, psicanálise, música e literatura para a formação humana.

Aos professores da Ufes, em especial aos professores do PPGE.

Aos professores – doutora Deborah Christina Antunes, doutora Edna Castro de Oliveira, doutor Hiran Pinel e doutor Wilberth Salgueiro – que gentilmente aceitaram o convite para a avaliação desta pesquisa.

A Francisco Carlos Peixoto, responsável pela revisão de textos, e Luiz Antônio da Silva Bittencourt, pela adequação de normas técnicas.

À minha família: ao meu esposo, Fábio, cujo apoio emocional foi básico para a realização deste trabalho; à minha mãe, cujos diálogos sempre contribuíram para me fazer refletir sobre a importância desta pesquisa; ao meu pai, que me proporcionou inspiração acerca do tema deste trabalho; aos meus irmãos, que viveram experiências semelhantes às minhas na primeira infância e que tanto me ensinam a superar os medos, a ansiedade e lutar pelos meus anseios.

Àqueles que lutam por uma sociedade livre e  
uma educação para formação humana.

Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura.  
Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.

Discurso de Charlie Chaplin em *O grande Ditador* (1940)

## RESUMO

Esta pesquisa de caráter teórico-analítico propõe analisar o fenômeno da agressividade e sua relação com o processo de produção da barbárie. A análise parte da contribuição da Teoria Crítica da Sociedade, em especial da filosofia de Theodor Adorno. Busca-se responder qual lugar, para a etologia e a sociobiologia – ambas do campo das ciências biológicas – a educação e a cultura ocupam no discurso teórico sobre esse fenômeno produzido pelos respectivos representantes: Lorenz (1974) e Wilson (1981). A hipótese considera que há uma tendência, no âmbito dos estudos biológicos, de compreender e explicar o fenômeno da produção da barbárie, vinculado às determinações cientificamente reducionistas. O que nos instigou, na realização desta pesquisa, foi a compreensão de como os argumentos próprios da etologia e da sociobiologia sustentam a explicação sobre o fenômeno relativo à destrutividade humana que, a rigor, têm determinações vinculadas tanto à faceta biológica do humano quanto, e principalmente, às ideologias que embasam ações no campo da ciência, política, economia, cultura, sociedade como um todo. De modo geral, a pesquisa corrobora a hipótese. As teorias dos autores aqui analisadas concebem que a barbárie, isto é, a violência irracional associada a ideologias, tem origem biológica. Seguindo a ideologia do darwinismo social, eles defendem que a barbárie, é o resultado da agressividade associada ao instinto de sobrevivência animal ainda presente no ser humano, independentemente das razões sociais a ela vinculadas. Por isso, os autores sugerem que o método científico materialista é o caminho para a compreensão e intervenção nesses fenômenos associados à natureza humana. Conclui-se que as teorias dos autores se baseiam no cientificismo, fruto da racionalidade técnico-instrumental, típico da ideologia de um sistema político-econômico que tende a depositar sobre os indivíduos a culpa pelas consequências sociais de uma sociedade regida pelo domínio de classe, considerando que a barbárie, apesar de ser um fenômeno social, fruto de um planejamento racional, também está associada ao domínio da natureza humana e à manipulação de mecanismos inconscientes e irracionais. Por isso, mesmo que a educação, sozinha, não consiga resolver as causas objetivas relacionadas à barbárie, aposta-se numa educação política que busque trabalhar os mecanismos subjetivos atrelados ao processo de produção da barbárie.

Palavras-chave: Agressividade. Etologia. Sociobiologia. Teoria Crítica. Barbárie.



## **ABSTRACT**

This theoretical-analytical research proposes to analyze the phenomenon of aggressiveness and its relation with the process of production of barbarism. The analysis comes from the contribution of the Critical Theory of Society, especially of the philosophy of Theodor Adorno. It tries to find the place for Ethology and Sociobiology, both in the Biological Science fields – education and culture occupy the theoretical speech on this phenomenon produced by their respective representatives, Lorenz (1974) and Wilson (1981). The hypothesis considers that there is a tendency within biological studies to understand and explain the phenomenon of the production of barbarism, linked to scientifically reductionist determinations. What instigated us in the realization of this research was the understanding of how the real arguments to Ethology and Sociobiology support the explanation about the phenomenon related to human destructiveness, which, strictly speaking, have determinations linked not only to the biological facet of the human, but also, and mainly, to the ideologies that underpin actions in the field of science, politics, economics, culture, and society as a whole. In general, the research corroborates the hypothesis. The theories of the authors analyzed here suggest that barbarism, that is, irrational violence associated with ideologies, has a biological origin. Following the ideology of social darwinism, the authors argue that barbarism is the result of the aggressiveness associated to the instinct of animal survival still present in the human being, independently of the social reasons related to them. Therefore, the authors suggest that the materialistic scientific method is the way to understand and intervene in this phenomenon. We conclude that the authors' theories are based on scientism, the fruit of technical-instrumental rationality, typical of the ideology of an economic political system that tends to place on individuals the blame for the social consequences of a society governed by the class domain. Considering that barbarism, despite being a social phenomenon, the result of rational planning, is also associated with the domain of human nature and the manipulation of unconscious and irrational mechanisms, we conclude that even if education alone cannot solve the objective causes Related to barbarism, It's believed in a political education that seeks to work the subjective mechanisms linked to the process of the production of barbarism.

**Keywords:** Aggressiveness. Ethology. Sociobiology. Critical Theory. Barbarism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 A AGRESSIVIDADE HUMANA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
1.1 ADOÇÃO DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE.....	26
1.2 ADOÇÃO DE TEORIAS BIOLÓGICAS (ETOLOGIA, SOCIOBIOLOGIA) PARA A ANÁLISE DA AGRESSIVIDADE OU COMPORTAMENTO AGRESSIVO.....	29
1.3 TRATAMENTO EXPLICATIVO DO CONCEITO DE AGRESSIVIDADE.....	30
1.4 METODOLOGIA DAS PESQUISAS.....	36
<b>2 TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE: AGRESSIVIDADE, VIOLÊNCIA E BARBÁRIE.....</b>	<b>41</b>
2.1 A URGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE.....	43
2.2 AGRESSIVIDADE: PULSÃO DE MORTE FREUDIANA.....	46
2.3 PARA ALÉM DA PSICANÁLISE FREUDIANA.....	56
2.4 A PERPETUAÇÃO DA BARBÁRIE NO CAPITALISMO TARDIO.....	63
<b>3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ETOLOGIA E SOCIOBIOLOGIA.....</b>	<b>73</b>
3.1 A NATUREZA HUMANA.....	74
<b>3.1.1 A origem do homem na perspectiva darwiniana.....</b>	<b>77</b>
<b>3.1.2 Ensaio sobre população.....</b>	<b>78</b>
<b>3.1.3 A teoria da seleção natural.....</b>	<b>85</b>
3.2 EVIDÊNCIAS DA EVOLUÇÃO.....	92
3.3 ESTUDO DO COMPORTAMENTO HUMANO E TEORIA DA SELEÇÃO NATURAL.....	93
3.4 DARWINISMO SOCIAL.....	96
<b>4 A AGRESSIVIDADE NA PERSPECTIVA ETOLÓGICA E SOCIOBIOLÓGICA.....</b>	<b>100</b>
4.1 A AGRESSIVIDADE.....	101
<b>4.1.1 A agressividade animal.....</b>	<b>103</b>
<b>4.1.2 A agressividade humana.....</b>	<b>108</b>
4.2 PERSPECTIVAS DE UMA EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE.....	122
4.3 CIÊNCIA E EDUCAÇÃO CIENTÍFICA.....	124
<b>5 AGRESSIVIDADE E A MANIFESTAÇÃO DA BARBÁRIE: UM DIÁLOGO</b>	

	<b>COM A TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE.....</b>	<b>129</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>179</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>185</b>

## INTRODUÇÃO

A violência não é uma marca apenas da sociedade contemporânea. Ela acompanha a humanidade desde os primórdios. Na Idade Média, certos rituais violentos, como o autoflagelo ou a inquisição, eram demonstrações de amor a Deus. A sociedade alemã, à época do Estado nazista, foi marcada pela violência contra judeus, ciganos, homossexuais, pessoas com deficiência, comunistas, socialistas, anarquistas, o que representou um marco na história da civilização. Com o acontecimento das duas grandes guerras, o mundo viveu o paradoxo existente entre o elevado grau de civilização e a selvageria humana. Os campos de extermínio alemães, dos quais Auschwitz, com certeza, é o mais simbólico, são a evidência cabal do nível de crueldade a que a espécie humana pode chegar. Auschwitz não foi uma anomalia, mas o símbolo máximo da sociedade administrada baseada na técnica dominada pelo capital.

Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo viveu, até meados da década de 1970, sua “fase de ouro”. No período da chamada “Guerra Fria”, tanto os países do capitalismo central quanto alguns vinculados ao antigo bloco soviético viveram alto nível de desenvolvimento tecnológico; contudo, esse desenvolvimento não se reverteu em alto nível de desenvolvimento humano: ao invés de a humanidade ter progredido para degraus cada vez mais elevados de liberdade e igualdade, o mundo mergulhou em obscurantismo, violência e barbárie, o que desencadeou reflexões, em todos os campos de estudos, entre os quais a filosofia, a psicanálise e a ciência do comportamento animal, acerca do motivo de ainda persistirem ações bélicas que desembocam em guerras entre as nações e dentro delas, além de haver um número considerável de pessoas que tendem a aceitar, quase que candidamente, a condição de barbárie como algo natural.

Ainda hoje, a violência contra os homossexuais, os negros e as mulheres continua compondo o cenário social: assistimos a linchamentos de pessoas supostamente criminosas; por não quererem entregar seus bens materiais, pessoas são assassinadas, as quais podem ser vítimas, então, por causa de um automóvel, de um calçado esportivo que, mediante sua marca, tende a simbolizar um suposto lugar de destaque na sociedade; mata-se tanto por disputa de território para o comércio ilegal de drogas consideradas ilícitas quanto por conflitos religiosos; além disso, os conflitos político-econômicos, marcados pela agressividade e violência que

atualmente atingem não só o Brasil senão o mundo, demonstram que a luta contra a barbárie ainda representa um grande desafio à humanidade.

Crítico da indústria cultural, o filósofo Theodor Adorno, ao longo das décadas de 1950 e 1960, participou de inúmeros debates públicos, palestras mediadas e transmitidas pelo rádio e exibidos pela televisão alemã. Adorno considerava que, mesmo com o fim da Segunda Guerra, a barbárie e suas condições objetivas não haviam cessado. Adorno (1995a) aposta em duas possíveis saídas para que a barbárie que marcou aquele século não se repetisse: a educação e a arte. Para ele, “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (ADORNO, 1995a, p.119) e “[...] desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia” (ADORNO, 1995b, p.155). Mas, para isso, haveria necessidade de conhecer quais são as motivações que levam um indivíduo à barbárie. O filósofo sugere, então, que se utilizem “[...] todos os métodos científicos disponíveis, em especial psicanálise durante muitos anos, para estudar os culpados por Auschwitz, visando a se possível descobrir como uma pessoa se torna assim” (ADORNO, 1995a, p.131).

Já no que diz respeito ao campo das ciências naturais, destacaram-se estudiosos do comportamento animal que buscaram a compreensão da barbárie humana, entre os quais está Konrad Lorenz (1903-1989), o fundador da etologia, a ciência que estuda os padrões globais de comportamento dos organismos em condições naturais. Em 1963, ele lançou o livro *Agressão: uma história natural do mal*, no qual defende que o comportamento animal (incluindo aí os seres humanos) é resultado de uma evolução biológica na relação da espécie com o ambiente. O autor busca uma explicação da agressividade humana. Experiências da agressividade são aquelas que induzem os seres a enfrentar o risco de morte. Nos humanos, essa agressividade pode ser considerada um *instinto* que resulta do processo evolutivo, sendo uma das causas da barbárie humana. Para a redução da possível barbárie, ele considera que haveria a necessidade de os humanos reconhecerem a natureza biológica que os induz a tal acontecimento, procurando meios para a expurgação efetiva da agressividade.

Apesar de Lorenz ser um estudioso do comportamento animal, ele se aventura em um campo em que tinha pouca experiência ou capacitação. Embora muitos profissionais, como psicólogos e neurocientistas, ignorassem o seu trabalho, de acordo com Erick Fromm (1975), seu livro tornou-se um sucesso de vendas e influenciou um vasto setor da comunidade culta,

que, muitas vezes, aceitou seu ponto de vista como solução final para o problema da agressão humana. Até hoje suas teorias são citadas nos estudos sobre comportamento animal; além disso, elas deram origem a um ramo da biologia desenvolvido pelo biólogo Edward Osborn Wilson (1929-), denominado sociobiologia, que se dedica à pesquisa sobre o comportamento social humano, com base no estudo do comportamento social de animais, tais como formigas, abelhas e macacos, tendo por referência a teoria sintética da evolução. Para tanto, vale-se de pesquisas realizadas pela etologia, da evolução, da sociologia e da genética de populações. Tanto a etologia quanto a sociobiologia abriram campo para o desenvolvimento de teorias que buscam a explicação do comportamento humano, como o egoísmo, o altruísmo, a agressividade. Essas teorias, além de serem campo de estudo da psicologia evolutiva<sup>1</sup>, estão contidas na bibliografia básica adotada para os cursos de graduação em Biologia, entre os quais o da Ufes. Ademais, são publicadas por meio de literaturas científicas popularmente divulgadas, tais como: *O macaco nu* (Morris, 1967); *O gene egoísta* (Dawkins, 1976); e *Eu primata* (WAAL, 1970) – (literatura referenciada na disciplina Comportamento Animal do curso de Ciências Biológicas da Ufes).

No que diz respeito às recomendações de alívio desse comportamento, Lorenz (1981) considera que, como a agressividade faz parte de um instinto, a humanidade deve abrir espaços para a agressividade. Levando em conta essa declaração, o filósofo Theodor Adorno demonstra concebê-la como perigosa, pois considera que Lorenz faz suas conclusões por razões de darwinismo social. Para ele, isso “[...] parece extraordinariamente perigoso, porque implica, de certa maneira, reduzir os homens ao estado de seres naturais” (ADORNO, 1995b, p. 165). Esse argumento de Adorno a respeito do reducionismo biológico de Konrad Lorenz, ao tratar da questão da agressividade, aparece como estímulo e também um convite para se compreenderem as razões de sua declaração. Mas, afinal, o que é a barbárie e quais seriam as motivações para a produção desse fenômeno? Até que ponto, ao tratar da agressividade, Lorenz reduz o homem ao estado de seres naturais? Além disso, como suas teorias influenciaram a sociobiologia? Nesta dissertação, pretende-se também abrir uma linha de investigação sobre como Edward O. Wilson, considerado o fundador da sociobiologia, trata a questão da agressividade humana. A escolha desse autor se dá por se tratar de um cientista ainda vivo, cuja influência das teorias marca a divulgação científica popular.

---

<sup>1</sup>A psicologia evolutiva, propõe explicar características mentais e psicológicas, tais como memória, percepção, ou linguagem, como adaptações; portanto, a mente pode ser mais bem entendida à luz da evolução humana.

Aqui, não se pretende defender ou compreender a agressividade apenas numa perspectiva instintivista ou ambientalista, mas entendermos até que ponto agressividade humana está relacionada à produção da barbárie e violência. Concordamos com Lorenz (1974), quando ele considera que, para compreender a agressividade, é necessário considerar a natureza biológica do indivíduo, uma vez que os humanos compartilham ancestralidade comum com os animais não humanos. Como salienta Sacarrão (1989), biólogo e crítico da sociobiologia, “[...] qualquer ensaio de interpretação do que é o homem ficará incompleto se for esquecida ou negligenciada a sua condição biológica [...]” (SACARRÃO, 1989, p. 18).

Considera-se o ser humano como um ser amplamente determinado pelo contexto social e cultural. Por isso, a importância da filosofia de Theodor Adorno, no momento em que ele traz um alerta sobre o perigo de reduzi-lo ao estado de animal, uma vez que se poderia, desse modo, cair no erro de desprezar a característica principal, exclusiva do ser humano, fonte do enfrentamento da barbárie: a capacidade de ser um animal que sabe que sabe e, nesse sentido, ser portador de uma *consciência complexa* e, sendo consciente, é capaz de agir sobre a realidade e transformá-la, sendo, em tese, capaz de construir historicamente sua liberdade. Aqui, trata-se de uma visão dialética de liberdade, não desprezando os fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais atrelados à determinação da formação humana, mas também considerando a possibilidade de esse ser agir transformando sua realidade.

Assim, conjectura-se a pergunta-problema desta pesquisa: Como a etologia e a sociobiologia concebem o fenômeno da agressividade, barbárie e violência humana? Como questão derivada desse problema, pergunta-se: Afinal, esses campos de estudos da biologia admitem a possibilidade da influência ou interferência da educação e da cultura, para compreender e, até mesmo, diminuir ou eliminar a agressividade humana?

Por se tratar de teorias referentes ao campo das ciências naturais e principalmente por elas buscarem a compreensão do comportamento humano por meio da comparação com o comportamento animal, destacamos que esta pesquisa gira em torno da hipótese de que há uma tendência, no âmbito desses ramos da biologia, em reduzir ao instinto agressivo as causas da violência e da barbárie humana.

Esta pesquisa revela seu caráter teórico-analítico, de cunho exploratório. A opção por uma pesquisa teórica segue as considerações de Moraes (2001, p.17), para quem “[...] a teoria pode nos oferecer as bases – racionais e críticas – para rejeitar muito do que hoje nos chega como consenso ou como sabedoria política realista – a *Realpolitik* tão apregoada pelos burocratas no poder”. Também se concorda com a autora, quando ela observa que

[...] a teoria pode promover o ceticismo generalizado sobre as questões do conhecimento, da verdade e da justiça, uma visão que os torna, ao fim e ao cabo, sem sentido e absurdos, trazendo como consequência a paralisia e uma boa dose de irracionalismo (MORAES, 2001, p. 18).

A história também revela quanto determinadas teorias científicas podem ser usadas ideologicamente, conforme destaca Sacarrão (1989):

Existe hoje uma nova cultura assente na biologia, pela qual se tenta uma explicação do homem e da sociedade à luz de um determinismo biológico fortemente reducionista, com longas e profundas implicações ideológicas e políticas, e suscitando múltiplas reações idealistas e metafísicas, tudo obstando a uma visão esclarecida dos problemas (SACARRÃO, 1989, p. 13).

Nesse sentido, parece imprescindível a análise da forma como os dois campos da biologia (etologia e sociobiologia) justificam as ações humanas, em especial a agressividade, pois o estudo do comportamento animal faz parte do currículo de disciplinas optativas e obrigatórias dos cursos de biologia de muitas universidades, entre as quais a Ufes. Além disso, esse campo de estudo tem-se popularizado cada vez mais. Durante a graduação em Biologia, a pesquisadora percebeu que eram muito comuns, em discussões entre os colegas, as justificativas biológicas, tais como a sobrevivência do mais apto e egoísmo para o comportamento agressivo ou competitivo, até mesmo uma justificativa do sucesso do sistema econômico capitalista atrelado à natureza biológica do indivíduo. Mais tarde, durante as aulas ministradas para o curso de Biologia – nos estágios em docência no mestrado–, a pesquisadora também percebeu que essas discussões persistem na mentalidade de alguns estudantes, muitos dos quais consideram um possível uso da competitividade instintiva do ser humano como um recurso significativo para melhorar o interesse e desempenho de seus futuros alunos em atividades na sala de aula.

Consideramos que o papel do professor – incluindo o de Biologia – é fundamental para a formação humana, uma vez que, por meio dele, os sujeitos escolares podem ter acesso ao conhecimento dos aspectos que envolvem todos os seres vivos, o que pode contribuir para a



compreensão da natureza do próprio animal humano. No entanto, o argumento que sustenta esta pesquisa considera alguns aspectos que nos diferenciam dos outros animais: que o ser humano não é regido apenas pela sua condição biológica, mas a única espécie capaz de projetar suas ações além daquelas predeterminadas biologicamente. Desconsiderar essas questões pode negligenciar a contribuição da educação como atividade intencional humana responsável por ampliar a inserção do indivíduo no mundo da cultura. Além disso, corre-se o risco de justificar determinados comportamentos humanos por meio da redução ao instinto animal e, dessa forma, ignorar a influência das determinações psicológicas, políticas, econômicas e culturais que participam da produção e desencadeiam o fenômeno da barbárie. Tal negligência das determinações psicossociais tende a contribuir para a produção de um discurso que tenta, de todas as formas, justificar um conjunto de ideias (ideologia) que reforçam a existência de barbáries socialmente estabelecidas, tais como a guerra e a violência cotidiana que se apresenta de diversas formas possíveis e inimagináveis.

Para o enfrentamento da barbárie, não se descarta a importância da fonte biológica da agressividade. No entanto, ao optar por realizar essa intervenção por meio da educação, é imprescindível considerar os indivíduos não apenas como fruto da natureza biológica, mas também como um produto da história, inserido em um contexto político, econômico e social pautado em uma cultura e em um processo civilizatório que reprime essa natureza em níveis irracionais e, por conseguinte, tende a gerar processos destrutivos.

Assim, por meio de uma teoria crítica da educação, orientada para abordar essa dimensão dialética e contraditória da história, talvez fosse possível dar os primeiros passos para que cada indivíduo singular, e, em seguida, o conjunto da sociedade, tivesse as condições objetivas e subjetivas para elevar à superfície aquilo que tem sido recalcado ao longo do processo civilizatório. Essa aposta (fundamentada em Freud e, por excelência, em Adorno) inscreve-se na insistente tese sobre a necessidade de *elaborar o passado*, o que talvez levasse os indivíduos a rejeitar a barbárie.

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar os desdobramentos políticos e educacionais desses campos da biologia acerca da agressividade humana. Para essa finalidade, traçamos os seguintes objetivos específicos:

- Aprofundar o referencial teórico acerca da relação entre agressividade, violência e barbárie em Adorno.
- Investigar a forma como Konrad Lorenz e Edward O. Wilson explicam os fenômenos associados à agressividade, violência e barbárie.
- Analisar criticamente o modo como esses dois autores associam a agressividade à cultura, à educação, a ideologias e movimentos de massa.

A análise do fenômeno relativo à agressividade humana, presente no discurso do campo das ciências biológicas, terá como foco os livros *A agressão: uma história natural do mal* (LORENZ, 1963/1974), *Da natureza humana* (WILSON, 1978/1981). Paralelamente, a escolha do livro *A agressão: uma história natural do mal* (LORENZ, 1974) deve-se ao fato de este ser considerado o principal trabalho de Lorenz, fundador da etologia, disciplina que estuda o comportamento animal. No livro, o autor trata da questão do fenômeno da agressividade destrutiva humana com base no estudo da agressividade animal. Já a opção por Edward Wilson deve-se ao fato de este ser considerado o fundador da sociobiologia, cuja divulgação foi realizada principalmente desde a publicação do livro *Sociobiology: The New Synthesis* (1975). Esse livro abrange, em sua maior parte, o comportamento social dos animais e dedica apenas um capítulo à sociobiologia humana, o que nos levou à escolha de seu outro livro *Da natureza humana* (1981), no qual o autor trata especificamente do comportamento humano.

A análise crítica terá por base a filosofia de Theodor Adorno, em especial nas reflexões contidas em *Educação e emancipação* (ADORNO, 1995), *a Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) e *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise* (ADORNO, 2015). Apesar de Adorno não ter sido um teórico dedicado especificamente ao campo da teoria educacional, suas reflexões de ordem filosófico-sociais suscitam formulações fundamentais para o entendimento do homem na sociedade. Por isso, considera-se aqui que as características essenciais das questões destacadas na filosofia de Adorno, que carrega uma dimensão formativa e, portanto, educacional, podem contribuir para o debate sobre a importância da educação no combate à barbárie. Para Adorno, a luta contra a barbárie é uma necessidade tão urgente e atual como cada manifestação de destruição e violência vivida pela humanidade. Para tratar da questão da barbárie, esse filósofo recorre

tanto ao materialismo histórico-dialético de Marx quanto à teoria psicanalítica de Freud. Nesta última, porém, o faz mediante uma perspectiva dialética.

Essa análise crítica é importante, uma vez que, conforme observa Duarte (2010), nossa sociedade é regida por relações de dominação de uma classe social sobre a outra e, muitas vezes, a educação, quando regida por uma deficiência em teorias sociais críticas, pode contribuir, ainda mais, para o processo de ampliação de ideologias de dominação. Assim, “[...] com esse objetivo essas teorias procuram entender como e com que intensidade a educação contribui para a reprodução dessas relações de dominação” (DUARTE, 2010, p. 64).

Metodologicamente, o estudo proposto também se inspira na hermenêutica objetiva, tal como sinalizada por Vilela (2010). Para a autora, a premissa constitutiva da hermenêutica objetiva é que o mundo para nós revelado é produzido com sentidos por meio da linguagem, sendo o texto a sua materialidade. O entendimento dessa materialidade requer, portanto, a busca pela compreensão dos significados que foram atribuídos ao mundo e estão no texto.

[...] hermenêutica objetiva não é apenas um procedimento de pesquisa qualitativa interpretativa que realiza a análise hermenêutica de textos, mas sim um procedimento metodológico que procura assegurar a validade da interpretação. Övermann considera central que "o texto é a instância material para exame de cada interpretação dada à realidade social porque esta realidade não é outra senão a realidade registrada no texto e que só no texto pode ser examinada" (VILELA, 2010, p. 135).

Alguns dos procedimentos metodológicos baseados na hermenêutica procuram, de forma particular, desenvolver uma situação de análise de textos que representam uma situação social e, por princípio, podem e precisam ser interpretados. Assim, “Registros de protocolos de pesquisa de campo, entrevistas, assim como obras de arte, música, arquitetura, são igualmente textos a serem interpretados” (VILELA, 2010, p. 135). Aqui partimos do pressuposto de que a materialidade e o sentido das teses defendidas por Lorenz e Wilson se encontram nos respectivos textos, os quais representam protocolos de campo. Portanto, vamos buscar essa materialidade pela compreensão dos significados que foram atribuídos ao conceito de agressividade nos textos a serem analisados.

O uso desse método se justifica porque ele “[...] resulta em operar um controle metodológico da operação empírico-científica do interpretar” (WERNET apud VILELA, 2010, p. 136).

Mas, para isso, conforme Vilela (2010), a interpretação requer uma resistência à tendência de uma interpretação geral com base no que foi registrado e, com ajuda de um modelo teórico, precisa buscar como aquele modelo tomou forma. “Assim, o pesquisador pode resistir à lógica aparente dos acontecimentos e submeter os fatos à lógica da análise” (VILELA, 2010, p. 139).

Este trabalho está organizado em cinco capítulos: o primeiro refere-se à revisão de literatura, cuja principal finalidade é realizar um levantamento sobre a produção acadêmica acerca do tema no período de 2005 a 2015 e, com isso, verificar quais são as principais tendências teóricas presentes nas pesquisas já realizadas sobre a temática e o objeto-problema desta pesquisa no campo da educação. Em outros termos, conhecer e mapear como a questão do fenômeno relativo à agressividade humana tem sido tratada, particularmente no campo da educação. Nesse momento da pesquisa, a análise abrange tanto artigos publicados em periódicos acadêmicos, da área educacional, bem como o banco de teses e dissertações da Capes, também do campo das ciências da educação.

Ao segundo capítulo é reservada uma exposição das teorias de Freud e Theodor Adorno. O objetivo é que se compreenda o que, para Adorno, significa a barbárie, qual é a relação da barbárie com a agressividade humana, a violência, a cultura e de que maneira ideologias econômicas e políticas contribuíram e contribuem para a perpetuação da violência e o lugar da racionalidade humana e educação nesse contexto.

No terceiro capítulo, expõem-se os pressupostos teóricos que deram origem às atuais ideias para o estudo do comportamento animal. Charles Darwin (1809-1882) é considerado como o cientista que foi capaz de oferecer uma teoria contundente, para explicar a origem da variabilidade das espécies. Apresentamos alguns estudos da área das humanidades acerca da natureza humana, agressividade, maldade e violência, assim como a relevância da teoria do economista Thomas Malthus (1766-1834) para o desenvolvimento da teoria da seleção natural. Com efeito, será dado destaque ao seu *Ensaio sobre população*, no qual se verifica a discussão relativa à natureza humana e à capacidade do ser humano de se sobrepor à sua natureza.

No quarto capítulo, aborda-se, de maneira eminentemente descritiva, a forma como a etologia (com base em Konrad Lorenz) e a sociobiologia (em Edward O. Wilson) tratam da questão da

agressividade destrutiva humana com base na agressividade animal, bem como a maneira como esses autores concebem o papel da educação em busca da redução da barbárie.

Finalmente, no quinto capítulo, realiza-se a análise crítica das teorias biológicas.

## 1A AGRESSIVIDADE HUMANA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

O escopo deste capítulo é realizar uma revisão de literatura sobre a produção acadêmico-científica restrita ao campo da educação no Brasil, cujo objeto é o conceito de *agressividade*. A intenção é verificar como esse conceito surge nos periódicos acadêmicos e apontar os avanços e limites dessa discussão. Para fins de análise, recorreu-se às seguintes instâncias: a) Revista Ciência e Educação; b) Revista Educação & Sociedade; c) Revista Brasileira de Pesquisa em Educação e Ciência; d) Banco de teses e dissertações da Capes; e) Trabalhos e Pôsteres apresentados no Grupo de Trabalho (GT) 17: Filosofia da Educação<sup>2</sup> da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

A escolha desses periódicos deve-se à sua inserção no meio acadêmico educacional brasileiro e ao fato de eles estarem qualificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como *Qualis*<sup>3</sup> A1 e A2.

A opção pelos periódicos Ciência e Educação (*Qualis A1*) e Revista Brasileira de Pesquisa em Educação e Ciências (*Qualis A2*) justifica-se pela primazia em publicar artigos científicos sobre os resultados e reflexões de pesquisas empíricas ou teóricas, bem como ensaios originais sobre temas relacionados à educação científica, tais como investigações que gerem conhecimentos sobre o ensino e a aprendizagem de ciências, da física, da química, da biologia, das geociências, da educação ambiental, da matemática e áreas afins, além da ética que fundamenta o desenvolvimento de ações educativas responsáveis e comprometidas com a melhoria da educação científica e com o bem-estar social. Escolheu-se a revista Educação & Sociedade (*Qualis A2*) porque ela visa a promover o incentivo à pesquisa acadêmica e ao amplo debate sobre o ensino nos seus diversos prismas e porque esse periódico aceita colaborações de artigos e resenhas na área de ciência da educação.

---

<sup>2</sup> Apesar de haver outros GTs que podem tratar do tema proposto – psicologia da educação –, optamos unicamente por escolher este GT restrito à filosofia da educação pelo fato de o principal referencial teórico que vai conduzir nossa análise pertencer a esse campo.

<sup>3</sup> De acordo com a Capes, *Qualis* é o conjunto de procedimentos por ela utilizados para a estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Dessa forma, *Qualis* afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, com base na análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. O mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Disponível em: <<http://www.Capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 2 set. 2009. Para atender ao propósito do trabalho que nos dispomos a investigar, que é no campo educacional, o nível de qualidade A1 e A2 diz respeito à qualificação do periódico nos campos de educação e ensino.

Recorreu-se também ao banco de dissertações e teses da Capes, porque ele reúne acervo de pesquisas empreendidas nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Paralelamente, além dos periódicos e banco de dissertações e teses, da Capes, optou-se por analisar os trabalhos e pôsteres apresentados nas reuniões anuais da ANPEd, porque esses são de grande relevância para a produção científica da área de educação, em especial os do GT 17, por este circunscrever-se à área que envolve nossa pesquisa: Fundamentos filosóficos da educação.

Devido tanto ao tempo para a realização desta pesquisa quanto às nossas limitações acadêmicas para analisar todos os trabalhos produzidos no campo educacional internacional acerca do conceito de agressividade, é preciso ressaltar que, embora as teorias a serem analisadas sejam originadas dos trabalhos de autores estrangeiros, o objetivo não foi realizar um *estado da arte* da discussão acerca desse conceito em toda a produção acadêmica, mas uma revisão de literatura brasileira que possibilitasse identificar algumas das principais tendências presentes nessas pesquisas, analisar a influências desses autores nas pesquisas educacionais no Brasil, além de ampliar/aperfeiçoar o conhecimento existente, identificar as lacunas nas pesquisas nessa área, expor o problema no contexto de pesquisas prévias, mostrar como ele se relaciona com as pesquisas e como esta pesquisa pode ir além das já produzidas (MOREIRA; CALEFFE, 2008).

Assim, nosso recorte empírico para os periódicos foi entre 2005 e 2015 ou desde o ano de publicação da revista, ou mesmo até o período em que a revista foi disponibilizada na Internet. Com relação ao levantamento realizado no *site* da ANPEd, analisaram-se os trabalhos e pôsteres disponíveis desde a 28.<sup>a</sup> reunião (realizada em 2005) até a 36.<sup>a</sup> (ocorrida em 2013).<sup>4</sup> Portanto, aqui sabemos que o tema agressividade pode ser ricamente discutido em outras áreas que também poderiam contribuir significativamente para esta pesquisa, tais como a literatura, medicina e psicologia. Entretanto, consideramos necessário o recorte restrito ao campo da educação apenas, para que cumpramos com os objetivos propostos neste trabalho no tempo estabelecido pelo programa de pós-graduação.

---

<sup>4</sup>Como definido em assembleia estatutária de 2012, as Reuniões Nacionais da ANPEd passaram a ocorrer em caráter bienal desde o último encontro, realizado em 2013. Por esse motivo, não houve encontro em 2014, sendo a reunião bienal marcada para setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/37-reuniao-nacional-da-anped-sera-realizada-em-florianopolis-sc-em-2015>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

O acesso aos artigos das revistas, aos trabalhos e pôsteres da ANPEd, bem como à área de educação do banco de teses e dissertações da Capes, deu-se por meio virtual-eletrônico. Apesar de a discussão deste trabalho perpassar os conceitos de violência e barbárie, realizou-se uma seleção apenas dos artigos que apresentavam os descritores “agressividade” ou “agressão”, ou “comportamento agressivo”<sup>5</sup> no título e/ou palavras-chave e/ou resumo do trabalho, uma vez que nosso objetivo é compreender a relação da agressividade ao fenômeno da violência e barbárie. Entre os 1.511 trabalhos encontrados, apenas 11 fazem referência ao conceito, dos quais dez no banco de teses e dissertações da Capes e um no GT 17 (Filosofia da Educação), conforme se observa nas tabelas 1, 2 e 3:

TABELA 1 – DADOS QUANTITATIVOS DOS TRABALHOS PESQUISADOS

Fonte	Quantidade de artigos gerais	Quantidade de artigos específicos	Período da pesquisa
Revista Ciência e Educação	Trabalhos: 451	0	2005–2015
Revista Educação e Sociedade	Trabalhos: 657	0	2005–2014
RBPEC	Trabalhos: 235	0	2005–2015
Capes	Dissertações: 9 teses e 1 dissertação	10	2011–2012
GT - 17 (Filosofia da Educação)	Pôsteres: 16 Trabalhos: 142	1	2005–2013
<b>Total</b>	<b>1511</b>	<b>11</b>	

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

<sup>5</sup> Apesar de nosso trabalho ter como um dos objetivos estabelecer a relação que os autores da Etologia e Sociobiologia fazem da agressividade com a violência e barbárie, decidimos restringir a revisão de literatura aos trabalhos que abrangem o conceito de agressividade, pelo fato de o principal foco de nossa pesquisa estar relacionado à discussão desse termo.



TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS DA CAPES POR ANO DE PUBLICAÇÃO

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
Reflexão sobre agressividade, violência e Bullying na escola: Perspectivas de contribuição das práticas corporais cooperativas	GÓES, Valéria Maria Soares Silva/UFRN	2012
A violência e o contexto escolar: Um estudo das escolas em Ponta Grossa	SEVERO, Susana da Silva Gonçalves/UTPR	2012
Estudos sobre bullying em dissertações e teses brasileiras no período de 2000 a 2009	AMORIN, ClovesAntonio de Amissis/PUCPR	2012
As relações sociais entre os jovens no ensino médio: um olhar através das habilidades sociais	NETO, Rogério Gomes/Unicamp	2012
Indústria cultural e educação: O YouTube como espaço de manifestação e mediação das tensões na escola	FERRARO, JoêniaRicarte UFSCAR	2012
As reações das educadoras diante dos bebês e suas demandas no cotidiano das creches	DUARTE, Rubiara Univale	2012
Avaliação diagnóstica da oferta educacional no sistema prisional brasileiro: identificando dificuldades e potencialidades	SILVA, Gerlan Oliveira da UFC	2011
Representações sociais de professores sobre escolas com violência e sem violência em Teresina	SILVA, Elilian Basílio/ UFPI	2011
O verbal e o não-verbal na sala de aula: A linguagem do corpo e suas expressões – Contribuições da psicomotricidade relacional e da psicanálise na educação	MASTRASCUSA, Celso Luiz / UFRGS	2012
Relações entre desenvolvimento moral, percepção da manifestação de condutas agressivas e estilos de resoluções de conflitos em crianças e adolescentes	OLIVEIRA, Fabricio Costa / Unesp	2012

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS DA ANPED POR ANO DE PUBLICAÇÃO

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
<b>Reflexões sobre o processo civilizador e o controle dos impulsos</b>	<b>Brandão, Carlos da Fonseca / Unesp</b>	<b>2005</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Em razão do problema e dos objetivos desta pesquisa, adotaram-se quatro critérios para a análise desses trabalhos: tratamento explicativo do comportamento agressivo; adoção da Teoria Crítica da Sociedade; adoção de teorias biológicas (Etologia, Sociobiologia) para análise da agressividade ou comportamento agressivo; análise da metodologia das pesquisas.

Os resultados da análise constam nas tabelas 4 e 5 que se seguem:

TABELA 4 – TIPO DE PESQUISA, ADOÇÃO DE TEORIAS CRÍTICAS E PRESSUPOSTOS BIOLÓGICOS

<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Adoção da Teoria Crítica da Sociedade</b>	<b>Adoção direta de pressupostos biológicos (Etologia, Sociobiologia) para a análise do comportamento agressivo</b>
Pesquisas Teóricas: 2 Brandão (2005); Ferraro (2012)	Theodor Adorno: 1 Ferraro (2012) Herbert Marcuse: 1 Brandão (2005)	0
Pesquisas empíricas: 9 Góes (2012); Severo (2012); Amorin (2012); Neto (2012); Duarte (2012); Duarte (2012); Silva (2011); Silva E. B. (2011), Mastrascusa (2011)		

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Tabela 5 – Tratamento explicativo da agressividade, autores e referencial teórico		
(continua)		
<b>Tratamento explicativo da agressividade</b>	<b>Autores</b>	<b>Referencial teórico</b>
Instinto (pulsão)	Brandão (2005)	Psicanálise
Algo que faz parte do impulso para conhecer e que pode mediatizar-se e abrir espaço ao simbólico.	Goés (2012)	Etologia e Psicanálise
Comportamento instintivo e social.		
Desejo de destruir o objeto dos ressentimentos.		
Expressão, uma energia combativa, nem sempre violenta, que seja utilizada para lutar por desejos e aspirações de bem comum e beneficie toda a sociedade.	Severo (2012)	Psicologia e Psicanálise
Algo que impulsiona o indivíduo para construção ou destruição.		
Energia combativa.		
Atitude que promove o instinto de sobrevivência e, portanto, como algo necessário que necessita ser bem direcionado para fins construtivos.	Amorin (2012)	Behaviorismo
Barbárie, impulso de destruição.	Ferraro (2012)	Teoria Crítica e Psicanálise

Tabela 5 – Tratamento explicativo da agressividade, autores e referencial teórico		
		(conclusão)
Reações cuja intervenção é feita por meio de uma linguagem inadequada, pesada e desqualifica a criança física e emocionalmente.	Duarte (2012)	Sem referencial teórico para o conceito de agressividade
Ato que implica uma brutalidade física ou verbal.	Silva e B. (2011)	Psicanálise
Reação direta ou indireta à frustração.		
Uma das muitas fontes de energia de um sujeito.		
Enfrentamento da situação de conflito interpessoal, apelando para formas de coerção.	Oliveira (2012)	Psicanálise, Etologia e Behaviorismo
Interação entre a pessoa e seu ambiente físico, social, cultural e histórico.		
Forma de relação frequente entre os seres humanos.		
Tendência instintiva ligada à vingança.		
Sentimento primário e natural.		
Adaptações biológicas necessárias à vida social		
Decorrente da aprendizagem de modelos influentes.		

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

## 1.1 ADOÇÃO DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE

Conforme a tabela 4, no que se refere à adoção da teoria crítica, das 11 publicações levantadas para a análise que compõe o universo da revisão de literatura dessa dissertação, apenas dois trabalhos utilizam a teoria educacional crítica. Trata-se das pesquisas de Brandão (2005) e de Ferraro (2012).

Brandão (2005) realiza um contraponto entre a teoria de Sigmund Freud e a de Herbert Marcuse, no momento em que esses autores citam as causas da infelicidade humana, que estariam relacionadas à repressão das pulsões agressivas. Ele destaca que, em *O Mal-estar na civilização* (1997), Freud declara que a civilização, sendo composta por “[...] realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos” (BRANDÃO, 2005, p. 6). Assim, para possibilitar a convivência coletiva, a sociedade necessita impor limites aos instintos humanos, tais como a agressividade e sexualidade.

A agressividade, na perspectiva freudiana, é vista como uma força ou energia que promovem uma elevação de uma tensão cujo escoamento ou satisfação fazem baixar essa pressão interna

até que novamente ela comece a aumentar. Freud (1997) indica, ainda, que é possível libertar-se de uma parte dos sofrimentos, agir sobre os impulsos instintivos e reorientar os objetivos instintivos por meio de fontes de trabalho psíquico e intelectual, como a arte, a ciência, a imaginação/fantasia, o rompimento com a realidade, a religião. A esse fenômeno ele chama sublimação.

A forma como Brandão (2005) expõe o problema relacionado à teoria dos instintos e civilização de Freud, principalmente no que se refere aos instintos de agressividade e destruição, mostra-se relevante para esta pesquisa, visto que inicialmente, ao que tudo indica, para Freud, o comportamento agressivo é regido por uma pulsão no âmbito psicológico em que as experiências da primeira infância, atreladas à repressão cultural, estariam vinculadas à destrutividade humana. Desse modo, Freud

[...] passa a considerar também o aspecto social dos instintos (*Reflexões para os tempos de guerra e morte* – 1915), até o momento em que, no nosso entender, acaba valorizando mais o aspecto social dos impulsos em relação aos seus aspectos biológicos e fisiológicos no livro *O mal-estar na civilização* (BRANDÃO, 2005, p. 13, grifo do autor).

Além de Freud, o autor menciona Marcuse (1978), um dos principais representantes da primeira geração da Teoria Crítica da Sociedade. Ele destaca a contraposição à teoria de Freud, a qual Marcuse (1978), estabelece em *Eros e Civilização*, acerca da forma como a repressão civilizatória pode ser fonte da infelicidade humana. Para Marcuse (1978), o que determina os diferentes modos de repressão dos instintos não são processos civilizatórios que objetivam apenas a convivência harmoniosa entre os homens, mas, sim, as diversas formas de dominação, da natureza pelo homem e do homem pelo homem:

Marcuse considera que diferentes estágios de civilização, com instituições históricas e interesses de dominação específicos, introduzem controles *adicionais* acima e além dos indispensáveis à associação civilizada humana, denominados por Marcuse de *mais-repressão* (BRANDÃO, 2005, p. 9, grifo do autor).

Isso significa que Marcuse (1978) não contesta a origem pulsional freudiana da agressividade, mas considera que os fatores que reprimem a natureza humana vão além de uma repressão para possibilitar a convivência social e que a sociedade sofre uma repressão para possibilitar a dominação de uma classe sobre a outra, o que se traduz em agressão.

Ao longo de toda a história documentada da civilização, a coação instintiva imposta pela escassez foi intensificada por coações impostas pela distribuição hierárquica da escassez e do trabalho; o interesse de dominação

adicionou mais-repressão à organização dos instintos, sob o princípio de realidade (MARCUSE, 1978, p. 54).

Para Marcuse (1978), a transformação dessa sociedade pautada em outros tipos de valores, sem escassez, com uma distribuição igualitária de seus produtos, faria com que o esforço despendido para o trabalho fosse o mínimo necessário, ou seja, seria uma sociedade com outras condições sociais (BRANDÃO, 2005).

Ferraro (2012) também recorre à Teoria Crítica da Sociedade para destacar a maneira como a semiformação, abastecida pela *indústria cultural*<sup>6</sup>, produz indivíduos carentes de sensibilidade e principalmente uma realidade bárbara pautada em relações conflituosas de violência e agressividade que tanto dificultam o processo educativo. Ela trata da tese defendida por Adorno (1995), relativa à urgente e necessária desbarbarização da sociedade mediante a educação. Ela realiza uma análise de vídeos gravados por alunos e postados no *site* de compartilhamentos de vídeo Youtube. Tais vídeos evidenciam as dificuldades de relacionamento entre docentes e discentes. De acordo com Ferraro (2012), a agressividade é claramente visível nos vídeos selecionados:

Em todos os vídeos apresentados testemunhamos a tensão existente entre os envolvidos no processo educacional e que são reconhecidamente fruto da semiformação, da falta de referencial de vida dos sujeitos (objetos) que se confrontam em uma sala de aula (FERRARO, 2012, p. 113).

Assim, com base na filosofia de Adorno (1995), a autora considera a agressividade como um impulso do ser humano, que, não sendo submetida às limitações que o convívio social exige, tem se convertido em violência entre alunos e professores, entre alunos, contra o patrimônio material e contra a dignidade dos seres humanos (FERRARO, 2012). Ao considerar a forma como a indústria cultural se apropria da sociedade e da escola, a contribuir para a produção de indivíduos semiformados e cada dia mais insensíveis ao nível de barbárie a que chegou a relação humana, a autora observa que se torna muito difícil “[...] traçar uma diretriz que possa corrigir as falhas educacionais, tornar o homem mais humano e menos bárbaro, tirá-lo da alienação em que mergulhou” (FERRARO, 2012, p. 121).

---

<sup>6</sup> Indústria cultural é um termo cunhado por Adorno e Horkheimer (1985), para designar um padrão de cultura que se repete com a intenção de formar uma estética ou percepção comum voltada ao consumo. Seus produtos, longe de serem considerados arte, promovem uma satisfação compensatória e efêmera, que agrada aos indivíduos, submetendo-os a seu monopólio e tornando-os acríticos (já que seus produtos são adquiridos consensualmente), impedindo a formação de uma autonomia consciente.

Apesar de mencionarem esses dois representantes (Herbert Marcuse e Theodor Adorno) da primeira geração da Teoria Crítica da Sociedade, da Escola de Frankfurt, o objetivo dos autores (BRANDÃO, 2005; FERRARO, 2012) não foi estabelecer um diálogo com as teorias biológicas para discutir a questão dos limites e possibilidades da educação para refletir sobre a agressividade humana, tal como se pretende realizar nesta pesquisa.

## 1.2 ADOÇÃO DE TEORIAS BIOLÓGICAS (ETOLOGIA, SOCIOBIOLOGIA) PARA A ANÁLISE DA AGRESSIVIDADE OU COMPORTAMENTO AGRESSIVO

Dos 11 trabalhos que, em seu título, resumo ou palavras-chave, fazem referência ao descritor *agressividade*, nenhum recorre diretamente ao tratamento desse conceito e ao espaço que a educação teria, com base em autores da área de Biologia, como os que aqui se pretende pesquisar. Apenas três pesquisadores – Góes (2012), Amorim (2012), Oliveira (2012) – se apropriam de conceitos biológicos para tratar da agressividade; mesmo assim o fazem por meio da citação de outros autores. Dos três, apenas dois mencionam as contribuições dos estudos de Konrad Lorenz no campo da Etologia.

Góes (2012) destaca que o principal representante da Etologia, Lorenz (1974), descreve quatro pulsões básicas para preservação da espécie: fome, sexualidade, agressividade e medo. Assim, a ativação da agressividade nas pessoas ocorre devido à frustração provocada pelo medo. É como se a pessoa já nascesse com esse potencial.

Com base em um estudo cujo objetivo foi identificar propostas para a superação da dinâmica da violência entre os pares no contexto escolar, Amorim (2012) deixa de realizar um tratamento teórico-analítico do conceito. A agressividade é mencionada apenas quando a autora sugere que, para a superação da dinâmica do *bullying*, é necessário que se promovam “[...] programas que trabalhem a agressividade de crianças e pré-adolescentes, a fim de que esse comportamento possa ser direcionado para fins positivos e, como estudos ecológicos salientam, para a sobrevivência e não para a agressão” (AMORIM, 2012, p. 51). Assim, percebe-se que a autora, ao mencionar a necessidade de desvio da agressividade, parte de pressupostos biológicos (ecológicos) para fundamentar sua teoria.

Por seu turno, Oliveira (2012) se apropria dos estudos do comportamento animal para tratar desse conceito:

A visão de que a agressividade pode ser um sentimento natural parece muito coerente, pois sendo ela pertencente à natureza humana, podemos talvez pensar na ideia do homem e o instinto animal ligado à sobrevivência da espécie. A abordagem etológica no estudo da agressividade parte de uma visão filogenética<sup>7</sup> e funcional que investiga a agressão e seus mecanismos de controle como adaptações ecológicas necessárias à vida social, resultado da seleção natural (OLIVEIRA, 2012, p. 46).

Como é possível perceber, para justificarem o comportamento agressivo dos humanos, os pesquisadores da área da educação recorrem às fontes bibliográficas secundárias de comentadores dos teóricos do campo da Etologia. Essa seria, então, outra motivação que justifica esta pesquisa, uma vez que aqui se considera a importância de ter conhecimento e apropriar-se das fontes primárias ou diretas que justificam a agressividade biologicamente.

No próximo item será analisada a forma como ocorre o tratamento do conceito de agressividade no artigo selecionado nos Anais da ANPED, assim como nas dissertações e teses da Capes.

### 1.3 TRATAMENTO EXPLICATIVO DO CONCEITO DE AGRESSIVIDADE

Conforme consta na tabela 4, dos 11 trabalhos selecionados para análise, apenas oito – Brandão (2005), Góes (2012), Severo (2012), Amorim (2012), Ferraro (2012), Duarte (2012), Silva (2011), Oliveira (2012) – realizam uma explicação para os respectivos autores do que é concebido como agressividade. Por esse motivo, não foi realizada uma análise dos outros três trabalhos – Silva (2011b), Mastrascusa (2012), Neto (2012) – porque não contemplam as categorias de análise propostas nesta dissertação.

De início, observa-se que alguns autores, muitos dos quais adotam conceitos opostos em um mesmo trabalho, recorrem a mais de um referencial teórico que lhes possibilite conceituar a agressividade. Além disso, percebe-se uma espécie de polissemia de tal conceito. Dos oito trabalhos que explicam a agressividade, seis (75%) – Brandão (2005), Severo (2012), Amorim (2012), Ferraro (2012), Duarte (2012), Silva (2011a) – adotam exclusivamente referenciais teóricos que concebem a agressividade uma característica unicamente intrínseca ao indivíduo, seja como pulsão, energia combativa, instinto, reação biológica.

---

<sup>7</sup> Filogenia diz respeito à história evolutiva de um grupo particular de organismos e também à árvore genealógica que mostra quais espécies deram origem a outras. Assim, um comportamento filogenético é aquele cuja origem está atrelada à história evolutiva de uma espécie.

Severo (2012) considera que

[...] existe uma diferença entre os conceitos de violência e agressividade, sendo que a primeira é utilizada de forma intencional com o fim de destruição, onde predomina a crueldade sobre a solidariedade no convívio humano. Já a agressividade é uma expressão, uma energia combativa, nem sempre violenta, que pode ser utilizada para lutar por desejos e aspirações de bem comum, que beneficie toda a sociedade (SEVERO, 2012, p. 21).

A violência seria, portanto, uma manifestação da agressividade que objetiva a destruição do outro. Nesse sentido,

[...] as agressões físicas, conflitos, podem ser expressões da agressividade humana, mas não necessariamente manifestações de violência. O que caracteriza a violência nos relacionamentos é a vontade de aniquilar ou extinguir o outro. Então, violência é ato intencional, com uso da força, em situações de conflito, no qual predomina a crueldade sobre a solidariedade no convívio humano (SEVERO, 2012, p. 94).

Para a autora, agressividade é algo que impulsiona o indivíduo para diversas atividades, destrutivas ou não (SEVERO, 2012). Ela também considera que, ao partir da concepção de agressividade como uma forma de os indivíduos se relacionarem uns com os outros e principalmente como uma energia combativa, a agressividade, se orientada, pode ser utilizada pelo indivíduo “[...] para construir e dominar o mundo exterior, e não destruí-lo, muito menos as pessoas com as quais convive” (SEVERO, 2012, p. 95). Ademais, a anulação da agressividade “[...] seria retirar do jovem, a energia combativa e, com isto, colocando em perigo sua autonomia, transformando-o em sujeito obediente e conformado com seu próprio destino” (SEVERO, 2012, p. 95).

Percebe-se indiretamente, nessa perspectiva, que a agressividade é considerada como uma atitude que promove o instinto de sobrevivência e, portanto, como algo necessário que precisa ser bem direcionado para fins construtivos.

Conforme mencionado, Ferraro (2012) considera a agressividade um impulso natural do ser humano que, não sendo submetida às limitações que o convívio social exige, tende a ser convertida em violência entre alunos e professores, entre alunos, contra o patrimônio material e contra a dignidade dos seres humanos (FERRARO, 2012, p. 113).

Duarte (2012), mesmo não recorrendo a um referencial teórico que lhe possibilite apropriar-se da compreensão sobre o fenômeno da agressividade, ao analisar o cotidiano de educadoras e



suas demandas em uma creche, compreende a agressividade “[...] como sendo aquelas reações cuja intervenção é feita por meio de uma linguagem inadequada, pesada e que desqualifica a criança física e emocionalmente” (DUARTE, 2012, p. 60).

Silva (2011), por sua vez, apropriando-se das concepções psicanalíticas de Winnicott<sup>8</sup>, considera que a agressividade traz dois significados: o primeiro constitui uma reação direta ou indireta à frustração; o segundo é que a agressividade pode representar uma das muitas fontes de energia de um sujeito. O mesmo autor afirma que,

[...] infelizmente, a agressividade é uma das tendências humanas que mais é dissimulada, desviada e atribuída a agentes externos, e que isso pode prejudicar o desenvolvimento das atividades criativas e de trabalho, estimuladas pela agressão que não é negada e pela qual se assume a responsabilidade pessoal (SILVA, 2011, p. 38).

Desse modo, a autora considera que agressividade não é uma característica que deve ser inibida, uma vez que ela é necessária para enfrentar a vida. Por isso, a educação teria de adotar atitudes que afirmassem e canalizassem a agressividade para atividades socialmente úteis (SILVA, 2011).

Os outros dois trabalhos – Goés (2012) e Oliveira (2012) – que recorrem a diferentes autores concebem a agressividade tanto uma *tendência instintiva* quanto uma característica proveniente da intervenção cultural e social dos sujeitos. Góes (2012, p. 19), por exemplo, realiza um estudo etnográfico no qual tem por problema verificar “[...] quais são as perspectivas de a educação física contribuir para minimizar as atitudes agressivas e violentas dos alunos na escola”. Objetiva-se promover uma reflexão sobre a agressividade, a violência, o *bullying* escolar e a possibilidade de diminuição desses comportamentos por meio das práticas corporais cooperativas. A autora busca envolver os alunos em atividades que estimulem os valores humanos, tais como solidariedade, respeito e cooperação, a fim de propiciar boas relações de convívio.

A autora relaciona a agressividade ao instinto de sobrevivência e cita como exemplo o choro de uma criança, ao chamar a atenção da mãe. De mais a mais, considera a agressão “[...] como um ato intencional que inflige dor ou machuca alguém” (GÓES, 2012, p. 26). Para se

---

<sup>8</sup>Donald Woods Winnicott (1896-1971) foi um pediatra e psicanalista inglês.

apropriar do conceito de agressividade, ela recorre a diversos autores e, assim, diferencia agressividade de agressão:

A agressividade é definida por Fernandes (2001, p. 110) como algo que faz parte do impulso para conhecer e que pode mediatizar-se e abre espaço ao simbólico. O mesmo já não se pode dizer da agressão, pois esta bloqueia o espaço de criatividade e de autoria, e ainda pode estar a serviço da inibição ou da destruição do pensamento. Girard e Calvin (2001) colocam a agressividade como um desejo de destruir o objeto dos ressentimentos (GÓES, 2012, p. 28).

Além do mais, apropriando-se da teoria de Samulski (2002)<sup>9</sup>, ela considera que existem dois tipos de agressividade: a hostil ou reativa e a agressão instrumental.

A primeira tem como objetivo causar danos físicos ou psicológicos a outra pessoa. Um exemplo pertinente é quando um condutor de um veículo ultrapassa o outro, e o que foi ultrapassado fica se sentindo inferiorizado e bate propositalmente na traseira daquele que o ultrapassou. A agressão instrumental, por outro lado, acontece na busca de um objetivo, como por exemplo, a cena em que duas crianças de dois e três anos brigam pela posse do mesmo brinquedo (GÓES, 2012, p. 28).

De acordo com Góes (2012), o tipo mais comum de agressividade, em aulas de educação física, é a agressão hostil. A autora ainda recorre a Fante (2005)<sup>10</sup>, que associa a agressividade intencional ao *bullying*, considerando-o uma forma de agressividade manifestada em sua forma verbal ou física, tendo efeitos devastadores para quem o recebe. O *bullying* seria concebido “[...] desejo consciente e deliberado de maltratar outra pessoa e colocá-la sob tensão [...], sendo um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente” (FANTE, 2015. p. 27). Ademais, a autora considera fatores tanto ambientais quanto instintivos para explicar essa característica. Desse modo, Fante (2015) destaca que a explicação da agressividade, considerando os instintos, perpassa desde os campos psicanalíticos baseados nas teorias freudianas de instinto de morte (*Tânatos*), estudos neuropsicológicos que consideram o aumento da pressão arterial e dos níveis de glicose, aceleração da respiração e tensão muscular, estudos genéticos que demonstram influência da carga genética, mas que ainda não comprovaram a transmissão das condutas agressivas de geração, até representantes da Etologia, tais como as teorias de Konrad Lorenz.

Apesar de a maior parte dos teóricos adotados por Góes (2012) considerar a agressividade um fator biológico, ela também considera, com base em Fante (2005), que:

<sup>9</sup>SAMULSKI, D. **Psicologia do esporte**. Barueri-SP: Manole, 2002.

<sup>10</sup>FANTE, Cléo. **Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

Em contraponto à agressividade como instinto, autores como Bandura e Walters defendem a agressividade como aprendizado social. Os mecanismos para estimular esse tipo de agressividade são: imitação, modelo e reforço. Como resultado temos a formação de parte da autorregulação interna dos padrões de conduta por meio de processos de valoração moral e antecipação dos defeitos [...] caráter aprendido (GÓES, 2012, p. 32).

Para a proposta de intervenção da escola, em face do comportamento agressivo, a autora destaca a importância do ambiente escolar para prevenção e diminuição da agressão no comportamento social dos indivíduos, considerando que parte do comportamento agressivo das crianças está relacionada ao meio em que vivem e ao espaço oportunizado a elas na sociedade, concluindo que a escola, no processo de socialização das crianças, tem como uma de suas premissas básicas o controle da agressividade infantil (GÓES, 2012).

Oliveira (2012), entendendo a agressividade como uma característica natural, a classifica assim: um sentimento natural e decorrente das características de desenvolvimento da criança; uma característica que faz parte dos sentimentos primários: a alegria, a dor, a raiva, a curiosidade, o medo. Nesse sentido,

[...] apesar das indicações da existência de um componente biológico como função de adaptação, podemos apontar outros fatores como a personalidade, experiências anteriores, expectativas socioculturais, formando, com isso, um potencial individual de agressividade. De fato, diversas são as variáveis que levam ao comportamento agressivo: frustração, ataque, conflito, violações das normas, calor, ruído e aspectos que influem nos sentidos (OLIVEIRA, 2012, p. 47).

Fundamentada em Leme (2004)<sup>11</sup>, ela ressalta:

Comportamentos agressivos recebem influências de variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais, além da história de vida familiar, práticas parentais, condição socioeconômica, eventos estressantes, conflitos conjugais, hereditariedade dos pais e da criança, patologia parental, características da criança e da instituição (OLIVEIRA, 2012, p. 47).

Ela também cita a Teoria da Aprendizagem Social, de Bandura (1969), segundo a qual a agressividade pode ser decorrente da aprendizagem de modelos influentes, como os pais que incentivam a expressão de comportamentos agressivos de seus filhos. Também o autoritarismo, as ameaças e a desqualificação do aluno podem fazer parte do cotidiano das escolas particulares e públicas e são responsáveis por desencadear situações de agressividade. Para a autora, apenas um ambiente que leve em consideração a autonomia de seus integrantes

---

<sup>11</sup> LEME, M. I. S. Resolução de conflitos interpessoais: interações entre cognição e afetividade na cultura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 3, 2004. p. 367-380.

é capaz de mudar tal condição (OLIVEIRA, 2012). Além disso, ela considera o fato de que crianças em situação de risco, expostas diariamente a uma série de fatores estressantes, são propícias ao aumento da predisposição para comportamentos agressivos.

Apesar de a pesquisa de Brandão (2005) não ter por objetivo específico a agressividade, esse termo surge vinculado à ideia de instinto, porém um instinto na perspectiva freudiana.

Percebe-se, portanto, que todos os trabalhos analisados, exceto a pesquisa de Duarte (2012), citam, pelo menos uma vez, a agressividade como uma *pulsão, energia ou instinto* para sobrevivência do indivíduo. Nesse caso, sugerem que a agressividade não é uma atitude que precisa ser combatida, mas controlada, canalizada, ou desviada, uma vez que “[...] é necessária para enfrentar a vida” (SILVA, 2011, p. 23), ou como “[...] uma expressão, uma energia combativa, nem sempre violenta, que pode ser utilizada para lutar por desejos e aspirações de bem comum, que beneficie toda a sociedade” (SEVERO, 2012, p. 21).

Há, nesse sentido, algumas aproximações com a perspectiva de Adorno (1995), quando ele considera que o objetivo da educação é a desbarbarização da sociedade. Assim, para ele, desbarbarizar está em um plano de “[...] elogio à moderação, uma restrição das afeições fortes, e nem mesmo nos termos da eliminação da agressão” (ADORNO, 1995b, p. 158). Segundo esse autor, trata-se de sublimar de tal modo os instintos de agressão “[...] e de maneira nenhuma à conversão de todos os homens em seres inofensivos e passivos. Ao contrário: essa passividade inofensiva constitui, ela própria, provavelmente, apenas uma forma de barbárie” (ADORNO, 1995b, p. 64).

Das oito pesquisas, duas sugerem formas de diminuir problemas relacionados à agressividade por meio do que consideram como uma “Educação para a paz”.<sup>12</sup> Esse é o caso de Goés (2012) e Silva (2011). Goés (2012) relata uma proposta de intervenção pedagógica que se pauta em *práticas corporais cooperativas* durante aulas de educação física, no intuito de criar situações que permitam ao educando refletir sobre a violência e suas consequências nas relações sociais na escola. Ela promove atividades nas quais são estabelecidas regras, de forma que, para chegarem à vitória, os alunos necessitam colaborar uns com os outros. Por

---

<sup>12</sup> Educar para paz pressupõe a educação a partir de e para determinados valores, como a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoal e coletiva, o respeito, ao mesmo tempo que questiona os valores contrários a uma cultura de paz, como a discriminação, a intolerância, o etnocentrismo, a obediência cega, a indiferença e a ausência de solidariedade, o conformismo (JARES, 2007, p. 45).

exemplo, na tradicional brincadeira de esconde-esconde, na qual todos os alunos são procurados por um indivíduo solitário, ela propõe uma inversão da brincadeira em que apenas um aluno se esconde e todos os outros necessitam ajudar-se na busca pelo colega. Ela destaca que, com o tempo, os alunos passaram a mesclar, dentro dos jogos competitivos, ações de práticas cooperativas:

[...] como todos podiam participar, quem era mais habilidoso em certa posição, passou a compartilhar com aqueles que antes não tinham oportunidade, os conhecimentos práticos que tinham ajudado a equipe a se tornar um verdadeiro grupo onde todos agora tinham oportunidades iguais (GOÊS, 2012, p. 123).

Já Silva (2011) considera que o desenvolvimento de formas participativas de construção de normas são fatores que podem ajudar concretamente e significativamente para a construção da sociedade. E acrescenta: “[...] se desejamos enfrentar uma cultura da violência, é preciso que trabalhemos por uma cultura de educação que enfatize os valores sociais e humanos, a ética e a solidariedade e uma cultura de paz” (SILVA, 2011, p. 27).

#### 1.4 METODOLOGIA DAS PESQUISAS

Como é possível observar (cf. Tabela 4), os dados indicam que há uma predominância de pesquisas empíricas, uma vez que, dos 11 trabalhos analisados, apenas dois – Brandão (2005) e Ferraro (2012) – fazem uso da pesquisa teórica. Com relação ao universo de fontes bibliográficas, constata-se que apenas 18,18% das pesquisas são do tipo teórico-bibliográfico. Isso parece indicar certo recuo na adoção de pesquisas teóricas, que talvez tenha por base certa predominância no âmbito da educação à realização de pesquisas que valorizem a *experiência imediata* (MORAES, 2001). Denominado como *recuo da teoria*, esse fenômeno, segundo ela, pode estar atrelado às próprias políticas educacionais assimiladas pelos programas de pós-graduação. Isso revelaria que

No Brasil, por exemplo, assistimos à ansiedade de nossos programas de pós-graduação, obrigados a atender os quesitos do sistema de acompanhamento e avaliação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação), particularmente – e sob a ameaça de perda de bolsas-de-estudo dos alunos – o de cumprir os prazos cada vez mais restritos em que mestrandos e doutorandos devem concluir suas dissertações ou teses (MORAES, 2001, p. 10-11).

O nível de exigência para uma produção e publicação exacerbada de artigos, e de preferência em periódicos com o maior nível de qualificação, conforme determinação e imposição da

Capes, induz à realização de um movimento contrário ao que se exige, uma vez que o tempo necessário à apropriação teórica é cada vez mais limitado e insuficiente para que se produza uma pesquisa acadêmica intelectualmente satisfatória.

A pesquisa em educação, embora não deva desconsiderar o cotidiano e a prática do professor, tem negligenciado esse momento de apropriação teórica, visto que esta “[...] pode nos oferecer as bases – racionais e críticas – para rejeitar muito do que hoje nos chega como consenso ou como sabedoria política realista” (MORAES, 2001, p. 18). Além do mais, ela pode proporcionar a compreensão mais aprofundada dos fenômenos e possibilitar um possível direcionamento das alternativas a serem alcançadas.

Duarte (2010) também considera que

[...] de pouco ou nada servirá mantermos a formação de professores nas universidades se o conteúdo dessa formação for maciçamente reduzido ao exercício de uma reflexão sobre os saberes profissionais, de caráter tácito, pessoal, particularizado, subjetivo (DUARTE, 2010, p. 31).

Porque o tempo que se necessita para estudar, refletir e se apropriar de teorias que contribuem para dialogar com a prática tem sido dedicado a um produtivismo desumano e alienante, que nada ou pouco difere de qualquer outra atividade regida pelo modo de produção capitalista e que pouco exige o esforço intelectual próprio do trabalho educativo. Conforme salienta Adorno (1995, p. 211):

A aversão à teoria, característica de nossa época, seu atrofiamento de modo nenhum casual, sua proscrição pela impaciência que pretende transformar o mundo sem interpretá-lo, enquanto, em seu devido contexto, afirmava-se que os filósofos até então tinham apenas interpretado – tal aversão à teoria constitui a fragilidade da práxis.

Por esse motivo, ao procurar percorrer um caminho oposto ao que as dissertações e teses têm indicado, optou-se, aqui, por realizar uma pesquisa de cunho teórico-analítico que crie as condições de possibilidades para ampliar a capacidade de reflexão acerca do objeto da pesquisa – o fenômeno da agressividade humana –, e não apenas para que se mantenha um ritmo acadêmico produtivista que tanto tem desqualificado o processo da produção intelectual.

Feitas essas considerações, destacam-se a seguir algumas conclusões acerca dos estudos sobre agressividade realizados no campo acadêmico relevante para esta pesquisa.

Diferentemente do que se propõe neste trabalho, as pesquisas que abrangem nosso campo de consulta (75%) são, em sua maior parte, empíricas, o que torna relevante a necessidade de buscarmos uma compreensão mais aprofundada acerca do tema agressividade por meio de uma pesquisa teórico-bibliográfica.

Considerando a importância da filosofia de Theodor Adorno no que diz respeito a uma educação contra a barbárie, as pesquisas no campo da educação (pelo menos aquelas que se restringem ao nosso campo de pesquisa) parecem dar pouca importância ao tema, uma vez que apenas 0,73% das pesquisas trata da questão da agressividade humana. Isso também é refletido quando constatamos que, das pesquisas que discutem agressividade, apenas uma faz menção ao filósofo.

Percebe-se que a concepção de agressividade de Konrad Lorenz é utilizada como fonte de conhecimento acerca da agressividade humana no campo da educação, o que nos indica a importância de pesquisar o reducionismo animal implícito nesse conceito.

O conceito de agressividade se apresenta como polissêmico, revelando que não existe uma definição única do que seja a agressividade. Na maior parte das vezes, esse fenômeno é concebido como um instinto de sobrevivência, pulsão, expressão, algo que faz parte da natureza do animal humano, importante para suas conquistas, defesa, luta pelos anseios. Por esse motivo, ao contrário de ser eliminada, tornando o indivíduo docilizado, precisa ser desviada, canalizada para os fatores que impulsionem o indivíduo. No entanto, as pesquisas destacam o problema da agressividade quando ela ocorre de maneira intencional, consciente, caracterizada como violência, destruição, *bullying*, que provoca danos a outros indivíduos.

Além dessas pesquisas que abrangem o campo da Educação, encontramos uma tese de doutorado relacionada ao campo da Filosofia, na qual o autor tem por objetivo definir agressividade e violência na espécie humana. O autor parte do pensamento dos filósofos Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau, a fim de dialogar com as Ciências Biológicas. Para ele, “[...] a agressividade é da ordem do biológico, do natural, e a violência é da ordem do social, da dimensão da linguagem, do simbólico” (ALMEIDA, 2010, p. 19). Mais: “Entre agressividade e violência existe uma ponte. O homem, através da linguagem, do desejo e da

criação de símbolos introduz a consciência do *eu* na agressão, transformando-a em violência, que é a nossa marca como espécie” (ALMEIDA, 2010, p. 19).

Em sua revisão bibliográfica, o pesquisador cita a contribuição de diversos autores que já discutiram a temática – agressividade e violência – e fazem alusão à referência da agressividade como uma herança biológica, inata, não intencional. Serve para a sobrevivência, a procriação, a sexualidade, a busca de alimentos, a defesa e o ataque por sexo e alimentos. A violência, por sua vez, seria fruto de um ato agressivo como produto de uma intencionalidade, um ato previamente planejado (ALMEIDA, 2010). Com isso, ele destaca que não se pode comparar, por analogia, a agressividade animal à humana, visto que a linguagem, a cultura e a criação de mitos, as relações entre os homens são distintas das relações entre os animais (ALMEIDA, 2010). Também com base em Glucksmann (2007) e Jacques Lacan (1988), Almeida (2010) acrescenta que o ódio sempre acompanha a humanidade, e a ânsia pela destruição é característica da nossa espécie. Além disso, só o homem seria um assassino profissional que mata pelo simples prazer de matar. Por fim, ele cita Roudinesco (2008), que ressalta:

Seja o gozo do mal ou a paixão pelo soberano bem, a perversão é uma circunstância da espécie humana: O mundo animal está excluído da perversão, assim como do crime, a qual não somente é uma circunstância humana, presente em todas as culturas, como supõe a pré-existência da fala, da linguagem, da arte e até mesmo de um discurso sobre a arte e sobre o sexo (ROUDINESCO, 2008, p. 17).

A contribuição desses autores indica, portanto, que parece haver uma diferença entre a agressividade animal e a humana, principalmente quando se consideram algumas diferenças entre os animais humanos e não humanos: a intencionalidade, a racionalidade. Paradoxalmente, essas características que em tese são exclusivas dos humanos parecem ser aquelas que acompanham a barbárie. Por esse motivo, considera-se relevante compreender as determinações que, em princípio, participam da constituição do fenômeno da agressividade, em uma perspectiva do comportamento animal humano e não humano, bem como destacar as diferenças entre eles.

Sabemos, no entanto, que o próprio processo educativo e civilizatório pode ser considerado como um ato de violência, uma vez que, para tornar o humano um ser socialmente integrado à comunidade, tem-se que, ao menos teoricamente, reprimir os instintos animais, para que seja minimamente possível a convivência em sociedade:



No caso do bebê humano, desde muito cedo somos ensinados e educados a reprimir nossos instintos animais mais primitivos [...]. Há uma tendência de os instintos carregarem o sujeito para uma espécie de isolamento social, pois, se se seguem os impulsos e instintos, típicos da nossa natureza animal, dificilmente conseguiríamos produzir cultura e civilização. Cada um desejaria satisfazer seus impulsos e instintos às custas do desejo alheio (LOUREIRO, 2015, p. 28).

E essa repressão pode ampliar os instintos selvagens. Loureiro (2015), ao citar Freud (1987), declara que existe um conflito entre o *princípio do prazer* e o *princípio da realidade*. Esses princípios não apenas estariam restritos à nossa condição biológica, mas também seria de ordem cultural. A sociedade necessita reprimir nossos instintos animais. No entanto, quando essa repressão ultrapassa os limites (e esses seriam difíceis de mensurar), isso desencadearia patologias sociais. Por esse motivo, estudiosos como Freud (1997), Adorno e Horkheimer (1985) consideraram que civilização e barbárie fazem parte do mesmo processo. Assim, “[...] para se tornar humano, a sociedade impõe, condiciona as gerações a reprimirem os instintos animais e, nesse processo, há uma tendência considerável de se produzir o contrário daquilo que se visou formar” (LOUREIRO, 2015, p. 28).

Portanto, há uma violência necessária para a estruturação do sujeito e do bem-estar comum, a qual está atrelada à cultura, também mediada pela escola. E, conforme observa Levisky (2010, p. 7),

O desenvolvimento da civilização em seu processo histórico mostra que as transformações tecnológicas, ambientais, filosóficas, psicológicas, econômicas, religiosas influenciam e contribuem para a modificação e o surgimento de novos circuitos biológicos, psicológicos e sociais. Entretanto, não elimina a presença de circuitos primitivos que, em determinadas circunstâncias, emergem, até porque fazem parte de registros genéticos transmitidos ou culturalmente herdados.

Nesse sentido, a preocupação nesta dissertação gira em torno de compreender até que ponto as atitudes conscientes, ou não, relacionadas à agressividade, tais como a destruição, maldade, violência, ou seja, até que ponto esses aspectos típicos da barbárie fazem parte da natureza humana. Por esse motivo, esta pesquisa pretende compreender o fenômeno da agressividade para além da Etologia e Sociobiologia, estabelecendo, para isso, um diálogo com a Teoria Crítica da Sociedade. Assim, o próximo capítulo destina-se à exposição das teorias de Adorno, concernentes à agressividade e sua relação com a violência, barbárie.

## **2TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE: AGRESSIVIDADE, VIOLÊNCIA E BARBÁRIE**

Pensar na possibilidade da redução da violência por meio da educação requer uma apropriação teórica que nos possibilite refletir acerca dos fatores que direcionam o ser humano à barbárie. Evidentemente, quando mencionamos a palavra barbárie, não há como deixar de lembrar os eventos que encaminharam a espécie humana a um dos maiores atos de selvageria ocorridos no século XX: os campos de extermínio de Auschwitz. Por esse motivo, escolhemos a Teoria Crítica da Sociedade, especificamente a filosofia de Theodor Adorno, para que compreendamos os motivos que induzem uma nação como a Alemanha – exemplo de cultura e educação – a tal feito.

Destacamos que o objetivo deste capítulo é compreender o que, para Adorno (1995b), significa a barbárie, qual é a relação da barbárie com a agressividade humana, a violência, a cultura; e de que maneira ideologias econômicas e políticas contribuíram e contribuem para a perpetuação da violência e o lugar da racionalidade humana e educação nesse contexto.

A Teoria Crítica da Sociedade – da qual o filósofo Theodor Adorno foi um dos principais representantes – foi criada no intuito de compreender o contexto social, cultural e político-econômico da Alemanha pós-guerra. Baseada, em especial, na filosofia marxista, sua intenção era buscar compreender como parcelas cada vez maiores da classe operária assumiam posições conservadoras, ao apoiarem uma perspectiva política de extrema direita. Anos mais tarde, essa tendência culminaria com o apoio maciço de grandes contingentes do proletariado aos candidatos nacional-socialistas, permitindo, em 1934, o acesso legal de Hitler ao poder (ROUANET, 1983).

Além disso, os intelectuais da teoria crítica se apropriam da perspectiva marxista de que o ser humano tem certos impulsos básicos (fome, amor e assim por diante) para os quais ele busca satisfação; mas sua satisfação necessita de condições sociais específicas. Os teóricos se aproximam dos conhecimentos proporcionados pela psicanálise, a qual poderia oferecer o elo que faltava entre a superestrutura ideológica e a base socioeconômica, para compreender esses fenômenos. Resumidamente poderia fortalecer a ideia materialista da natureza essencial do ser humano (JAY, 2008). Com base nas teorias psicanalíticas de Sigmund Freud, eles consideram que a luta pela superação da miséria, violência irracional e exploração – fruto do

domínio de classes – e o esforço por uma sociedade mais humana são dificultados por condicionantes de dominação social, racionalmente planejados, cujo apoio irracional popular está associado ao plano da subjetividade humana. Proporcionando elementos para a crítica da cultura, o freudismo auxilia a Escola de Frankfurt a pensar sobre si mesma, refletir o todo, bem como o indivíduo particular mediatizado pelo contexto social.

Não obstante, é importante ressaltar que sua apropriação teórica psicanalítica é realizada de modo dialético, pensando no objeto de investigação, ou seja, a cultura e as ideologias a ela associadas, não ignorando o fato de que o próprio Freud falhou em algumas de suas reflexões, reduzindo, ora biológica, ora psicologicamente, comportamentos objetivamente condicionados. Cabe, portanto, à teoria crítica refletir como esses fatores objetivos são apropriados subjetivamente, de modo a contribuir para a perpetuação de dominação social e econômica (ROUANET, 1983).

Fundamentando-se na perspectiva dialética de Hegel e outros autores, a filosofia de Theodor Adorno é uma crítica da razão instrumental, proveniente de uma civilização técnica e pautada na lógica cultural do sistema capitalista. Tendo início com a queda da República de Weimar e ascensão do irracionalismo nazista ao poder, suas reflexões contribuem para a compreensão do atual e irracional sistema de dominação no capitalismo tardio. Para ele, a civilização técnica contemporânea seria o resultado de um domínio racionalmente planejado sobre a natureza externa, que implica um domínio (irracional) da própria natureza humana, que se prolonga na dominação do homem sobre o homem. Os diferentes fenômenos de barbárie moderna, isto é, o fascismo e nazismo, seriam o fruto e as piores manifestações dessa atitude autoritária de domínio (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). A educação que se dá nesse modelo, ao invés de contribuir para uma transformação e superação desse sistema, atua seguindo uma lógica de adaptação e repressão dos indivíduos a esse modo de produção da existência humana.

Com a intenção de entendermos a maneira como ocorre a produção da barbárie e sua relação com os fatores objetivos e subjetivos, nos próximos tópicos abordaremos a concepção de barbárie assumida por Adorno (1995b) e sua relação com a teoria psicanalítica freudiana.

## 2.1 A URGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE

A experiência de viver em um período marcado por uma das maiores barbáries da história do século XX foi inspiração para que o teórico crítico Theodor Adorno dedicasse parte de seu trabalho à compreensão do que teria motivado uma nação como a Alemanha à convivência com o extermínio de milhares de judeus, ciganos, comunistas, homossexuais, deficientes físicos. Para o pensador alemão, esse marco na história da humanidade foi tão catastrófico, que a exigência que Auschwitz não se repita necessita ser prioridade para a educação, pois a pouca consciência do que representou Auschwitz pode indicar a repetição de tamanha barbárie. Por consequência, “Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação” (ADORNO, 1995a, p. 119).

Seguindo a tradição da Escola de Frankfurt, ele se interessou em explorar a possibilidade de a práxis humana transformar a ordem social (JAY, 2008). Ao apostar na possibilidade de operação de uma sociedade democrática conforme seu conceito, o filósofo defende a necessidade de construir uma educação que possibilite a formação de indivíduos emancipados, sujeitos da própria história. Para ele, esses sujeitos são capazes de, por meio da razão, atingir a liberdade de fazer suas escolhas por meio da transmissão e aquisição do conhecimento. Também são capazes de atuar para transformar a realidade social em que vivem em uma melhoria contínua da sociedade pautada em condições mais dignas para todos os indivíduos.<sup>13</sup>

Mas, a julgar a barbárie marcante da primeira metade do século XX e sua continuidade no período seguinte, registrado por um intenso fervor econômico e desenvolvimento técnico-industrial impulsionado pela Guerra Fria, Adorno (1995a) caracteriza a barbárie como um estado de atraso dos indivíduos comparado ao elevado desenvolvimento tecnológico e civilizado ao qual a humanidade já havia chegado.

Essa perspectiva traz alguns pressupostos que merecem ser destacados: o primeiro diz respeito ao fato de a condição bárbara não ser cotejada a um estado social idealizado, mas aos

---

<sup>13</sup> A noção de história em Adorno pode ser encontrada no artigo *Aideia de história natural*. O filósofo a designa como uma forma de conduta humana transmitida na qual surge o qualitativamente novo, isto é, aquilo que difere da pura reprodução do que sempre existiu. Em outras palavras, a história é associada à capacidade humana de transformação, de transcendência das imposições do ciclo mítico da natureza (ADORNO, 1932).

próprios avanços conquistados pela humanidade; o segundo evidencia que a racionalidade ou esclarecimento não significam necessariamente um progresso linear da transformação do selvagem a um ser humano civilizado (MAAR, 1995). Embora não abdique da vinculação necessária, mas não automática entre esclarecimento e liberdade, entre razão e emancipação, o conhecimento não deve necessariamente ser entendido como sinônimo de consciência humana ou oposto da ignorância. Ao mesmo tempo que a razão, desenvolvida por meio do processo educativo, pode fornecer as bases para a autonomia e liberdade dos indivíduos, promovendo a transformação da realidade social que os oprime, também contribui para o conformismo a depender das bases materiais nas quais é cultivada. Dessa maneira, seguindo a tradição da Teoria Crítica da Sociedade, para Adorno e Horkheimer (1985), a racionalidade deve ser pensada nos termos da experiência formativa dialética.

Com base em Adorno (1995b), entendemos que, mesmo a humanidade tendo experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, as pessoas ainda se encontram “[...] tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir” (ADORNO, 1995b, p. 155). Para ele, a barbárie é especificamente caracterizada como um estado de regressão dos indivíduos “[...] à violência física primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade, onde exista, portanto, a identificação com a erupção da violência física” (ADORNO, 1995b, p. 159). Como objetivos racionais, ele entende que aquelas motivações de ação, submetidas a uma reflexão crítica, ocorrem de modo transparente em sua finalidade humana. Desse modo, as ações violentas praticadas por jovens em uma rebelião estudantil contra um estado opressor, em busca de condições humanas mais dignas, por exemplo, mesmo que rompam os limites da legalidade, segundo Adorno (1995b), não podem ser caracterizadas como barbárie, agressividade ou violência primitiva, mas, em geral, modos de agir politicamente refletidos, em uma luta que se dá contra um estado de violenta opressão e exploração.

Se neste caso esta reflexão é correta ou equivocada, isto não precisa ser discutido agora. Mas não é verdade que se trata de uma consciência deformada, imediatamente agressiva. Os acontecimentos são entendidos, na pior das hipóteses, como estando a serviço da humanidade (ADORNO, 1995b, p. 160).

Evidentemente, o teórico crítico não descarta a possibilidade de movimentos, mesmo ditos progressistas, não estarem isentos da prática da barbárie. Embora um movimento possa ocorrer em nome da mais genuína ideia, caso não se dê pautado em uma reflexão crítica, transparente, cuja finalidade seja uma condição de melhoria da condição de existência da humanidade como um todo, também pode estar fadado à barbárie tanto quanto qualquer ação humana irracional.<sup>14</sup> Por isso, “[...] a reflexão pode servir tanto à dominação cega como ao seu oposto” (ADORNO, 1995b, p. 160). Para efeito de exemplo do que seria caracterizado como barbárie, transcrevemos esta passagem:

Creio que, quando um time de fora que vence é ofendido e agredido num estádio, ou quando um grupo de presumíveis bons cidadãos agride estudantes ainda que só mediante palavras, podemos apreender de um modo radical, a partir desses exemplos tão atuais, a diferença entre o que é e o que não é barbárie (ADORNO, 1995b, p. 159).

Semelhantemente, a ação da polícia contra jovens estudantes revolucionários, bem como a violência praticada contra pessoas de opções partidárias, cor e religiões diferentes, homossexuais, judeus e todas as outras vítimas do fascismo alemão, representaria essa regressão do ser humano a um estado de agressividade ou violência primitiva, característicos da barbárie. Nesse caso, o apoio às ideologias político-econômicas que motivaram tal ação não representou – e ainda não representa – uma atitude racional, pois se dá contra os interesses humanos e de classe dos próprios indivíduos que a apoiam. Os interesses materiais e o padrão de vida desses indivíduos foram reduzidos pela conveniência econômica de uma minoria que levou à guerra e destruição tanto a Alemanha quanto todos os países envolvidos.

As metas objetivas do fascismo são altamente irracionais, na medida em que contradizem os interesses materiais de grande número daqueles que elas pretendem abarcar, apesar do *boom* pré-guerra dos primeiros anos do regime de Hitler. O contínuo perigo de guerra inerente ao fascismo significa destruição, e as massas sabem disso, pelo menos de forma pré-consciente.

---

<sup>14</sup> Uma melhor compreensão sobre essa abordagem adorniana, a importância da reflexão e a consciência crítica na luta social pode ser encontrada no artigo *Theodor Adorno e o movimento estudantil dos anos 60* (SILVA; VAZ, 2013). Aqui, os autores buscam esclarecer o motivo pelo qual Adorno se manifestou crítico à maneira violenta e irracional como se deram os protestos estudantis na Alemanha da década de 60. Surgidos como uma revolta contra a estrutura autoritária da República Federal – a qual ainda apresentava resquícios do sistema nazista –, os estudantes, pela ânsia pragmática e imediatista de combater a barbárie do sistema, usaram dos mesmos mecanismos bárbaros do sistema, ao agirem contra os interesses do próprio movimento social, apedrejando um dos únicos espaços para a discussão política de interesse do trabalhador que ainda não estava entregue ao capitalismo: a universidade de Frankfurt. Os autores destacam que, para o filósofo, esse tipo de ato, assim como outros, é exemplo de barbárie por estar marcado pela submissão da apropriação teórica em detrimento do imediatismo prático, típico de uma mentalidade decorrente de uma estrutura econômica produtiva e organização social marcada pelo fetiche da mercadoria. Obscurecendo a teoria em detrimento da ação prática e imediata, esses atos do movimento estudantil são caracterizados como barbárie, justamente pela pobreza teórica e consequente irreflexão e consciência crítica, marcando o comportamento inconsequente. Por isso, esses tipos de movimentos estão longe de desencadear uma transformação social, precisamente porque a carência de apropriação teórica reduz a consciência e capacidade de planejamento das ações humanas.

Assim, o fascismo não fala totalmente a mentira quando se refere a seus próprios poderes irracionais, por mais falsa que seja a mitologia que racionaliza ideologicamente o irracional (ADORNO, 2015, p. 184).

Adorno (1995b) pensa ser tão urgente impedir que a civilização repita um massacre em massa, como ocorreu nos campos de extermínio nazistas, que todos os objetivos educacionais deveriam ser reordenados para essa prioridade. Para a compreensão dos mecanismos que abrangem essa agressividade e violência praticada sem objetivos racionais, Adorno (1995b) sugere que todos os métodos científicos sejam utilizados no intuito de compreender as situações que induzem o ser humano a cometer o extermínio de milhares de indivíduos de sua mesma espécie. Mesmo a sociedade estando em condição civilizada e com um elevado nível de desenvolvimento científico, cultural e tecnológico, é necessário compreender o motivo de o ser humano ainda buscar alternativas para resolução dos seus conflitos por meio da selvageria: “[...] é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos” (ADORNO, 1995b, p. 121). Um dos métodos apontados por Adorno (1995b) para essa compreensão seriam os estudos psicanalíticos de Freud. Para isso, o pensador alemão pondera as contribuições do pai da psicanálise nos clássicos freudianos *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921/1996) e *O mal-estar na civilização* (1930/1997).

## 2.2 AGRESSIVIDADE: PULSÃO DE MORTE FREUDIANA

A experiência com a clínica psicanalítica foi o que levou Freud a desenvolver suas teorias acerca da agressividade humana. Ao tratar desse assunto, percebe-se que ele desenvolveu reflexões variadas ao longo de sua trajetória intelectual. Por vezes, tratou o mesmo tema de modo diverso. De acordo com Ferrari (2016), sua compreensão perpassa conceitos, tais como constituição do eu/não eu, prazer/desprazer, amor/ódio, ideal do eu/eu ideal, autoerotismo, narcisismo, sadismo, masoquismo e a pulsão de morte. Devido a essa complexidade, para elaboração deste item, recorre-se principalmente aos textos *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921/1996) e *O Mal-estar na civilização* (1930/1997), por serem as obras citadas por Adorno (1995b) que tratam da questão da agressividade humana. Para nos auxiliar na compreensão dessa temática, recorreremos, de maneira periférica, a outras obras do psicanalista quando necessário.

Em sua primeira elaboração da teoria das pulsões, Freud vincula o fenômeno da agressividade à teoria darwinista, principalmente por associá-la ao egoísmo e ciúme, quando trata do dualismo entre as pulsões sexuais e as do ego ou de autoconservação. No entanto, com a modificação de sua teoria inicial, a agressividade humana passa a não ser entendida como uma luta pela conservação da espécie como a que se encontra nos animais não humanos (FERRARI, 2016). Circunscrita à estruturação do Id – porção inconsciente do indivíduo –, a agressividade é fruto de uma pulsão ou instinto de morte (Tanatos), da mesma forma que o amor é fruto de uma pulsão de vida (Eros).

Para a compreensão da dinâmica decorrente desses instintos, ressalta-se que, em psicanálise, a análise do comportamento humano requer um olhar atento para o fato de que suas ações não são movidas unicamente pela consciência e por meio de atitudes racionais. Partindo da compreensão dos esquemas de funcionamento da vida mental, supomos que o ser humano não é senhor da própria casa, pois “A vida consciente do espírito não representa senão uma pequenina parte, comparada à sua vida inconsciente” (FREUD, 1996a, p. 80). Essa vida inconsciente, por seu turno, pode ser originada de um processo de formação primitivo referente à infância ou até mesmo resultante de uma origem biológica, já que, para Freud (1996e), as conexões simbólicas não adquiridas por meio do aprendizado podem ser provenientes de uma herança filogenética.

O inconsciente seria um representante ideacional de impulsos instintuais que regem a vida psíquica dos indivíduos. Como instinto, entende-se ser este “[...] um conceito situado na fronteira entre o material e o somático [...] o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente” (FREUD, 1996b, p. 118). Diferentemente do conceito atribuído pela Biologia, segundo o qual o instinto indica um comportamento animal herdado por meio da hereditariedade em uma determinada espécie, cujo estímulo ocorrido na mente é de ordem fisiológica (a fome, por exemplo); para a psicanálise, o instinto ou pulsão não surge momentaneamente nem é satisfeito por ações do mundo exterior, mas ocorre constantemente dentro do próprio organismo como uma carga de excitação que o indivíduo necessita descarregar (FREUD, 1996b). A agressividade humana seria uma manifestação do instinto de morte.

Em tudo o que se segue, adoto, portanto, o ponto de vista de que a inclinação para a agressão constitui, no homem, uma disposição instintiva original e auto subsistente, e retorno à minha opinião, de que ela é o maior impedimento à civilização [...] A necessidade, as vantagens do trabalho em



comum, por si sós, não as manterão unidas. Mas o natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se opõe a esse programa da civilização. Esse instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo (FREUD, 1997, p. 81).

Em razão disso, de acordo com Freud, “[...] os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos devem-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade” (FREUD, 1997, p. 97). Eros designa o conjunto das pulsões de vida que têm uma tendência a constituir e conservar unidades cada vez maiores, com objetivo de preservar a vida. A pulsão de morte visa à recondução do ser vivo a um estado inorgânico, que seria a forma mais primitiva do ser: o estado inanimado.

Partindo de especulações sobre o começo da vida e de paralelos biológicos, concluí que, ao lado do instinto para preservar a substância viva e para reuni-la em unidades cada vez maiores, deveria haver outro instinto, contrário àquele, buscando dissolver essas unidades e conduzi-las de volta a seu estado primitivo e inorgânico. Isso equivalia a dizer que, assim como Eros, existia também um instinto de morte. Os fenômenos da vida podiam ser explicados pela ação concorrente, ou mutuamente oposta, desses dois instintos (FREUD, 1997, p. 77).

A vida do ser humano, então, desde sua concepção regida por uma ambivalência entre os instintos de vida e de morte, amor e ódio, sexualidade e impulsos destrutivos e agressivos, seriam instintos que buscam a autopreservação e destruição. Derivada dessa pulsão de morte, o pai da psicanálise reconhece que, no ser humano, existe uma inclinação latente e até biológica, inata, a qual seria constatada por meio da percepção de satisfação na dor e no sofrimento que o psicanalista observa em alguns de seus pacientes (ALMEIDA, 2007). Para além disso, ele percebe que, estando a serviço de Eros, uma parte do instinto de morte é desviada para o mundo externo na forma de agressividade e destrutividade. Dessa maneira, ao invés de o organismo destruir a si mesmo, destrói alguma outra coisa, inanimada ou animada, obtendo satisfação em tal feito. Para ele, o prazer em matar está inconscientemente relacionado às muitas motivações das ações humanas, independentemente dos seus valores. O apoio à guerra, por exemplo, independentemente de suas motivações racionalmente planejadas, possui uma quota dessa satisfação em matar.

Por conseguinte, quando os homens são incitados à guerra, haverá neles um grande número de motivos – nobres ou baixos, daqueles que se proclamam em voz alta, e outros que se silenciam – que responderão afirmativamente. Mas não aproveitamos o ensejo para revelar todos aqui. Encontra-se decerto entre eles o prazer da agressão e da destruição: inumeráveis crueldades da

História e do cotidiano confirmam a sua existência e a sua força. A fusão das tendências destrutivas com outras eróticas e ideais facilita, naturalmente, a sua satisfação (FREUD, 1996d, p. 44).

Qualquer obstáculo que impeça essa manifestação agressiva tende a aumentar a autodestruição (FREUD, 1997). Por esse motivo, a inserção da espécie humana no mundo da cultura e convívio coletivo exige, por parte da civilização, um grande dispêndio de energia para a contenção dessa inclinação para a agressão.

Em consequência dessa mútua hostilidade primária dos seres humanos, a sociedade civilizada se vê permanentemente ameaçada de desintegração. O interesse pelo trabalho em comum não a manteria unida; as paixões instintivas são mais fortes que os interesses razoáveis. A civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas. Daí, portanto, o emprego de métodos destinados a incitar as pessoas a identificações e relacionamentos amorosos inibidos em sua finalidade, daí a restrição à vida sexual e daí, também, o mandamento ideal de amar ao próximo como a si mesmo (FREUD, 1997, p. 68).

Para Freud (1997), a causa do mal-estar na civilização, a angústia e o sofrimento humano seriam fruto dessa necessidade de o processo civilizatório reprimir não só as pulsões sexuais senão essa inclinação para a agressividade. No momento em que o *Homo sapiens* transita para um estágio de organização social civilizatória, a repressão dos seus impulsos é inevitável ao convívio coletivo. Ademais, o ser humano, sendo a única espécie cujo longo tempo para cuidados parentais não requer apenas uma preparação para a sobrevivência na natureza, passa por um processo educativo objetivando uma convivência coletiva em uma sociedade regida por leis e valores culturais aos quais é necessário adaptar-se.

Para a psicanálise, no momento em que nasce, o bebê humano é dotado de um autoerotismo que deve ser complementado pela forma amorosa de tratamento dos pais, produzindo uma instância psicológica denominada de ego (eu) real. A libido<sup>15</sup> associada a esse autoerotismo é dirigida para o ego dando margem a uma atitude que pode ser denominada de narcisismo primário. Durante os primeiros anos da criança, esta é constantemente nutrida pelos pais. Todavia, em decorrência das ideias culturais e éticas necessárias ao bem-estar coletivo, a repressão dos instintos que os pais necessitam realizar, ao educarem uma criança, desencadeia

---

<sup>15</sup> Em *Psicologia de massa e análise do eu* (1996a), Freud designa “libido” todas as manifestações do poder de Eros, a fim de distingui-las da energia do instinto de morte; abrange tudo o que se relaciona à palavra “amor”, sendo não apenas aquele amor designado à união sexual, mas também o amor próprio, o amor pelos pais e pelos filhos, a amizade e o amor pela humanidade em geral, bem como a devoção a objetos concretos e a ideias abstratas.

no indivíduo outra instância psicológica denominada ego ideal, para o qual o narcisismo primário é deslocado. Esse ego ideal, portanto, representa a personalidade que o indivíduo construirá satisfazendo o desejo dos pais, de modo que o indivíduo não possa perder o amor que sempre recebeu deles.

Como acontece sempre que a libido está envolvida, mais uma vez aqui o homem se mostra incapaz de abrir mão de uma satisfação de que outrora desfrutou. Ele não está disposto a renunciar à perfeição narcisista de sua infância; e quando, ao crescer, se vê perturbado pelas admoestações de terceiros e pelo despertar de seu próprio julgamento crítico, de modo a não mais poder reter aquela perfeição, procura recuperá-la sob a nova forma de um ego ideal. O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal (FREUD, 1996c, p. 101).

Os meios pelos quais a educação dos pais e posteriormente as instituições educativas reduzem a agressividade dos indivíduos decorrem pela via do direcionamento dos instintos ao ego. A pulsão destrutiva é assumida por uma parte do ego e deslocada contra parte dele, passando a ser denominada de superego. Esse superego seria a origem do que conhecemos como consciência. Em forma de sentimento de culpa, essa consciência é responsável por colocar contra o ego a mesma agressividade que ele teria gostado de satisfazer sobre indivíduos estranhos, gerando sentimento de culpa (FREUD, 1997). À vista disso, “A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada” (FREUD, 1997, p. 83). Todo ser humano, portanto, em contato com o processo civilizatório, experimenta um sentimento de desprazer ligado à submissão permanente. A necessária restrição dos impulsos por parte dos pais faz a criança desenvolver uma profunda hostilidade primeira sobre eles, que é posteriormente transformada num ressentimento contra a própria civilização.

Na primeira infância, a formação do superego, isto é, da consciência, dá-se pelo medo de perda de amor dos pais a quem os indivíduos prestam obediência, para manter o vínculo afetivo. Mais tarde, essa capacidade de julgamento de nossas atitudes quanto ao que pode ser concebido como bem ou mal é construída na dependência e relação com outras pessoas, isto é, à medida que o tempo passa, aqueles que educam, ensinam e todas as outras pessoas de seu ambiente – seus semelhantes – e a opinião pública são internalizadas na forma de sentimento de culpa (FREUD, 1997, p. 91). Portanto, “Conhecemos, assim, duas origens do sentimento

de culpa: uma que surge do medo de uma autoridade, e outra, posterior, que surge do medo do superego”.

Evidentemente, a violência marcante da história da humanidade demonstra que a civilização não consegue dominar totalmente esses impulsos agressivos a fim de que impeça todos os processos destrutivos humanos, pois, apesar da incessante busca pela redução da violência brutal, “[...] a lei não é capaz de deitar a mão sobre as manifestações mais cautelosas e refinadas da agressividade humana” (FREUD, 1997, p. 69). Isso porque as reivindicações éticas às quais a cultura submete o ser humano desconsideram sua constituição psíquica e sua consequente possibilidade de cumpri-las. Eles supõem que o ego, sistema que estabelece o equilíbrio entre as exigências do Id, as exigências da realidade e as ordens do superego, tenha total domínio sobre o comportamento inconsciente. Em consequência, para Freud (1997, p. 108), é um equívoco pensar no ser humano como uma espécie cujo comportamento seja totalmente controlado pela razão, visto que até “[...] nos chamados homens normais o controle sobre o Id não pode ir além de certos limites”. Por essa razão, na espécie humana, inconscientemente os indivíduos estão sempre dispostos a destruir uns aos outros, bastando, para isso, uma oportunidade em que seja isento da culpabilidade externa.

[...] o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo (FREUD, 1997, p. 67).

Prova disso seriam as reflexões que Freud descreve, em *Psicologia de grupo e análise do eu* (1996a), acerca do comportamento agressivo que muitos indivíduos podem adotar quando seu comportamento se dá em movimentos de massa.

Basta-nos dizer que na massa o indivíduo está sujeito a condições que lhe permitem se livrar das repressões dos seus impulsos instintivos inconscientes. As características aparentemente novas, que ele então apresenta, são justamente as manifestações desse inconsciente, no qual se acha contido, em predisposição, tudo de mau da alma humana (FREUD, 1996a, p. 82).

Isoladas e conscientes da fraqueza individual, as pessoas estão mais sujeitas às restrições das leis. No entanto, em massa, a sensação de poder e a possibilidade de não ser identificado permitem ao indivíduo a manifestação de seus impulsos reprimidos. Nesse momento, então, ele se usa de qualquer oportunidade para manifestar seu poder destrutivo, agindo

espontaneamente de maneira agressiva. Como, nesse tipo de movimento, o que prevalece são os instintos inconscientes, e não necessariamente motivações racionais, a massa permanece pronta para agir com ódio e violência sem reflexão sobre as situações que motivam logicamente sua atitude.

Inclinada a todos os extremos, a massa também é excitada apenas por estímulos desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa. [...] Ela respeita a força, e deixa-se influenciar apenas moderadamente pela bondade, que para ela é uma espécie de fraqueza. O que ela exige de seus heróis é fortaleza, até mesmo violência. Quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus senhores. No fundo inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição (FREUD, 1997, p. 85).

Portanto, uma análise das motivações do comportamento agressivo de indivíduos em uma massa requer o reconhecimento de que, nessas situações, “[...] todas as inibições individuais caem por terra e todos os instintos cruéis, brutais, destrutivos, que dominam o ser humano, como vestígios dos primórdios do tempo, são despertados para a livre satisfação instintiva” (FREUD, 1997, p. 85).

Essa psicologia de grupo é mais bem compreendida quando se toma a formação do ideal do ego. A tentativa de recuperação do narcisismo primário, isto é, aquele constituído na primeira infância, leva um indivíduo a deslocar sua libido narcísica em direção a um ideal do ego imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal. “Além do seu aspecto individual, esse ideal tem seu aspecto social; constitui também o ideal comum de uma família, uma classe ou uma nação” (FREUD, 1997, p. 108). A busca constante do necessário amor dos pais durante a primeira infância passa a ser transferida para a necessidade de obtenção de amor do grupo ao qual o indivíduo adulto deseja pertencer (FREUD, 1997). Exemplos desses grupos seriam as instituições religiosas e o exército. Todavia, essa união libidinal promove uma falta de liberdade do indivíduo, uma vez que sua constituição psíquica passa a ser regida pelo ideal que constrói de si mesmo mediante o desejo do grupo. Nesse momento, em nome dos valores desse grupo, os impulsos libidinais narcísicos podem ser empurrados para um segundo plano, o que motiva o indivíduo a lutar e a defender, a qualquer custo, os valores instituídos por essa massa.

Quando esse grupo é guiado por um líder, ocorre uma associação dele à figura paterna. “O líder do grupo ainda é o temido pai primevo; o grupo ainda deseja ser governado pela força

irrestrita e possui uma paixão extrema pela autoridade” (FREUD, 1997, p. 131). Consequentemente, para não perder o amor do pai primitivo, o indivíduo constrói o seu ideal do ego e, consequentemente, sua personalidade segundo os desejos desse líder. Como o líder assume essa posição paterna, em massa os indivíduos têm sede dessa liderança. Por esse motivo, a obediência a um líder não precisa necessariamente perpassar um motivo lógico e racional devido ao fato de que sua origem é decorrente de um vínculo erótico (FREUD, 1996a). “Interpretamos esse prodígio com a significação de que o indivíduo abandona seu ideal do ego e o substitui pelo ideal do grupo, tal como é corporificado no líder” (FREUD, 1996a, p. 132). No entanto, em muitos casos, as pessoas, apesar de não construírem o seu ideal de ego por intermédio do líder, mantendo sua primitiva autocomplacência narcisista, escolhem os seus líderes simplesmente por meio de uma identificação com ele. Nesses casos, a escolha desse líder, por parte dos indivíduos, representa a possibilidade de se expurgar, de maneira indireta, suas pulsões, possibilitando, assim, a manifestação da fúria agressiva reprimida pela cultura. Em outras palavras, a figura paterna, simbolizada pela figura de um líder agressivo, preconceituoso e autoritário, representa liberdade para a manifestação dessas pulsões inconscientes.

A seleção do líder é muitíssimo facilitada por essa circunstância. Com frequência precisa apenas possuir as qualidades típicas dos indivíduos interessados sob uma forma pura, clara e particularmente acentuada, necessitando somente fornecer uma impressão de maior força e de mais liberdade de libido. Nesse caso, a necessidade de um chefe forte frequentemente o encontrará a meio caminho, e o investirá de uma predominância que de outro modo talvez não pudesse reivindicar (FREUD, 1996a, p. 132).

Diante da explicação desses meios psíquicos inconscientes relacionados ao comportamento humano agressivo, Freud (1997) conclui que as restrições culturais relacionadas à ética possuem limitações, pois a “[...] a ética se dedica ao ponto facilmente reconhecido como o mais frágil de toda cultura” (FREUD, 1997, p. 108). A educação – que está diretamente relacionada ao processo civilizatório e formação cultural – representa um veículo para a repressão do indivíduo, o que contribui ainda mais para manifestação da agressividade e violência. Para ele, a escola é um espaço que busca preparar os indivíduos para uma sociedade supostamente formada por pessoas pacíficas e generosas que cumprem as prescrições éticas, que são virtuosas. Esse é um dos maiores equívocos do sistema educacional, uma vez que a escola deveria educar os indivíduos para estes compreenderem o ser humano tal como ele é, ou seja, que inconscientemente possui uma inata inclinação para a “ruindade”, a agressividade e a destrutividade, e também para a crueldade (FREUD, 1997).

Ao soltar os jovens na vida com uma orientação psicológica tão incorreta, a educação age como quem envia pessoas para uma expedição polar com roupas de verão e mapas dos lagos italianos. Torna-se aí evidente certo abuso das exigências éticas. A severidade destas não prejudicaria muito, caso a educação dissesse: “Assim deveriam ser os homens, para serem felizes e tornarem os outros felizes; mas é preciso ter em conta que eles não são assim” (FREUD, 1997, p. 97).

Portanto, com base na psicanálise freudiana, a agressividade está presente em todos os indivíduos, pois é constitutiva do eu. Essa agressividade estaria ligada à libido, sendo fruto de uma pulsão de morte, enquanto esta é explicada por meio de uma fundamentação tanto psíquica quanto biológica, em consequência de essa pulsão de morte ser marcada por uma constante necessidade de retorno do indivíduo a um estado inorgânico.

Mas, diferentemente dos animais não humanos, no momento em que o ser humano adentra o mundo da linguagem, sua agressividade deve ser reprimida pelo processo civilizatório, de modo a desenvolver a consciência dos indivíduos que necessitam renunciar ao gozo, para propiciar o convívio coletivo. Inconscientemente, essa repressão pode romper as barreiras da cultura e se voltar contra a civilização em forma de destruição.

No que concerne às obras analisadas, não conseguimos perceber uma clara distinção entre agressividade e violência. Isso porque, segundo Ferrari (2006), em Freud, a violência não chega a ser discutida segundo um conceito próprio, como é tratada a agressividade. Devido ao fato de a violência não atingir um estatuto de um conceito psicanalítico, vez ou outra se pode confundir o que ele concebe como agressividade e violência. Isso fica mais evidenciado nas duas obras que analisamos.

Contudo, mesmo que o pai da psicanálise não deixe clara a distinção desses dois fenômenos, Ferrari (2006), ao considerar a maneira como a Psicanálise – de modo geral – analisa esses fenômenos, interpreta que, enquanto a agressividade se vincula à pulsão de morte, a violência já pressupõe a inserção social no mundo da linguagem: “Na Psicanálise, a violência é vista sempre em um referencial que mostra que o encontro com a linguagem não é sem consequências para o humano” (FERRARI, 2006, p. 51). Para o autor, compreender a violência por meio da psicanálise requer que consideremos a inserção dos indivíduos em um laço social, os discursos que imperam em um dado contexto histórico e a forma como os sujeitos são capazes de reagir a eles, já que a pulsão de morte existe (FERRARI, 2006).

Também Koehme (2015) deixa claro que, para Freud, violência é o que o indivíduo internaliza da pressão social a que está submetido.

Como neurologista e pesquisador em ciências naturais, Freud também foi acusado de ser levado pelo determinismo de sua época. Muitas controvérsias surgiram por parte de teóricos, tais como Sándor Ferenczi, Georg Groddeck e Wilhelm Reich, acerca do fato de ele associar parte de suas teorias a fatores biológicos. Alguns desses críticos refletem que ele teria associado suas teorias à biologia apenas como uma forma de manter uma aparência naturalista, de modo a conquistar uma aceitação no campo da medicina (MARTINS, 2014). O fato é que, ao mesmo tempo que associa suas teorias a fatores biológicos, genéticos e filogenéticos, Freud pretende ampliar suas teorias à busca de explicação para fatores psíquicos, os quais o campo da biologia não havia atingido.

Também críticos, tais como Erich Fromm, Karen Horney e Erik Erikson, especulam suas teses relacionadas à libido e agressividade como um reducionismo psicológico de acontecimentos de ordem social. Denominados por Adorno (2015) de revisionistas, eles buscaram a compreensão da agressividade e violência eminentemente por uma visão sociologizante, o que, para o filósofo, trata de mais uma forma de reducionismo.

Evidentemente, conforme ressalta Adorno (2015), o campo de atuação da psicanálise abrange o estudo da constituição humana no âmbito da vida privada, dos conflitos familiares; economicamente falando, na esfera do consumo, tendo pouco a ser dito sobre sua relação com as esferas da produção material, o que limita uma compreensão totalizante da forma como fatores objetivos se associam à psicologia. Por isso, o filósofo – seguindo a tradição da teoria crítica – se apropria da psicanálise freudiana para comprimir os fenômenos sociais, deixando claro que esses não podem ser compreendidos apenas à luz de fenômenos subjetivos.

Dito isso, o próximo tópico destina-se a esclarecer a maneira como este teórico crítico se apropria da psicanálise, para pensar os processos psicossociais relacionados à agressividade, violência e barbárie.



## 2.3 PARA ALÉM DA PSICANÁLISE FREUDIANA

Ao tomar os elementos psicológicos atrelados ao desenvolvimento ontogenético e também não descartando o desenvolvimento filogenético dos indivíduos, Adorno (1995b) busca transpor a psicologia freudiana superando seu caráter psicológico reducionista dos instintos humanos (DUNKER, 2015). O campo de estudos de Freud é restrito à sua atuação como um representante da psicologia e ciências da natureza. Destarte, ao tratar da agressividade e violência, seu foco se mantém na psicologia do indivíduo. Adorno (2015) não abandona a tese de que o estudo dos fenômenos sociais necessita ser compreendido por meio do estudo da psicologia individual. Apesar disso, ele busca transcender o campo de atuação de Freud para entender de que forma os processos objetivos interferem na formação individual dos sujeitos. Sua compreensão (para além da de Freud) da agressividade e violência abrange tanto a psicologia quanto a sua relação com fenômenos sociais objetivos que geraram algo como a barbárie nazista. Seguindo a tradição de uma interpretação sociológica do preconceito e antissemitismo, segundo ele, a formação da personalidade dos indivíduos está diretamente relacionada ao clima cultural, o que contribui para a padronização dos seus pensamentos (ROUANET, 1983). Sua interpretação da barbárie que marcou o regime nazista alemão foi tratada não apenas como meros delírios individuais e subjetivos, mas também como parte do espírito objetivo (JAY, 2008). Seu maior aproveitamento da psicanálise consiste em considerar as psicopatologias como sintomas de um sistema irracional (DUNKER, 2015). Seguindo essa linha, para compreender a sociedade e a maneira pela qual as ideologias políticas e econômicas desencadeiam em barbárie, Adorno (1995b) se apropria dos estudos psicanalíticos, mas apenas para interpretar a maneira como o modelo político-econômico conscientemente manipula o inconsciente individual. Esse caminho contribui para sua compreensão do todo social (ROUANET, 1983). Por conseguinte, ele faz uma afirmação de que “Freud tinha razão quando não tinha razão” (ADORNO, 2015, p. 63), isto é, restringindo os processos sociais à psicologia individual Freud não considerou a razão para pensar psicanaliticamente a maneira como a autonomia e a liberdade humana são administradas no capitalismo tardio (DUNKER, 2015).

Ao que parece, Adorno (1995b) não abre mão da associação da agressividade humana a um instinto primitivo ou um impulso de destruição atrelado à pulsão de morte freudiana. No entanto, segundo sua perspectiva filosófica, o sentimento de culpa gerado pelo processo

civilizatório que, segundo Freud, resulta na manifestação da agressividade destrutiva é intensificado em uma cultura regida por um sistema político-econômico capitalista. Neste sistema, o ser humano frequentemente experimenta sentimentos de fracasso diante de uma promessa de liberdade e igualdade para todos, mas que, no fundo, resulta em opressão e exploração da classe que vive do trabalho. A maior fonte dos sintomas patológicos individuais é a apropriação ideológica da individualidade dos sujeitos, o que se traduz em patologias sociais (ADORNO, 2015). Assim, “Adorno valoriza o sentido formativo da experiência de sofrimento e dor física, instante de identidade [ainda que negativa] entre sociedade e indivíduo” (DUNKER, 2015, p. 20). Nesse contexto, a agressividade, fruto da pulsão de destruição humana, é manifestada na forma de barbárie, enquanto esta é caracterizada pelo momento em que a humanidade, mesmo se encontrando em um suposto elevado nível civilizatório, expressa essa agressividade como uma forma de regressão a um comportamento humano característico de seu estado primitivo ancestral. Isso ocorre pelo fato de as pessoas “[...] se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, por um impulso de destruição [...]” (ADORNO, 1995b, p. 155). Ele também a caracteriza como “[...] o preconceito delirante, a repressão, o genocídio e a tortura [...]” (ADORNO, 1995e, p. 117).

Assim, a agressividade gerada pela repressão civilizatória à qual Freud se referiu é ainda mais complexa do que o próprio pai da psicanálise poderia supor, visto que “[...] a pressão civilizatória observada por ele multiplicou-se em uma escala insuportável. Por essa via as tendências à explosão a que ele atentara atingiriam uma violência que ele dificilmente poderia imaginar” (ADORNO, 1995a, p. 122). Em consequência disso, as pulsões de vida e de morte devem ser tratadas de maneira dialética e analisadas no meio político-econômico em que ocorrem (DUNKER, 2015). Nesse sentido, entende-se que, em Adorno (1995b), a violência social necessita ser interpretada como um sintoma decorrente da própria violência advinda de uma cultura irracional, regida por um sistema político-econômico que impede a possibilidade de liberdade dos indivíduos por meio da repressão e administração da natureza humana.

Segundo Bassani e Vaz (2011), entender o conceito de natureza em Adorno (1985) requer a consideração de que o teórico crítico o trata segundo a mediação na análise, e não como um conceito determinado por meio de mediações prévias. Apesar disso, eles ressaltam que, para o filósofo, o conceito de natureza estaria atrelado a dois níveis de significados opostos e

ambíguos: um polo “positivo” e outro “negativo”. O primeiro refere-se a uma “[...] dimensão materialista, concreta, substrato sobre o qual se desenrola a história da humanidade” (BASSANI; VAZ, 2011, p. 14). Nessa concepção de natureza, a apropriação de conceitos e desenvolvimento da razão possibilita a ação humana para construir e transformar sua história. O segundo “[...] diz respeito ao mundo natural ainda não transformado pelo trabalho, ainda não incorporado pela história, não conhecido, em uma palavra, não humanizado” (BASSANI; VAZ, 2011, p. 14). Esse polo “negativo” remete-se ao mítico, responsável por conduzir o ser humano a um retorno de sua origem ancestral, a uma repetição do sempre igual e representa uma ameaça, visto que se encontra fora de controle do ser humano.

O domínio da natureza abordado por Adorno e Horkheimer (1985) associa-se tanto ao ambiente natural quanto ao que há de natureza nos seres humanos. Para os filósofos, o esclarecimento propicia a manipulação da natureza. No entanto, como esse domínio ocorre de forma violenta e desmedida por meio do domínio político-econômico da técnica, essa natureza humana se torna mítica. Ou seja, propicia ao ser humano um retorno à sua ancestralidade, à repetição daquilo que sempre foi: mera natureza.

A repressão dessa natureza é diretamente relacionada à formação de personalidades fascistas autoritárias. Rouanet (1983) destaca que, para o filósofo, a formação da personalidade autoritária – responsável por fazer um indivíduo estabelecer uma forma de se diferenciar das outras pessoas – surge numa certa fase do desenvolvimento ontogenético em que a criança começa a transcender o narcisismo primitivo. Até certa fase, uma criança não consegue diferenciar-se de outra. É como se ela e outra criança fossem a mesma pessoa. No entanto, com o desenvolvimento, sua observação passa ser regida por categorias dicotômicas, como “eu e outros”, eu e o mundo. “Essa atitude, indispensável para permitir a demarcação do Ego com relação ao não-Ego, prolonga-se sob a forma de julgamentos de valor do gênero bom e mau, que acabam se superpondo a delimitações do tipo *in-group* versus *out-group*” (ROUANET, 1983, p. 192).

No caso de um regime fascista, a dominação autoritária e repressão da natureza humana, ao moldarem a personalidade do indivíduo, fazem que ele não reconheça a própria natureza. O ego (eu), princípio de identidade que constitui a individualidade do sujeito, também é formado em condições objetivas. Embora seja ele mesmo algo originariamente psíquico, deve conter o

jogo de forças psíquicas e controlá-lo diante da realidade (ADORNO, 2015). De acordo com esse autor, “O conceito do eu é dialético, psíquico e não psíquico, um fragmento da libido e o representante do mundo” (ADORNO, 2015, p. 107).

Por meio de um ego construído com base no domínio massificado, os indivíduos não se reconhecem como natureza. Só enxergam os objetos e outros sujeitos mediante um eu que não é desenvolvido por meio da imitação (mimese) da natureza – que poderia encontrar no outro, externo a ele –, mas por intermédio de conceitos preestabelecidos por outros. Para esse sujeito, o sentido que atribui aos objetos, seu conceito sobre mundo e as pessoas são vistos não por reflexões produzidas pelo exercício do pensamento, mas por conceitos externos e pré-formatados pela indústria da cultura. Com isso, não há como perceber que existe outro não idêntico por meio do qual ele se constitui ontológica e filogeneticamente. Isso caracteriza o que Adorno e Horkheimer (1985) conceituam como “falsa projeção”. Diferente da mimese – comportamento primitivo por meio do qual o ser humano se identifica e imita a natureza – na “falsa projeção” o ser humano, ao ser destituído da própria natureza pelas sanções sociais, não se identifica, isto é, não reconhece, nas outras pessoas, a natureza que é comum a todos. Assim, na falsa projeção, conceitos que atribuímos aos outros por meio de uma projeção irracional proveniente da semiformação<sup>16</sup>, o indivíduo descarrega sobre o outro sua repulsa, ódio, aversão e preconceito, seus impulsos socialmente condenados. Apesar de não se reconhecer no outro, não aceita a própria natureza nele contida (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Por consequência, qualidades, sentimentos, desejos que não aceitam em si mesmo são expulsos do interior e localizados naquele que está fora, possibilitando a descarga dos impulsos agressivos que provêm do *id*, condenados pelo rigoroso superego. Logo, ele afirma que “A incapacidade para a identificação foi sem dúvida a condição psicológica mais importante para tornar possível algo como Auschwitz em meio a pessoas mais ou menos civilizadas e inofensivas” (ADORNO, 1995a, p. 134).

---

<sup>16</sup>Semiformação (*Halbbildung*) é um conceito adornoiano que se refere à formação cultural nos moldes da sociedade capitalista. Resumida a uma formação restrita ao pragmatismo característico do espírito social – marcado pelo fetiche da mercadoria –, a semiformação está mais atrelada a uma adaptação conformista dos indivíduos do que à possibilidade de uma transformação que objetive o alcance de uma sociedade constituída de seres livres, autodeterminados e iguais. Também associada à indústria cultural, essa semiformação é caracterizada por não encaminhar os indivíduos ao exercício da reflexão e do pensamento crítico, já que os conceitos atrelados ao seu conteúdo já são predeterminados, tendo por consequência uma formação conformista com uma realidade social pautada na ação imediata e exploração do trabalhador. Para aprofundamentos, cf. Adorno (1996).

A barbárie, portanto, não seria simplesmente fruto de um processo civilizatório baseado em uma cultura que exige renúncias para a formação e adequação do ser humano à sociedade; ela seria muito mais o resultado de um processo de aculturação que objetiva a adaptação dos indivíduos a uma sociedade que, apesar de ser regida por uma promessa de vida digna e livre para todos, no fundo é marcada pela injustiça social. Isso porque, apesar de a indústria cultural propiciar aos espectadores uma falsa impressão de satisfação das necessidades humanas, em um sistema marcado pela divisão social do trabalho como no capitalismo tardio, é a classe que vive da exploração do trabalho de outra que efetivamente tem acesso às condições objetivas para a conquista da tão prometida e sonhada digna condição humana de existência.

Penso que, além desses fatores subjetivos, existe uma razão objetiva da barbárie, que designarei bem simplesmente como a da falência da cultura. A cultura, que conforme sua própria natureza promete tantas coisas, não cumpriu a sua promessa. Ela dividiu os homens. A divisão mais importante é aquela entre trabalho físico e intelectual. Deste modo ela subtraiu aos homens a confiança em si e na própria cultura. E como costuma acontecer nas coisas humanas, a consequência disto foi que a raiva dos homens não se dirigiu contra o não cumprimento da situação pacífica que se encontra propriamente no conceito de cultura. Em vez disto, a raiva se voltou contra a própria promessa ela mesma, expressando-se na forma fatal de que essa promessa não deveria existir (ADORNO, 1995b, p. 164).

A renúncia à satisfação das pulsões de vida individuais reprimidas pelas condições de dominação e exploração do trabalhador torna-se coletiva, pois há uma massa a ela submetida. Consequentemente, é fácil o estabelecimento de um regime fascista, principalmente em situações de crise política e econômica, devido ao sentimento de não cumprimento dessa promessa.

O sentido dos direitos humanos era prometer a felicidade mesmo na ausência de qualquer tipo de poder. Como as massas enganadas pressentem que essa promessa, na medida em que é universal, permanecerá uma mentira enquanto houver classes, sua fúria se vê excitada; pois se sentem escarnecidas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 142).

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), o regime nazista era baseado em um sistema que pregava a concepção de trabalho como sinônimo de sofrimento e esforço braçal. Isso teve como consequência a formação de uma massa de trabalhadores, sendo submetidos a esse modelo de trabalho e, por isso, cegamente seguiam essa ideologia em vez de se tornarem intolerantes com os trabalhadores liberais que realizavam suas conquistas por meio de um trabalho inteligentemente planejado que exigisse menos dor ou esforço físico. Exemplo disso era a inveja aos judeus. O ressentimento produzido por esse modelo econômico produziu

recalque no trabalhador alemão que dependia desse sistema político-econômico para sua sobrevivência. Isso induziu os nazistas a desejar fazer com que os judeus fossem submetidos a uma intensa carga de trabalho braçal regida pelo sistema político-econômico.

Associa-se a isso a imagem do intelectual; ele parece pensar o que os outros não se permitem, e não derrama o suor da fadiga e do esforço físico. O banqueiro e o intelectual, o dinheiro e o espírito, expoentes da circulação, são o sonho renegado daqueles que a dominação mutilou e de que ela se serve para sua própria perpetuação (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 143).

Por esse motivo, os campos de extermínio de Auschwitz representam o auge das consequências desse modelo político-econômico de extrema direita, e não é à toa que a expressão “*o trabalho liberta*” foi registrada nas entradas de vários campos de extermínio nazista. É fácil fazer uma massa seguir as instruções de um líder autoritário como Hitler e descarregar sobre indivíduos uma fúria que deveria se dar contra o próprio sistema econômico que os reprime e é controlado por uma minoria de pessoas que compõem a classe que explora esses trabalhadores.

Uma vez que a integração fascista dos indivíduos nas massas os satisfaz somente de forma vicária, seu ressentimento contra as frustrações da civilização sobrevive, mas é canalizado para se tornar compatível com os objetivos do líder; funde-se psicologicamente com a submissão autoritária (ADORNO, 2015, p. 166).

Devido às causas inconscientes que regem esse ressentimento objetivamente produzido, Adorno (2015) ressalta que, para além do que Marx refletia, não basta saber que as massas são cultivadas por propagandas de um regime cuja motivação era baseada em ideias contrárias às necessidades da classe oprimida, mas quais mecanismos psicológicos essas propagandas satisfaziam. Agindo diretamente sobre o inconsciente dos espectadores, a propaganda nazista não necessitava ter explicações racionais para conquistar os alemães, porque conseguia despertar as pulsões individuais mais primitivas dessa nação: “A propaganda antidemocrática está mais concebida em termos psicológicos do que objetivos. Almeja convencer as pessoas manipulando seus mecanismos inconscientes, e não apresentando ideias e argumentos” (ADORNO, 2015, p. 137).

O termo irracionalidade é vago demais para descrever suficientemente um fenômeno psicológico tão complexo. Sabemos muito bem que a propaganda fascista, com toda a sua lógica enviesada e distorções fantásticas, é conscientemente planejada e organizada (ADORNO, 2015, p. 143).

Também uma rígida e repressiva educação pautada nos moldes de um sistema político-econômico de extrema direita tem como consequência a construção de uma massa facilmente manipulável. Isso ocorre porque, nesse caso, a educação se restringe a uma formação de indivíduos heterônomos, cuja personalidade é moldada a serviço de um Estado totalitário.

[...] o totalitarismo considera as massas não como seres humanos autodeterminados que decidem racionalmente seu próprio destino e que devem, portanto, ser tratados como sujeitos racionais, mas sim que ele os trata como meros objetos de medidas administrativas, ensinados, acima de tudo, a se auto anular e obedecer ordens (ADORNO, 2015, p. 142).

Em meio a esse padrão cultural, o despertar do narcisismo inconsciente faz com que o indivíduo veja, na figura de um líder, não mais uma figura paterna por meio da qual se busca o amor, mas vê no líder autoritário e agressivo a possibilidade de manifestação das suas pulsões reprimidas, cuja realidade não lhe permite manifestar. Os impulsos narcisistas, sendo menos satisfeitos devido ao endurecimento do mundo, acabam encontrando uma satisfação substitutiva com o todo ou com um líder (ADORNO, 2015). Evidentemente esse narcisismo é analisado por Adorno em meio a sua construção na esfera social, racionalmente regulamentada por leis políticas e econômicas. Desse modo, “Com certeza, até mesmo o modo de comportamento totalmente narcísico do psicótico não é desprovido de seu aspecto social. Pode-se muito bem construir certos tipos de doenças psíquicas segundo o modelo de uma sociedade doente” (ADORNO, 2015, p. 85). Eis o motivo de o teórico crítico pensar nas pulsões tanto de morte quanto de vida como conceitos dialéticos, pois estão relacionados a uma autopreservação narcísica, cuja construção deve ser analisada por uma psicologia social psicanaliticamente orientada (DUNKER, 2015). Mediante a contribuição social para a mediação do narcisismo, “O indivíduo, devido às dificuldades intransponíveis que se colocam hoje em dia no caminho de relações espontâneas e diretas entre os seres humanos, é forçado a dirigir para si mesmo suas energias pulsionais não utilizadas” (ADORNO, 2015, p. 60).

Em vista disso, por meio de princípios psicológicos conhecidos como “idealização”, o indivíduo atribui a um objeto qualidades de perfeição que o próprio sujeito não se sente capaz de alcançar. O *Führer* passa a representar, então, o objeto idealizado, é tomado como a extensão do próprio sujeito. Amar Hitler significa amar a si mesmo. Com isso, a pulsão de destruição inconsciente atrelada a um sistema econômico repressivo acaba gerando uma revolta levando a massa coletiva a se identificar com um líder agressor, preconceituoso e

hostil, por meio do qual as pessoas se sentem autorizadas a libertar seus impulsos (ADORNO, 1995d).

A agitação fascista está centrada na ideia do líder, não importando se ele realmente lidera ou é apenas mandatário de interesses de grupos [...]. Essa é a raiz última da, de outro modo enigmática, personalização da propaganda fascista, sua incessante reiteração de nomes de supostos grandes homens, em vez da discussão de causas objetivas (ADORNO, 2015, p. 166).

A consciência, fruto do superego desenvolvido no processo de formação do indivíduo, acaba sendo exteriorizada para o coletivo. A energia libidinal primária é mantida inconsciente, de modo a ser desviada para os ideais nacionais política e economicamente orientados. Assim, “Em cada situação em que a consciência é mutilada, isto se reflete sobre o corpo e a esfera corporal de uma forma não livre e que é propícia à violência” (ADORNO, 1995a, p. 127). Em vista disso, um demagogo fascista consegue manipular milhões de pessoas para objetivos altamente incompatíveis com o próprio interesse racionalmente planejado (ADORNO, 2015).

Vista a forma como a agressividade humana foi racionalmente manipulada pela violência do nazismo alemão, o próximo tópico destina-se a uma abordagem da maneira como o filósofo associa essa manipulação à barbárie que marca o capitalismo tardio. Momento em que, em tese, a sociedade já teria superado o fascismo que marcou os regimes totalitários registrados na primeira metade do século XX.

## 2.4 A PERPETUAÇÃO DA BARBÁRIE NO CAPITALISMO TARDIO

A contribuição mais significativa de Adorno (1995b) para a compreensão da produção da barbárie, bem como a necessidade da prioridade da educação em busca da sua redução, está no fato de o filósofo julgar a possibilidade de eventos como os de Auschwitz se repetirem. Isso porque, para ele, a despeito do elevado nível de esclarecimento e racionalidade, os processos ideológicos que atuam na mente dos indivíduos e desencadearam o apoio ao fascismo ainda persistem na sociedade.

A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica continua obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não emancipação (ADORNO, 1995c, p. 43).

Conforme Marx assinalara, além de condições objetivas, há meios ideológicos e educativos por meio dos quais os trabalhadores aceitam ser classe operária, interiorizando essa



dominação. Com base em Adorno (2015), compreende-se a forma como esse processo de dominação se dá objetivamente atuando na subjetividade dos sujeitos. Além disso, o pensador alemão nos fornece meios para entendemos a forma como a educação e cultura atuam para a perpetuação desse controle e produção da barbárie. Para ele, isso se dá mediante a introjeção da violência que ocorre por meio da interiorização da cultura: “Acredito que – e isto é Freud puro – justamente esses momentos repressivos da cultura produzem e reproduzem a barbárie nas pessoas submetidas a essa cultura” (ADORNO, 1995b, p. 157).

Mas, ao contrário da repressão sexual dos tempos de Freud e do que se deu nos períodos de repressão autoritária dos regimes fascistas em que o sistema de dominação exercia controle sobre as pulsões inconscientes, hoje o que ocorre é uma adesão ao sistema opressor por meio de uma suposta liberação do *id* e falsa liberdade (ROUANET, 1983). Além da repressão do próprio processo educativo pautado na apropriação de uma cultura dita erudita, Adorno (1995b) ressalta que, no capitalismo tardio, a barbárie ocorre por meio de uma cultura totalmente convertida em mercadoria. Esta, apesar de marcada pela promessa de autonomia, não tem por finalidade a formação de indivíduos livres, mas apenas a produção e reprodução dos sistemas econômicos de controle social, correspondentes aos valores de uso dos bens na sociedade de consumo. Os indivíduos absorvem a dominação devido a motivações subjetivas. Como descrito anteriormente, para Freud, o narcisismo primitivo que leva o indivíduo à necessidade de estabelecer relações primeiramente com os pais está atrelado ao egoísmo do instinto de autoconservação inerente aos seres vivos, de maneira geral (FREUD, 1996c). Também associado ao complemento libidinal, posteriormente esse narcisismo é dado com uma complementação do ego na relação social. Para Adorno (2015), entretanto, no capitalismo trata-se de uma cultura que abastece esse narcisismo, a qual, ao mesmo tempo que reprime, alimenta a liberação das pulsões sexuais. Sendo pulsões destrutivas ou sexuais, no fundo, não podem ser satisfeitas pela própria limitação das relações sociais endurecidas de um sistema que se apropria do tempo de convívio dos indivíduos, seja pela elevada carga horária de trabalho, seja por meio da indústria cultural no seu tempo livre. Por intermédio da indústria do consumo, o desejo é sempre estimulado, mas raramente satisfeito. Com isso, à maneira como ocorre em um regime fascista, controlado por um sistema econômico de extrema direita, esse amor recalado é transformado em obediência e transferido a ideias das instituições e a qualquer valor a elas associado (ADORNO, 2015).

Atrelada ao processo educativo, a indústria cultural, conforme Adorno e Horkheimer (1985), denomina essa cultura referente à música, a filmes e às demais formas de apropriação da cultura do consumo, corresponde à continuidade histórica de condições sociais objetivas que formam a antecâmara de Auschwitz, a racionalização da linha de produção industrial (ADORNO 1995a).

A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los abertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 105).

Para Adorno e Horkheimer (1985), por meio da formação, ou melhor, semiformação de um eu ideológico provocada por esses produtos e propagandas com falsa promessa de liberdade, os instintos recalcados são parcialmente liberados. Esse esvaziamento do eu individual, associado à decadência da família patriarcal no capitalismo tardio, com o consequente desprestígio da imagem paterna, favorece a formação de indivíduos com um superego frágil, visto que uma sociedade sem pai impede a dissolução harmoniosa do conflito edipiano por meio da identificação com a imago paterna<sup>17</sup> (ROUANET, 1983). Também a influência de instituições religiosas, nas quais o sujeito é sempre convidado a abstrair-se de sua essência em nome de uma entidade superior, contribui para uma docilidade conformista com a situação de falsa liberdade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Também na vida econômica moderna, uma educação que deveria ser de responsabilidade da família acaba sendo transferida para a escola. O indivíduo, impedido de reconhecer-se em sua essência, acaba identificando-se com o sistema agressor (ADORNO, 2015). Diferentemente do que ocorria no capitalismo liberal, em que os indivíduos se identificavam com o líder carismático, mas simultaneamente agressivo e preconceituoso, no capitalismo tardio, os indivíduos passam a depositar suas pulsões narcísicas por meio da idealização e identificação a personagens célebres – artistas, cientistas, políticos, pastores de igreja – insistentemente expostas ao público, na imprensa, na televisão, no cinema, pela máquina gigantesca da indústria cultural (ROUANET, 1983). O

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar que, quando se refere à figura paterna, tendo como base teórica a psicanálise, a presença dessa figura não significa necessariamente um pai representante da figura masculina, como é popularmente conhecido. Trata-se do “falo”, isto é, de uma representação da completude, do não sentimento de falta. Nada tem que ver com o órgão sexual masculino na forma literal, pois o que é sustentado como elemento organizador da sexualidade não é literalmente o órgão genital masculino, mas a representação psíquica imaginária e simbólica construída a partir dessa região corporal do homem. Assim, esse falo pode ser representado pelo pai propriamente dito, mãe, avós ou qualquer coisa ou pessoa que tenha para um sujeito a significação da completude (COSTA; BONFIM, 2014).

ego é construído por meio da identificação com os produtos e estilo de vida moldados pela indústria do consumo e o superego exteriorizado para essa cultura mercadológica:

Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade. A decisão que o indivíduo deve tomar em cada situação não precisa mais resultar de uma dolorosa dialética interna da consciência moral, da autoconservação e das pulsões. Para as pessoas na esfera profissional, as decisões são tomadas pela hierarquia que vai das associações até a administração nacional; na esfera privada, pelo esquema da cultura de massa, que desapropria seus consumidores forçados de seus últimos impulsos internos. As associações e as celebridades assumem as funções do ego e do superego, e as massas, despojadas até mesmo da aparência da personalidade, deixam-se modelar muito mais docilmente segundo os modelos e palavras de ordem dadas, do que os instintos pela censura interna (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 167).

Em consequência disso, os indivíduos não se identificam com a essência humana contida nas pessoas que fazem ou não parte do grupo social a que pertencem, mas se identificam com o estilo de vida moldado pelo mercado. “Cuidadosamente protegido através da manipulação da mirada do eu, o inconsciente, em sua pobreza e indiferenciação, coexiste de modo feliz com a padronização e o mundo administrado” (ADORNO, 2015, p. 93). A autoridade mercadológica, com os artistas, políticos, a imprensa, passam agora a representar uma abertura para a manifestação dos desejos de destruição, o que contribui para a perpetuação da intolerância e violência irracional. Nesse caso, semelhantemente aos judeus, comunistas, entre outros, na época do regime alemão, a vítima pode ser qualquer pessoa que não faça parte ou que não se ajuste aos valores conservadores do regimento institucional.

A cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção. E como as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar do assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão logo se converta na norma e se sinta poderosa enquanto tal (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 142).

O domínio e a manipulação instrumental da natureza – para a qual a técnica é uma ferramenta indispensável – acabam por levar à instrumentalização do ser humano, transformando-o em objetos e coisificando as relações sociais (ADORNO, 1995a). Com isso, a barbárie praticada, desde um soldado nazista, um cidadão alemão comum até um jovem líder de uma quadrilha à pratica dos mais cruéis atos de violência, é o resultado de uma ausência de consciência do indivíduo. Ela é provocada por uma ordem social em meio a um sistema político-econômico, o qual produz indivíduos heterônomos que voltam seu inconsciente ódio e sua fúria agressiva contra aqueles com os quais não se identifica (ADORNO, 1995a). “No começo as pessoas

desse tipo se tornam por assim dizer iguais a coisas. Em seguida, na medida em que o conseguem, tornam os outros iguais a coisas” (ADORNO, 1995a, p. 130).

Nesse contexto, inserem-se os efeitos destrutivos de uma educação pautada meramente em uma estratégia de formação técnica, destinada exclusivamente ao atendimento de necessidades pragmáticas e instrumentais, sem cogitar a forma social em que o trabalho humano se concretiza, isto é, apenas como uma formação carente de reflexão crítica que desconsidere o uso ideológico da educação com um instrumento para a perpetuação do domínio do sistema.

Em razão disso, ele alega que “[...] o retorno ou não retorno do fascismo constitui em seu aspecto mais decisivo uma questão social e não uma questão psicológica” (ADORNO, 1995a, p. 123).

[...] a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão. É isto que apavora. Apesar da não visibilidade atual dos infortúnios, a pressão social continua se impondo. Ela impele as pessoas em direção ao que é indescritível e que, nos termos da história mundial, culminaria em Auschwitz (ADORNO, 1995a, p. 120).

Eventos como esses conduziram à barbárie visto que não exploram a capacidade de raciocínio pautada em uma consciência da lógica de dominação social em que os indivíduos estão inseridos. Sobre a racionalidade, Adorno assim pensa:

Em geral este conceito é apreendido de um modo excessivamente estreito, como capacidade formal de pensar. Mas esta constitui uma limitação da inteligência, um caso especial da inteligência, de que certamente há necessidade. Mas aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo — a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é (ADORNO, 1995 d, p. 151).

Logo, do mesmo modo que um processo educativo que forma indivíduos, tais como os cientistas, que se usaram da técnica para os experimentos realizados com judeus ou dos engenheiros que projetaram os trilhos dos trens que conduziram milhões de pessoas para Auschwitz, como parte da formação em uma sociedade administrada pelo capitalismo tardio, o desenvolvimento científico não conduz necessariamente à emancipação (ADORNO, 1995a). Como se encontra vinculada a esse modelo de formação, a ciência é levada a se converter em força produtiva social nos moldes desse sistema. Diretamente ligada a uma racionalidade produtivista, seu sentido ético e a formação a ela concernentes ficam à mercê do sistema

econômico. Nesse molde, a ciência, que, nos primórdios do seu desenvolvimento, surgiu como uma possibilidade de libertação do homem dos mitos, ainda contribui muito para a perpetuação do modelo capitalista que busca apenas a adaptação dos indivíduos, e não para a superação desse modelo que reproduz a barbárie (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Por fim, o esclarecimento, sendo condicionado culturalmente, limita os padrões dessa indústria a uma falsa experiência que se restringe à perpetuação dos modos econômicos de controle. Tal como ocorria nas propagandas de ideologia nazista, no capitalismo tardio, a indústria cultural, apropriando-se do inconsciente dos indivíduos, enfraquece o eu, reprimindo a formação da identidade individual. Isso desencadeia uma aceitação da repressão social que resulta em um retrocesso da humanidade civilizada à violência primitiva, a uma agressividade com fins em si mesma e acontece como forma de expurgar o ressentimento não apenas de sujeitos providos de uma natureza humana reprimida pela civilização, mas também de cidadãos que, além de serem submetidos à exploração econômica, são constantemente esvaziados de si mesmos e do pensamento crítico, o que os leva a defender os valores em prol dos interesses econômicos dos próprios sujeitos que os dominam.

Resumidamente, Adorno (1995a) não desiste da concepção freudiana da agressividade como um impulso primitivo que se remete à libido e pulsão de morte. O filósofo concorda com Freud, ao manter a tese de que o processo civilizatório, ao reprimir essa agressividade e libido, gera um ressentimento inconsciente nos indivíduos. No entanto, para além das teorias do psicanalista – que restringe sua análise à psicologia do indivíduo em sua relação social –, Adorno (2015) discorre que, por ser atrelada à constituição do eu (ego), a manifestação dessas pulsões necessita ser analisada dialeticamente, pois, além de a formação do Ego ocorrer por meio das relações sociais, a manipulação destas está diretamente relacionada ao modelo político-econômico. Nesse viés, ele busca superar o tratado freudiano, abordando, além dos fatores psicológicos, as condições sociais objetivas que impactam diretamente a formação da personalidade dos sujeitos, principalmente no que concerne à personalidade narcisista e autoritária. Aí entram as suas reflexões sobre a influência da semiformação e indústria cultural na consciência das pessoas. No capitalismo tardio, o esvaziamento dos indivíduos e a consequente irreflexão provocada por uma semiformação tendem a fazer com que os indivíduos apenas reproduzam os conceitos que recebem. Carentes de um pensamento crítico, a consequência dessa formação é a falsa projeção. Com isso, os indivíduos não toleram nos

outros a natureza que não aceitam em si mesmos, pois é reprimida pela civilização e condenada pelo superego. Isso gera o ódio, a raiva, a não aceitação e o preconceito contra aquele que não se adapta às regras e padrões das instituições e sistemas que formam esses sujeitos autoritários.

Também por meio da indústria da cultura, o narcisismo é constantemente abastecido. Consequentemente, as pessoas transferem esse narcisismo identificando-se com personagens célebres e agressivos, assim como a massa alemã concebia a figura de Hitler como uma fonte de identificação do seu narcisismo e libertação das pulsões reprimidas. Por meio dessa identificação, suas pulsões são supostamente liberadas. O desenvolvimento do superego ou de uma consciência própria, responsável por inibir a manifestação da agressividade destrutiva, acaba sendo conduzido para o sistema, visto que os indivíduos são expropriados de si mesmos e da consciência.

Em alguns momentos, percebe-se que, bem como Freud, Adorno (1995a) não distinguiu concretamente agressividade e violência primitiva, principalmente quando as associa ao fenômeno da barbárie. No entanto, em nosso entender, com base em uma interpretação ampla da filosofia adorniana, a agressividade parece ser concebida como uma característica inerente ao ser, à formação do ego e, por isso, faz parte da constituição de todos os indivíduos em sua relação social. Essa agressividade ou violência podem ser manifestadas em momentos de revolta e luta em nome de um bem-estar coletivo, quando estão pautadas em uma reflexão crítica, a fim de serem utilizadas na busca por um sistema mais justo para a humanidade. Contudo, quando ocorrem na ausência de um pensamento crítico, a violência passa a acontecer apenas como comportamento com fim em si mesmo. E, por essa razão, elas representam um retorno a uma natureza selvagem, primitiva.

O principal problema em torno dessa agressividade e violência se dá no momento em que estas se manifestam com esse comportamento primitivo, irracional, carentes de uma reflexão crítica. Este não se traduz em efeitos que buscam uma melhoria contínua de condições humanas mais dignas, rompendo os limites da ética. Isso é típico de comportamentos dos indivíduos quando estão em massa, independentemente dos valores que pretendem defender. Seu objetivo é apenas a manifestação de ressentimentos para fins destrutivos que não refletem

na transformação social que poderia levar os indivíduos e a humanidade a mudanças das condições objetivas causadoras dessa revolta.

Nesse caso, Adorno (1995b) passa a conceber esse tipo de violência como barbárie, enquanto esta é caracterizada como uma ocasião de comportamento irracional marcado por um retorno do ser humano a um estágio primitivo de violência ou agressividade selvagem. O traço característico da barbárie marcante dos regimes fascistas na primeira metade do século XX é o exemplo cabal da maneira como essa barbárie pode ser ideológica e conscientemente planejada e manipulada. Por isso, o traço marcante do motivo pelo qual a classe operária apoiou o sistema nazista não pode ser interpretado apenas como motivações racionais, porque existem mecanismos psicológicos inconscientes aparentemente satisfeitos pelas propagandas que proclamam sua ideologia. Para Adorno (1995b), esse fenômeno pode ser recorrente porque, além dos fatores psicológicos, condições objetivas marcadas pelo domínio de classe ainda persistem no capitalismo tardio. Em detrimento disso, concordamos com Pucci (2007), quando ressalta que, para Adorno (1995b), a barbárie é sempre um ato de violência, apesar de nem todo ato de violência poder ser tratado como barbárie, pois existem momentos que a própria luta social contra o domínio político-econômico pode exigir a manifestação da violência, desde que esta esteja pautada em uma consciência crítica, em uma finalidade transparente. Para essa prática, a teoria torna-se indispensável. A barbárie, por seu turno, se dá na ausência de uma consciência crítica e racional das razões humanas pelas quais se luta. Por isso, o apoio do trabalhador às atitudes violentas do nazismo são traços de barbárie, pois, longe de ocorrerem segundo motivações racionais em busca de condições mais dignas para os trabalhadores, as motivações político-econômicas foram ideologicamente manipuladas pela classe que os oprimia, o que levou a nação alemã, assim como todos os países envolvidos na Segunda Guerra, a condições humanas ainda mais precárias.

Também apoiados em Adorno e Horkheimer (1985), entendemos que o conceito de violência começa a se distanciar de agressividade, quando eles concebem a primeira como um resultado do domínio ideológico da natureza humana. Para eles, esse tipo de violência, longe de ser concebido apenas como uma agressividade primitiva inconsciente, é traduzido como um sintoma de um sistema político-econômico doente e irracional, que, pautado na organização de uma estrutura produtiva – cuja mercadoria é o motor central –, induz a sociedade ao não exercício do pensamento, mesmo sendo composta por indivíduos que têm total capacidade de pensar. Portanto, apesar de a agressividade ser inerente à constituição primitiva na formação

do sujeito, não há como pensar nessa manifestação da violência primitiva e irracional, sem refletirmos sobre a violência planejada que provém de um sistema político-econômico opressor. Nesse caso, estamos referindo-nos a uma apropriação da subjetividade dos sujeitos induzindo o ser humano à barbárie. Adorno (1995b) deixa claro que a barbárie nazista marcante no século XX foi fruto de um processo de dominação ideológica, racionalmente planejada por uma classe social minoritária, que se apropria da técnica, ciência e reprime os indivíduos por meio de uma cultura mercadológica imposta ao trabalhador e concomitantemente constitui a base da perpetuação e das injustiças sociais dela advindas. Isso resulta em ressentimento que se traduz em atitudes típicas de um comportamento humano ancestral, cuja agressividade primitiva é manifestada na forma de uma violência irracional, principalmente em movimentos de massa. Essa violência ocorre apenas com o fim em si mesma, deixando claro que a civilização instituída tal como sucede, isto é, por meio do sacrifício da natureza interna e externa, em detrimento do sistema capitalista, ainda está longe de ser concebida como um sucesso da civilização sobre a selvageria do animal humano. Pelo fato de essas ideologias político-econômicas, associadas à barbárie, ainda persistirem nos tempos atuais, não é um equívoco pensar que Auschwitz pode repetir.

Apesar de reconhecermos que existe a presença da natureza ancestral no ser humano, que a pulsão de morte está presente nos indivíduos e principalmente que esses comportamentos inconscientes podem ser manipulados para fins de interesses político-econômicos, com base em Adorno (1995a), parte-se do pressuposto de que o ser humano é dotado de um potencial racional por meio do qual é possível torná-lo consciente, ser capaz de transformar a realidade social e decidir conscientemente os próprios destinos. Evidentemente não esquecer que tanto por meio da razão ele produziu e ainda produz as técnicas mais sofisticadas para a dominação e extermínio de grupos da própria espécie, quanto da racionalidade pautada na reflexão crítica é possível reverter este quadro.

A educação, a racionalidade e a cultura, portanto, necessitam ser tratadas dialeticamente, pois simultaneamente podem ser ferramentas não só para a liberdade e emancipação, para auxiliarem na construção de uma vida livre, mas também para a dominação do ser humano. Em outras palavras, elas são fonte de desgraça e concomitantemente de libertação. Com base nos fatores objetivos relacionados à agressividade, à violência e ao processo de produção da barbárie, destaca-se que, unicamente por meio da educação, não será possível uma solução



imediate da violência. Entretanto, mediante um trabalho educativo que considere os mecanismos psicológicos relacionados à manipulação ideológica do comportamento que conduz a humanidade à barbárie, aposta-se na possibilidade de uma formação pautada na reflexão e consciência crítica, no intuito de criar as possibilidades de transformação dessa realidade social.

Abordada a maneira como Adorno (1995a) concebe a agressividade, violência, barbárie e principalmente as ideologias políticas e econômicas a elas associadas, nossa análise das teorias biológicas de Lorenz (1974) e Wilson (1981) será baseada na relação que esses autores estabelecem entre a violência e barbárie ante a agressividade animal. Nosso principal objetivo é analisar se esses autores consideram o processo de produção da barbárie como uma manipulação ideológica da agressividade humana, conforme a concepção adorniana.

O próximo tópico destina-se à exposição dos pressupostos teóricos da Etologia e Sociobiologia.

### 3PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ETOLOGIA E SOCIOBIOLOGIA

Tanto a etologia quanto a sociobiologia são campos de estudo da biologia. O termo biologia (do grego *bios e logos*) foi introduzido por Lamarck, em 1802, para designar, dentro do campo das ciências naturais, a ciência da vida animal e vegetal. Até então, essa área do conhecimento era denominada de “história natural”. Já presente na obra de Aristóteles e no Renascimento, desdobrou-se em ramos distintos: botânica, morfologia, anatomia, evolução, genética, fisiologia e ecologia.

Até meados século do XVIII, as concepções da origem do homem foram predominantemente marcadas pelos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana, que estendeu seu poder pelo mundo e marcou a história e o pensamento ocidentais. A partir do século XVIII, alguns cientistas passaram a propor ideias acerca da origem do mundo e evolução das espécies, em discordância ao pensamento dogmático sobre a criação. Uma das personagens históricas de maior destaque nesse movimento foi o cientista e naturalista britânico Charles Robert Darwin.

A partir do lançamento dos livros *A origem das espécies* (1859) e *A origem do homem* (1871), a ciência, especificamente a biologia, passou a ocupar o domínio da teologia e o espaço do sagrado no que se refere ao estudo da vida. A concepção do homem como imagem e semelhança de Deus, separado das outras espécies, começava a ser posta em xeque pela ciência. Apesar de as contribuições de Darwin serem significativas para o estudo da origem do homem no campo das ciências naturais, a ideia de uma relação de semelhanças entre os homens e os animais remonta à antiguidade grega, a começar por Aristóteles.

Neste capítulo, o objetivo é apresentar os aspectos históricos que perfazem os pressupostos teóricos relacionados aos estudos da natureza humana que fundamentam a etologia e sociobiologia. Como se verá, na longa jornada de vínculo ao estudo do comportamento humano atrelado à pesquisa do comportamento agressivo animal presente nessas duas áreas, ganha destaque a teoria da evolução por seleção natural de Darwin, elaborada, em especial, sob a inspiração do ensaio sobre a população do economista Thomas Malthus (1766-1834).

### 3.1 A NATUREZA HUMANA

A etologia é uma disciplina caracterizada pelo estudo comparado do comportamento animal e humano, a qual busca padrões globais de comportamento dos organismos sob as condições naturais. Foi fundada pelo fisiólogo do comportamento animal Konrad Zacharias Lorenz. Nascido em Viena, em 1903, Lorenz faleceu em 1989. Foi prêmio Nobel da Medicina em 1973, com os seus trabalhos sobre o comportamento. Para ele, a origem da Etologia reside nos estudos comparados dos ornitólogos Charles Otis Whitman e Oskar Heinroth (LORENZ, 1995). Enquanto a preocupação da etologia está atrelada ao estudo comparado do organismo individual e sua fisiologia,

[...] a Sociobiologia, ao contrário, é uma disciplina mais explicitamente híbrida que incorpora conhecimentos de Etologia (o estudo naturalístico de padrões globais de comportamento), da ecologia (o estudo das relações dos organismos com o seu ambiente) e da genética, no intuito de deduzir princípios gerais concernentes às propriedades biológicas de sociedades inteiras (WILSON, 1981, p. 16).

Criada pelo biólogo Edward Wilson, a Sociobiologia nasceu nos Estados Unidos, entre o fim da década de 1960 e 1970, tendo como inspirador Konrad Lorenz, famoso, desde a década de 1930, por suas pesquisas no campo da etologia. Wilson fez adeptos que, ao longo dessas décadas, têm incrementado as ideias iniciais da sociobiologia. Essa disciplina entende haver uma *natureza humana*, isto é, um “[...] conjunto completo de predisposições inatas de comportamento que caracterizam a espécie humana no sentido mais estrito, as predisposições que afetam o comportamento social” (WILSON, 1981, p. 217). Essa natureza é concebida como produto da evolução orgânica associado à concepção evolucionista atrelada ao comportamento animal.

Darwin advertiu-nos sobre o orgulho quanto à nossa espécie e nos ensinou que devíamos procurar bases de nossa cara moralidade no “instinto” e não numa “consciência” implantada por Deus. E naturalmente Konrad Lorenz exorta-nos a deixar a vaidade e aceitar com humildade nosso lugar na natureza ao lado dos animais, desistindo da ilusão de que, mediante a educação adequada, “todos os homens podem converter-se em cidadãos angelicamente ideais” (BOCK, 1982, p. 17).

Para Lorenz (1974) e Wilson (1981), a história é uma expressão da natureza humana e, quanto mais soubermos sobre a evolução e a estrutura dessa natureza, tanto mais compreenderemos o que vem a ser a história. Apesar de essa disciplina fazer alusão à teoria darwinista para o estudo da natureza humana, Bock (1983) salienta que a preocupação em relacionar a natureza humana à animal é uma ideia que prevalece há séculos e que certamente foi muito antes de

1859 (ano de publicação do livro *A origem das espécies*). O sociólogo ressalta também que os teóricos sociais muito fizeram para fomentar essa perspectiva. Vincularam seres humanos a outros animais, séculos antes de as ciências biológicas atingirem sua forma moderna, e perceberam analogias entre as sociedades humanas e animais antes que os biólogos levassem a sério a comparação.

Com base em uma comparação entre a natureza humana e animal, passou-se a associar a agressividade e a maldade como características inatas. No entanto, Sacarrão (1989) esclarece que é importante ressaltar as contribuições de Ashley Montagu, para quem a concepção do homem como um ser provido de maldade é resultado de uma antiga ideia de pecado original que passou a influenciar o homem ocidental, que não passa de uma secular história religiosa a considerar que os homens nascem, vivem e morrem pecadores. Para esse autor, essa história

[...] é anterior à civilização judaico-cristã porque noutros povos também teria havido necessidade de explicar a existência do mal, concebendo-se, então, igualmente a noção da queda: o homem primeiro teria sido bom e inocente, o mundo era um paraíso, mas, tendo o homem caído em tentação e perdido a inocência, jamais voltou à condição da candura original e o Velho Testamento juntou a isto o conceito de depravação [...] Os Gregos consideravam as crianças e as mulheres como seres inferiores, mas a tradição judaico-cristã deu outra dimensão ao estigma, introduziu-lhe a ruindade e o vício como maldição (SACARRÃO, 1989, p. 120).

Almeida (2010) salienta a contribuição de Thomas Hobbes, que, já em 1640, tratou da questão da agressividade natural na obra *Elementos da lei natural*. Segundo o autor, “Hobbes, no século XVII, criou uma filosofia política voltada para uma natureza humana egoísta, agressiva e querelante. Ele usa referências dicotômicas entre natureza e cultura, mas considera que o homem é passional por natureza” (ALMEIDA, 2012, p. 19).

O autor também cita as contribuições de Rousseau, segundo o qual

[...] o homem, ou melhor, a criança é naturalmente piedosa e usa a agressividade apenas para defesa contra as dificuldades do meio físico e maturação de estratégias de sobrevivência, sendo a violência um produto do desenvolvimento social (ALMEIDA, 2010, p. 20).

Ele ainda considera que, para Rousseau, o desenvolvimento da razão e da moral no homem parte da passionalidade e da socialização.<sup>18</sup> A piedade, o amor de si e da sensibilidade – a faculdade inicial da qual decorrem a razão e a moral – fornecem-nos a oportunidade de nos

<sup>18</sup>Laraia (2006) também considera que, para Rousseau, a educação teria a possibilidade de completar a transição entre os grandes macacos (chimpanzé, gorila e orangotango) e os homens.

livrar do determinismo biológico, fazendo ascender uma dimensão eminentemente humana. Por meio do mito do bom selvagem e principalmente da criação de Emílio, os homens seriam passíveis de ser atingidos, apesar dos desvios e da degradação da sociedade civil, mediante o contrato social e por meio da educação (ALMEIDA, 2010).

Bock (1982) acrescenta que, assim como Rousseau, James Burnet considerava que a importância de conhecer o homem partindo do pressuposto de que o desconhecimento daquilo que seja o animal implica desconhecer aquilo que é o homem. Para ele, “[...] a diferença entre o homem e as feras reside no fato de que os homens possuem uma capacidade para adquirir intelecto ao passo que o instinto é o princípio regulador dos animais” (BOCK, 1982, p. 28). O homem pode abstrair, enxergar a espécie no indivíduo e ser consciente de si mesmo, e nenhum animal atingiu (até agora) tal nível mental. Por ser o homem capaz de orientar sua conduta pelo intelecto, ele pode transformar-se no curso do tempo, ao passo que os animais permanecem tais como foram originalmente criados. Significa isso que os homens fazem a si mesmos e que não há diferença entre o homem e os animais, exceto pelo que são capazes de fazer por meio da cultura e da educação.

A aceitação do homem como um animal foi, portanto, comum na antiguidade, no Iluminismo ocidental, no Renascimento e na Idade Média. Mais do que isso, porém, “[...] ele era frequentemente encarado como um animal comum, inferior e mau” (BOCK, 1982, p. 29).

Maquiavel e Hobbes chamaram mais atenção quanto a isso. Maquiavel destitui as pessoas de todas as suas caras qualidades humanas e as reduzia à condição de animais governados mais eficazmente pela força e engodo. Thomas Hobbes, embora deixando ao homem o quinhão estritamente suficiente de razão para justificar certa diferença, tornava claro que, no referente aos dotes naturais, ele é sórdido e brutal (BOCK, 1982, p. 26).

Por fim, o biólogo Sacarrão (1989) considera que “A maldade inerente à substância biológica do homem, à sua natureza profunda, foi reforçada e pretensamente justificada com a revolução darwiniana (o homem herdou e desenvolveu instintos do seu passado animalesco)” (SACARRÃO, 1989, p. 121). Por isso, no próximo tópico, busca-se compreender a relação que se faz entre a teoria de Darwin e a explicação da maldade humana.

### 3.1.1 A origem do homem na perspectiva darwiniana

Darwin (1982) afirma que seu trabalho teve forte influência de publicações de muitos filósofos, políticos liberais e naturalistas, tais como os naturalistas Alfred Russel Wallace, Jean-Baptiste Lamarck e Carl Vogt, o médico Thomas Henry Huxley, o botânico Charles Lyell, o político liberal e cientista John Lubbock, entre outros, os quais já haviam chegado à conclusão de que o homem tinha uma origem em comum com alguma forma antiga, ínfima e extinta.

O naturalista francês Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) argumentava que as espécies seriam dotadas de uma “força interna” que as induziria a produzir uma prole diferente de si própria e o acúmulo dessas mudanças provocaria uma transformação da espécie em outras no decorrer do tempo. Lamarck propôs o mecanismo conhecido como *herança dos caracteres adquiridos*, no qual as mudanças adquiridas pelos organismos ao longo do tempo, como características adquiridas por acidente, doenças e exercícios musculares, poderiam ser transmitidas para a progênie do indivíduo. Em sua mais conhecida discussão acerca dos caracteres adquiridos, destaca-se o tamanho do pescoço das girafas. Para ele, quando as girafas esticam o pescoço para se alimentarem, com o ato de pegar folhas expostas nos galhos de árvores mais altas, sua prole desenvolveria pescoços mais longos, mesmo sem esse esforço.

Enquanto Lamarck realizava seus estudos, Darwin estava a construir as próprias ideias. A bordo no navio *Beagle* entre 1832 e 1837, Darwin percorreu a América Latina, onde realizou várias coletas que incluíam, entre outras espécies, uma série de aves – os tentilhões da ilha de Galápagos. A observação de Darwin quanto à variabilidade dos tentilhões, em aves (aves similares a avestruzes), de acordo com as diferentes regiões de onde procediam, fê-lo pensar na possibilidade de que, diferentemente da teoria dogmática que tendia à criação das espécies segundo uma forma fixa, as espécies poderiam sofrer certas modificações com o passar do tempo, o que poderia responder à causa de tamanha variabilidade de espécies (RIDLEY, 2006). Mas o mecanismo que poderia explicar a mudança das espécies ainda era uma incógnita. Além disso, observou tamanha adaptação desses organismos a cada ambiente que ocupavam, como uma rã ou pica-pau arborícola, para subirem em árvores, ou semente para dispersão por ganchos ou plumas (RIDLEY, 2006). Nesse caso, a adaptação desses organismos também era algo que ainda exigia explicação. Como é possível cada tipo de

organismo adaptar-se tão bem ao ambiente que ocupa? Nesse momento, o *Ensaio sobre população* (1798), de Malthus, foi significativo para a elaboração da teoria que faltava a Darwin.

### 3.1.2 Ensaio sobre população

O *Ensaio sobre população* – livro de autoria do economista Thomas Malthus (1766-1834) – foi decisivo para a conclusão das suposições darwinianas acerca da origem das espécies. Parte da motivação para que publicasse seu ensaio foi um conflito ideológico que ele travou com o filósofo anarquista William Godwin (1756-1836). A celeuma girava em torno da possibilidade de o ser humano ser ou não capaz de intervir, por meio da razão, nos comportamentos sociais que tanto degradavam a população, tais como a fome, a miséria e a crueldade.

Para este filósofo, a causa da miséria humana, bem como as implicações sociais dela provindas – violência e maldade –, era desencadeada pelas decisões políticas e econômicas pautadas na acumulação de riqueza e propriedade privada do sistema capitalista. Para ele, portanto, se houvesse uma mudança do sistema econômico e intervenção humana por meio do intelecto, para uma realidade pautada na igualdade de classes, seria possível à sociedade viver de uma forma mais feliz e, com isso, exterminar a violência, a agressividade e a maldade.

Na contramão da teoria de Godwin, Malthus (1996) afirma que, muito mais do que o modelo econômico, a verdadeira causa dos acontecimentos que impossibilitam sociedade de viver de forma pacífica e feliz seria a natureza humana, à qual o homem estaria sempre condenado, sendo impossível à humanidade viver eternamente de forma realizada e livre da miséria e dos conflitos.

Compreender o contexto histórico em que o ensaio de Malthus foi escrito é imprescindível para entender sua obra, na qual ele “[...] demonstra limpidamente seu posicionamento ideológico, sua visão filosófica, e deixa patente seu pessimismo quanto à possibilidade da felicidade humana em vida” (GALVÊAS, 1996, p. 6).

O advento da Revolução Industrial, a partir de 1750, trouxe consigo uma infinidade de consequências para o sistema produtivo e para as relações sociais de produção. Novas

tecnologias eram constantemente adaptadas à agricultura e à indústria manufatureira. A produção agrícola, que se mostrava insuficiente para o abastecimento da população – que crescia consideravelmente –, passou a ser submetida a um processo de mecanização, tendo provocado um considerável deslocamento de trabalhadores do campo para os centros urbanos.

O êxodo se ampliou e provocou o inchaço desses centros, o que resultou em baixos salários na indústria, acúmulo de capitais na economia, aumento da jornada de trabalho, que não poupava crianças e mulheres, recrudescimento da promiscuidade devido ao inchaço das moradias e, como consequência, epidemias de cólera, tifo, miséria e morte em grande escala. Essa situação desencadeou também o aumento de assaltos, violência e conflitos nas cidades (GALVÊAS, 1996). Em meio a esse cenário, o parlamento inglês criou um sistema de auxílio financeiro administrado pelas paróquias – as chamadas casas de trabalho (*workhouse*) –, que davam um auxílio às famílias mais carentes e cada trabalhador recebia o mínimo necessário para subsistência.

Nesse ínterim, muitas críticas acerca dos motivos da miséria, violência e fome na população foram tecidas por vários pensadores, entre os quais William Godwin, partidário do anarquismo filosófico. Em seu livro *Enquiry Concerning Political Justice and its Influence on Morals and Happiness* (de 1793), ele expressou sua posição quanto às causas dos problemas sociais vividos pelos trabalhadores ingleses. Malthus (1996) ressalta que, para o filósofo, todos os males que assombravam a população estavam relacionados às regulamentações políticas e à administração instituída da propriedade, foco de todos os crimes que degradam a humanidade.

Para o filósofo anarquista, a humanidade só chegaria a um ponto de perfeição quando a organização da sociedade tivesse como única meta o “sentido moral da vida” (GALVÊAS, 1996). Nesse caso, o fato de o homem ser racional lhe permitiria transmitir aprendizagens às gerações por meio do ensino e seu intelecto, e, assim, superar as condições sociais que tanto degradam a existência humana. Para isso, seria necessário superar a situação político-econômica estabelecida, responsável pela degradação humana, e ser estipulada uma sociedade mais igualitária, pois, segundo o filósofo, a opressão, subserviência, inveja, maldade e vingança seriam produto da administração instituída pela propriedade, partindo da suposição de que, em um estágio da sociedade em que os homens vivessem em meio à abundância e em



que todos partilhassem igualmente das dádivas da natureza, esses sentimentos inevitavelmente se extinguiriam (MALTHUS, 1996).

Mediante essa premissa, Malthus (1996) considera que, na visão do filósofo, as instituições socialmente construídas seriam a causa da maldade humana. Com a mudança da sociedade que impedia as pessoas de exercitar sua racionalidade, ou seja, a transformação do sistema para uma forma mais livre e igualitária, na qual as pessoas tivessem mais tempo para exercer e transmitir o seu intelecto, seria possível a intervenção nos fatores que degradam e impedem a existência de uma sociedade em harmonia, pois “O raciocínio lógico e a verdade, quando transmitidos adequadamente, sempre devem triunfar sobre o erro; assim, o raciocínio lógico e a verdade são capazes de ser transmitidos” (Godwin in MALTHUS, 1996, p. 332).

Ao tecer críticas à concepção de Godwin acerca de sua teoria quanto à perfeição da vida, Malthus (1996) apropriou-se da tese do economista inglês Adam Smith (1723-1790). Boa parte do ensaio é uma descrição sobre aquilo que ele considera ser a impossibilidade de perfeição humana (em vida), pois a natureza humana desencadearia os processos que levam aos fatores, como a guerra, a miséria e a fome, que impedem a satisfação plena e feliz: “O grande erro que Godwin labora em toda a sua obra é o de atribuir quase todos os vícios e a miséria que são constatados na sociedade civil às instituições humanas” (MALTHUS, 1996, p. 302).

Com o objetivo de esclarecer esse fenômeno, Malthus (1996, p. 246) apresenta dois postulados: um relativo ao alimento, necessário à existência humana, e o outro à paixão necessária entre os sexos, que permanecerá aproximadamente em seu atual estágio e provoca o crescimento da população. Com base nesses dois argumentos, ele sugere que, em períodos de alta disponibilidade de recursos financeiros e alimentícios, isto é, em períodos de estabilidade, assim como ocorre com animais e vegetais, a humanidade tenderia a se reproduzir e aumentaria a sua população. Esse aumento populacional geraria maior consumo de alimentos, cuja produção não acompanharia o ritmo de crescimento das populações, principalmente se os indivíduos trabalhassem durante apenas meio período, como no modelo de sociedade igualitária proposto por Godwin. Isso, de acordo com Malthus (1996), desencadearia miséria social que levaria à morte dos indivíduos.

Entre as plantas e os animais, a observação do problema é simples. Todos eles são impelidos, por um poderoso instinto, a multiplicar suas espécies, e

este instinto não se perturba por nenhum argumento ou dúvida quanto a garantir a subsistência de sua prole. Por essa razão, em qualquer parte, existe a liberdade, o poder de crescimento se exerce e os efeitos do excesso são reprimidos pela falta de espaço e alimento, comum a animais e plantas, e, entre os animais, pelo fato de se tornar presa de outros (MALTHUS, 1996, p. 251).

Apesar disso, Malthus (1996, p. 251) ressalta que, no caso da espécie humana, “[...] a razão interrompe seu curso vital e questiona se ele não deve trazer seres ao mundo, porque não pode prover os meios de subsistência”. Assim, nos períodos de miséria, o homem usaria a razão no momento de decidir se deveria ou não perpetuar sua espécie. Por esse motivo, a *lei dos pobres* foi alvo de críticas de Malthus (1996), uma vez que, para ele, a ajuda financeira do governo provocaria uma falsa sensação ao trabalhador, para suprir suas necessidades e as da família. Nessa perspectiva, a facilidade da reprodução das classes mais pobres seria um problema, uma vez que “[...] o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem” (MALTHUS, 1996, p. 246). Na visão de Malthus, não seriam as regulamentações políticas e propriedade privada, como defendia Godwin, as responsáveis pela miséria social. A culpa e a responsabilidade seriam dos próprios trabalhadores. Sendo assim,

[...] a partir das leis inevitáveis da nossa natureza, alguns seres humanos devem sofrer por causa da necessidade. Existem pessoas azaradas que na grande loteria da vida tiraram o bilhete em branco. O número destes reivindicantes logo excederia a capacidade de se suprir do produto excedente (MALTHUS, 1996, p. 310).

Mais:

[...] embora os ricos, através de desonestos conluíus contribuam frequentemente para prolongar o período de miséria entre os pobres, até agora nenhuma forma aceitável de sociedade pôde impedir a quase permanente atuação da miséria sobre uma grande parcela da população, embora num estágio de desigualdade e, sobretudo, ainda que todos fossem iguais (MALTHUS, 1996, p. 254).

Ao analisar o potencial de crescimento da população dos Estados Unidos, que à época havia sido duplicado, e ao comparar com o crescimento da produção agrícola, Malthus (1996) conclui que, se o crescimento da população não fosse controlado, ela cresceria em escala geométrica, enquanto a produção de alimentos em progressão aritmética. Com isso, Malthus (1996) assegura a existência de fatores que, infelizmente, seriam positivos para o controle da população, sendo a miséria, fome, morte e guerra os maiores deles. A miséria seria um

fenômeno natural e importante, uma vez que a escassez de alimentos, devido à provisão populacional em rápida expansão, seria a forma de controle natural do aumento da população.

Por todo o reino animal e vegetal a natureza espalhou largamente as sementes da vida, com a mão a mais generosa e pródiga. Ela foi relativamente parcimoniosa quanto ao espaço e à alimentação necessária para criá-los. As células vitais contidas nesta parte da terra, com bastante alimento e espaço para se expandir, preencherão milhões de mundos no decurso de uns poucos milhares de anos. A miséria que despoticamente permeia toda a lei da natureza limita estes mundos mediante determinadas restrições. O reino vegetal e animal se reduzem sob esta grande lei limitadora. E a espécie humana não pode, por simples esforços racionais, escapar dela. Entre as plantas e os animais suas consequências são a perda do sêmen, a doença e a morte prematura. Na espécie humana, a miséria e o vício. O primeiro, a miséria, é uma consequência absolutamente necessária da lei (MALTHUS, 1996, p. 247).

Ele analisa os estágios da existência do homem, cujo objetivo é comprovar a permanente luta da humanidade contra a miséria. No estágio mais primitivo da humanidade, período em que a caça era o principal meio de subsistência da população, Malthus (1996) considera o controle do crescimento da população ocasionado pela dificuldade de obtenção de alimentos e destaca o modo como a população se desenvolvia quando se deslocava para regiões mais férteis em que ocorria maior abundância de alimentos. O estilo de vida mais cômodo e civilizado adotado por famílias indígenas instaladas próximas aos núcleos coloniais permitia que cada mãe criasse seis filhos ou mais, fato que não ocorria em um estado de vida selvagem.

No caso dos índios estadunidenses, metade da tribo, os *hilotas*, produz para o sustento da outra metade. Essa parte explorada é a atingida pela miséria que, segundo o autor, deve ocorrer como sempre. A miséria, portanto, controlaria o crescimento da população. Ele também destaca que, de acordo com os relatos existentes sobre essas tribos, “[...] na verdade, da maioria das nações indígenas, as mulheres se apresentam num estado de escravidão em relação ao homem muito mais completo do que os pobres em relação aos ricos nos países civilizados” (MALTHUS, 1996, p. 255).

Embasado na ideia de evolução cultural da humanidade, Malthus (1996) também descreve os costumes e hábitos que predominaram entre as nações de pastores, os quais, assim como os selvagens, não foram isentos de uma situação de miséria:

A necessidade era o estímulo que tirava os pastores das suas terras de seu aprisco, semelhantes a muitos lobos famintos em busca de presa. Postas em movimento por essa causa todo-poderosa, hordas de bárbaros pareciam se reunir, provenientes de todos os pontos do hemisfério norte. Acumulando

trevas e terror até então desconhecidos, enquanto avançavam, os bandos reunidos obscureceram, por fim, o sol da Itália e mergulharam todo o mundo em longa noite. Essas terríveis consequências, sentidas por tanto tempo e tão profundamente em todos os lugares mais prósperos da terra, podem ser explicadas pela simples razão do poder superior de crescimento da população em comparação com os meios de subsistência (MALTHUS, 1996, p. 256- 257).

A situação de miséria faria com que eles, por meio da força e guerra, conquistassem outras regiões. Os pacíficos das regiões invadidas rapidamente se renderiam e seriam movidos por razões poderosas. Quando se defrontavam com tribos iguais, a disputa era uma luta pela sobrevivência e “[...] combatiam com extrema coragem, inspirados pela ideia de que a morte era o castigo pela derrota, e a vida o prêmio pela vitória” (MALTHUS, 1996, p. 257). Assim, por meio de lutas permanentes, as tribos mais fortes teriam conquistado as regiões mais férteis. Na perspectiva de Malthus, a abundância de alimentos permitiu que aquelas populações se reproduzissem até que toda a China e costas do Báltico fossem povoadas por várias raças de bárbaros valentes, rudes e aventureiros, afeitos às agruras e amantes da guerra.

A crescente reprodução fez aumentar a população, que, devido à escassez de alimentos, foi levada à miséria e, assim, conquistou outras regiões com abundância de alimento que ajudaram no desenvolvimento da comunidade. Com base em exemplos que *recolhe* da história, Malthus conclui que “[...] a prática da guerra é um vício e o seu efeito, a miséria, e ninguém pode duvidar que existe a miséria proveniente da falta de alimento” (MALTHUS, 1996, p. 259).

Da mesma forma como ocorreu em toda a história da humanidade, para Malthus (1996), os períodos de falta de espaço e escassez de alimentos definem a impossibilidade de a humanidade viver plenamente feliz. Nesse período, a natureza animal estaria acima da razão humana e, dessa forma,

[...] a mentira, a miséria, todo vício odioso e todo tipo de desgraça que degrada e aflige o atual estado da sociedade parecem ter sido criados pelas mais imperiosas circunstâncias, por leis inerentes à natureza do homem e totalmente independentes de todas as leis humanas (MALTHUS, 1996, p. 306).

Na visão de Malthus (1996), a proposição anarquista, que defende uma sociedade mais igualitária, seria impossível, visto que a estabilidade social provocaria a multiplicação da

espécie humana e isso ocasionaria a miséria social e, conseqüentemente, a destruição. Por isso, a vida em abundância seria inviável:

O homem não pode viver em meio à abundância. Todos não podem partilhar da mesma forma das dádivas da natureza. Se não existisse nenhuma administração instituída da propriedade, todo homem seria obrigado a guardar, necessariamente, sua pequena provisão. O egoísmo triunfaria. As questões de disputa seriam perenes. Cada vontade estaria sob uma permanente angústia em relação ao sustento pessoal e sequer uma única inteligência seria deixada livre para se dedicar ao campo intelectual (MALTHUS, 1996, p. 333).

Mais do que um ser racional, o ser humano seria, de acordo com Malthus (1996), um ser complexo, que, mesmo capaz de compreender e estipular comportamentos considerados viáveis para um convívio socialmente aceitável, sua natureza poderia prevalecer em determinadas circunstâncias e provocar desequilíbrio na sociedade:

Os anseios da fome, o amor à bebida, o desejo de possuir uma bela mulher estimularão os homens a atos de cujas conseqüências fatais para o interesse geral da sociedade eles estão inteiramente convencidos, mesmo no momento exato em que os cometem. Elimine seus desejos físicos e eles não hesitarão um momento em se decidirem contra tais atitudes. Pergunte a eles sua opinião acerca de mesma conduta em outra pessoa e eles imediatamente a reprovarão. Mas, em seu caso próprio e sob todas as circunstâncias de sua situação frente a esses desejos físicos, a decisão do ser complexo é diferente da convicção de um ser racional (MALTHUS, 1966, p. 328).

Sendo assim, Malthus (1996) deixa clara sua posição de que, diante da sua natureza, o ser humano perde sua capacidade racional de agir sobre o meio. Suas necessidades, biologicamente determinadas, nesse caso a atração sexual e a necessidade de se nutrir, sobrepõem-se ao poder de controle de sua constituição animal.

Fica clara, portanto, a visão do economista e pastor anglicano acerca da relação existente entre natureza humana e violência. Pela sua natureza, mais do que pelas leis, política, cultura e relações econômicas, o homem produz a barbárie. Assim, a opressão, a miséria e todas as demais formas que degradam a vida humana seriam fruto da sua condição natural. Visto isso, na próxima seção, abordaremos a relação existente entre as teorias que abrangem *O ensaio sobre população* e a teoria da seleção natural de Darwin.

### 3.1.3 A teoria da seleção natural

Passados 33 anos, desde a primeira publicação do *Ensaio sobre população*, Charles Robert Darwin, a convite do capitão Fitz-Roy, embarcou na viagem a bordo do *Beagle*, que ele mesmo considerou como um dos eventos mais importantes de sua vida. Essa viagem durou cinco anos (1831-1836).

Uma das maiores preocupações de Darwin era recolher amostras de animais de todas as classes, dissecando-os e reproduzindo graficamente sua morfologia. Em 1854, ele voltou sua atenção para as anotações realizadas durante a viagem, quando observou a transmutação das espécies. Darwin ficou impressionado com as características peculiares de cada grupo de organismos dos lugares por onde passou, como a carapaça dos tatus e as pequenas diferenças entre os organismos das ilhas de Galápagos, de acordo com cada porção da ilha. Para ele, era evidente que as espécies deveriam modificar-se gradualmente.

Mas era igualmente evidente que nem a ação das condições ambientais, nem a vontade dos organismos (especialmente no caso das plantas) poderia explicar os inúmeros casos em que os organismos de todos os tipos estão muito bem adaptados aos seus hábitos de vida – por exemplo, um pica-pau ou uma rã arborícola para subir em árvores, ou uma semente para a dispersão por ganchos ou plumas. Eu sempre fiquei muito impressionado com essas adaptações, e até que estas possam ser explicadas, pareceu-me quase inútil esforçar-se para provar por evidências indiretas de que as espécies foram modificadas (DARWIN, 2013, p. 68).

A causa da variabilidade e características dos organismos de acordo com cada *habitat*, como os pulmões em aves e brânquias em peixes, seriam explicadas por uma modificação gradual e também que as espécies deveriam passar por um processo de seleção. Mas ainda não estava claro qual era esse fator de seleção e por que as espécies eram tão bem adaptadas ao seu *habitat*. Nesse momento, Darwin recorreu às teses do economista Thomas Malthus, para embasar a sua teoria da seleção natural:

Em outubro de 1838, ou seja, 15 meses depois de eu ter começado a minha investigação sistemática, aconteceu de eu ler, por diversão, Malthus em seu *Ensaio Sobre População*, estando bem preparado para apreciar a luta pela existência, que em toda parte se passa a partir da observação longa e contínua dos hábitos de animais e plantas, que ao mesmo tempo me dei conta de que, nestas circunstâncias, as variações favoráveis tenderiam a ser preservadas e as desfavoráveis a ser destruídas. O resultado disso seria a formação de novas espécies. Aqui, então, eu encontrei finalmente uma teoria pela qual trabalhar (DARWIN, 2013, p. 69-70).

Dessa maneira, fundamentado em Malthus (1996), Darwin (2013) passou a considerar que os seres vivos travam uma constante luta pela vida. Os organismos que são mais bem adaptados à sobrevivência se reproduzem com um êxito maior e, assim, aumentam em frequência com o passar das gerações. Devido às mudanças das condições ambientais no decorrer do tempo, como períodos úmidos e áridos que podem gerar períodos de escassez de alimentos, diferentes formas de uma mesma espécie podem estar mais bem adaptadas a essas diferentes condições. As formas mais adaptadas terão sua frequência aumentada, enquanto as menos adaptadas terão sua frequência diminuída. Com o passar do tempo, essas mudanças que ocorrem nas diferentes gerações de organismos acabam por dar origem a uma nova espécie.

É a doutrina de Malthus aplicada a todo o reino animal e a todo o reino vegetal. Como nascem muito mais indivíduos de cada espécie, que não podem subsistir; como, por consequência, a luta pela existência se renova a cada instante, segue-se que todo o ser que varia, ainda que pouco, de maneira a tornar-se lhe aproveitável tal variação, tem maior probabilidade de sobreviver, este ser é também objeto de uma seleção natural. Em virtude do princípio tão poderoso da hereditariedade, toda a variedade objeto da seleção tenderá a propagar a sua nova forma modificada (DARWIN, 2003, p. 17).

Em sua autobiografia, Darwin relata que, em 1858, quando preparava seus escritos sobre sua teoria, recebeu uma carta do naturalista Alfred Russel Wallace (1823-1913), que, à época, também tentava dar um formato teórico às suas observações, porém no arquipélago malaio. Wallace lhe enviou seu ensaio *On The TendencyOfVarietiesToDepartIndefinitelyFrom The Original Type*(1858), sobre o qual Darwin destaca que seu colega teria chegado exatamente à mesma teoria que a sua.

Charles Lyell (1797-1875) e Joseph Hook (1817-1911), amigos de Darwin, conseguiram um anúncio simultâneo das ideias de Darwin e Wallace, na *LinneanSociety de Londres*, em 1858. Mesmo com sérios problemas de saúde, Darwin continuou seus escritos. Em novembro de 1859, lançou o que, para ele, foi considerado seu mais importante trabalho: *A origem das espécies*. O livro inicia com a apresentação de relatos sobre o progresso das opiniões relativas à origem das espécies. Expõem-se estudos dos quais havia se apropriado, as proposições de muitos naturalistas, como o próprio Lamarck, a respeito do fato de que as espécies não seriam produções imutáveis, criadas separadamente, mas que suas variedades poderiam derivar de outras espécies. Suas observações quanto às características observadas na fauna e flora de cada ilha do continente o fizeram pensar ainda mais acerca de qual seria a origem de tamanha variabilidade entre organismos:

As relações geológicas que existem entre a fauna atual e a fauna extinta da América meridional, assim como certos fatos relativos à distribuição dos seres organizados que povoam este continente, impressionaram-me profundamente quando da minha viagem a bordo do navio *Beagle*, na qualidade de naturalista [...]. Estes fatos parecem lançar alguma luz sobre a origem das espécies – *mistério dos mistérios* (DARWIN, 2003, p. 14).

Os naturalistas da época atribuíam as possíveis causas dessa variabilidade às condições exteriores, tais como o clima, a alimentação. Mas, para Darwin, essa não poderia ser a única explicação para o desenvolvimento de características tão peculiares dos organismos, tais como sua adaptação ao ambiente e às relações que estabelecem com os outros organismos:

[...] seria absurdo atribuir a simples causas exteriores a conformação do picanço<sup>19</sup>, por exemplo, de que as patas, a cauda, o bico e a língua estão admiravelmente adaptadas para ir agarrar os insetos debaixo da casca das árvores. Seria igualmente absurdo explicar a conformação do visco e as suas relações com muitos seres organizados distintos pelos únicos efeitos das condições exteriores, do hábito, ou da vontade da própria planta, quando se pensa que este parasita tira a sua nutrição de certas árvores, que produzem grãos que certas aves devem transportar, e que dá flores unissexuadas, o que necessita a intervenção de certos insetos para conduzir o pólen de uma flor à outra (DARWIN, 2003 p. 16).

As proposições dos naturalistas seriam insatisfatórias até que fosse possível provar “[...] como as inumeráveis espécies, habitando a Terra, foram modificadas de maneira a adquirir esta perfeição de forma e coadaptação que excita por tão justo título a nossa admiração” (DARWIN, 2003, p. 16). Para ele, existiriam pequenas variações entre organismos da mesma espécie. Em momentos de necessidades impostas biologicamente, como a escassez de alimentos, esses organismos travariam uma “luta pela sua existência” na qual as variações de organismos mais adaptadas, isto é, providas de características úteis à sobrevivência em determinadas circunstâncias, deixariam uma progênie maior; por consequência, os indivíduos menos adaptados seriam extintos.

Quando vemos os insetos que se nutrem de folhas revestir quase sempre uma cor verde, os que se nutrem da casca uma cor cinzenta, o *ptarmigar* dos Alpes tornar-se branco no Inverno, e o galo montês apresentar as penas cor de urze, não devemos nós acreditar que as cores que revestem certas aves e certos insetos lhes são úteis para livrá-los do perigo? O galo montês multiplicar-se-ia desmesuradamente se não fosse destruído em algumas das fases da sua existência; e sabe-se que as aves de rapina lhe fazem uma caça ativa; os falcões, dotados de uma vista sutil, apercebem a sua presa de tão longe, que, em certas partes do continente, não se cultivam os pombos brancos porque estão expostos a grandes perigos. [...] que as ameixas

<sup>19</sup> “Designação comum a diversas pequenas aves passeriformes, da família dos lanídeos, de plumagem geralmente pouco vistosa, bico forte e adunco e cauda longa (alimentam-se de insetos e pequenos vertebrados e podem usar pequenos espinhos na captura das presas)” (DARWIN, 2003, p. 16).



vermelhas são muito mais sujeitas a certas doenças que as ameixas amarelas; e que outra doença ataca mais facilmente os pêssegos de mesocarpo amarelo do que os pêssegos de mesocarpo de outra cor. Se essas ligeiras diferenças, apesar do auxílio da arte, decidem da sorte das variedades cultivadas, estas mesmas diferenças devem evidentemente, no estado de natureza, ser suficientes para decidir quem prevalecerá, se uma árvore produzindo frutos com a pele lisa ou com a pele peluda, com o mesocarpo vermelho ou com o mesocarpo amarelo; porque, neste estado, as árvores têm de lutar com outras árvores e com uma série de inimigos (DARWIN, 2003, p. 98 - 99).

Darwin denomina esse “[...] princípio, em virtude do qual uma variação, por insignificante que seja se conserva e se perpetua se for útil, o nome de seleção natural” (DARWIN, 2003 p. 76), mas também adota o termo “persistência do mais apto”, pertencente ao filósofo Herbert Spencer (1820-1903), um dos representantes do liberalismo clássico. O naturalista destaca que a expressão “luta pela existência” é usada de maneira metafórica, uma vez que é atribuída tanto ao conflito direto entre os organismos de espécies, similares ou não, quanto às relações mútuas entre organismos, condições ambientais e seu potencial para deixar descendentes:

Pode certamente afirmar-se que dois animais carnívoros em tempo de fome lutam um com o outro em busca de alimentos necessários à sua existência. Mas chegar-se-á a dizer que uma planta, à beira de um deserto, luta pela existência contra a falta de água, posto que fosse mais exato dizer que a sua existência depende da umidade. Poder-se-ia dizer com mais exatidão que uma planta, que produz anualmente um milhão de sementes, das quais uma, em média, chega a desenvolver-se e a amadurecer por seu turno, luta com as plantas da mesma espécie, ou espécies diferentes, que cobrem o visco depende da macieira e de algumas outras árvores; ora, é somente no sentido figurado que se poderá dizer que luta contra estas árvores, porque, se grande número de parasitas se estabelecem na mesma árvore, esta enfraquece e morre; mas pode dizer-se que muitos viscos, vivendo em conjunto sobre o mesmo ramo e produzindo sementes, lutam uns com os outros. Como são as aves que espalham as sementes do visco, a sua existência depende delas, e poderá dizer-se, em sentido figurado, que o visco luta com as outras plantas que tenham frutos, porque importa a cada planta levar os pássaros a comer os frutos que produz, para disseminar as sementes (DARWIN, 2003, p. 77).

Em consideração ao potencial de reprodução dos organismos mais bem adaptados e à adoção da teoria de Malthus, Darwin afirma que tanto animais como as plantas têm a tendência a se multiplicarem segundo uma progressão geométrica. Por esse motivo, “[...] esta tendência deve ser reprimida pela destruição de indivíduos em certos períodos da vida, porque, de outra maneira, invadiriam todos os países e não poderiam subsistir” (DARWIN, 2003, p. 80). Assim, a luta pela existência seria ainda maior entre organismos da mesma espécie, haja vista que possuem hábitos e constituição semelhantes:

Quantas vezes temos ouvido dizer que uma espécie de rato expulsa outra diante de si nos mais diversos climas! Na Rússia, a pequena barata da Ásia

leva diante de si a sua grande congênere. Na Austrália, a abelha que importamos extermina rapidamente a pequena abelha indígena, desprovida de agulhão. Uma espécie de mostarda suplanta outra, e assim sucessivamente (DARWIN, 2003, p. 90).

Outra forma de seleção natural seria a *seleção sexual*. Nesse caso, ocorre uma luta entre indivíduos do mesmo sexo, especialmente entre os machos, para assegurar a posse do outro sexo. Dessa forma, os machos mais vigorosos, aqueles que se mostram mais aptos a se adaptarem à natureza, tendem a deixar mais descendentes. Em muitas espécies, relata Darwin, seria recorrente a luta direta entre os machos para disputa da fêmea:

Eu não saberia dizer até onde se estende esta lei da guerra na escala da natureza. Dizem que os aligátors machos se batem, rugem, giram em círculo, como fazem os índios nas suas danças guerreiras, para apoderar-se das fêmeas; veem-se os salmões machos baterem-se durante dias inteiros; os besouros machos trazem algumas vezes o sinal das feridas que lhes fizeram as largas mandíbulas de outros machos; M. Fabre, este observador inimitável, viu muitas vezes certos insetos himenópteros machos baterem-se pela posse de uma fêmea que parecia ficar espectadora indiferente ao combate e que, em seguida, partia com o vencedor (DARWIN, 2003, p. 102).

No entanto, existiram organismos que agiam de maneira diferente em busca da conquista da fêmea:

Entre as aves, esta luta reveste, frequentemente, um caráter mais pacífico. Todos aqueles que têm estudado este assunto verificam uma ardente rivalidade entre os machos de muitas espécies para atrair as fêmeas com seus cantos. Os melros de rocha da Guiana, as aves-do-paraíso, e muitas outras ainda, reúnem-se em bandos; os machos apresentam-se sucessivamente; mostram com o maior cuidado, com o maior efeito possível, a sua magnífica plumagem, tomam as mais extraordinárias atitudes diante das fêmeas, simples espectadoras, que terminam por escolher o companheiro mais agradável (DARWIN, 2003, p. 103).

Esse processo de seleção natural, proporcionada pela luta pela existência, ou sobrevivência do mais apto, atuaria nas espécies e, com o passar das gerações e no decorrer dos séculos, o acúmulo de variações seria transmitido aos descendentes, a ponto de formar uma nova espécie.

Para Darwin, a natureza está submetida a uma constante guerra e, desse conflito, surgiria a evolução dos melhores animais. Uma cena de horror marcaria, para ele, a forma como a natureza opera. No entanto, o estudioso não conseguiu dar exemplos de que todos os processos evolutivos seriam marcados por guerras e destruições. Muitos desses processos

seriam fruto de suposições do naturalista. Apesar disso, Johnson (2013) considera que o livro *A origem das espécies* é marcado por um intenso e expressivo vocabulário associado à destruição.

A palavra luta pode ser encontrada em todas as páginas, algumas vezes em duas ou três ocasiões. A expressão “luta pela existência”, “corrida pela vida”, “batalha pela vida” e “grande batalha pela vida” aparecem continuamente. Lemos várias vezes sobre “forças”, “guerra entre inseto e inseto”, “invasão”, “invasores”, “forasteiros” que estão “tomando posse da terra”, plantas e animais sendo “rigidamente destruídos”, “ataques” constantes, espécies sendo “vencidas” ou “vencendo”. Destruir, extinguir, exterminar surgem várias vezes (JOHNSON, 2013, p. 75).

Nesse sentido, apesar de Darwin destacar, no livro *A origem das espécies*, que o fator que mais contribuiria para a evolução seja o clima, de forma mais intensa que o conflito entre seres da mesma espécie e de espécies diferentes, “[...] a imagem que prevaleceu na mente dos leitores é a de horror/guerra, e este foi o último fator que fez do livro um enorme sucesso até hoje” (JOHNSON, 2013, p. 76).

*A Origem das espécies*, lançado no mercado, em 22 de novembro de 1859, vendeu, à época, 1.250 exemplares. Na segunda edição, foram 3.000 cópias. Em meados da década de 1860, Darwin ficou reconhecido, no mundo inteiro, como “o famoso cientista”. Apesar disso, ainda havia algumas lacunas em sua teoria que provocaram certas rejeições por parte de alguns cientistas.

Uma das objeções mais sofisticadas à sua teoria foi o fato de que ela não incluía uma teoria satisfatória para a hereditariedade, preferia uma teoria de hereditariedade caracterizada como “miscigenação”, para a qual a prole é uma mistura dos atributos dos progenitores (RIDLEY, 2006). Nessas circunstâncias, no caso de um organismo híbrido, ao invés de ele herdar, por exemplo, um gene<sup>20</sup> “A” paterno e um “a” materno, o atributo herdado seria, por exemplo, um gene A’ representando uma mistura de ambos. Se assim o fosse, não haveria possibilidade de transmissão de qualquer característica com modificações da geração parental para a prole, o que não permitiria o acúmulo de transformações e, conseqüentemente, não geraria uma nova espécie. Se os genes herdados fossem fruto de uma mistura dos genes parentais, os genes que essa prole transmitiria para seus descendentes não seriam os mesmos que ele herdou, o que impediria a transmissão de mutações para as gerações seguintes.

---

<sup>20</sup> Genes são estruturas que se localizam nos núcleos das células, sendo responsáveis por todas as informações biológicas necessárias à constituição de um organismo por meio da codificação de proteínas específicas.

Em 1865, o monge agostiniano Gregor Johann Mendel (1822-1884), que trabalhava com sua plantação de ervilhas, aplicou seus conhecimentos estatísticos nos cruzamentos por ele manipulados. Mendel observou variações frequentes nas gerações descendentes e descobriu que essas variações eram possíveis devido ao par do que considerou como unidades elementares da hereditariedade, o que hoje é conhecido como genes. De acordo com Mendel, os genes que a prole herda da geração parental se segregam durante a formação das células reprodutoras e, ao cruzarem, transmitem esses genes de forma intacta para sua prole. Sendo assim, seria possível a transmissão de genes modificados. Nesse caso, “[...] uma maneira de expressar a importância do mendelismo para a teoria da Darwin é dizer que ela preserva com eficiência a variabilidade genética” (RIDLEY, 2006, p. 63). No entanto, Mendel não tinha conhecimento da natureza física dos genes.

Foi apenas em 1953, com o trabalho de Watson e Crick, que se pôde demonstrar que a base física da informação genética eram os ácidos nucleicos, especificamente o DNA (ácido desoxirribonucleico), embora alguns vírus possuam genomas de RNA (ácido ribonucleico). A descoberta da estrutura do DNA, no entanto, não trouxe imediatamente o conhecimento de como os milhares de proteínas de um organismo estariam “codificados” nas sequências de nucleotídeos do DNA. Essa descoberta crítica para o surgimento da moderna biologia molecular só foi alcançada no começo da década de 1960 por Marshall Nirenberg, que recebeu o prêmio Nobel em 1968.

Mais tarde, a união dos trabalhos de Ronald Aylmer Fischer (1890-1962), John Burdon Sanderson Haldane (1892-1964) e Sewall Wright (1889-1988) realizou a síntese entre a teoria mendeliana da hereditariedade e a seleção natural de Darwin, o que ficou conhecido como *neodarwinismo*, *teoria sintética da evolução* ou *síntese moderna*.

Apesar de, no livro *A origem das espécies*, Darwin (2003) ter mencionado algumas atitudes sobre os povos selvagens habitantes da Terra do Fogo, como o fato de preferirem devorar as mulheres da tribo, em situações de fome, a consumirem seus animais domésticos, por considerarem estes mais úteis do que as próprias mulheres, ele não trata, nesse trabalho, do processo de evolução relativo ao homem, especificamente. Entre 1837 e 1838, ele já havia se convencido de que as espécies eram produções mutáveis. Nesse caso, o naturalista considera que também não poderia negar que o homem estaria submetido à mesma lei. Ele colecionava

evidências apenas para a própria satisfação, sem a intenção de publicar. No entanto, quando percebeu o nível de aceitação da teoria da evolução das espécies por parte dos naturalistas, considerou importante publicar um trabalho especial sobre a origem do homem. Assim, em 1871, publicou *A origem do homem e a seleção sexual*, no qual destaca tanto as evidências da descendência humana mediante formas inferiores quanto a maneira de sua descendência; compara o intelecto do homem e dos animais inferiores; destaca as faculdades morais e intelectuais durante as eras primitivas e civilizadas, além das raças humanas e do papel do sexo na seleção natural. No fim de 1872, publicou *A expressão das emoções no homem e nos animais*, livro em que ele trata especificamente da expressão emocional tanto dos humanos quanto dos animais inferiores e demonstra, por exemplo, que os animais também sentem e expressam raiva, medo ou ciúme. Essas três obras (*A origem das espécies*; *A origem do homem e a seleção sexual*; *A expressão das emoções no homem e nos animais*) dão formato à ideia de Darwin acerca da evolução por meio da seleção natural.

### 3.2 EVIDÊNCIAS DA EVOLUÇÃO

Atualmente a biologia evolutiva possui pesquisas que são desenvolvidas em diversas áreas para a comprovação da teoria da evolução por seleção natural. Pesquisas na área de genética molecular, morfologia e embriologia têm acumulado descobertas ao longo de períodos muito longos. Pesquisas com compostos químicos puros em tubos de ensaio, comportamento animal na selva ou fósseis têm contribuído para o estudo. Desse modo, segundo Ridley (2006), a evolução por seleção natural pode ser testada cientificamente em todas essas áreas de conhecimento, sendo as principais evidências a favor da evolução divididas em três classes: as provenientes da observação direta em pequena escala, as provenientes de homologias e as provenientes da ordenação dos principais grupos no registro fóssil.

Em um dos exemplos da observação direta em pequena escala, destaca-se a resistência do vírus HIV ao fármaco 3TC. No início do tratamento com pacientes humanos, a população do vírus decresce, mas rapidamente o vírus adquire resistência e a evolução da resistência pode ser acompanhada a nível molecular (RIDLEY, 2006).

Além disso, a evolução pode ser produzida experimentalmente quando se isolam organismos, e isso permite que somente uma minoria selecionada da geração corrente se reproduza. Já as

provas provenientes por homologias são referentes à semelhança detectada em membros de organismos que, apesar de possuírem funções diferentes, possuem morfologias semelhantes, tais como a estrutura de membro *pentadáctila* (de cinco dígitos) dos *tetrápodes* (grupo de vertebrados com quatro pernas): “Os membros anteriores de uma ave, de um ser humano, de uma baleia e de um morcego são todos construídos a partir dos mesmos ossos, mesmo que executem funções diferentes” (RIDLEY, 2006, p. 79). O registro fóssil da transformação das espécies mostra, por exemplo, segundo ordem crescente de datação<sup>21</sup>, a evolução de peixes para anfíbios, depois os répteis e, em seguida, mamíferos. A dedução dessa ordem evolutiva é feita com base na observação de que um anfíbio, como a rã, ou um réptil, como o aligátor, são formas intermediárias entre peixes e mamíferos. Por fim, “As homologias moleculares, descobertas mais recentemente, como o código genético universal, estendem a argumentação para toda a vida – e favorecem a evolução” (RIDLEY, 2006, p. 89).

### 3.3 ESTUDO DO COMPORTAMENTO HUMANO E TEORIA DA SELEÇÃO NATURAL

Baseados na proposição darwiniana, evolução significa, portanto, “mudança entre gerações”, a qual é relacionada tanto à forma quanto ao comportamento dos organismos ao longo das gerações. No entanto, no prefácio da 2.<sup>a</sup> reimpressão do livro *A expressão das emoções no homem e nos animais* (DARWIN, 2013), Lorenz considera que os biólogos modernos são muito mais “darwinistas” que o próprio Darwin: “Somos mais insistentes em nossa busca por uma pressão seletiva mais definida sempre que alguma construção mais elaborada da natureza desperta nossa curiosidade e nossa demanda por uma explicação causal” (LORENZ, 2013, p. 8). Ainda nesse prefácio, Lorenz (2013, p. 9) também argumenta que a área de estudo do comportamento denominada etologia “[...] tem um direito especial de considerar Charles Darwin como santo padroeiro”. Para o etólogo, no livro, Darwin estaria perfeitamente consciente de um fato que consiste em que

[...] padrões comportamentais são características tão confiáveis e conservadas nas espécies quanto as formas dos ossos, dos dentes, ou de qualquer outra estrutura corporal. Semelhanças entre comportamentos hereditários unem membros de uma espécie, de um gênero, e mesmo de

---

<sup>21</sup> A idade de um fóssil pode ser feita com base no percentual já conhecido do Carbono-14 (C14) em relação ao Carbono-12 (C12) da matéria viva (sem decomposição). Ele entra no processo de fotossíntese e, em consequência disso, todos os seres vivos possuem, em sua composição geral, certa porcentagem de C14, ainda que em pequena quantidade. O C12 é o carbono comum (não radioativo). Quando o ser vivo morre, inicia-se uma diminuição da quantidade de carbono-14 devido a sua desintegração radiativa. Os cientistas, então, baseiam-se no cálculo comparativo entre a quantidade habitual encontrada na matéria viva e aquela que foi descoberta no fóssil, determinando, assim, a idade dele.

unidades taxonômicas maiores, exatamente da mesma maneira como o fazem as características corporais (LORENZ, 2013, p. 9).

Ao admitir que padrões comportamentais têm evolução exatamente igual à dos órgãos, Lorenz também considera que essa afirmação leva ao reconhecimento o fato de que “[...] eles também têm o mesmo tipo de transmissão hereditária” (LORENZ, 2013, p. 10). Isso significa que

[...] a adaptação dos padrões comportamentais de um organismo ao seu meio se dá exatamente da mesma maneira que a de seus órgãos, isto é, mediante as informações que a espécie acumulou, ao longo de sua evolução, pelo antiquíssimo método da seleção e mutação (LORENZ, 2013, p. 10).

No livro, Darwin (2013) relata o caso de experiências de seu amigo Dr. Maudsley, médico responsável pelo cuidado de pessoas consideradas “loucas” na época. O médico, ao observar comportamentos agressivos nos pacientes – considerados como traços animais –, pergunta-se se esse tipo de comportamento não poderia ser uma espécie de reaparecimento de instintos primitivos. Além disso, pergunta: de onde vêm

[...] o rosnado furioso, a disposição violenta, linguagem obscena, os uivos selvagens e os hábitos agressivos manifestados por alguns dos loucos? Por que deveria um homem, privado de sua razão, tornar-se de caráter brutal, como é o caso de alguns, a não ser que a natureza brutal esteja nele próprio? (MAUDSLEY *apud* DARWIN, 2013, p. 208).

Darwin considera a resposta a essa pergunta como afirmativa, sendo importante ressaltar que a referência à disposição agressiva e violenta diz respeito, como destacado, a um indivíduo desprovido de razão.

Em 1963, Lorenz lançou o livro em alemão *Das sogenannte Böse zur Naturgeschichte der Aggression*, que, em 1966, foi lançado com o título em inglês *On Aggression* e, no Brasil, como *Agressão: uma história natural do mal*. Partindo do estudo de gansos selvagens, peixes, lobos, ratos, o autor pensa que o estudo da conduta dos animais pode indicar os perigos possíveis no que diz respeito à agressividade. Para ele, “[...] aquele que conhece verdadeiramente os animais é por isso mesmo capaz de compreender plenamente o caráter único do homem” (LORENZ, 1973, p. 25). Ele considera também que,

[...] desde que Charles Darwin nos fez conhecer a transformação histórica do mundo vivo e até algumas das suas causas, a pergunta ‘por que’ tem para nós um sentido muito claro: sabemos que é a função que modifica a forma, já que o melhor é sempre inimigo do bom (LORENZ, 1973, p. 25).

Acerca da concepção da seleção natural darwiniana, o autor considera que

Se, devido a uma ligeira variação hereditária, talvez fortuita, um órgão se aperfeiçoa, ainda que levemente, e adquire maior eficácia, o detentor desta qualidade, tal como seus descendentes, tornam-se concorrentes imbatíveis para todos os seus congêneres menos dotados, de tal modo que estes, mais cedo ou mais tarde, desaparecem da superfície da terra (LORENZ, 1973, p. 26).

Para o fundador da sociobiologia, Edward O. Wilson, autor que se apropria tanto de argumentos evolucionistas, etológicos quanto de concepções antropológicas e sociológicas para embasar suas teorias, as semelhanças existentes entre o comportamento social de seres humanos e os macacos – seres que possuem ancestral comum mais próximo – podem indicar-nos que o comportamento social desse, assim como dos animais, pode ter base genética. Suas hipóteses são fundamentadas nas semelhanças existentes na sociedade dos primatas como chimpanzés, que são notadamente similares aos seres humanos em detalhes anatômicos e fisiológicos.

Os chimpanzés estão suficientemente próximos a nós nos detalhes de sua vida social e peculiaridades mentais para serem considerados quase humanos em certos domínios, onde antes julgou-se inadequado fazerem-se quaisquer comparações. Esses fatos estão de acordo com a hipótese de que o comportamento social humano tem base genética – de que o comportamento humano é, para ser mais preciso, organizado por alguns genes compartilhados por espécies intimamente relacionadas e por outros exclusivos da espécie humana. Os mesmos fatos não são favoráveis à hipótese rival que vem dominando as Ciências sociais por gerações segundo a qual a humanidade libertou-se de seus próprios genes, a ponto de ter inteiramente dependentes da cultura (WILSON, 1981, p. 33).

Fundamentado na teoria neodarwiniana da evolução, Wilson recorre à hipótese genética das características da natureza humana. Ele parte do pressuposto de que o comportamento humano teve valor adaptativo para sua sobrevivência e reprodução durante o período em que a espécie evoluiu e que, conseqüentemente, se espalharam pela população genes que predispueram seus portadores a desenvolver essas características. Assim, “Se a seleção natural prosseguir por muitas gerações os genes favorecidos se espalharão por toda a população e a característica se tornará típica da espécie” (WILSON, 1981, p. 33). Dessa forma, Wilson considera que, por meio de suas teorias, há a possibilidade de provar que a natureza humana foi moldada pela seleção natural e, portanto, é passível de ser reduzida biologicamente e estudada cientificamente, ao contrário do que defendem os teóricos e cientistas marxistas:

A oposição mais forte ao estudo científico da natureza humana partiu de um pequeno número de biólogos e antropólogos marxistas que estão presos à



convicção de que o comportamento humano surge a partir de uns poucos impulsos estruturados. Estão convencidos de que nada existe na mente humana não-treinada que não possa facilmente ser canalizado para os propósitos do estado socialista revolucionário. Quando colocados diante de evidências de uma estrutura maior, suas respostas não vão além de dizer que a natureza humana está fora do alcance de pesquisas científicas mais avançadas (WILSON, 1981, p. 190-191).

A apropriação da teoria darwiniana por autores mais contemporâneos, como Lorenz e Wilson, se faz, no campo acadêmico, em meio ao conflito em torno da compreensão da constituição da natureza humana. E, como se percebe, o viés assumido é antimarxista.

### 3.4 DARWINISMO SOCIAL

Em sua autobiografia, Darwin (2000) mostra-se um naturalista preocupado com questões humanas. Por exemplo, num conflito travado com o capitão do *Beagle*, o naturalista mostra-se indignado, ao descrever um ato de humilhação sofrido por um escravo:

Tivemos várias brigas, pois quando se destemperava ficava insensato. Por exemplo, no início da viagem na Bahia, no Brasil, ele defendeu e enalteceu a escravidão, que eu abominava, e me disse que ele tinha acabado de visitar um grande senhor de escravos, que tinha convocado muitos de seus escravos e perguntou-lhes se eram felizes, e se queriam ser livres. Todos responderam que não queriam a liberdade. Perguntei-lhe então com alguma ironia, se ele achava que as respostas dos escravos, na presença do senhor, valiam alguma coisa. Isso o deixou aborrecido. Disse que, como eu duvidava de sua palavra, que não poderíamos viver mais tempo juntos (DARWIN, 2000, p. 63-64).

Apesar disso, suas teorias sobre as diferenças das raças humanas, expostas no livro *A origem do homem* (1971), com as teorias de Herbert Spencer (1820-1903) e dos demais teóricos da época, tiveram repercussões sociais que marcaram profundamente os séculos XIX e XX. No livro, Darwin assim considera:

Não existe nenhuma dúvida de que as várias raças, se comparadas e medidas com cuidado, diferem muito uma da outra – como no tipo dos cabelos, nas proporções relativas de todas as partes do corpo, no volume dos pulmões, na forma e dimensão do crânio e assim também nas circunvoluções do cérebro [...]. As raças diferem também na constituição, na aclimação, na circunstância de serem susceptíveis a certas doenças. As suas características mentais são igualmente bastante distintas, em primeiro lugar nas suas faculdades emocionais, mas em parte pelas faculdades intelectuais (DARWIN, 1974, p. 200-201).

Além disso, Darwin considera que a intervenção humana nos processos que naturalmente selecionariam os indivíduos acarretava atraso no processo de evolução humana.

Nos selvagens, as fraquezas do corpo e da mente são imediatamente eliminadas; aqueles que sobrevivem, apresentam normalmente um vigoroso estado de saúde. Nós, homens civilizados, por outro lado, envidamos todos os esforços para deter o processo de eliminação; construímos asilos para loucos, aleijados e doentes; instituímos leis para os pobres e os nossos médicos exercitam ao máximo a sua habilidade para salvar a vida de quem quer que seja no último momento. Há motivo para se crer que a vacinação tenha salvo um grande número daqueles que, por sua débil constituição física, não teriam, em tempo, resistido à varíola. Desta maneira, os membros fracos das sociedades civilizadas propagam o seu gênero. Nenhum daqueles que se tem dedicado à criação dos animais domésticos duvidará que isto pode ser altamente perigoso para a raça humana (DARWIN, 1974, p. 162).

Com isso, paradoxalmente, o naturalista “Julgava ser necessário que o homem fosse sujeitado a uma dura concorrência e que se fizessem desaparecer todas as leis e todos os costumes que impedem os mais capazes de triunfar” (SACARRÃO, 1989, p. 354). Essas ideias racistas foram adotadas em diversos campos do conhecimento. Na área da psiquiatria, destaca-se o trabalho de Cesare Lombroso (1835-1909), que ficou conhecido por estudar cadáveres e homens prisioneiros. Segundo Carvalho et al. (2003), Lombroso afirmava que criminosos natos teriam maior similaridade genética com os primatas que os homens de bem, caracterizando um estágio evolutivo inferior e, por isso, agiriam de forma violenta.

A tese da evolução por seleção natural serviu para embasar uma concepção de mundo carregada de interesses políticos, econômicos e ficou conhecida como *darwinismo social*. Consiste essencialmente na utilização e desenvolvimento dos conceitos de “luta pela existência” e de “sobrevivência do mais apto” para caucionar as injustiças, as desigualdades sociais, o liberalismo selvagem, as opressões (SACARRÃO, 1989).

Após Darwin publicar *A origem do homem e a seleção sexual*, o empresário e jornalista Walter Bagehot (1826-1877) publicou o livro *Física e política, ou reflexões sobre a aplicação dos princípios da “seleção natural” e da herança à sociedade política*, no qual realiza uma análise da história da Inglaterra e destaca que as revoltas das classes mais desfavorecidas, origem da classe média progressista, que estava em ascensão com as revoltas burguesas, poderiam causar o regresso da sociedade inglesa e, por isso, precisavam ser banidas (JOHNSON, 2013). Desde então, o darwinismo social tem contribuído para sustentar teses ideológicas que alimentam e dão força aos ideais imperialistas de Estados-Nação. Russos, franceses, japoneses e principalmente os alemães adotaram a ideia de “pureza racial”.

Um primo de Charles Darwin, Francis Galton (1822-1911), influenciado pelo livro *A origem das espécies*, desenvolveu uma teoria denominada *eugenia*, cuja ideia básica defende a melhoria de uma determinada espécie pela seleção artificial. Em seu livro *O gênio hereditário*, publicado em 1869, ele destaca que a sociedade contribui para o aumento do número de pessoas “incapazes”, ao evitar que a natureza eliminasse os portadores de algum tipo de deficiência, ou com outras características indesejáveis (JOHNSON, 2013).

Essa aplicação da “sobrevivência do mais apto” contribuiu para a criação de leis de esterilização e práticas de extermínio que marcaram profundamente a primeira metade do século XX. Até 1935, os Estados Unidos aprovaram mais de cem leis de esterilização e esterilizaram mais de mil cidadãos com faculdades mentais subnormais. O estado de Virgínia continuou a esterilizar até 1970: “Na Alemanha, a eugenia foi adotada como política central para a ideologia nazista, sendo que o “*darwinismo*” foi a base de formação da teoria científica alemã” (JOHNSON, 2013, p. 115).

Entre 1933 e 1939, mais de 400 mil pessoas que, de acordo com os médicos oficiais do Estado, tinham problemas mentais foram esterilizadas na Alemanha nazista. Quando a 2.<sup>a</sup> Guerra estourou, 70 mil desses afortunados, já incapazes de se reproduzirem, foram “exterminados” (JOHNSON, 2013, p. 116). No entanto, é importante ressaltar que a visão do darwinismo não era uma concepção exclusiva de Hitler. Sua visão era apoiada pelos cientistas e outros profissionais que compactuavam com sua ideologia.

Em sua ascensão ao poder [Hitler] sempre esteve cercado de professores e alunos de universidades, depois cercou-se do eleitorado alemão em geral. Todos os biólogos alemães com certo status acadêmico estavam unanimemente envolvidos no programa da eugenia, e mais de 50% deles eram membros do Partido Nazista [...]. No século XX, tudo indica que mais de cem milhões de pessoas foram mortas ou morreram de fome como resultado de regimes totalitaristas infectados por múltiplas variantes do darwinismo social (JOHNSON, 2013, p. 117).

Como visto no percurso deste capítulo, a busca pela compreensão da natureza humana, por meio da comparação com os animais não humanos, vem desde a antiguidade clássica, sendo a teoria da evolução de Darwin um evento marcante desse esforço analítico na história das ciências naturais.

Na tentativa de encontrar uma teoria plausível que justificasse suas observações feitas na viagem que realizou no navio *Beagle*, Charles Darwin lançou mão de uma hipótese

apresentada nas teorias econômicas produzidas pelo religioso e economista Thomas Malthus. Ao longo da história das ciências biológicas, desde o século XIX, outras teses foram produzidas, tendo por âncora a teoria da evolução das espécies. Áreas de conhecimento surgiram no interior da própria disciplina *Evolução* e, apesar de, no fim de sua vida, Darwin ter-se mostrado “[...] perturbado com as atribuições que os cientistas ingleses e estrangeiros faziam de seu trabalho sobre a evolução” (JOHNSON, 2013, p. 107), sua teoria serviu e ainda tem servido para sustentar ações políticas que, no mínimo, põem sob suspeita o campo científico.

Por mais que já tenhamos indicado alguns posicionamentos iniciais de Lorenz e Wilson no que concerne à natureza humana mediante o legado de Darwin, torna-se relevante uma descrição mais acurada das perspectivas etológica e sociobiológica para a explicação da agressividade. Essa é a tarefa do próximo capítulo.

#### 4A AGRESSIVIDADE NA PERSPECTIVA ETOLÓGICA E SOCIOBIOLÓGICA

O objetivo deste capítulo é apresentar como Konrad Lorenz, no livro *Agressão: uma história natural do mal* (1963/1974), e Edward Osborne Wilson, no livro *Da natureza humana* (1978/1981), compreendem a agressividade animal e a humana. De modo mais preciso, interessa saber se, para esses dois autores, a agressividade humana é ou não comparável à agressividade animal; se a considerada destrutividade do ser humano faz parte de um instinto ou não e se provém de um programa genético da espécie; se a crueldade do homem, o prazer de matar, de destruir são ou não tendências genéticas; se a barbárie é um prolongamento de traços esboçados de um primata visceralmente propenso a matar. No contexto de suas concepções, indaga-se também a existência da relação entre agressividade, violência e cultura.

Como mencionado, a etologia busca compreender o comportamento animal e humano, tendo por base estudos de padrões fisiológicos (sistema nervoso e hormonal) que regem os organismos individualmente, inclusive o humano, enquanto a sociobiologia associa os estudos da etologia, genética, sociologia, antropologia, para embasar suas teorias acerca da comparação do comportamento animal, na busca pela compreensão do comportamento social humano.

Assim, as conclusões que os autores realizam para compreender o comportamento humano são baseadas na indução daquilo que observam no comportamento animal. Wilson, por exemplo, a fim de evidenciar que formigas são criaturas agressivas, menciona que esse comportamento só pode ser percebido quando o tempo de observação gasto com uma espécie vai além de mil horas (RUSE, 1983); Lorenz (1974), para estudar a agressividade territorial entre peixes ciclídeos<sup>22</sup>, realiza a contagem da frequência de mordeduras entre esses animais e sugere observações em campo e também a realização de experimentos em laboratório. Suas conclusões sobre as bases biológicas do comportamento animal foram experimentalmente demonstradas por Nikolaas Tinbergen. Ambos, com Karl Von Frisch (que contribuiu com pesquisas sobre a fisiologia do comportamento), foram laureados com o prêmio Nobel de Medicina ou Fisiologia em 1973.

---

<sup>22</sup>*Ciclídeos* é uma família de peixes de água doce da ordem pisciforme, que inclui 105 gêneros e 1.900 espécies. Os ciclídeos representam a maior família de peixes (em termos de número) e 5% dos vertebrados existentes na Terra. Eles têm ampla distribuição geográfica nas Américas, África, Madagascar, litoral sul da Índia, Sri Lanka e Oriente Médio.

No entanto, ao tratar de suas suposições acerca da relação de suas teorias do comportamento animal aplicadas aos humanos, tanto Lorenz (1974) quanto Wilson (1981) reconhecem que suas conclusões são apenas suposições que, muitas vezes, fogem ao padrão de conclusão das experiências empíricas produzidas no campo da ciência. No prefácio do livro *Da natureza humana*, Wilson (1981) deixa claro que não se trata de uma obra de ciência, e sim de uma obra sobre ciência. A obra também diz respeito sobre a forma como as ciências naturais podem ser aplicadas ao comportamento humano.

Ao falar daquilo que sei, cheguei a pouco e pouco a falar daquilo que julgo provável e, por fim, a uma profissão de fé; nenhuma lei impede um cientista de fazê-lo. Resumindo, acredito que a verdade acabará por vencer. [...] pode muito bem prever-se que as verdades simples referentes à biologia do homem e às leis que governam o seu comportamento se tornarão, mais tarde ou mais cedo, um bem público, geralmente aceito (LORENZ, 1974, p. 301).

Para Wilson (1981), o comportamento é uma característica geneticamente determinada<sup>23</sup>, ou seja, é inato. Ele pode estar ou não susceptível à adaptação a esse ambiente, sendo, portanto, passível de ser selecionado. Nesse caso, o comportamento dos animais humanos e não humanos se mantém em uma população, caso seja favorável evolutivamente. Ser favorável evolutivamente significa que o comportamento ocorrerá para possibilitar o aumento de sua sobrevivência e de seu potencial reprodutivo.

#### 4.1 A AGRESSIVIDADE

Para Lorenz, o comportamento agressivo apresenta efeitos idênticos aos da pulsão de morte considerada por Freud (1997). Contudo, diferentemente de ser o resultado de um instinto psicológico que faz o ser humano tender à morte, “[...] a agressividade é um instinto como qualquer outro, para conservação da vida e da espécie” (LORENZ, 1974, p. 8). Como “instinto” ou “impulso”, ele entende ser um conjunto de mecanismos comportamentais, suficientemente conectados por uma função fisiológica e espontaneamente ativos.

---

<sup>23</sup> Para Wilson (1981), característica geneticamente determinada é uma característica que difere de outras, pelo menos em parte, como resultado da presença de um ou mais genes distintos [...] No caso das características mais complexas, centenas de genes, às vezes, estão envolvidos, e o seu grau de influência normalmente pode ser medido apenas de maneira grosseira e com a ajuda de técnicas matemáticas sofisticadas. Sendo uma característica geneticamente determinada, não significa que será necessariamente possível encontrar um ou dois pares de genes envolvidos nessa característica, mas que uma série de genes pode estar envolvida, por exemplo, em funções neurológicas ou hormonais, que podem influenciar nessa característica. Além disso, dizer que uma característica é inata refere-se à probabilidade mensurável de que uma característica se desenvolva num conjunto específico de ambientes, e não à certeza de que a característica se desenvolverá em todos os ambientes. Segundo esse critério, os seres humanos têm uma marcante predisposição hereditária para o comportamento agressivo, mas, como em qualquer outra espécie, ele poderá ou não manifestar esse comportamento.

O sistema nervoso central não precisa, para responder, esperar pelos estímulos, tal como uma campainha precisa que lhe carreguem no botão. Ele pode produzir por si próprio os estímulos, o que dá uma explicação natural fisiológica do comportamento espontâneo dos animais e dos seres humanos (LORENZ, 1981, p. 64-65).

Essa espontaneidade está associada a diversos instintos, tais como o de alimento, reprodução e fuga. Todas as vezes que um movimento instintivo como esses é recalcado, o animal entra em um estado de agitação que tende a fazê-lo procurar os estímulos que causem a manifestação do instinto. Assim, a agressividade, como qualquer outro instinto, atua como uma atividade ordenada, resultante do conjunto de interações dos instintos espontâneos (LORENZ, 1981).

Para o etólogo, “Fome, sexualidade, fuga e agressão estão longe de fornecer sempre a principal motivação do comportamento animal, e ainda menos do comportamento humano” (LORENZ, 1974, p. 116). Isso significa que o fato de dizer que a agressão é um instinto que atua para a conservação da espécie, como a agressão contra uma presa, não significa que as reações fisiológicas que desencadeiam a agressão vão ocorrer apenas quando um animal estiver com fome ou durante o período de reprodução e que, mesmo recalando o instinto agressivo, o animal vai procurar estímulos que lhe permitam descarregar sua agressividade. Lorenz (1974) busca na observação de alguns animais a explicação para a espontaneidade de comportamentos associados à agressão:

Sabemos que nossos cães executam apaixonadamente os gestos de farejar, levantar a caça, correr, cercar, abocanhar e sacudir até a morte uma presa imaginária, sem terem fome. Os amigos dos cães também não ignoram que, mesmo alimentando-o tão bem quanto possível, não se pode infelizmente curar a paixão dum cão conquistado pelo prazer da caça [...]. Pássaros estorno imitam todos os movimentos de caça (LORENZ, 1974, p. 101).

Esses mecanismos de atividade ordenada, portanto, não atuam como um reflexo, mas, à semelhança da teoria de Freud, atuam como uma energia que necessita ser descarregada a todo o momento, para evitar um excesso, podendo tornar-se extremamente perigosa caso seja recalçada (LORENZ, 1974).

Wilson (1981, p. 211), contrariando Freud e Lorenz, descreve a agressão como “Qualquer ato físico ou ameaça de ação por parte de um indivíduo que reduza a liberdade ou aptidão genética do outro”. Ele também a considera uma característica inata que, em qualquer espécie, trata de um conjunto mal definido de respostas diferentes com controles separados no sistema nervoso, que se distinguem em sete categorias: 1) defesa e conquista do território; 2)

afirmação de dominância nos grupos bem organizados; 3) agressão sexual; 4) atos de hostilidade pelos quais o desmame é completado; 5) agressão contra as presas; 6) contra-ataques defensivos contra predadores; 7) agressão moralista e disciplinar usada para fazer cumprir as regras da sociedade. Portanto, “[...] para se entender a agressão dos animais ou dos seres humanos, é necessário especificar qual das formas particulares de comportamento agressivo se deseja estudar” (WILSON, 1981, p. 102).

#### **4.1.1 A Agressividade animal**

A ideia básica de Wilson (1981), em *Da natureza humana*, é apresentar os animais como seres violentamente agressivos quando comparados aos seres humanos:

Embora marcadamente predispostos à agressividade, estamos longe de sermos animais excessivamente violentos. Estudos recentes de hienas, leões e macacos langures, só para tomar três espécies familiares, revelaram que os indivíduos empenham-se em lutas fatais, infanticídios e até mesmo canibalismo, numa proporção muito maior que aquela encontrada nas sociedades humanas. Num levantamento do número de assassinatos cometidos anualmente por cada mil indivíduos, os seres humanos estão bem abaixo na lista das criaturas violentamente agressivas, e estou seguro de que essa posição seria mantida mesmo que nossas guerras esporádicas fossem computadas (WILSON, 1981, p. 103-104).

Para fundamentar seus argumentos, tanto Wilson (1981) quanto Lorenz (1974) destacam o comportamento agressivo que caracteriza os primatas: “Os encontros entre tropas vizinhas não são frequentes, mas quando ocorrem costumam ser tensos. [...] os chimpanzés podem tornar-se violentos e chegar até a matar pelo domínio territorial” (WILSON, 1981, p. 28). Lorenz (1974, p. 232) também considera a perversidade desses primatas: “[...] os chimpanzés adultos degeneram sensivelmente do mesmo modo que o fariam seres humanos em circunstâncias comparáveis e dão a impressão de uma verdadeira perversidade e depravação”.

Essa agressividade animal, porém, ocorre principalmente quando a densidade populacional em um território ameaça suas condições de sobrevivência, seja pela falta de água e alimento, seja pela falta de abrigo: “Eles intensificam suas ameaças e atacam com frequência crescente, à medida que a população ao seu redor torna-se mais densa” (WILSON, 1981, p. 103). Assim, os conflitos entre as espécies só ocorrem quando a energia economizada e o aumento na sobrevivência e na reprodução, devido à defesa territorial, superam a energia despendida e o risco de ferimento e morte. “No caso dos territórios de alimento, o tamanho da área defendida



é igual ou levemente superior ao tamanho necessário para produzir alimento suficiente para manter os habitantes saudáveis e aptos a reproduzirem-se” (WILSON, 1981, p.107).

Da mesma forma, é possível constatar que, no mundo animal descrito por Lorenz (1974), a agressividade sempre ocorre no sentido de conservação da espécie que serve para a disputa por território entre espécies semelhantes, para a repartição de seres vivos semelhantes no espaço vital disponível, para a seleção efetuada pelos combates entre rivais e para a defesa da prole e do grupo. Nos casos em que não há vantagem evolutiva para esses animais, raramente a agressividade tem efeito destrutivo, principalmente quando se trata de organismos pertencentes a espécies diferentes. Assim, a agressividade entre esses animais ocorre sem que ocorra disputa direta, bastando apenas o afastamento territorial por parte do organismo ou o simples exibir de presas, o que evita a destruição do seu congênere.

Embora, por ocasião de combates territoriais ou de rivalidades, um chifre possa, por azar, penetrar num olho ou um dente numa artéria, nunca verificamos que a agressão visasse o extermínio dos congêneres da espécie em questão. Isto não exclui é claro que em circunstâncias não naturais e não previstas pelo mecanismo da evolução, como o cativeiro, o comportamento agressivo possa ter efeito destruidor (LORENZ, 1974, p. 58).

A função de um combate, por exemplo, seria a de apenas conservar a espécie, ou seja, selecionar o mais forte, sem que nenhum indivíduo seja morto ou sequer ferido. Em exemplo dos peixes ciclídeos, “Apenas no caso raro em que os dois combatentes são de força rigorosamente igual, a decisão tem de ser obtida por efusão de sangue” (LORENZ, 1974, p. 126).

Mesmo nas espécies que formam multidões imensas, como pássaros estorninhos, os indivíduos nunca se aproximam demasiadamente um do outro; há entre eles sempre uma distância mínima. Peixes ciclídeos e ouriços do mar, animais cuja agressividade territorial é intensa durante o período de procriação, tornam-se mansos e convivem bem fora desse período. Em peruas, a manifestação sonora do pequeno peru a piar é capaz de provocar o seu comportamento maternal inato e inibir a agressão. Contudo, podem matar seus filhotes no ninho em situações em que um som, como o barulho da turbina de um avião que desviou a sua rota, as impede de identificá-los. Lobos e pássaros *Dom fafe* respondem a ataques de suas fêmeas com gestos amáveis e de ternura. Muitas vezes apenas afastam a fêmea com a parte traseira ou por meio de um gesto de submissão; no caso dos cães, arvoram uma atitude de

superioridade sexual que se encaixa na fêmea sem se tornar agressivo e, sobretudo, sem anular a sua disposição sexual (LORENZ, 1974).

Lorenz considera que o recalçamento da agressividade não apenas torna o organismo mais pronto a reagir, mas ainda provoca transformações muito mais profundas que o afetam no seu conjunto, pois o recalçamento do instinto pode fazer o animal entrar em estado de agitação e procurar os estímulos aptos a provocá-la (LORENZ, 1981). Nesse caso, o animal, como o peixe-borboleta e peixe-porco, sendo impedido de agredir um organismo da mesma espécie por disputa territorial, pode desviar sua agressividade para quem estiver mais próximo dele ou tiver alguma semelhança com sua espécie, como a cor. Neles, um recalçamento da agressividade, que normalmente teria sido descarregado nos inimigos habitantes do território vizinho, leva muito facilmente ao assassinato do cônjuge (LORENZ, 1974).

De acordo com Wilson (1974), no mundo animal, nem toda disputa de território ocorre necessariamente por conflitos diretos. Podem existir espécies altamente territoriais, mas que defendam seu espaço por meio de comportamentos alternativos e ofereçam menos risco à integridade do organismo: “[...] os residentes realizam danças espetaculares ou emitem gritos altos e odores fétidos para afastar rivais da mesma espécie de seus pequenos domínios particulares” (WILSON, 1974, p. 103). Para Lorenz (1974), esses movimentos são conhecidos como os gestos de reorientação. Um exemplo de reorientação seria o caso de peixes ciclídeos cujo macho, em conflito com a fêmea, “[...] lança-se efetivamente ao ataque, mas de modo nenhum contra a companheira. Evitando-a à justa, ultrapassa-a e atira-se contra outro congênere<sup>24</sup> que, normalmente, é sempre o seu vizinho territorial” (LORENZ, 1974, p. 186). No entanto, os mecanismos de proteção da espécie não param por aí.

Os mecanismos de reorientação podem transformar-se em uma “ritualização filogenética”, processo de causas desconhecidas que cria pulsões de oposição à agressão e induz os indivíduos a canalizar a agressão e travar os efeitos que podem prejudicar a espécie. Essa ritualização surgiria como um novo instinto “[...] perfeitamente autônomo, em princípio tão autônomo como cada uma das chamadas grandes pulsões: instintos de alimentação, de acasalamento, de fuga ou de agressão” (LORENZ, 1974, p. 82). A ritualização filogenética está presente em diversas espécies manifestando-se de diversas formas. Nas aves da família

---

<sup>24</sup> Congênere é um organismo pertencente ao mesmo gênero, espécie, tipo, classe, modelo, função etc.

*Gruidae*, conhecidos como grouse, em momentos de fúria, uma das aves ergue-se ativa e ameaçadora diante de outra, abre as suas poderosas asas, aponta para outra com o bico e fixa seu olhar agudo a dar a impressão de uma ameaça séria como se preparasse para um ataque. Todavia, no instante seguinte, a ave abre suas asas e realiza uma espécie de dança, exprime, por meio de um simbolismo compreensível, que a sua ameaça de ataque não visa à companheira, mas ao cruel mundo exterior. Dessa forma, desvia-se do indivíduo da mesma espécie que estiver próximo e simula um ataque contra qualquer objeto de substituição, de preferência um grou inimigo que aí se encontre por acaso, mas também um inocente ganso e até, se for preciso, um pedaço de madeira ou uma pedra em que, nesse caso, ele pega com o bico e atira três ou quatro vezes ao ar (LORENZ, 1974).

Gestos de submissão, que também são comuns em primatas como babuínos e bonobos, correm a partir do convite feminino para o acasalamento:

Na sua forma atual a cerimônia que consiste em mostrar o traseiro, muitas vezes ornado das mais lindas cores para que a atitude seja também sublinhada visualmente, quase nada já tem a ver com a sexualidade ou motivações sexuais. Significa apenas que o macaco que a executa reconhece a categoria superior daquele a quem ela é dedicada. Os macacos muito novos seguem já este costume sem o terem aprendido (LORENZ, 1974, p. 147).

De acordo com Lorenz (1974), o desenvolvimento instintivo de laços de amor e amizade muito fortes foi uma das principais formas que os organismos desenvolveram filogeneticamente, para evitar a agressividade destrutiva dos organismos pertencentes a um mesmo grupo. Para ele, também o desejo amoroso é um sentimento idêntico no homem e no ganso cendrado, o que mostra que tais sentimentos são parte de instintos que criam laços e uma identidade que permite a conservação da espécie: “Só deste modo se pode explicar a identidade do comportamento.<sup>25</sup> [...] supomos, é claro, que cada um desses modos de comportamento é função de uma organização corporal correspondente do sistema nervoso, dos órgãos dos sentidos, isto é, por uma pressão da seleção no organismo” (LORENZ, 1974, p. 227).

Nesse sentido, os laços de amor e amizade, que são comuns nos animais e homens, são fruto de um processo de seleção natural ocorrido como forma de reorientação da agressividade para

---

<sup>25</sup> Para Darwin (1974), os sentimentos de amor e tristeza não são exclusividade dos humanos. O homem mostra o mesmo sentimento no forte amor que tem pelo cão e o cão o retribui fartamente. Cavalos, cães, ovelhas se sentem infelizes quando são afastados de seus companheiros; os últimos dois gêneros demonstram forte afeto recíproco quando estão, de novo, juntos. Semelhantemente é o cão com o seu dono.

conservação das espécies: “Sem dúvida o laço pessoal do amor foi originado em muitos casos a partir da agressão intraespecífica e, em vários casos conhecidos, pela ritualização de uma agressão ou de uma ameaça reorientadas” (LORENZ, 1974, p. 226).

Por meio desses sentimentos, alguns animais, como gansos, patos e cisnes, desenvolvem um comportamento denominado “cerimonial de triunfo”, que diz respeito ao reconhecimento do companheiro como indivíduo. Lorenz (1974, p. 205) observa que “[...] os patos só falam com aqueles que conhecem; no entanto, o cerimonial entre os participantes não é tão forte como nos gansos e também não é tão difícil tornar-se membro do grupo”. Assim, a agressão intraespecífica é reduzida, mas o mesmo não pode ser dito quanto à agressividade e amor a outros indivíduos que não pertencem ao grupo:

Ao fazer a experiência bastante cruel de transplantar um ganso pequenino para outra família, verifica-se que esse pobre bebê tem tanto mais dificuldade em ser aceito pela nova comunidade de triunfo quanto mais tarde tiver sido arrancado ao seu meio familiar primitivo (LORENZ, 1974, p. 205).

Abelhas, térmitas e formigas constituem tal superfamília e só conseguem conhecer umas às outras pelo cheiro característico da colmeia, do ninho, ou do formigueiro, e há mortos e feridos quando um membro de uma colônia estranha aí penetra por descuido ou – o que é pior ainda – quando um experimentador humano faz a desumana experiência de misturar duas colônias diferentes (LORENZ, 1974, p. 173).

Lorenz diz observar as verdadeiras falhas da agressão em sociedades de ratos – animais cuja fisiologia é semelhante à dos humanos. Por meio de observações desses laços de amor entre os membros de um grupo e ódio por membros externos, o autor considera que essas falhas podem ser a genuína origem do papel do “mal” que a agressividade exerce nas sociedades humanas.

[...] ora um dia abriu-se por acaso um grande recipiente que continha uma criação de grandes ratos de laboratório pelo escuro, parentes bastante próximos da variedade selvagem do rato doméstico. Quando esses animais ousaram deixar a gaiola e começaram a correr pelo chão, os ratos selvagens que aí moravam atacaram-nos com desusada selvageria, só depois de dura luta conseguiram voltar para a gaiola [...]. Nas ratazanas, Steiniger pôde observar um método particularmente perverso e eficaz de matar todos os congêneres, como verdadeiras especialistas do crime. No entanto, depois da sangrenta batalha a família vive, entre si, de maneira pacífica (LORENZ, 1974, p. 174-175).

Como se percebe, de acordo com Wilson (1981) e Lorenz (1974), a agressividade no mundo animal é um instinto endógeno, atrelado ao processo de seleção natural, e está ligada à

sobrevivência da espécie, associada à territorialidade, à predação, à seleção sexual, à proteção do grupo ou da prole. Geralmente o comportamento agressivo, segundo esses dois autores, ocorre nos casos em que o ato é vantajoso evolutivamente. Para eles, a violência e o ódio estão presentes no mundo animal.

Para Lorenz (1974), a agressividade é vista como um instinto controlado por outros instintos espontâneos. Por isso, a agressão pode manifestar-se sem necessariamente haver um motivo exterior e se acumular nos organismos caso não seja descarregada. O seu recalçamento pode provocar consequências destrutivas. Os animais possuem mecanismos instintivos selecionados evolutivamente de proteção das espécies pertencentes a um mesmo grupo, tais como gestos de apaziguamento, rituais filogenéticos, rendição, rituais de triunfo e laços de amor e amizade, que permitem a proteção dos membros do grupo. Entretanto, devido à espontaneidade da agressividade, essa inibição da destruição limita-se aos membros do grupo, podendo ser fatal a estrangeiros. O próximo tópico abordará como essa agressividade acontece nos animais humanos de acordo com esses dois estudiosos.

#### **4.1.2 A agressividade humana**

Para os estudiosos do comportamento animal, a agressão humana deve ser mais bem compreendida se estudada como fenômeno natural evolutivamente selecionado que serve para a conservação da espécie, assim como a agressividade animal.

Além de estudar os primatas, Wilson se apropria de estudos realizados com povos primitivos caçadores-coletores, com o objetivo de encontrar uma explicação plausível para fundamentar sua tese de que o comportamento humano, assim como o de outros animais, é passível de seleção natural: “A agressão intertribal, chegando em algumas culturas a configurar uma guerra limitada, é suficientemente comum” (WILSON, 1981, p. 82). Ele continua:

Os homens primitivos são ecologicamente análogos aos leões, lobos e hienas. São os únicos, entre os primatas, com a exceção marginal dos chimpanzés, a adotar a caça em grupo quando da perseguição de grandes animais. E assemelham-se aos carnívoros quadrúpedes, mais que outros primatas, porque habitualmente abatem presas em excesso, estocam alimento, alimentam os jovens com comida sólida, dividem tarefas, praticam o canibalismo e interagem agressivamente com espécies rivais. Utensílios de osso e de pedra desenterrados de antigos acampamentos na África, Europa e Ásia indicam que esse modo de vida perdurou por um milhão de anos ou mais, tendo sido abandonado na maioria das sociedades somente durante os

últimos milhares de anos. Assim, as pressões da seleção na existência dos caçadores-coletores persistiram ao longo de mais de 99% da evolução genética humana (1981, p. 84).

Portanto, Wilson (1981) supõe que tenha ocorrido uma pressão de seleção nos agrupamentos humanos, cujos conflitos eram resolvidos pautados na agressividade entre espécies rivais, assim como em qualquer grupo animal de outra espécie. A agressividade, que é fruto de uma predisposição genética, teria sido evolutivamente benéfica à espécie.

Na companhia dessa agressividade predisposta genética e evolutivamente selecionada está a hostilidade, o ódio que serviria para protegê-los de fontes de ameaça (WILSON, 1981). De acordo com o sociobiólogo, os povos caçadores-coletores algum dia já foram violentamente agressivos e possuem um potencial de matar violentamente, mesmo que hoje se apresentem como pacíficos. Na comunidade Semai, por exemplo, o assassinato é desconhecido e não existe nenhuma palavra explícita para matar. As crianças Semai não apanham. Os pais treinam cuidadosamente seus filhos nesses hábitos de não violência. Mesmo assim, esse povo participou de guerrilhas contra os comunistas (que haviam matado parte de seus parentes) no início da década de 1950, quando responderam com sangue aos ataques feitos às suas famílias (WILSON, 1981). Wilson aponta, portanto, que a agressividade nos animais, assim como nesses povos, está atrelada principalmente à defesa do território e a qualquer situação que ameace a sobrevivência do grupo e a perpetuação da espécie.

Para Lorenz, diferentemente da rotina humana, no paleolítico, não havia nenhum perigo de o instinto de acumulação se transformar em avareza, mas “[...] a pressão da seleção intraespecífica fez evoluir no homem, na mais recuada das épocas, uma quantidade de pulsões agressivas para as quais ele não encontra escape adequado na sociedade atual” (LORENZ, 1981, p. 253). O maior risco que a agressividade apresenta à humanidade, segundo Lorenz (1974), reside no fato de se tratar de sua espontaneidade:

Se ele apenas fosse uma reação contra certos fatores exteriores, como pretendem numerosos sociólogos e psicólogos, a situação da humanidade não seria tão perigosa como é, porque, nesse caso, os fatores que suscitam tais reações poderiam ser estudados e eliminados com alguma esperança de êxito (LORENZ, 1974, p. 64).

No entanto, em uma situação de desvio das condições naturais, diferentes daquelas em que vive um animal, como a presença de uma faca, essa espontaneidade pode desencadear situações que tornam a agressividade nociva ao homem, como poderá ser observado nos

tópicos a seguir: a) racionalidade e cultura; b) mecanismos de reorientação da agressividade humana; c) ideologias e os conflitos humanos.

#### **a) Racionalidade e cultura:**

Lorenz (1974) e Wilson (1981) concordam que a agressividade humana continua sendo submetida a um processo de seleção intraespecífica, apresentando um efeito mais nocivo à espécie, devido justamente aos fatores que diferenciam o homem dos animais – tais como pensamento conceitual, linguagem e racionalidade –, indispensáveis ao desenvolvimento da cultura. Essa pressão de seleção tem sido provocada por uma rápida mudança das condições de uma vida, para as quais os seres humanos eram filogeneticamente adaptados em tempos primitivos. Para Lorenz (1981), “[...] a cultura é concebida como uma característica de uma comunidade de muitos humanos, unidos por ligações, todas as quais surgem do armazenamento comum de tradição acumulada” (LORENZ, 1981, p. 438). Com isso, o acúmulo de informações teria gerado uma aceleração geométrica do processo evolutivo com o passar do tempo, exigindo das capacidades humanas mais do que suas capacidades geneticamente limitadas podem suportar (LORENZ, 1981). Esse processo pelo qual a humanidade sofre profundas transformações com o passar do tempo é considerado pelas ciências humanas como história, mas pela etologia é concebido como evolução (LORENZ, 1981). Assim, seria como se a evolução cultural ocorresse em um sentido lamarckista, isto é, por meio da transmissão de caracteres adquiridos e transmitidos de pai para filho, sendo muito rápida, ao passo que a evolução biológica é darwinista e usualmente muito lenta.

A racionalidade, o pensamento conceitual, a linguagem verbal e a cultura que regem a sociedade são os fatores que criaram as ferramentas e as condições sociais e ecológicas que podem levar ao extermínio da humanidade. Afinal, “O conhecimento nascido do pensamento conceitual tirou, portanto, do homem, a segurança adquirida graças aos seus instintos bem adaptados, muito tempo antes de poder conseguir uma adaptação que garantisse essa mesma segurança” (LORENZ, 1974, p. 249). Mais:

Durante a pré-história do homem, não existiu nenhum mecanismo inibitório que impedisse o assassinio dos congêneres até o momento em que, de repente, a invenção de armas artificiais perturbou o equilíbrio entre as possibilidades de matar e as inibições sociais. Nesse momento, a situação do homem assemelhava-se muito à de uma pomba que qualquer força antinatural tivesse provido de um bico de corvo (LORENZ, 1974, p. 51-52).

Para Lorenz (1975), a coragem que o ser humano tem de matar, assim como a impunidade emocional, seriam frutos da facilidade de executar um crime que a sofisticação de armas proporciona. Com elas, é possível matar com o simples pressionar de botão à distância; não há, portanto, nem ao menos a necessidade de visualizar ou ouvir as vítimas. Assim, para o criador da etologia, “Considerando a situação como seres humanos pessoalmente se encontram em jogo, julgamos ter um pesadelo e temos dificuldade em ver na agressão outra coisa além do produto patológico da nossa vida cultural e social em declínio” (LORENZ, 1974, p. 64). Os elementos que surgem por meio da influência cultural como as diversas formas de violência ocorreriam em um tempo mais rápido do que a evolução biológica, não acarretando tempo para a humanidade adaptar-se à situação, o que poderia causar a sua destruição, uma vez que os indivíduos com comportamentos destrutivos ou suicidas deixariam menos descendentes (WILSON, 1981).

De igual modo, a situação econômica também fomenta a atual pressão de seleção à qual somos submetidos. Essa seleção valoriza extraordinariamente a concorrência comercial, os instintos que produzem a aquisição de bens, a necessidade de fazer valer, criando, assim, um ritmo de trabalho frenético, sendo a simples honestidade negativamente valorizada (LORENZ, 1974).

No entanto, apesar de considerarem esses fatores culturalmente estabelecidos como a raiz da destruição humana, a razão e o pensamento conceitual que propiciam o desenvolvimento da cultura são características humanas desenvolvidas pela ação de conjuntos gênicos específicos. Pelo fato de serem essas características biológicas, elas são vistas como características susceptíveis ao processo de seleção natural como qualquer outra, que podem ou não serem vantajosas no processo de adaptação.

Os autores partem do princípio de que a produção de cultura – que depende de um aparato anatômico e fisiológico cuja construção está submetida aos genes – é característica apenas dos humanos, porque uma pequena fração de genes a permite (WILSON, 1981). A mente e o intelecto humano, sendo dependentes de uma estrutura celular, fisiológica e neural, por exemplo, são mecanismos voltados para a sobrevivência e a reprodução, sendo a razão apenas uma de suas várias técnicas (WILSON, 1981). Isso significa que até a própria cultura estaria fadada à nossa condição biológica. A possibilidade de transformação de uma realidade social,



a capacidade de aprendizagem, a direção para onde segue o comportamento humano estariam mais restritas aos genes do que a uma capacidade humana de transformação da realidade social e cultural, porque o ambiente social criado pela evolução cultural fundamentalmente acompanha o curso da seleção natural biológica.

A evolução não tornou a cultura tão poderosa. É uma concepção errônea entre muitos dos marxistas mais tradicionais, alguns teóricos aprendizes e uma proporção ainda surpreendentemente de antropólogos e sociólogos, admitir que o comportamento social possa ser moldado virtualmente em qualquer forma (WILSON, 1981, p. 18).

Da mesma forma, Lorenz destaca que “[...] o pensamento conceitual certamente criou a diferença mais essencial conhecida pela ciência. Ainda que não seja um milagre, não deixa de ser também mais um dos grandes eventos criativos da evolução” (LORENZ, 1974, p. 434).

Portanto:

Uma cultura é um sistema vivo como qualquer outro. Ainda que seja de longe o sistema mais complexo existente em nosso planeta, continua sujeito a todas as leis da natureza que prevalecem no mundo orgânico. Uma vez que o pensamento conceitual é uma função humana básica que torna possível a cultura, parece óbvio presumir que o pensamento conceitual e o *insight* humanos podem determinar a direção na qual a cultura está se desenvolvendo, evoluindo. Este é um dos erros fundamentais cometidos por muitos humanistas que repudiam até mesmo a ideia de que abordagens biológicas e etológicas possam ser aplicadas a culturas humanas (LORENZ, 1974, p. 438).

Partindo dessa premissa, assim como nos animais irracionais que filogeneticamente desenvolvem mecanismos de reorientação da agressividade programados, os homens também desenvolvem mecanismo de rituais culturalmente estabelecidos, que contribuem para a preservação dos membros de um grupo estabelecido.

#### **b) Mecanismos de reorientação da agressividade humana**

Vimos que, segundo Lorenz (1974), os animais não humanos possuem mecanismos de reorientação da agressividade, segundo os quais desenvolvem rituais filogenéticos que impedem a agressividade entre as espécies que constituem um grupo unido por laços estabelecidos por amor e amizade. Para o autor, o mecanismo que possibilita o animal a estabelecer aqueles rituais filogenéticos e que o impede de agir agressivamente é comum também aos seres humanos, uma vez que, para ele, a origem dos rituais humanos se encontra

na natureza animal e provém dos instintos sociais<sup>26</sup> (LORENZ, 1974). Os humanos teriam desenvolvido rituais culturais que podem ter a mesma origem que rituais filogenéticos animais, assim como a mesma função de adaptar os organismos ao meio, preservando as espécies do grupo:

Huxley afirmava que os processos da história cultural que levam à formação de ritos humanos lhe pareciam realmente assimiláveis aos processos da filogênese que produzem essas curiosas cerimônias nos animais [...] ainda que não devamos nunca esquecer as diferenças entre os processos históricos e filogenéticos, é meu dever fazer sobressair as espantosas analogias entre os ritos de proveniência filogenética e os que são produto da história cultural (LORENZ, 1974, p. 74).

No livro *A origem do homem e a seleção sexual* (1871/1974), Darwin subscreve a ideia de que de todas as diferenças existentes entre o homem e animais inferiores, o senso moral ou consciência é inigualavelmente o mais importante e “[...] este senso exerce uma legítima supremacia sobre todo outro princípio da ação humana” (DARWIN, 1974, p. 120). Mas, com base na tese do fisiologista Benjamin Brodie (1783-1862), segundo a qual o fato de o homem ser naturalmente social, o senso moral seria um produto de nossa natureza. O naturalista supõe que, assim como acontece com animais inferiores, o senso moral possivelmente pode ser instintivo nos homens. Para ele, nos animais, os instintos sociais os levam a se comprazerem com a companhia dos seus semelhantes, a sentir certo grau de simpatia por eles e instintivamente a prestar vários serviços aos membros de um mesmo grupo. Apesar de destacar a impossibilidade, em muitos casos, de decidir se certos instintos sociais foram adquiridos mediante a seleção natural ou se são o resultado indireto de outros instintos e faculdades, como a simpatia, a razão, a experiência e uma tendência para a imitação, o naturalista considera que o “hábito” (ao qual Lorenz posteriormente se referiu para tratar da obediência animal e humana aos rituais filogenéticos e culturais) reforça o instinto social e a simpatia do indivíduo, desempenhando um papel muito importante para formação da conduta deste.

Para Lorenz (1974), alguns animais – tais como gansos e equinos –demonstram medo, ao depararem situações que os induzem a sair de uma rotina com a qual estão acostumados (a mudança de uma trajetória diária percorrida por um cavalo, por exemplo). Com os humanos

---

<sup>26</sup> O “instinto social” ao qual Lorenz se refere baseia-se nas teorias darwinianas expostas no livro *Origem do homem* (1871/1974), no qual Darwin trata das semelhanças existentes entre a sociabilidade animal e a humana. Para Lorenz, os rituais desenvolvidos pelos humanos teriam vantagem evolutiva para essa sociabilidade, sendo por isso evolutivamente selecionada.

não seria diferente: a força do “hábito” adquirido por meio da aprendizagem<sup>27</sup> faz que ambos adquiram um costume e obedeçam aos rituais filogeneticamente e culturalmente estabelecidos. Estes, com o tempo, sofrem modificações, adquirem autonomia e criam finalidades ou objetivos, para que o organismo dê prosseguimento.

O elemento indispensável que estas tradições animais muito simples têm em comum com as tradições culturais mais evoluídas do homem é o hábito. Preservando com tenacidade o que foi já adquirido, este desempenha um papel análogo ao do patrimônio hereditário na formação filogenética dos ritos (LORENZ, 1974, p. 83).

Nessa perspectiva, para Lorenz, nenhum ritual pode nascer senão primeiramente por meio de um processo natural:

A seleção, um dos dois grandes construtores da evolução das espécies, precisou sempre de um pequeno ponto de partida, devido ao acaso, para poder intervir, e foi a sua colega cega muito mais ativa, a mutação, que lhe forneceu. O desenvolvimento individual ou a ontogênese de um cerimonial ritualizado, tal como muitos caracteres físicos e muitos movimentos instintivos, segue de um modo geral o caminho que a filogênese tomou (LORENZ, 1974, p. 188).

No entanto, ele ressalta:

Para apreciar corretamente como os ritos culturais e as normas sociais são, na verdade, indispensáveis, temos de nos lembrar que o homem é por natureza, como diz Arnold Gehlen<sup>28</sup>, um ser de cultura. Por outras palavras, todo o seu sistema de atividades e reações inatas foi construído pela filogênese e calculado pela evolução de maneira tal que necessita de ser completado pela tradição cultural. Esse enorme espelho neuro-sensorial da linguagem humana, por exemplo, evoluiu filogeneticamente, mas a sua construção é tal que o seu funcionamento pressupõe a existência de uma linguagem desenvolvida pela cultura que a criança tem obrigatoriamente de aprender. A maior parte dos esquemas de comportamento social do homem, evoluídos pela filogênese, misturam-se de modo análogo à tradição cultural. A necessidade de se tornar membro de um grupo, por exemplo, foi certamente programada durante a filogênese humana do homem; o que não impede que as propriedades distintivas que tornam um grupo coerente e exclusivo sejam normas de comportamentos ritualizados no decurso da evolução cultural. Os ritos sociais são necessários para manter-se um grupo (LORENZ, 1974, p. 271).

<sup>27</sup> Lorenz considera que experiências adquiridas e transmitidas por meio do ensino e aprendizagem também ocorrem em alguns animais, tais como gralhas, gansos e ratos, mas essa aprendizagem limita-se a informações reduzidas como conhecimentos itinerários, de certos alimentos ou inimigos perigosos. “Os ratos transmitem, por exemplo, o conhecimento de certos venenos” (LORENZ, 1974, p. 82).

<sup>28</sup> Arnold Karl Franz Gehlen (1904-1976) foi um filósofo e sociólogo alemão. Ao lado de Max Scheler e Helmuth Plessner, Gehlen é tido como um dos fundadores da moderna antropologia filosófica. Na década de 1960, foi visto como a contraparte conservadora de Theodor Adorno.

Sendo assim, o comportamento filogeneticamente é programado tanto pela tradição cultural quanto pela responsabilidade racional, e a função de ambas depende de motivações instintivas. Atreladas ao hábito filogeneticamente evoluído nos humanos, a comunicação e união comovem o homem emocionalmente, desenvolvem laços fortemente estabelecidos, fazem com que os homens considerem os rituais culturais como um “valor”.

Wilson (1981) interpreta esse fenômeno por meio do comportamento altruísta. Para o sociobiólogo, o altruísmo nada mais é do que um egoísmo disfarçado determinado geneticamente, embora a forma e a intensidade dos atos altruísticos sejam também culturalmente determinadas. O altruísmo, para Wilson (1981), conjectura-se de duas formas: um é denominado “altruísmo absoluto”, que é desenvolvido por um mecanismo irracional, não afetado por normas durante a infância, no qual não há uma intenção de recompensa, mas um benefício aos parentes, que tende a declinar à medida que os familiares se afastam. O benefício que um parente pode oferecer ao indivíduo altruísta é a perpetuação dos genes em comum. Por isso, as normas e ritos que o grupo de pessoas mais próximas cria tendem a ser tratados como valores e respeitados pelos indivíduos. Esse tipo de altruísmo pode ser comum em humanos e animais: “Depois do homem, os chimpanzés talvez sejam os mais altruístas dos mamíferos. Além de repartirem a carne após as caçadas cooperativas, praticam também a adoção de filhotes” (WILSON, 1981, p. 151). Além dos chimpanzés, pássaros, abelhas e insetos sociais também agem com esse tipo de altruísmo, mesmo em situações em que o ato pode acarretar perigo ou prejuízo ao indivíduo. O outro tipo de altruísmo é o “altruísmo relativo”, por meio do qual o indivíduo calcula conscientemente as vantagens do comportamento que se espera dos outros indivíduos. Atitudes recíprocas e suas normas são orquestradas em função de sanções e exigências angustiosamente imbricadas à sociedade (WILSON, 1981). Essa espera de uma reciprocidade também pode estar atrelada, por exemplo, às ideologias religiosas por meio das promessas da vida eterna (WILSON, 1981). Esse tipo de altruísmo seria o principal, que prevalece nas sociedades humanas. Este cria unidades entre indivíduos movidos por uma forte emoção e lealdade ao grupo, o qual, passível de seleção natural, é protegido pelo comportamento inato dos indivíduos que dela fazem parte.

Para Lorenz (1974), um dos fatores que auxiliam na comunicação é a repetição rítmica do mesmo movimento. Seja em um rito instintivo, seja no cultural, obtém-se um aumento da

capacidade de comunicação dos movimentos ritualizados devido ao exagero de todos os elementos que produzem um estímulo visual ou auditivo, e à redução ou eliminação de todos os que agiam originalmente de modo diferente, mais mecânico: “[...] os acordos não podem ser mantidos a não ser que as partes tenham em comum uma base ritualizada de normas de comportamento, cuja infração desperta neles o medo” (LORENZ, 1974, p. 96).

A adesão leal à tradição desses valores possivelmente exerceu uma considerável pressão seletiva que permite que se obedeça às “boas maneiras”. “Essas boas maneiras são, por definição, as do nosso próprio grupo e conformamo-nos constantemente às suas exigências. Tornam-se, para nós, uma segunda natureza” (LORENZ, 1974, p. 91). Por sua vez, é considerado como o “bem” e o “mal” aquilo que as põe em perigo. Essa personificação do mal “[...] leva demasiadas vezes à espécie de guerra que é a mais perigosa de todas: a guerra religiosa” (LORENZ, 1974, p. 292). Essas guerras desenvolvem a canalização da agressão para grupos externos e criação de laços entre dois ou mais indivíduos no grupo.

Em relação à cultura, Wilson (1981) tem uma hipótese de que até mesmo as crenças cujos rudimentos datam de cerca de 60 mil anos, ainda presentes em grande parte das sociedades, sejam um comportamento marcado por uma aprendizagem geneticamente determinada<sup>29</sup> que confere vantagem evolutiva aos indivíduos: “A predisposição à crença religiosa é a força mais complexa e poderosa da mente humana e muito mais provavelmente constitui uma parte inextirpável da natureza do homem” (WILSON, 1981, p. 169). Sua hipótese é baseada no fato de que as práticas religiosas conferem vantagem genética aos indivíduos, uma vez que solidificam sua identidade, oferecem a eles um propósito de vida compatível com seu autointeresse, aumentam o bem-estar de seus praticantes, promovem uma aliança inquestionável entre seus adeptos. Sendo vantajosa ecologicamente, Wilson (1981) sugere que algumas frequências gênicas sejam alteradas pela seleção eclesiástica, ecológica e genética e auxiliam na perpetuação das práticas religiosas. Assim, as práticas religiosas que aumentam a sobrevivência e a capacidade de procriação de seus praticantes propagarão os controles

---

<sup>29</sup> Para Wilson (1981), as pessoas estão preparadas geneticamente para aprender as relações geneticamente mais vantajosas, como o medo. Essa aprendizagem é influenciada por genes que programam o funcionamento dos sistemas nervoso, sensorial e hormonal do corpo. Desse modo, os genes restringem a maturação de alguns comportamentos e as regras de aprendizagem. Os tabus do incesto, os tabus em geral, a xenofobia, a dicotomização dos objetos em sagrados e profanos, os sistemas de dominação hierárquica, a tensão intensa para com os líderes, o carisma, o trofismo e a indução de transe acham-se os elementos do comportamento religioso que mais provavelmente estão sujeitos à modelagem pelos programas de desenvolvimento e pelas regras de aprendizagem (WILSON, 1981).

fisiológicos que favorecem a aquisição dessas práticas durante a vida individual. No entanto, é importante considerar que, assim como a maior parte das constatações de Wilson, sua teoria sobre a predisposição genética para a prática religiosa é apenas uma hipótese que, para ser comprovada, requer

[...] que elas tenham uma base fisiológica e que esta, por sua vez, tenha origem genética. Implica ainda que as escolhas eclesásticas sejam influenciadas pela cadeia de eventos que conduzem a partir dos genes e através da fisiologia, à aprendizagem forçada durante uma vida (WILSON, 1981, p.177).

Apesar de Lorenz (1974) considerar que o desenvolvimento dos rituais de reorientação da agressividade dos animais não humanos não são, muitas vezes, prejudiciais à espécie e, portanto, essenciais à sua conservação, ele também afirma: “Não faça isto nascer falsas esperanças relativamente à atual situação da humanidade” (LORENZ, 1974, p. 63). Assim como nos animais não humanos, os mecanismos que contribuem para a redução da agressividade entre as espécies pertencentes a um grupo não são capazes de aturar quando o assunto é um grande número de pessoas, principalmente aquelas que não pertencem ao mesmo grupo. Para Lorenz (1974), da mesma forma que outros animais, o ser humano não suporta a sobrecarga de estabelecer laços com um grande número de indivíduos, pois o amontoamento de pessoas aumenta a propensão para o comportamento agressivo:

Amar ao próximo como a nós mesmos e arriscar a vida para salvar a dele é normal se o nosso amigo é o nosso melhor amigo e já nos salvou a nossa muitas vezes, até o fazemos sem pensar. Mas a situação é completamente diferente se a pessoa pela qual é suposto arriscarmos a nossa vida ou fazermos outros sacrifícios é um contemporâneo anônimo que nunca vimos sequer (LORENZ, 1974, p. 260).

O pai da etologia considera que “A necessidade instintiva de pertencer a um grupo estreitamente ligado e que luta por ideais idênticos pode tornar-se tão forte que a questão de saber o que são esses ideais e se possuem um valor intrínseco deixa de ser essencial” (LORENZ, 1974, p. 273). Ele continua:

[...] seleção intraespecífica desempenha um papel tão perigoso para a ritualização cultural como para a filogênese: um tipo de comportamento filogeneticamente evoluído vai atuar juntamente com as normas e ritos sociais ritualizados pela cultura e pode desviar-se tragicamente, se não for rigorosamente controlado por uma responsabilidade racional, fundada na compreensão das causas (LORENZ, 1974, p. 273).

Cada tipo de grupo, portanto, cria um ritual diferente e segue regras diferentes. O mais importante passa a ser a união, o laço e a interação do grupo regido por qualquer tipo de valor,

independentemente se este é regido por uma moral ou ética. Em um determinado momento, as diferenças de costumes culturais tornam-se diferentes. Por isso, Lorenz (1974) as assemelha às diferenças que se formam nas espécies por meio da evolução natural. Assim, “Por essa razão, Erik Erikson<sup>30</sup> batizou esse processo com o nome de pseudoespecificação” (LORENZ, 1974, p. 92). Isso cria um comportamento de massa e obediência às normas do grupo que Lorenz (1974) denomina “entusiasmo militante”. Esse entusiasmo teria sua origem num instinto de defesa do nosso passado pré-humano. Ele seria movido por uma forma particular da agressão em comum, distinta da agressão individual. Lorenz considera esse entusiasmo como um “[...] comportamento filogeneticamente evoluído, caracterizado por um processo de fixação a um objeto. Ele determina nem mais nem menos do que a razão pela qual uma pessoa irá viver, irá lutar e, em certos casos, entregar-se cegamente às guerras” (LORENZ, 19874, p. 276).

Esse entusiasmo, semelhante ao cerimonial de triunfo dos gansos e com os comportamentos instintivos análogos de outros animais, é movido pelas emoções da ritualização cultural que comovem os indivíduos na idade pré-púbere, período considerado por Lorenz como o mais sensível da vida dos jovens. Ao escolher um objeto de fixação e entregar-se irracionalmente, por exemplo, à luta por uma causa política ou à guerra que promovem alívio e satisfação do impulso agressivo,

[...] o espírito crítico e todos os argumentos racionais contra o comportamento ditado pelo entusiasmo militante ficam reduzidos ao silêncio por uma espantosa inversão de todos os valores, que não apenas faz surgir esses argumentos como indefensáveis, mas baixos (LORENZ, 1974, p. 274).

Passado esse período sensível, a capacidade dos homens de se dedicarem a um ideal fica consideravelmente reduzida. Portanto,

Tudo isto nos ajuda a compreender esta verdade banal: os seres humanos atravessam forçosamente um período bastante perigoso durante a puberdade e pouco depois dela. O paradoxo trágico: o perigo é maior para aqueles que, por natureza, são mais aptos a servir a nobre causa da humanidade (LORENZ, 1974, p. 275).

Lorenz comenta:

Tal como o cerimonial de triunfo no ganso cendrado, o entusiasmo militante do homem é um instinto autônomo verdadeiro; tem o seu próprio comportamento de apetência, os seus mecanismos de desencadeamento e,

---

<sup>30</sup> Erik Erikson(1902-1994) foi um psiquiatra responsável pela Teoria do Desenvolvimento Psicossocial na Psicologia e um dos teóricos da Psicologia do Desenvolvimento.

nisso comparável ao instinto sexual e a outras necessidades imperiosas, gera uma sensação especial de intensa satisfação. A sua força e a sua sedutora atração explicam porque é que homens inteligentes se comportam de modo irracional e imoral na sua vida política, bem como na sua vida sexual. Como o cerimonial de triunfo, o entusiasmo militante tem uma influência fundamental nas estruturas sociais da espécie. A humanidade tem falta de entusiasmo combativo porque está dividida em clãs políticos, mas se o está é precisamente porque a divisão representa uma situação estimulante apta a provocar, de maneira satisfatória, o entusiasmo militante (LORENZ, 1974, p. 276).

Lorenz (1974) também considera que existem situações que estimulam o entusiasmo militante, a saber: uma ameaça à unidade social com que um indivíduo se identifica; a presença de um inimigo que ameaça os valores do grupo; a figura inspiradora de um chefe; e a presença de muitos outros indivíduos entregues à mesma emoção. O que está ameaçado e pode desenvolver as reações agressivas pode ser um grupo concreto de pessoas, a família ou uma pequena comunidade de bons amigos, mas pode ser também uma unidade social mais vasta, ligada e simbolizada pelos seus ritos e normas sociais particulares. No que diz respeito à figura de um chefe, Lorenz argumenta que as fotografias gigantescas de chefes, que todos os partidos políticos gostam de arvorar, provam a necessidade de um chefe para reforçar o entusiasmo militante. Assim como nas sociedades animais, que instintivamente possuem a figura de um líder, os homens também se inspiram em uma figura de chefe. Além disso, assim como nos animais, nos quais quanto maior o número de indivíduos, maior a excitação, um grande aglomerado de indivíduos vai influenciar esse entusiasmo (LORENZ, 1974, p. 278):

A minoria relativamente pequena, confrontada com uma larga maioria, tem tendência para se obstinar na atitude de defesa, dando-lhe o valor emocional do aguentar, enquanto as grandes multidões inspiradas pelo mesmo entusiasmo sentem a necessidade de conquistar o mundo inteiro em nome da sua causa sagrada.

Desse modo,

As virtudes características do nobre guerreiro – a prontidão em sacrificar-se por uma causa comum, a submissão disciplinada à ordem hierárquica do grupo, a ajuda mútua perante um perigo mortal e, antes de tudo, um laço de amizade extremamente forte entre pessoas – eram, evidentemente, indispensáveis para a sobrevivência, em competição com outras tribos, de uma pequena tribo do gênero que supomos ter sido a dos primeiros homens. No homem moderno, todas essas virtudes são ainda desejáveis e provocam o nosso respeito instintivo. Mas é indubitável que já não brilham com tanto fulgor como durante a guerra, e esse fato é perigosamente apto a convencer excelentes pessoas, um tanto ingênuas, que a guerra, no final de contas, não é essa coisa realmente horrível que ela de fato é (LORENZ, 1974, p. 288).



Aqueles que não se adaptam aos ritos do grupo passam a ser vistos como se pertencessem à outra espécie e tornam o alvo de reorientação da agressividade. Para que “[...] essas normas sociais e os ritos adquiram a sua estabilidade e o seu caráter de inviolabilidade, precisam evidentemente de uma existência contínua, por isso, a menor pseudo-subespécie é a escola” (LORENZ, 1974, p. 93), pois, nela, os indivíduos convivem juntos desde muito e durante um tempo prolongado da vida. Com isso, a agressão discriminatória contra os estranhos e o laço entre os membros de um grupo reforçam-se mutuamente. O contraste entre o *nós* e o *eles* pode, desse modo, ligar unidades que, em tudo o mais, são divergentes. Por isso,

Estamos habituados a submeter-nos à sabedoria política dos nossos dirigentes e todos estes fenômenos nos são de tal modo familiares que a maior parte de nós não repara de modo nenhum quanto o comportamento das massas humanas, no decurso da História, é estúpido, repugnante e indesejável (LORENZ, 1974, p. 247).

Com base em sua teoria do altruísmo, Wilson também concebe a agressividade a um membro externo por meio da adesão a uma ideologia. Um membro externo seria aquele que apenas usufruiria o comportamento altruísta dos membros do grupo, não sendo vantajoso geneticamente para os indivíduos, uma vez que um intruso não porta seus genes.

[...] é notável o fato de todo altruísmo humano ser moldado por poderosos controles emocionais do tipo que se espera intuitivamente ocorrer em suas formas mais rigorosas. A agressão moral é expressa mais intensamente na imposição da reciprocidade. O impostor, o desertor, o apóstata e o traidor são objeto de ódio universal. A honra e a lealdade são reforçadas pelos códigos mais rígidos. Parece provável que as regras de aprendizagem, baseadas no esforço inato, primário, levem os seres humanos a adquirir esses valores, e não outros, com relação aos membros de seu próprio grupo. As regras são os equivalentes simétricos do desenvolvimento dirigido da territorialidade e da xenofobia, atitudes igualmente emocionais dirigidas a membros de outros grupos (WILSON, 1981, p. 162).

Portanto, para Wilson (1981), devido a uma forte inclinação humana aos apelos emocionais às regras tidas como absolutas, somos coerentes com códigos de honra, mas extremamente volúveis com relação àqueles a quem os códigos não se aplicam. Essa emoção é que move o ser humano em ideologias políticas ou nos esportes, independentemente se a forma de agir do grupo estiver pautada num derramamento de sangue ou não.

A mente é desorientada concomitantemente pelas lutas entre cruzadas da religião. Alguns extremistas árabes acreditam que a luta contra Israel é uma *jihad* em prol da causa sagrada do Islã. Os evangelistas cristãos forjam uma aliança com Deus e seus anjos contra as hostes de Satã para preparar o mundo para o Segundo Advento (WILSON, 1981, p. 163-164).

Para Wilson (1974), o longo registro de guerras que marcam a história da humanidade, desde os povos caçadores-coletores até as guerras industriais, seria uma prova de que os humanos são inatamente agressivos. Para ele, “[...] as guerras não passam de técnicas de agressão mais organizadas” (WILSON, 1981, p. 99) que evoluíram com a história da humanidade.

Para ele, as constatações encontradas em povos primitivos sugerem que os humanos já seriam inatamente programados para fazer distinção de pessoas, proteger o seu território e agir agressivamente, uma vez que esses atos só fazem sentido quando vistos em uma perspectiva evolucionista, tendendo a aumentar o aparato reprodutivo desses povos: “Como as canções cativantes de primavera das aves que servem para defender o território e anunciar uma agressão, elas possuem uma estética, cujo significado verdadeiro e mortal está escondido, de início, de nossas mentes conscientes” (WILSON, 1981, p. 70). Por isso, tendemos a temer as ações de estranhos e a resolver os conflitos por meio da agressão.

Para Wilson, os humanos são dotados de uma agressão inata e isso não há como mudar, já faz parte da natureza humana:

[...] estamos fortemente predispostos a uma hostilidade profunda e irracional sob certas condições definíveis. Com perigosa facilidade e hostilidade, nutre-se de si própria e incendeiam reações descontroladas que podem rapidamente transformarem-se em alienação e violência (WILSON, 1981, p. 106).

O que seria aprendido e transmitido culturalmente seriam apenas as formas de agressão. As necessidades impostas pelo ambiente no qual a sociedade se encontra unida a uma história anterior do grupo é o que predispõe a adoção de uma determinada inovação cultural das formas de agressão, tais como as formas de ação militar e assalto criminoso. Portanto,

Nenhum gene diferencia a prática da tortura com choques elétricos da tortura com o pau-de-arara, a caça de cabeças do canibalismo, o duelo entre heróis do genocídio. Há, ao invés disso, uma predisposição inata à produção do aparato cultural da agressão, de um modo pelo qual a mente consciente é separada dos processos biológicos não-elaborados que os genes codificam. A cultura dá uma forma particular à agressão e santifica a uniformidade da sua execução por todos os membros da tribo (WILSON, 1981, p. 114).

Supondo, de acordo com as ponderações supracitadas, que a agressividade seja um produto da natureza humana, que a destruição e a violência que esse comportamento confere à humanidade sejam predispostas biologicamente, que os conflitos, a rejeição, as guerras são fruto de mecanismos filogenéticos, questiona-se: será que Lorenz e Wilson entendem que os

humanos, para agirem de forma diferente, necessitam estar submetidos aos mecanismos biológicos, como a mutação e a seleção natural para nos oferecer uma perspectiva de mudança, a qual a natureza destina a humanidade? Há uma possibilidade de intervenção por meio da razão e do intelecto? A cultura, educação, moral ou ética teriam algum espaço nessa intervenção? Seguindo essas indagações, o próximo tópico trata das concepções de Lorenz (1974) e Wilson (1981) sobre a forma como o homem poderá intervir na busca da redução da barbárie.

#### 4.2 PERSPECTIVAS DE UMA EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE

Com base na tese darwinista de que os instintos sociais são os que primeiramente contribuem para a noção de senso moral humano, Lorenz (1974) considera que, apesar de os filósofos contemporâneos defenderem a tese de que todos os tipos de comportamento destinados ao bem-estar da comunidade sejam regidos por um pensamento racional, especificamente humano, na verdade, os fatores que permitem à humanidade se diferenciar dos animais e viver socialmente em harmonia não provém, primeiramente, da racionalidade ou do pensamento conceitual, mas dos instintos sociais.<sup>31</sup> Desse modo,

Se o homem fosse um ser puramente racional, se não tivesse a sua herança animal de instintos, não seria certamente um anjo, antes pelo contrário [...]. Se um homem não dotado de valores, apenas estudasse o princípio do ato de pressionar o botão de uma bomba, ele certamente faria apenas isso (LORENZ, 1974, p. 256).

Para ele, a língua, a tradição e a responsabilidade moral só puderam desenvolver-se em um ser que vivia já em sociedade bem organizada, antes do surgimento desses fatores. Assim,

O nosso antepassado pré-humano era certamente para o seu amigo tão fiel como é um chimpanzé ou mesmo um cão, era terno com os filhos e cuidava deles, defendia a sua comunidade com risco da própria vida, milhões de anos antes de desenvolver um pensamento conceptual poder explicar os seus atos (LORENZ, 1974, p. 256).

Por sua vez, Wilson (1981, p. 167) considera que a evolução cultural de valores éticos não pode adquirir direção e impulso próprio e substituir completamente a evolução genética, pois

[...] os genes refreiam a cultura com uma correia; ela é muito longa, mas inevitavelmente os valores serão restringidos conforme sejam os seus efeitos sobre o fundo gênico humano. O cérebro é um produto da evolução. O comportamento humano – como as mais profundas predisposições a reações

---

<sup>31</sup> Instintos sociais, para Darwin (1982), procedem da ideia de que a sociabilidade também está presente em muitos gêneros animais, como símios, corvos, gralhas e estorninhos.

emocionais que o impulsionam e guiam – é a técnica indireta pela qual o material genético humano foi e será mantido intacto. A moralidade não tem nenhuma outra função última demonstrável.

Os autores consideram, então, que a forma como a humanidade deve lidar com a destruição causada pela agressão e simultaneamente com um comportamento mais humano, como altruísmo genuíno, vai depender da compreensão da interferência dos mecanismos biológicos nesses comportamentos. No caso do entusiasmo militante, Lorenz (1974, p. 276) considera que o

[...] reconhecimento do fato de que o entusiasmo militante é uma reação instintiva, com um mecanismo de desencadeamento filogeneticamente determinado, e que a única possibilidade de exercer sobre ele qualquer controle reside em um condicionamento desta reação para um objeto que a interrogação categórica considerou como valor autêntico.

Devido à espontaneidade do comportamento agressivo, não há uma saída para sua redução ou eliminação. O seu recalçamento “[...] seria como uma crescente pressão numa caldeira fechando mais a válvula de segurança” (LORENZ, 1974, p. 258). A seleção natural ainda não eliminou a agressão, devido ao estímulo que ela oferece às atividades dos organismos:

O que parece certo é que, com a eliminação da agressão, do agredir no sentido literal da palavra, muito se perderia do entusiasmo com que nos dedicamos a uma tarefa ou um problema, e do respeito de nós próprios, sem o qual nada restaria de tudo aquilo que uma pessoa faz de manhã até à noite, desde o fazer da barba até à criação artística ou científica. Tudo o que tem uma relação com a ambição, a ordem hierárquica e numerosos tipos de comportamento indispensáveis desapareceriam muito provavelmente também da vida do homem (LORENZ, 1974, p. 285).

Wilson e Lorenz consideram que ignorar os fatores naturais dos processos destrutivos humanos são o maior erro que a humanidade pode cometer. Para eles, o motivo pelo qual as ideias de teóricos como Karl Marx (1818-1883) não seguiram adiante seria porque sua compreensão da natureza humana não tinha nenhuma base científica. As mudanças culturais que ocorrem ao longo da história se dão devido ao fato de a cultura contribuir para a seleção de genes que determinarão aos indivíduos outras formas de viver. Apesar disso, Lorenz (1974) e Wilson (1981) mostram-se otimistas quanto ao fim dos conflitos humanos: “Estou de acordo com a tese de que a guerra moderna se tornou numa instituição e partilho do otimismo que o leva a pensar que, sendo uma instituição, pode ser abolida” (LORENZ, 1974, p. 291). Mas, para os autores, os mecanismos naturais que regem os instintos humanos – a genética, a mutação, a seleção natural –, atrelados ao tempo, são os fatores que podem, primeiramente, oferecer-nos esperança de mudança do percurso da evolução, mas sem eliminar a agressão.

“Os grandes construtores da evolução resolverão os problemas da luta política e da guerra. Mas fá-lo-ão sem eliminar inteiramente a agressão e a sua forma coletiva de entusiasmo militante” (LORENZ, 1974, p. 302). Aí, para eles, é que se considera o papel da ciência e da educação.

#### 4.3 CIÊNCIA E EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

Ao considerarem que os rumos da humanidade podem estar fadados aos genes, Wilson (1981) e Lorenz (1974) asseguram que uma ciência, pautada no materialismo científico, seria a esperança para a compreensão da natureza humana: “Um suficiente conhecimento do homem e da sua posição no universo determinaria automaticamente, como disse, os ideais pelos quais deve lutar” (LORENZ, 1974, p. 302).

Mas o conhecimento do homem implica que ele reconheça que seus atos têm origem na própria natureza humana. Wilson (1974) assevera que herdamos diversas formas biológicas que condicionam nossas emoções e, com elas, nossas formas de agir. Como nossas escolhas são limitadas pela carga genética, é entre essas condições que deveremos escolher quão humanos desejaremos permanecer. Precisamos conscientemente escolher entre os guias emocionais alternativos que herdamos. Nesse caso, serão os conhecimentos referentes à natureza humana que, apesar de provavelmente não serem capazes de mudar as regras fundamentais do comportamento humano ou alterar o curso básico da trajetória previsível da história, serão os que, acima dos estudos teóricos das humanidades, poderão proporcionar-nos a capacidade de fazer essas escolhas dos sistemas de valores que devemos seguir. O conhecimento puro seria o emancipador último, que iguala os estados soberanos, derruba as barreiras arcaicas da superstição e promete elevar a trajetória da evolução cultural (WILSON, 1981). Por isso, é necessário que se invista nos estudos que compreendem melhor a forma como a nossa natureza biológica é programada, para que se promova uma reconciliação do homem com a natureza por meio do ensino, sem infringir as normas dessa natureza (LORENZ, 1974, p. 6-7). Sendo assim:

O desafio para a Ciência é medir a inflexibilidade das restrições causadas pela programação, achar sua fonte no cérebro, e decodificar seu significado através da reconstrução da história evolutiva da mente. Este empreendimento será o complemento lógico do estudo contínuo da evolução cultural [...]. Acima de tudo, para o nosso próprio bem-estar físico, se para nada mais, a filosofia ética não deve ser deixada nas mãos de pessoas que são apenas sábias. Embora o progresso humano possa ser realizado pela intuição e força

de vontade, somente o conhecimento empírico arduamente obtido sobre nossa natureza biológica nos permitirá fazer as melhores escolhas entre os vários critérios de progresso.

Para Lorenz (1974), o orgulho humanista e a crença humana de que a razão está acima das emoções são os que impedem o homem de reconhecer que existem relações entre os aspectos finais e causais nos processos vitais (1974, p. 241). Além disso, “Se muita gente teme a tal ponto as considerações de ordem causal, é provavelmente porque vive obcecada pelo medo de que uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos terrestres demonstre que o livre arbítrio do homem é apenas uma ilusão”.

Nesse sentido,

Censuram-se hoje muito os cientistas terem atraído terríveis perigos sobre a humanidade dotando-se de demasiado poder sobre a natureza. Esta censura só seria justificada se se pudesse acusar simultaneamente o cientista do pecado de omissão de também não ter feito do homem um objeto da sua investigação. Porque o perigo que os seres humanos atualmente correm provém, mais do que da sua capacidade para dominar os processos físicos, da sua incapacidade para controlar racionalmente os fenômenos sociais (LORENZ, 1974, p. 234).

A mudança de reflexão que os cientistas sociais, teólogos e humanistas tanto buscam para alterar o percurso que a sociedade deseja poderia ser facilitada por meio do uso do naturalismo puro, visto que, por meio dele, se compreende a causa que define a humanidade: “[...] o materialismo científico é a única mitologia que pode elaborar grandes objetivos a partir da busca contínua de conhecimento puro [...]” (WILSON, 1981, p. 207).

Com isso, a compreensão e ensino das leis biológicas que regem a agressividade, o entusiasmo militante, os valores, os fatores que motivam o homem ao uso de uma bomba atômica e os valores por trás dessas atitudes que regem a humanidade poderiam proporcionar ao homem melhor compreensão de si mesmo para a busca das estratégias que poderiam minimizar os impactos da destruição que esse mecanismo natural pode proporcionar:

Não considero de modo nenhum utópica a possibilidade de dar a todo o ser humano sensível um suficiente conhecimento dos fatos essenciais da biologia. [...] além disso, a biologia é uma ciência fascinante, desde que seja inteligentemente ensinada e de forma a que o aluno tome consciência de que, sendo ele próprio uma criatura viva, o que lhe contam o visam diretamente. O ensino qualificado da biologia constitui o único fundamento sobre o qual se pode estabelecer sãs opiniões sobre a humanidade e sobre as suas relações com o universo. Uma certa antropologia filosófica, que despreza factos biológicos, fez muito mal ao inculcar à humanidade essa espécie de orgulho

que não apenas precede a queda, mas é causa dela. É a simples biologia do *Homo sapiens* que deveria ser considerada a *Big Science* (LORENZ, 1973, p.301).

Mas, para isso, “Será preciso muita inteligência e compreensão, tanto do lado do educador como do lado do educando, antes que essa grande finalidade possa ser atingida” (LORENZ, 1974, p. 297). Não basta a simples transmissão de conhecimento, mas um conhecimento pautado nas consequências éticas dos valores humanos com os quais as gerações possam identificar-se, sem as quais de nada valeria incentivar os jovens a um entusiasmo militante destinado à arte, ciência e medicina. O problema dessa educação, para Lorenz (1974), é que vivemos um tempo de ruptura da continuidade tradicional de educação. A transmissão da cultura de uma geração para outra e de mestre e aluno encontra-se fortemente ameaçada: “[...] a cultura ocidental, mesmo sem o perigo da guerra atômica, está mais diretamente ameaçada pelo perigo da desagregação pelo fato de não conseguir transmitir os seus valores culturais e até éticos à jovem geração” (LORENZ, 1984, p. 295).

A industrialização, que vence todos os outros setores da vida humana, cria entre as gerações uma distância que não é compensada nem pela maior familiaridade, nem pela tolerância mais democrática, nem pela licenciosidade em que temos tal orgulho. Os jovens parecem incapazes de aceitar os valores que a geração dos nossos pais venerava, se não estiverem em estreito contato pelo menos com um dos seus representantes que mereça o seu respeito e o seu amor sem restrições (LORENZ, 1974, p.269).

Tanto Lorenz (1974) quanto Wilson (1981) mencionam a eugenia como uma forma de redução da destruição humana. “Outra medida teoricamente possível, mas em minha opinião, não recomendável, seria tentar eliminar as pulsões agressivas por meio de uma seleção eugênica” (LORENZ, 1974, p. 285). Para Wilson, a ciência poderá proporcionar meios para mudar definitivamente os rumos da humanidade. Por uma aplicação correta de conhecimentos da genética e teoria da evolução, pode-se preservar o fundo gênico como um valor primário “[...] até o momento em que um maior conhecimento, quase inimaginável, da hereditariedade humana nos proporcione a opção de uma eugenia democraticamente planejada” (WILSON, 1981, p. 196), pois os genes humanos criam a genialidade hereditária de muitas maneiras e em muitos lugares, mas não impedem que ela se dissolva na geração seguinte.

[...] poderão surgir técnicas destinadas a alterar os complexos gênicos pela engenharia molecular e pela rápida seleção através da clonagem. No mínimo, uma lenta mudança evolutiva será possível através da eugenia convencional. A espécie humana pode mudar sua própria natureza. O que escolherá? Permanecerá a mesma, vacilando sobre uma base mal construída de adaptações parcialmente obsoletas da Idade do Gelo? Ou avançará em direção e criatividade ainda mais elevadas, acompanhadas de maior – ou

menor – capacidade de reação emocional? Novos padrões de sociedade poderiam ser introduzidos aos poucos (WILSON, 1981, p. 206).

Resumidamente, para Lorenz (1974) e Wilson (1981), a agressividade animal é tratada como um comportamento evolutivamente selecionado e concebida como um fenômeno inato, isto é, geneticamente determinado. De modo geral, para ambos os biólogos, trata-se de um comportamento associado à conservação da vida e da espécie, sendo manifestado em situações de disputa territorial, por alimento e reprodução. No entanto, diferentemente de Wilson (1981), para o qual um comportamento agressivo só é manifestado nessas situações relacionadas à sobrevivência, para Lorenz (1974), a agressividade é fruto de um complexo fisiológico espontâneo e constante, que necessita ser descarregado. Por esse motivo, mesmo em situações que não acarretem nenhuma vantagem evolutiva para o indivíduo, a agressividade sempre será manifestada.

Suas conclusões acerca da agressividade humana são baseadas em induções que realizam, com base no estudo do comportamento animal, o que, para eles, nos dá indícios para uma verdadeira compreensão da natureza humana. Apesar de ambos os biólogos considerarem que os animais são dotados de adaptações biológicas, filogeneticamente desenvolvidas, para a reorientação da agressividade ou que a manifestação desse comportamento só ocorre em momentos em que há uma vantagem evolutiva para esses, ambos os biólogos associam essa agressividade instintiva à origem de comportamentos propriamente humanos, tais como hostilidade, ódio, crueldade, xenofobia, preconceito, violência e guerra. Seguindo essa linha de pensamento, os humanos, para eles, possuem necessidade instintiva de pertencimento ao um grupo, o que permite que eles reduzam a agressividade por meio do desenvolvimento de rituais, assim como os animais. A força do hábito, a emoção e o prazer fornecido pela imitação dos movimentos ritualizados, associada ao altruísmo e entusiasmo militante (cuja origem se encontra no instinto de defesa), fazem com que os indivíduos de um mesmo grupo se fixem a um objeto, obedeçam aos valores e ideologias, não importando se esses valores apresentam uma causa justa, racional ou não. Isso leva o ser humano a entregar-se cegamente às ideologias, tais como a religiosa e política, ao mesmo tempo que necessitam descarregar a agressividade espontânea e instintiva nos pequenos grupos com os quais não compartilham os mesmos genes.



Nos seres humanos, o rápido desenvolvimento de uma cultura destrutiva, resultante do seu exclusivo potencial de desenvolver racionalidade e pensamento intencional, seria incompatível com o tempo necessário para uma adaptação filogenética para a agressividade. Assim, apesar de considerarem a cultura como uma característica desenvolvida pelos humanos, eles avaliam que esse potencial somente é desenvolvido devido aos atributos biológicos necessários ao seu desenvolvimento como um potencial genético e complexidade cerebral que propiciam a racionalidade; por isso, a cultura também seria um fator biológico, sendo, assim, vulnerável aos processos de seleção natural.

Em função disso, as possibilidades humanas de, por meio da educação, evitar que os seres humanos se autodestruam devem estar atreladas aos condicionantes que a natureza biológica impõe à humanidade, cuja saída está em uma compreensão dos fatores biológicos e psicológicos desenvolvidos filogeneticamente, além de um investimento nos mecanismos de reorientação da agressividade filogeneticamente originados e culturalmente desenvolvidos. Nesse ínterim, a educação científica pode vir a se tornar a mais poderosa arma na luta contra a barbárie, uma vez que, por meio dela, o homem é capaz de compreender sua natureza biológica e ampliar as possibilidades de redução da agressividade mediante intervenções científicas.

Descrita a forma, Lorenz (1974) e Wilson (1981) buscam explicar a origem da agressividade e da violência irracional que encaminham o ser humano a destruir a própria espécie. O objetivo do próximo capítulo é analisar essas teorias.

## **5AGRESSIVIDADE E A MANIFESTAÇÃO DA BARBÁRIE: UM DIÁLOGO COM A TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE**

São múltiplas as possibilidades de críticas às teorias expostas pelos biólogos, muitas das quais partem do próprio campo da biologia. O biólogo Sacarrão (1982), por exemplo, discorda da afirmação de que o comportamento humano ainda seja dotado de instintos, principalmente quanto ao fato de a agressividade ser concebida como um instinto espontâneo que se acumula no organismo, devendo ser descarregada. Outros autores debatem a questão da possibilidade de essas teorias alcançarem um *status* científico. Alguns críticos da sociobiologia, ao se basearem principalmente na filosofia de Karl Popper (1902-1994), consideram que, no que concerne ao comportamento humano, as teorias de Wilson não fazem parte de uma ciência pura, visto que a forma por que ela busca explicar o comportamento humano não permite testes. Conforme destaca Ruse (1983), a refutabilidade é imprescindível para a ciência. Para ele, as teses defendidas pela sociobiologia não permitem essa refutabilidade. Também é questionado o fato de essas teorias serem baseadas na competitividade tratada pela teoria da seleção natural darwiniana. Muitos autores sugerem que o processo de seleção natural poderia ter ocorrido por meio da cooperação, e não pela competição entre os organismos, conforme reflete o filósofo Abdalla (2002). A discussão sobre a concepção de cultura como resultado da manifestação dos genes é fortemente discutido pelo antropólogo Laraia (2006). Além dessas, muitas críticas podem ser tecidas, como o fato de os autores conceberem a religião, o altruísmo, o egoísmo e a moralidade humana como produtos de um instinto biológico.

Esta pesquisa, portanto, se restringe a uma porção entre as várias possibilidades de análise que as teorias de Lorenz (1974) e Wilson (1981) possibilitam. Sendo assim, a análise se restringe à relação que os autores estabelecem entre a agressividade animal e a barbárie humana. O objetivo deste capítulo, portanto, é demonstrar que, tratando da agressividade humana com base no estudo do comportamento animal, os autores acabam reduzindo biologicamente um fenômeno tão complexo como a barbárie humana analisada por Adorno (1995b).

Este capítulo é destinado à análise das teorias de Lorenz (1974) e Wilson (1981) com base na Teoria Crítica da Sociedade. Para isso, recorrendo a Adorno, Freud, Horkheimer, comentadores da teoria crítica, e a autores do campo das biomédicas, nossa análise tem por eixo principal a produção da barbárie e sua relação com a agressividade e violência, por meio

do qual se pretende abordar a agressividade e sua relação com ideologias, os mecanismos associados aos movimentos de massa e obediência de valores de grupos sociais, a tendência para a imitação e a necessidade de descarregar sobre outros grupos a agressividade. Para isso, este tópico está dividido em cinco temas: a) As atuais pesquisas sobre agressividade; b) Reducionismo: ciência e ideologia; c) Barbárie: um fenômeno complexo; d) Um novo darwinismo social; e) Educação e o combate à barbárie.

**a) AGRESSIVIDADE, VIOLÊNCIA E BARBÁRIE: do *Homo sapiens* ao *Homo economicus***

Apoiados em Adorno (1995b), percebemos que a barbárie que foi produzida pelo regime nazista é caracterizada como um momento em que o ser humano, dito civilizado, retrocede a um modo primitivo de comportamento, ou seja, manifesta uma agressividade (violência) irracional, característica de um selvagem. Aí o filósofo associa comportamentos, como o preconceito e a violência produzida por uma massa submetida a ideologias sociais, tais como no nazismo. Para compreender as razões pelas quais um ser humano retrocede a esses estágios primitivos, o filósofo sugere que todos os métodos científicos sejam utilizados, de modo que se compreenda o que leva a humanidade a uma barbárie como o nazismo (ADORNO, 1995a). Para isso, ele busca compreender fenômenos associados à psicologia de massa, procurando entender no indivíduo as raízes de um fenômeno socialmente construído, como a barbárie nazista. Com isso, expõe a maneira como mecanismos inconscientes – tais como a pulsão de morte e a libido – são manipulados de modo a induzir o ser humano, principalmente em movimento de massa, irracionalmente a apoiar decisões políticas e econômicas que vão contra os seus interesses sociais, encaminhando-os à destruição da própria espécie.

Assim como Adorno (1995a), Lorenz (1974) e Wilson (1981) também buscam compreender os motivos que induzem o ser humano à destrutibilidade. Para compreenderem esse fenômeno, estes biólogos o justificam por meio do estudo do comportamento animal. Assim, buscam explicar filogeneticamente os motivos pelos quais os seres humanos se unem a grupos, defendem os seus valores e, acima de tudo, agem agressivamente com indivíduos externos. Para eles, a agressividade, como um instinto biologicamente determinado, inata, atrelada a aspectos neurofisiológicos, genéticos e evolutivos, está associada ao instinto de sobrevivência humano. Por isso, mediante conclusões indutivas de seus estudos baseados no comportamento animal, seguindo a premissa da teoria darwinista da seleção natural, os

biólogos concluem que as guerras humanas são filogeneticamente derivadas do instinto animal agressivo ainda presente no *Homo sapiens*.

Seguindo as premissas de Darwin (1874), Lorenz (1974) e Wilson (1981) defendem que, assim como os animais, o ser humano é dotado de um amor e uma simpatia originados de um instinto social que os incita a se tornar membros de um grupo. Para Lorenz (1974), esse instinto social é o que origina naturalmente os rituais humanos que evoluem culturalmente e são socialmente mantidos: “[...] todos os rituais humanos têm uma origem natural, muito análoga à da evolução, no animal e no homem dos instintos sociais” (LORENZ, 1974, p. 82). As emoções envolvidas nesses rituais, assim como nos animais em movimento grupal, comovem o ser humano. Essa emoção, associada a uma repetição rítmica dos rituais, o faz defender qualquer valor ao qual o grupo seja submetido: político, religioso ou econômico. Devido ao instintivo medo de agir de modo diferente, o ser humano não contraria o movimento, adaptando-se ao modo de comportamento do grupo e não contrariando os seus valores. Isso, para Lorenz (1974), é natural, uma vez que um “valor” é definido como “[...] um objeto sobre o qual se fixou a nossa necessidade instintiva de preservar e defender normas sociais tradicionais” (LORENZ, 1974, p. 278).

Para que amemos tudo que nos é transmitido pela tradição, é preciso que todos esses pormenores pitorescos que rodeiam um velho costume – como a decoração da árvore de natal e o ato solene de acender as velas nos dê prazer. É do calor desse sentimento que depende a fidelidade que somos capazes de ter pelo símbolo e tudo aquilo que ele representa. A intensidade deste sentimento faz também com que olhemos como valores os bens produzidos pela nossa cultura. A vida autônoma da cultura, a criação de uma comunidade para além do indivíduo e que lhe sobrevive, tudo o que constitui, enfim, a verdadeira essência do homem, assenta, portanto na autonomia do rito que dele faz um motivo autônomo das ações humanas (LORENZ, 1974, p. 88).

Para Wilson (1981), a obediência a valores tradicionais (religiosos, por exemplo) e as exigências feitas pelos grupos sociais a que pertencemos possivelmente se originam filogeneticamente e foram evolutivamente selecionados, pois acarretam uma vantagem evolutiva por solidificar sua identidade e oferecer-lhes um propósito de vida.

Esses rituais culturais, tais como o cerimonial de triunfo de alguns animais, teriam evoluído naturalmente, de modo a criar uma identidade e reduzir a agressividade entre os membros pertencentes a um mesmo grupo, preservando a espécie. Mas, devido à sua espontaneidade, a agressividade necessita ser descarregada sobre as pessoas que não pertencem ao mesmo

grupo, com as quais os membros não se identificam. Para ele, o ser humano não consegue amar um grande número de indivíduos.

[...] a se considerar a necessidade de se descarregar a agressividade, os animais humanos e não humanos necessitam ter sempre alguém em quem descarregar sua agressividade: O nosso guerreiro de Cro-Magnon<sup>32</sup> tinha muitos vizinhos hostis para descarregar contra eles as suas pulsões agressivas, e tinha exatamente o número ideal de amigos para amar (LORENZ, 1974, p. 260).

Wilson (1981) justifica que essa redução da agressividade entre membros de um mesmo grupo devido a um comportamento altruísta protege os genes da espécie. Já a agressividade com membros externos é filogeneticamente originada da necessidade de sobrevivência e, por isso, os humanos fazem distinção de grupos. Associada à obediência aos valores tradicionais, essa agressividade desencadeia os grandes conflitos humanos, independentemente do motivo por que eles são regidos, quer políticos, quer religiosos.

Também associado ao instinto de defesa de nosso passado pré-humano, o “entusiasmo militante”, caracterizado por Lorenz (1974) como uma forma de agressão associada à emoção, induz o ser humano a lutar por um valor. Para o etólogo, a origem filogenética para tal comportamento se explica pela característica das reações fisiológicas apresentadas pelos indivíduos quando envolvidos nos movimentos de massa:

Todas as características fisiológicas que ocorrem durante um momento de entusiasmo militante tais como: tônus de toda a musculatura estriada que aumenta, atitude do corpo mais tensa, braços afastados do corpo, queixo avanço. [...] quem quer que tenha visto o comportamento análogo do chimpanzé ao defender o seu bando ou a sua família com risco da própria vida porá em dúvida o caráter puramente espiritual do entusiasmo. [...] essas reações são portanto o vestígio de uma reação vegetativa, pré-humana: o eriçar dos pelos que já não temos [...]. Para aquele que procura modestamente a verdade biológica, não pode haver qualquer dúvida de que o entusiasmo militante do homem evoluiu a partir de uma reação de defesa coletiva dos nossos antepassados pré-humanos. A tensão irrefletida para um único alvo que caracteriza essa reação deve ter possuído um enorme valor de sobrevivência, e isso até numa tribo de homens plenamente evoluídos (LORENZ, 1974, p. 275).

Assim, essa reação pode levar o ser humano a defender objetos extremamente diversos, desde o clube desportivo até a nação, desde as particularidades e cerimônias até o ideal da verdade científica ou da incompatibilidade da justiça (LORENZ, 1974). Qualquer um que conteste esses valores se torna inimigo daquele em quem será descarregada a agressividade. Mas “[...]”

<sup>32</sup> Cro-Magnoné o nome que se dá aos restos mais antigos conhecidos na Europa de *Homo sapiens*, a espécie à qual pertencem todos os humanos modernos.

também esse inimigo pode ser de natureza concreta ou abstrata; os judeus, os hunos, os nazis, os tiranos, os Katzelmacher, os Preussen, capitalismo mundial, bolchevismo, fascismo, heresia, dogmatismo, fracasso da ciência” (LORENZ, 1974, p. 277). Pelo fato de esses fenômenos estarem relacionados aos instintos biológicos filogeneticamente desenvolvidos, Lorenz (1974) assim julga:

São a ausência de razão e a natureza humana não racional que fazem com que duas nações entrem em competição, embora nenhuma necessidade econômica a isso as obrigue, são elas que levam dois partidos ou duas religiões de programas espantosamente semelhantes a combaterem-se encarniçadamente. E um Alexandre ou um Napoleão a sacrificarem milhões de vidas humanas ao tentarem unir o mundo sob o seu ceptro (LORENZ, 1974, p. 247).

Portanto, a emoção, a repetição rítmica, os instintos associados à sobrevivência que desencadeiam, na agressividade, obediência às normas tradicionais e o “entusiasmo militante”, para Wilson (1974) e Lorenz (1981), motivam o ser humano a ser irracionalmente levado à luta por uma causa política ou à guerra, pois estas promovem alívio ao instinto agressivo que o induz à barbárie.

Como visto, Freud (1997) também busca compreender esses fenômenos e sua associação com a agressividade humana. No entanto, para o pai da psicanálise, mais do que um instinto biológico para a sobrevivência, a agressividade é fruto de um mecanismo psicológico que ele chama de pulsão de morte, o qual está associado à libido e a um inconsciente retorno ao estágio inorgânico do ser, isto é, à morte. Pelo fato de os humanos terem essa pulsão agressiva, as pessoas ao seu redor seriam fonte de satisfação de sua agressividade. A necessária repressão social das pulsões seria a razão do mal-estar na civilização.

Apesar de buscar manter certa independência de sua teoria com as teorias científicas, o pai da psicanálise não descarta a possibilidade de sua teoria das pulsões ter uma base biológica e também não deixou de ter esperança de que um dia suas conclusões sobre a pulsão de morte fossem comprovadas pela ciência. Tanto Lorenz (1974) quanto Wilson (1981), uma vez ou outra, mencionam a teoria freudiana, seja para refutá-la, seja para mostrar as aproximações dos seus argumentos com os do psicanalista. Lorenz (1974) concebe a noção psicológica freudiana da agressividade o resultado de uma pulsão de morte como princípio de destruição, diametralmente oposta aos instintos conservadores da vida, como inútil e falsa, em uma perspectiva fisiológica. No entanto, embora ele afirme que essa tendência à morte e destruição

do outro não tenha um fundamento fisiologicamente convincente, muito do que o etólogo considera sobre a agressividade parece ser semelhante à teoria primeiramente postulada pelo pai da psicanálise. Essa semelhança é percebida principalmente quando, para ambos, a agressividade é tratada como uma pulsão (FREUD, 1997) ou instinto (LORENZ, 1974), a qual necessita ser descarregada e cujo recalçamento produz ainda mais agressividade.

#### **b) As atuais pesquisas sobre agressividade**

De fato, conforme descrevem Lorenz (1974) e Wilson (1981), a agressividade faz parte da história evolutiva do homem.

[...] estudos sobre lesões traumáticas na pré-história afirmam que as raízes da violência interpessoal penetram profundamente em nossa história evolutiva [...]. As marcas de agressões nos ossos são surpreendentemente comuns, considerando-se a escassez de restos de hominídeos [...]. Não há nenhuma forma de organização social, de modo de produção ou de condições ambientais que tenha permanecido livre de violência por muito tempo (FLORES, 2002, p. 3).

Além disso, as afirmações de Lorenz (1974) e Wilson (1981) acerca da possibilidade de fatores genéticos e neurofisiológicos estarem associados ao comportamento agressivo impulsivo correspondem a muitos trabalhos recentemente publicados. Segundo Kristensen (2003), todo o comportamento agressivo está associado a um substrato neurobiológico que controla os componentes perceptuais, motores e autonômicos dos atos agressivos. As conclusões de Wilson (1981) sobre as relações genéticas atreladas a esse comportamento também têm atingido grandes avanços. De acordo com Flores (2002), apesar de variarem com o tempo e espaço, estudos com gêmeos têm apontado uma relação genética com o comportamento criminal. Também segundo Gauer (2001), as pesquisas relacionadas aos estudos da agressividade buscam associação desse comportamento às alterações em estruturas anatômicas, em neurotransmissores, esteroides sexuais e outros hormônios, bem como o estudo de fatores genéticos.

Algumas pesquisas sobre as principais estruturas cerebrais possivelmente envolvidas na mediação da agressão têm indicado o hipotálamo, amígdala cerebral e o córtex pré-frontal, linha média talâmica, região pré-óptica lateral, corpos mamilares e hipocampo (GAUER, 2001). Sabe-se também que a agressividade, de fato, como afirmam Lorenz (1974) e Wilson (1981), pode estar relacionada ao sistema límbico (GAUER, 2001). Isso é indicado por meio de registros de intervenções cirúrgicas para aliviar doença mental ou epilepsia em humanos. A

amígdala tem função de estimular e/ou inibir o hipotálamo, bem como de modular a entrada de estímulos no neocórtex. Em animais, lesões bilaterais da amígdala suprimem a expressão de hostilidade, enquanto lesões irritativas ou a estimulação das amígdalas em macacos resulta em diminuição da agressão, o que nos pode dar indícios de que o mesmo pode ocorrer em humanos. Já o córtex pré-frontal modula as atividades do hipotálamo e do sistema límbico e está associado aos aspectos sociais e de julgamento da agressão. Segundo Gauer (2001), ele coordena o tempo da manifestação social, frequentemente antes da expressão das emoções associadas.

Apesar de essas pesquisas serem significativamente importantes para a compreensão da agressividade, sua relação está associada à agressão impulsiva, o que pode dar-nos indícios dos riscos atrelados à agressão espontânea citada por Lorenz (1974). Não obstante, isso não significa que a agressão irracional e principalmente a violência humana, como acreditam os autores analisados neste trabalho, possam ser explicadas exclusivamente segundo determinantes biológicos, conforme citação de Wilson (1981, p. 119):

A agressão humana não pode ser explicada nem como uma imperfeição devida ao anjo negro, nem como instinto bestial. Tampouco é um sintoma patológico decorrente da criação num ambiente cruel. Os seres humanos estão fortemente predispostos a reagir com ódio irracional a ameaças externas e a aumentar sua hostilidade o suficiente para superar a fonte de ameaça com uma margem consideravelmente ampla de segurança.

Essa teoria é refutada, visto que, “[...] apesar da importância da biologia, é inegável a influência de variáveis ambientais, cognitivas e psicológicas na origem da agressão” (GAUER, 2001, p. 12). Mais:

Os Estudos que avaliam os fatores biológicos como determinantes da conduta agressiva são dificultados por diversas variáveis: 1) existem dificuldades a respeito da definição do que seja agressão, no que tange às propostas de investigação de fatores biológicos predisponentes. Todos os seres humanos experimentam raiva e podem comportar-se agressivamente quando dada a provocação necessária; 2) além disso, o comportamento agressivo pode ter causas variadas e cada causa poderá ter fatores de influência a serem considerados; 3) apesar da importância da biologia, é inegável a influência de variáveis ambientais, cognitivas e psicológicas na origem da agressão, e a interação destas variáveis com os fatores biológicos só agora começa a ser cogitada; 4) finalmente, muito do que é descrito em relação à neurobiologia da agressão se refere a dados obtidos através de estudos com animais, gerando dificuldade para generalizar tais resultados ao ser humano (GAUER, 2001, p. 128).



No que diz respeito aos mecanismos psicológicos que induzem um indivíduo a um comportamento agressivo, é inegável a importância da psicanálise freudiana, pois a formação de uma personalidade violenta precisa ser considerada por meio de uma análise da formação inicial dos indivíduos em suas relações familiares, principalmente no que diz respeito à falta de amor e cuidados. Isso ocorre porque, de acordo com Flores (2002), um ambiente familiar inadequado, especialmente no primeiro ano de vida, influencia significativamente na formação de um indivíduo com personalidade violenta.

Mais recentemente, o estudo da agressividade relacionado à genética também tem envolvido um campo da biologia denominado epigenética. Esse campo se refere ao estudo das alterações do DNA que não envolvem mudanças na sequência da molécula em si, mas no estudo de reações de moléculas orgânicas, como o radical metil (CH<sub>3</sub>), que altera o comportamento dos genes a que esse radical pode ligar-se, tornando os genes mais ou menos ativos, o que pode durar por toda a vida. Um exemplo desse quadro associa a agressividade resultante de estresse ocasionado por eventos traumatizantes na infância, tais como abusos sexuais, violência sofrida pela gestante ou pela criança, guerra, pobreza e abandono por parte dos pais, que afetam a sensibilidade de genes associadas a fatores de transcrição desde a vida intrauterina até vida adulta, provocando alterações psicológicas no indivíduo (FRANCIS, 2015).

Essas pesquisas, principalmente as que envolvem a influência social materna na criança, são feitas principalmente com roedores. Apesar disso,

[...] há evidências substanciais da ocorrência de processos similares em primatas, incluindo o homem. No macaco Rhesus, a rejeição e as agressões maternas sofridas pelo filhote durante os três primeiros meses causam diversas patologias cerebrais e comportamentais, incluindo alterações da reação ao estresse (FRANCIS, 2015, p. 96).

Segundo Flores (2002), estudos preliminares de uma amostra de 21 jovens violentos de Porto Alegre, mas sem condenações criminais, identificaram três variáveis cuja presença aumenta significativamente o escore de violência utilizado: problemas obstétricos, maus-tratos na infância e história familiar positiva de criminalidade. Além disso, Flores (2002) menciona que 42% dos adolescentes do sexo masculino envolvidos em crimes, em regime de privação de liberdade, apresentavam diagnóstico de doença mental. Entre os fatores etiológicos mais relevantes para essas patologias, estava o fato de o jovem ter sido maltratado na infância, que

aumenta em 1,7 vezes o risco de que ele desenvolva doenças mentais, e o fato de haver histórico de doença mental na família, que aumenta o mesmo risco em 5,7 vezes.

Assim, concordamos com o neurocientista Gauer (2001), ao escrever que “Seria ingenuidade acreditar que somente os fatores biológicos desempenham papel na agressividade, violência e perpetuação de crimes, pois o ser humano é também influenciado por condições psicossociais” (GAUER, 2001, p. 32). Precisamos também considerar que são numerosas as causas e fatores da violência, incluindo aí, além de fatores biológicos e psicológicos, razões sociais, políticas, econômicas e culturais.

Na introdução deste trabalho, revelamos nossa preocupação quanto ao uso ideológico da ciência para justificar barbáries socialmente construídas. Mais adiante, no segundo capítulo, destacamos a perpetuação da teoria da seleção natural para justificar políticas de eugenia e xenofobia que marcaram os séculos XIX e XX e ainda estão presentes em nossa sociedade. Assim, com base nos trabalhos de Charles Darwin e principalmente nos estudos de Konrad Lorenz e Edward O. Wilson para a compreensão do comportamento animal, cogitam-se as incongruências e o risco que se corre, quando se extraem conclusões sobre o comportamento humano, pautando-se em pesquisas com animais. Além disso, critica-se o fato de a utilização dessas pesquisas ser fonte de justificativas para a xenofobia, preconceito, violência irracional e todas as outras formas de barbárie que encaminharam a espécie humana a cometer a selvageria que não se restringiu aos campos de extermínio de Auschwitz, mas que ainda marcam a sociedade moderna.

### **c) Reduccionismo: ciência e ideologia**

No capítulo correspondente aos pressupostos teóricos da etologia e sociobiologia, procuramos demonstrar que as teorias das quais se originam as ideias de Lorenz (1974) e Wilson (1981) estão carregadas de ideologias que não podem ser ignoradas e evidentemente demonstram que a ciência e principalmente as ciências biológicas são passíveis de serem apropriadas ideologicamente.

O *ensaio sobre população* do economista Thomas Malthus – o qual foi inspiração para a teoria da evolução das espécies por seleção natural – revela uma postura político-econômica de caráter liberal, que tende a depositar na natureza humana as consequências sociais – tais

como a miséria e violência – de uma sociedade regida pelo domínio de classes. Nesse mesmo capítulo, abordamos também as consequências sociais do uso ideológico da teoria da seleção natural para justificar a barbárie que marcou o darwinismo social tanto na Alemanha quanto em outros países, como os Estados Unidos da América.

Segundo Sacarrão (1989), a teoria da evolução de Darwin foi desenvolvida em uma era vitoriana na qual a constância de ideias de segregação racial e de xenofobia marcou não só as concepções de indivíduos ignorantes, místicos e fanáticos, mas também historiadores, filósofos e literatos, os quais difundiram e desenvolveram teorias raciais e propósitos eugenistas, assim como defendem Lorenz (1974) e Wilson (1981).

A frase “persistência do mais adaptado”, que Darwin utilizou para se referir à luta pela sobrevivência das espécies, por exemplo, pertencia ao filósofo Herbert Spencer, um dos principais teóricos otimistas do idealismo progressista socioeconômico e intérprete, por assim dizer, do liberalismo econômico, da livre iniciativa, do *laissez-faire*, ou seja, do capitalismo. Segundo Johnson (2013), já antes de Darwin, o filósofo Spencer defendia a ideia do *evolucionismo universal*. Ele teria desenvolvido uma discussão sobre duas frentes: a luta pela existência não se restringia apenas a indivíduos, mas a sociedades e nações de maneira geral. A outra seria que a evolução poderia explicar todos os problemas – políticos, econômicos, militares, psicológicos e sociais.

Aqui deixamos claro que o destaque ao uso ideológico da teoria darwiniana não implica nossa desconsideração à importância científica que a teoria da seleção natural representa, pois, conforme demonstrado no mesmo capítulo, muitos estudos têm colaborado para a teoria da origem das espécies por seleção natural. No entanto, evidenciarmos a importância científica dessa teoria não significa dizer que ela seja válida para justificar fenômenos sociais, tais como os ideais de raça, as políticas de eugenia e xenofobia como ocorrem no nazismo e ainda marcam a sociedade contemporânea. Por isso, com base na forma como o darwinismo foi ideologicamente apropriado por políticas governamentais, julgamos importante analisar o risco que as teorias de Konrad Lorenz e Edward O. Wilson podem apresentar, ao associarem à natureza irracional humana consequências que são de ordem ideologicamente planejada.

O biólogo Sacarrão (1989, p. 367), ao conceber a sociobiologia como uma versão moderna do darwinismo social, destaca:

É inegável o poder potencial da Sociobiologia como ciência das sociedades animais e como teoria orientadora e estimuladora de investigações. Mas comete um grave abuso quando pretende, com bases teóricas muito discutíveis, explicar o comportamento social humano e inclusivamente ambicionando substituir a Sociobiologia e todas as ciências humanas. Isto a que chamei “Sociobiologia perversa”, não é mais do que um biologismo enfatuado, que aspira ao monopólio da explicação do ser humano, desde a origem do homem e da sociabilidade, da moral e dos valores, às complexidades do comportamento social, à estrutura da sociedade, abarcando a filosofia e a história, querendo ocupar o seu lugar.

O biólogo Konrad Lorenz, cujos trabalhos com comportamento animal lhe renderam prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina em 1973, no auge do nazismo (1943), faz a seguinte afirmação:

Deveríamos, para preservar a raça, estar atentos à eliminação dos seres moralmente inferiores de forma ainda mais severa do que a atual [...]. Devemos – e temos o direito disso – contar com os melhores dentre nós e encarregá-los de proceder à seleção que determinará a prosperidade ou o aniquilamento do nosso povo (LORENZ opcit SACARRÃO, 1989, p. 355).

Com essa afirmação, concordamos com esse crítico, ao ponderar que “Mesmo cientistas de reputação não estão livres de ser contaminados” (SACARRÃO, 1989, p. 355). O biólogo ainda destaca que essa referência de Lorenz foi escrita na revista *Zeitschrift Fur Angewandte Psychologie Und Charakterkunde*, motivo de grandes protestos contra a atribuição do prêmio Nobel a quem produzia tais afirmações em pleno regime fascista. Isso teria gerado uma resposta por parte do etólogo, segundo o qual seus argumentos teriam sido mal compreendidos e, num certo sentido, muito mal interpretados (SACARRÃO, 1989). No entanto, não se pode desconsiderar o posicionamento político de Lorenz (1974), pois, no mesmo livro que nos propomos analisar – *Agressão: uma história natural do mal* (1974) –, ele faz associações de comportamentos de cardumes para corroborar a tese de que apenas uma política liberal de governo seria a mais indicada para uma nação:

[...] quanto mais indivíduos um cardume contém e quanto mais desenvolvido é o seu instinto gregário, mais difícil se lhe torna tomar decisões. Um peixe que, por qualquer razão, começa a nadar em determinada direção deixa necessariamente o cardume e, depois de alguns instantes, encontra-se em água livre e, portanto exposto a todos os estímulos que tendem a fazê-lo voltar ao cardume [...]. Por isso, um grande cardume de pequenos peixes aglutinados oferece uma triste imagem de indecisão [...]. Ao observar esses movimentos desordenados, corre-se o risco de perder a fé na democracia e reconhecer as indubitáveis vantagens de uma política de direita (LORENZ, 1966, p. 157).

Esse tipo de posicionamento requer que pensemos tanto nas teorias de Lorenz (1974) e Wilson (1981) sobre a produção da violência apenas como resultado de um instinto biológico filogeneticamente evoluído quanto nas possibilidades de compreensão e intervenção nesses processos apenas por meio das ciências naturais. Requer também a reflexão acerca do impacto dessas teorias sobre as esperanças dos homens em si mesmos nos valores de um Estado democrático de direito como forma viável de convivência, no uso dessas teorias como suporte para guerras e totalitarismo político, na responsabilidade ética, capacidade de reflexão e intencionalidade humana. De acordo com Sacarrão (1989, p. 70):

A teoria do instinto, aplicada à agressividade do ser humano, na forma absoluta que lhe dão os seus defensores, não é só refutada pelos fatos como contém em si mesma vários perigos [...]. Se o homem é naturalmente fraco e perverso, se, portanto, crê não ser responsável pelas suas ações nefastas, então as esperanças já não residem no homem, na sua capacidade de se salvar, restando a utopia de que surja por evolução ou por criação transcendente um mutante super-homem.

É importante ressaltar, conforme comenta Sacarrão (1989), que o fato de uma ideia ter sua origem numa determinada classe, ou estar de acordo com os seus interesses, não prova nada quanto ao fato de ser falsa ou verdadeira. Tudo indica que tais perspectivas que sustentam o racismo, o preconceito, a superioridade de uma raça ou um povo, a rigor, não passam de um cientificismo. Lorenz (1974) considera que a verdade científica, independentemente de toda vinculação cultural, nacional ou política, sempre será incontestável: “A ciência tem uma missão de criar um valor que ninguém, qualquer que seja a sua vinculação nacional ou política, lhe pode contestar” (LORENZ, 1974, p. 294). Também Wilson (1981, p. 36) salienta:

Se for possível fazer com que as ideias e os métodos analíticos da ciência “dura” funcionem de maneira apropriada e permanente, a divisão entre as duas culturas, da Ciência e a das Humanidades, será eliminada. Mas, se a nossa concepção de natureza humana tiver que ser alterada, deverá sê-lo por meio de verdades consentâneas com os cânones da evidência científica e não de um novo dogma, não importa o quão ardorosamente seja desejado.

Aqui, os biólogos deixam clara sua perspectiva positivista, típica do cientificismo do século XIX, “[...] segundo o qual o conhecimento define-se, implicitamente, pelas realizações da própria ciência” (HUHNE, 1995, p. 113). O reducionismo biológico associado ao cientificismo nada mais é do que uma ideologia que reduz ao máximo o potencial do conhecimento científico no momento em que o submete aos interesses políticos e econômicos espúrios às finalidades da ciência. O biólogo caracteriza bem o que seria reducionismo:

Reduccionismo é um ponto de vista segundo o qual só se compreende verdadeiramente um fenômeno quando o dividimos até às suas partes, quer dizer, quando fragmentamos até o mais baixo nível da sua organização que é acessível à análise. Assim, as propriedades dos conjuntos complexos (como uma molécula, uma célula, um organismo, um ecossistema, uma sociedade) são compreendidas a partir das partes de que são compostas (SACARRÃO, 1989, p. 30).

Para o estudo de fenômenos de natureza biológica, é imprescindível uma delimitação das pesquisas científicas. O problema é quando se busca compreender um aspecto da realidade (natural ou social) apenas mediante uma perspectiva biológica. O importante é apreender os fenômenos de ordem social que, em linhas gerais, estão vinculados a aspectos de ordem econômica, política, cultural, pois esses condicionantes participam da constituição dos indivíduos.

O cientista faz suas deduções segundo a observação e testes empíricos dos fenômenos naturais. No entanto, suas conclusões podem servir como arma ideológica, cientificamente justificadas e ideologicamente ensinadas. Para Sacarrão (1989, p. 30),

[...] é nas relações entre os fatos e teorias da biologia, e em diversos aspectos da biologia humana e da sociedade, que o reducionismo, na forma de um reducionismo biológico estrito, se tem mostrado particularmente nocivo, como suporte e legitimador de desigualdades, opressões, interesses de classe e atentados à dignidade e liberdade humanas.

Por esse motivo, para uma compreensão ampla dos fenômenos humanos, consideramos importante a apropriação de um método de estudo que transcenda o método científico justificado pelos autores aqui analisados como o mais eficiente para compreender a barbárie humana. Em outras palavras, um método que busque não apenas a origem natural dos fenômenos, mas sua relação com o social. No entendimento de Wilson (1981, p. 35):

A força de uma teoria científica é medida pela sua capacidade de transformar um pequeno número de ideias axiomáticas em previsões minuciosas de fenômenos observáveis [...]. Além disso, a validade de uma teoria é medida em função do êxito com que suas previsões competem com outras teorias na explicação dos fenômenos. [...] finalmente, uma teoria cresce em influência e respeito entre os cientistas à medida que reúne um corpo de fatos cada vez maior formando esquemas explicativos fáceis de memorizar e utilizar, e à medida que fatos recentemente descobertos se adequam a suas exigências.

No capítulo referente ao processo de produção da barbárie estudado por Adorno (1995b), vimos que, para compreender fenômenos sociais, o filósofo parte do estudo da psicanálise freudiana. Isso porque, para a compreensão da complexidade dos fenômenos que ocorre na

sociedade, a Teoria Crítica da Sociedade considera que o estudo necessita iniciar-se pela compreensão do comportamento do indivíduo. Parece que Lorenz (1974) e Wilson (1981) fazem o mesmo: buscam a compreensão do social no indivíduo. No entanto, eles partem do método indutivo típico das ciências da natureza, por meio do qual “[...] se ambiciona chegar à lei através da agregação de conservações particulares” (ROUANET, 1983, p. 104). Isso é demonstrado pela afirmação de Wilson (1981, p. 12):

A essência do método científico é a redução dos fenômenos percebidos a princípios fundamentais, testáveis. A elegância, poderíamos dizer a beleza, de qualquer generalização científica específica é medida pela sua simplicidade quanto ao número de fenômenos que pode explicar [...]. Reconstituir os níveis superiores de organização exige a especificação das unidades inferiores, e isto, como consequência, gera riqueza e a base de princípios novos e inesperados. [...] a redução é um instrumento tradicional da análise científica, mas é temida e hostilizada.

Essa concepção é característica do método científico, ao buscar compreender o todo, a fim de operar com proposições condicionais aplicadas a uma condição dada (HORKHEIMER, 1983). Nesse sentido, Lorenz (1974) e Wilson (1981) sugerem que a barbárie provocada pelo ser humano é em virtude de ele ter uma história filogenética de um comportamento típico de um primata agressivo. Sobre isso, Rouanet (1983, p. 171) destaca que

Uma das razões pelas quais tantos indivíduos na sociedade moderna – mesmo os que em outras esferas são inteligentes e bem informados – recorrem a explicações primitivas e simplistas dos acontecimentos humanos é que muitas das ideias e observações indispensáveis para constituir uma visão adequada são banidas do seu campo reflexivo.

Horkheimer (1983) ressalta que essa forma reducionista de pensar a sociedade humana – a qual também foi apropriada por parte das ciências sociais – está associada ao progresso técnico da sociedade burguesa. Seguindo seu raciocínio, pensamos que esse modo de pensar os acontecimentos sociais de uma forma a-histórica – como se o ser humano fosse produto apenas da evolução ou de uma determinação biológica, conforme enfatizam Lorenz (1974) e Wilson (1981) – tem consequências, pois se corre o risco de aceitar naturalmente como preestabelecidas as determinações básicas da existência humana de fenômenos que são historicamente produzidos.

À medida que o conceito da teoria é pensado como independente, como algo que sai da essência da capacidade cognitiva, ou como algo que possui uma fundamentação a-histórica, ele se transforma em uma categoria coisificada e, por isso, ideológica (HORKHEIMER, 1983, p. 62).

Por isso, o comportamento humano, assim como tudo que produz, necessita também ser compreendido por meio das suas relações sociais e históricas, uma vez que não são elementos puramente lógicos ou metodológicos.

Tanto quanto a influência do material sobre a teoria, a aplicação da teoria ao material não é apenas um processo intracientífico, mas também um processo social. Afinal a relação entre hipóteses e fatos [na ciência natural] não se realiza na cabeça dos cientistas, mas na indústria. O cientista e sua ciência estão atrelados ao aparelho social, suas realizações constituem um momento da autopreservação e da reprodução contínua do existente, independentemente daquilo que imaginam a respeito disso (HORKHEIMER, 1983, p. 62).

Por isso, partimos da concepção desse filósofo de que, para lá das determinações genéticas, “[...] existe também um comportamento humano que tem a própria sociedade como seu objeto. Para esse comportamento que é chamado de crítico, este mundo existe, mas não deve ser aceito” (HORKHEIMER, 1983, p. 65). Assim, as barreiras sociais que são concebidas e aceitas pelos indivíduos como naturais são eliminadas da Teoria Crítica da Sociedade, uma vez que:

[...] ela considera o contexto condicionado pela cega atuação conjunta das atividades isoladas, isto é, pela divisão dada do trabalho e pelas diferenças de classe, como algo que advém da ação humana e que poderia estar possivelmente subordinado à decisão planejada e a objetivos racionais (HORKHEIMER, 1983, p. 66).

Para isso, ela se utiliza de “[...] um método indutivo *sui-generis* que procura o universal dentro do particular, e não acima ou além dele [...] e mergulha nele cada vez mais profundamente, a fim de descobrir a lei universal que se manifesta nesse particular” (ROUANET, 1983, p. 104). Isso significa dizer que a compreensão de um fenômeno social como a barbárie perpassa o estudo do particular, mas não para extrair dele um princípio universal, isto é, afirmar que a barbárie é produzida porque o homem é individualmente dotado de pulsão agressiva, mas “[...] para descobrir o universal no particular, e através dele” (ROUANET, 1983, p. 107). Ou seja, compreender de que maneira a manipulação dessa agressividade desencadeia nos fenômenos sociais (políticos e econômicos) que encaminham o ser humano à barbárie.

Ao tratar da agressividade como uma pulsão interna associada à libido, cuja repressão provoca ainda mais destruição, Freud (1997), por ser considerado por muitos críticos como um representante das ciências naturais, por diversas vezes foi acusado de reducionista



(ROUANET, 1983). Para muitos críticos, sua teoria das pulsões traz margem para ignorar os fatores sociais, políticos e econômicos associados à violência. Como visto, Malthus (1966), no *Ensaio sobre população*, critica o anarquista Willian Godwin por associar os males humanos à instituição da propriedade privada. Com isso, associa a pobreza, fome, miséria e violência à natureza humana irracional, principalmente devido ao fato de esta ser movida pela libido. À semelhança do economista, Freud (1997, p. 69) também segue essa linha de raciocínio, ao considerar que um sistema econômico como defendido pelos comunistas é psicologicamente insustentável, afirmando que, segundo essa ideia política,

O homem é inteiramente bom e bem disposto para com seu próximo, mas a instituição da propriedade privada corrompeu-lhe a natureza. A propriedade da riqueza privada confere poder ao indivíduo e, com ele, a tentação de maltratar o próximo, ao passo que o homem excluído da posse está fadado a se rebelar hostilmente contra seu opressor.

E assim, o pai da psicanálise considera que, para os comunistas, a abolição da propriedade privada eliminaria a má vontade e a hostilidade entre os homens, o que provocaria a falta da razão para ver o outro como inimigo (FREUD, 1997). Ele manifesta sua oposição a essa lógica afirmando que as premissas psicológicas em que o sistema se baseia são uma ilusão insustentável, porque, para ele, não é a propriedade privada a raiz da agressividade, visto que ela se manifesta desde os tempos primitivos, antes de existir a propriedade. Se a propriedade fosse abolida, a agressividade se manifestaria no campo dos relacionamentos sexuais, “[...] prerrogativas fadadas a se tornarem a fonte da mais intensa antipatia e da mais violenta hostilidade entre os homens” (FREUD, 1997, p. 70). Por isso, para ele, o ser humano está sempre predisposto a usar os outros como fonte de satisfação de sua agressividade, usando-os para exploração da capacidade de trabalho sem compensação, apoderar-se sexualmente sem seu consentimento, humilhá-lo e causar-lhe sofrimento (FREUD, 1997). Assim, a eliminação da propriedade privada não iria reduzir a hostilidade entre os homens, como defende a perspectiva comunista.

Por esse motivo, Freud (1997) defende a ideia de que o estudo da natureza humana é o que pode contribuir para a compreensão da sua hostilidade. Parece que Wilson (1981) e Lorenz (1974), ao afirmarem que compreendem esse fenômeno por meio do estudo do comportamento animal, apenas recriam essas ideias originadas em Malthus (1966) e reproduzidas por Freud (1997), quando consideram que muitas das ideias de humanistas, tais como a de Karl Marx, não deram certo porque não compreendem a natureza humana:

“Embora o marxismo tenha sido formulado como o inimigo da ignorância e da superstição, na medida em que se tornou dogmático ele tem vacilado nesse compromisso e está agora mortalmente ameaçado pelas descobertas da Sociobiologia humana” (WILSON, 1981, p. 190-191).

Minha impressão geral sobre a informação existente é que o *Homo sapiens* é uma espécie animal convencional com relação à qualidade e magnitude da diversidade genética que afeta seu comportamento. Se a comparação estiver correta, a unidade psíquica da humanidade foi reduzida em status de um dogma a uma hipótese testável (WILSON, 1981, p. 47).

Em contrapartida aos estudos naturalistas, os teóricos sociais, tais como Erich Fromm, Karen Horney e Erik Erikson – denominados por Adorno (2015) de culturalistas, neofreudianos ou revisionistas –, buscaram reformular as teorias de Freud, associando a fenômenos sociais os mecanismos de ordem psicológica defendidos pelo pai da psicanálise (DUNKER, 2015). O problema dessa redução ao social é que isso pode acarretar o desconhecimento de que os mecanismos sociais associados à barbárie também se relacionam com a personalidade dos indivíduos.

[...] ao minimizarem o papel das experiências infantis, especialmente dos traumas que afetavam muito intensamente o desenvolvimento da personalidade, os revisionistas tinham construído uma teoria totalizante do caráter. Os trabalhos dos revisionistas haviam apagado a sensibilidade de Freud para os choques traumáticos na formação da personalidade desarticulada do homem moderno (JAY, 2008, p. 153).

Para Adorno (2015), ignorar que o homem possui uma natureza e que ele é um ser dotado de pulsões cuja repressão social provoca ressentimento e, por isso, efeitos destrutivos, também é mais uma forma de ideologia, pois desconhecer as pulsões como a de morte e libido seria ignorar o fato de que a manipulação dos mecanismos político-econômicos associados à perpetuação da barbárie está diretamente associada à manipulação e satisfação dessas pulsões. Por isso, é imprescindível considerar as teorias das pulsões, pois

[...] a concepção freudiana da pulsão de morte tinha uma intenção subjetiva, que era profundamente correta não por corresponder a um universal biológico, mas por expressar a profundidade e a gravidade dos impulsos destrutivos do homem moderno (JAY, 2008, p. 151).

Todavia, reduzir psicologicamente um fenômeno social como a barbárie também é uma forma de ideologia, pois, para o filósofo, “O psicologismo em todas as suas formas, que toma o indivíduo como ponto de partida incondicional, é ideologia. Ele enfeitiça a forma

individualista da socialização como uma determinação extra social, natural, do indivíduo” (ADORNO, 2015, p. 89).

Por isso, segundo Jay (2008), o método de estudo da Teoria Crítica da Sociedade, desde a década de 1940, buscou superar essa separação entre ciências da natureza e sociais, eliminando a distinção entre homem e natureza, o que evidentemente não significou “[...] um retorno a uma visão ‘científica’ da história” (JAY, 2008, p. 335), conforme a visão de Lorenz (1974) e Wilson (1981). Eliminar a distinção entre homem e natureza, para a teoria crítica, significa fazer uma reflexão sobre a visão antropocêntrica de que a razão foi a fonte para a liberdade humana. Aqui parece haver uma concordância com a afirmação de Lorenz (1974, p. 233):

Esta crença tem sua origem num exagero da filosofia kantiana<sup>33</sup> dos valores, ela própria consequência da bipartição idealista do mundo num mundo exterior das coisas e num mundo interior da razão humana [...]. No pensamento ocidental, sobretudo na Alemanha, tornou-se corrente considerar estranho ao mundo dos valores tudo o que pode ser explicado pelas leis da natureza. Ser cientificamente explicável equivale a uma desvalorização.

No entanto, abre-se uma ressalva de que, quando essa corrente filosófica critica a visão cientificista de analisar a sociedade, ela se refere à tentativa de explicação positivista dos fenômenos sociais, pois a teoria crítica observa o homem como um produto da história e, como tal, capaz de transformá-la (HORKHEIMER, 2000). No entanto, essa visão necessita ser analisada de forma dialética, pois, de fato, uma das grandes distinções entre os homens e os animais é a capacidade de os primeiros pensarem conceitualmente, ao passo que os últimos não podiam ir além das percepções sensoriais imediatas. Apesar disso, “A principal tendência epistemológica do iluminismo, entretanto, era a substituição de conceitos por fórmulas, as quais não conseguiam ir além do imediatismo não dialético” (JAY, 2008, p. 326).

Ao enfatizar a autonomia completa do homem, poderíamos acrescentar entre parênteses, Horkheimer e Adorno foram fiéis à recusa de definir uma antropologia positiva, recusa que havia caracterizado a teoria crítica desde o começo. Esse projeto, eles pareceram dizer, implicava a aceitação da centralidade do homem, o que, por sua vez, diminuía o mundo natural. A teoria crítica, a despeito de toda a insistência num padrão pelo qual fosse possível medir as irracionalidades do mundo, não era realmente um humanismo radical (JAY, 2008, p. 331).

---

<sup>33</sup> Immanuel Kant (1724-1804) é um dos representantes mais expressivos e característicos da educação moderna. Em sua obra *Sobre a pedagogia* (1999), o filósofo concebe a educação como a principal responsável pelo aperfeiçoamento da razão, pela efetivação do progresso da história e pela disciplina dos instintos selvagens. Para ele, diversamente do animal, o homem é a única criatura que deve ser educada. Além disso, seria preciso a educação para que a humanidade, considerada do ponto de vista da dignidade da natureza humana, efetivasse a realização do homem mediante as características superiores que o distinguem do animal: a razão e a liberdade.

Por isso, é preciso entender, conforme os estudos da teoria crítica, que o estudo do homem não pode ser compreendido de maneira totalmente antropocêntrica, isto é, no sentido de acreditar que a razão, capacidade de pensar e produzir a própria história que o diferencia dos animais irracionais, faz dele um ser mais humano, tampouco reduzi-lo a um estado eminentemente natural, porque isso, conforme Adorno (1995a), seria reduzi-lo a seres puramente irracionais. Não se pode abandonar o fato de que ele também já não é mais um ser eminentemente natural, uma vez que o domínio da natureza se fez necessário diante do nível de complexidade a que a sociedade chegou. No entanto, há que se pensar que a barbárie nazista é consequência da manipulação ideológica dessa natureza reprimida.

O imperativo categórico de Kant, prefiguraram esse desdobramento, ao postularem a independência do homem em relação às forças externas. Sua arrogância antropocêntrica também esteve na base da ideia kantiana de maturidade que era uma das metas centrais do iluminismo, tal como Kant o entendia. O homem como medida de todas as coisas significava, intrinsecamente, o homem como senhor da natureza. Paradoxalmente, a ênfase exagerada na autonomia humana levava à submissão do homem, à medida que o destino da natureza se tornava o dele próprio. O fascismo, na verdade, usava a revolta da natureza reprimida contra a dominação humana com o sinistro propósito de alcançar essa mesma dominação (JAY, 2008, p. 331).

As considerações de Lorenz (1974) e Wilson (1981) sobre o estudo do comportamento animal nos indicam que a agressividade e violência irracional já fazem parte do mundo animal. O ser humano com sua natureza não está isento disso. O que significa dizer que, de fato, a agressividade e hostilidade humana não surgiram com a propriedade privada. Os próprios conflitos entre os ancestrais destacados pelos biólogos indicam isso. Também a repressão da natureza que desencadeia em agressão humana não se dá no capitalismo. Mas, pelo que entendemos em Adorno (1995a), o retorno a esse comportamento primitivo irracional é uma produção humana; é fruto da manipulação racional da natureza não só do homem como um animal, senão do domínio irracional daquilo que ele poderia controlar como um ser que sabe que sabe.

Na constituição vigente da existência, as relações entre os seres humanos não surgem nem de suas vontades livres, nem de suas pulsões, mas sim de leis sociais e econômicas que se impõem sobre suas cabeças. Se nessa existência a psicologia se torna humana ou sociável, ao agir como se a sociedade fosse a dos seres humanos, é determinada por seu eu mais íntimo, então ela empresta um brilho humano a uma realidade inumana. Aqueles pensadores sombrios, que insistiram na maldade e na impossibilidade de melhoramento da natureza humana e denunciaram de forma pessimista a necessidade de autoridade – aqui Freud situa-se ao lado de Hobbes, Mandeville e Sade – não podem ser rejeitados comodamente como reacionários. [...] que se deva falar do lado luminoso, e não do sombrio, do

indivíduo e da sociedade, é exatamente a ideologia oficial, agradável e respeitável (ADORNO, 2015, p. 63).

Dessa maneira, “O nacional-socialismo talvez tenha podido utilizar a pulsão de morte de seus partidários, mas certamente surgiu na concreta vontade de vida dos grupos mais poderosos” (ADORNO, 2015, p. 92). Isso significa que a barbárie nazista foi fruto de uma manipulação política pautada num sistema econômico de extrema direita.

A questão do poder e da ética, a dominação autoritária ou a democracia são derivadas no curso do desenvolvimento determinado da formação social. Auschwitz faz parte de um processo social. Auschwitz faz parte de um processo social objetivo de uma regressão associada ao progresso, um processo de coisificação que impede a experiência formativa, substituindo-a por uma reflexão afirmativa, auto conservadora, da situação vigente. Auschwitz não representa apenas o genocídio num campo de extermínio, mas simboliza a tragédia da formação na sociedade capitalista (MARR, 1995, p. 22).

Assim, o próximo item busca analisar as teorias biológicas com esse fenômeno social.

#### **d) Barbárie: um fenômeno complexo**

Assim como Lorenz (1974) e Wilson (1981), Freud (1997) também busca compreender os motivos de o ser humano se unir em grupo e obedecer aos seus valores. Como visto, para os biólogos, os laços de amor reduzem a agressividade entre os animais que pertencem a um grupo que compartilham genes semelhantes, isto é, a uma raça, o que para os seres humanos não seria diferente. Assim, tanto para Lorenz (1974) e Wilson (1981) quanto para Freud (1997), a libido desempenha um papel fundamental na união de indivíduos, sua obediência e defesa desses valores. Essas teorias dos biólogos de que o ser humano, assim como os animais, é dotado de instintos sociais que o induzem a viver coletivamente e apresentar comportamento de massa já haviam sido sugeridas pelo psicólogo social Gustave Le Bon (1841-1931).

No entanto, em *Psicologia de massa e análise do ego*, Freud (1996a) contraria essa concepção biológica de que os seres humanos são naturalmente dotados de instintos sociais que unem os indivíduos em grupo por meio de simpatias e que os fazem naturalmente tender a agir violentamente com outro grupo. Ao contrário daquilo que defendem os biólogos, não é um instinto de simpatia que une as pessoas. “O que contradiz o impulso grupal da chamada *lonelycrowd*, da massa solitária, na verdade constitui uma reação, um enturmar-se de pessoas

frias que não suportam a própria frieza, mas nada podem fazer para alterá-la” (ADORNO, 1995a, p. 134).

Aqui vêm a propósito algumas palavras acerca da frieza. Se ela não fosse um traço básico da antropologia, e, portanto, da constituição humana como ela realmente é em nossa sociedade; as pessoas não fossem profundamente indiferentes em relação ao que acontece com todas as outras, excetuando o punhado com que mantém vínculos estreitos e possivelmente por intermédio de alguns interesses concretos, então Auschwitz não teria sido possível, as pessoas não o teriam aceitado.

Para o pai da psicanálise, essa concepção naturalista de que as massas agem de maneira regressiva e assim tendem a permanecer denota mais um problema do que uma solução para compreender as atitudes dos indivíduos quando estão em massa (FREUD 1996a). Para ele, o que seria considerado instinto social responsável como comportamento de massa, é, na verdade, produto das relações que o ser humano estabelece no seio familiar. Conforme mencionado anteriormente, assim como os animais que instintivamente são dotados de cuidado parental, ao nascer, o ser humano requer o cuidado dos pais. No entanto, além dos animais, o ser humano prolonga esses cuidados e, por medo de perder esses laços, constrói uma imagem de si mediante o desejo do outro (ideal do ego), o que o induz a construir um superego, isto é, a sua consciência e os valores que vai defender. Isso tem como consequência um adulto que, por medo de perder o amor dos indivíduos que farão parte do seu meio social, transfere o seu superego a um grupo e um líder, por isso é levado a defender os valores deles, independentemente se são regidos de motivações racionais ou não.

Freud (1997), assim como Lorenz (1974), pensa que a agressividade com um grupo externo sempre ocorrerá, pois isso funciona como um escape para as pulsões agressivas que o indivíduo necessita reprimir em condições sociais. Também Freud (1996a) afirma que os movimentos de massa permitem a liberação das pulsões dos indivíduos, o que permite que eles expurguem sua agressividade em outro grupo, e que isso sempre vai existir independentemente de qual seja o valor que esse grupo defenda.

Aqui percebemos uma semelhança com as ideias de Lorenz (1974) e Wilson (1981) como se existisse uma determinação natural para as pessoas formarem um *in group* e fosse violento com o *out group* ou qualquer indivíduo que não esteja submetido aos mesmos valores. Lorenz (1974) considera que o maior perigo de liberação da agressividade sobre outro grupo ocorre

quando os indivíduos, principalmente jovens, se unem a grupos que têm em pauta os valores humanos atrelados a ideias políticas ou religiosas. Wilson também destaca que

As nações jogam segundo as mesmas regras. Durante os últimos trinta anos as composições políticas mudaram de uma confrontação entre o Eixo e os Aliados para confronto entre os comunistas e o mundo livre e depois as oposições principalmente entre blocos econômicos. As Nações Unidas são tanto um foro para a retórica mais idealística da humanidade como um caleidoscópio de alianças que se mudam rapidamente, baseadas em interesses egoístas (WILSON, 1981, p. 163).

Freud (1996a) também não deixa de destacar que os movimentos associados a ideais socialistas, assim como qualquer movimento, não estão isentos de manifestar essa agressividade. Para o pai da psicanálise, essa ideia é tão profundamente enraizada, que afeta até mesmo aqueles grupos cujas ideias aparentemente não desencadeiam reações violentas, como as ideias religiosas que pregam o amor, e as de igualdade, como as ideias socialistas.

Fundamentalmente, toda religião é uma religião do amor para todos que estão fora dela e todas estão propensas à crueldade e intolerância contra os que não pertencem a ela [...]. Quando surge outro vínculo grupal no lugar dos religiosos, como parece agora se suceder aos socialistas, então resulta a mesma intolerância contra quem está fora, tal como nas épocas das lutas religiosas (FREUD, 1996a, p. 107).

Segundo ele, a defesa desses valores para o indivíduo representa a defesa de si mesmo. Por conseguinte, a crítica é entendida como uma crítica ao indivíduo, isso porque os mecanismos psicológicos aqui envolvidos estão diretamente associados ao narcisismo.

Nas antipatias e aversões indisfarçadas contra estrangeiros próximos, podemos reconhecer a expressão de um amor-próprio, de um narcisismo, que se esforça por sua autoafirmação e se comporta como se a existência de um desvio perante suas formações individuais trouxesse consigo uma crítica a elas e a uma exigência de sua alteração (FREUD, 1996a, p. 80).

Assim, aquilo que, para Adorno (1995b), é considerado uma barbárie, a manifestação de uma agressividade irracional, racionalmente manipulado por um sistema – como a xenofobia e preconceito –, parece ser concebido apenas como o produto de uma agressividade natural associada a um determinismo psicológico por Freud (1997) que é reproduzido por Lorenz (1974) e Wilson (1981), ao associá-la a um determinismo biológico. Isso fica evidente quando Lorenz (1974) associa o preconceito contra membros externos ao instintivo cerimonial de trínfo dos animais, que os leva a amar o animal que pertence à mesma espécie e a repudiar quem não pertence ao mesmo grupo, como no caso dos gansos ou das ratazanas. Também a concepção psicológica defendida por Freud (1996a) parece ser dotada de certo conformismo

naturalista para os conflitos ideológicos e a barbárie produzida pelos grupos sociais, de modo a conceber o preconceito e a xenofobia como algo natural, podendo gerar certo conformismo diante das ideologias políticas que fomentam a segregação racial.

Desde o instinto agressivo animal, a pulsão de morte, o redirecionamento da agressividade até um fenômeno como a barbárie nazista, muita coisa necessita ser refletida: a primeira, conforme visto em Adorno e Horkheimer (1985), é não descartar o fato de que o ser humano também é natureza e nele existem resquícios filogenéticos que necessitam ser considerados; a segunda é que ele tende a se unir em um grupo e a obedecer aos valores deste, independentemente de esses valores serem regidos de ideias racionais ou não; quanto à terceira, existem mecanismos psicológicos associados à manipulação das inconscientes pulsões humanas que são satisfeitas quando o ser humano está em movimentos de massa; a quarta: as emoções fazem parte desse processo; e a quinta é que a manipulação ideológica está diretamente ligada a esses mecanismos. Nesse caso, percebemos que há uma semelhança entre as teorias de Freud, Lorenz e Wilson. No entanto, é necessário que se compreenda que a personalidade do ser humano, pelo fato de ele ter uma origem filogenética e compartilhar ancestralidade comum com outros animais, não é moldada eminentemente por fatores genéticos, pois

A personalidade é uma organização de forças, mais ou menos durável, dentro do indivíduo. A personalidade é um produto histórico, um desfecho de um processo genético, cujos determinantes mais profundos vêm da socialização familiar, que determina de que forma os fatores ambientais contemporâneos influenciam o comportamento. Por sua vez, essa socialização familiar, pela qual o passado, num certo sentido, predetermina as reações a estímulos presentes, depende da situação social, étnica, e religiosa, de cada família. A personalidade, uma vez constituída, constituiu um sistema, que predispõe o indivíduo à aceitação de certas ideologias, e à rejeição de outras (ROUANET, 1983, p. 168).

Quando buscamos entender a relação entre agressividade e o processo de produção da barbárie com base em Adorno (1995b), é possível depreender que o problema não está na agressividade ou violência primitiva, mas na manipulação desta. Apoiados nesse teórico, percebemos que a barbárie produzida pelos nazistas é caracterizada como um regresso a comportamentos agressivos primitivos, mas para além de se tratar de um simples e irracional comportamento típico de um animal. “Não se trata simplesmente de um retorno a emoções antigas e primitivas, mas sim a uma atitude ritualística na qual a expressão de emoções é sancionada por uma agência de controle social” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 147).



Entendemos que, quando Lorenz (1974) e Wilson (1981) associam essa agressividade irracional – manifestada sobre membros externos – a instintos animais, para eles, a barbárie é concebida como um fenômeno natural. De fato, conforme visto, existem resquícios filogenéticos e mecanismos irracionais inconscientes associados à barbárie. A instintiva repetição rítmica associada aos rituais filogenéticos, a qual induz o ser humano à obediência de valores tratada por Lorenz (1974), também é tratada por Adorno e Horkheimer (1985). Aqui, eles o consideram como um *instinto mimético*. Marca da origem da espécie, por meio desse instinto, o selvagem imita a natureza, traduzindo tal comportamento em danças rituais. Como se trata de um comportamento que ocorre em um estágio em que não há uma reflexão, este também é observado no comportamento infantil, quando a criança imita os gestos, modos de falar e estilos de pensamento do adulto (ROUANET, 1983). Essa imitação irracional induz a criança a repetir todo o tipo de comportamento que presencia.

As crianças são cruéis nas reações miméticas, porque não compreendem verdadeiramente a condição da natureza. Quase como o animal trata-se com frequência de maneira fria e indiferente, e sabemos que, mesmo os animais gregários permanecem isolados enquanto estão juntos. Obviamente, o isolamento individual é muito mais marcado entre os animais não gregários e em grupos de animais de diferentes espécies. Tudo isso, contudo, parece até certo ponto inocente. Os animais, e de certo modo até mesmo as crianças não raciocinam (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 129).

No entanto, apesar de esse instinto mimético ter uma origem filogenética, diferentemente dos animais, o ser humano tem o potencial racional para superar essa fase irracional de imitação e transformá-la em pensamento reflexivo, de modo que não tenha a necessidade de agir de maneira selvagem. É isso o que necessita fazer o processo civilizatório, ao dominar a natureza humana.

A civilização começa com os impulsos miméticos nativos do homem, devendo posteriormente transcendê-los e transpor seus valores. O processo cultural como um todo, bem como a educação individual, isto é, os processos filogenéticos e ontogenéticos de civilização, consistem em grande parte na conversão das atitudes miméticas em atitudes racionais [...] (HORKHEIMER, 2000, p. 118).

Aqui se encontra a base das reflexões de Adorno e Horkheimer (1985), ao tratarem da dialética do esclarecimento, pois, quando existe um domínio econômico da capacidade de pensamento e reflexão humana reduzindo-a eminentemente a uma racionalidade técnica e instrumental, impede-se que a humanidade alcance a autonomia, para tomar as decisões que poderia encaminhá-la para liberdade. Por meio do fetiche dessa perspectiva de racionalidade e

da técnica, “[...] a fórmula toma o lugar da imagem, e o computador substitui a dança ritual” (ROUANET, 1983, p. 129). E o comportamento humano continua restringindo-se a uma mera imitação do meio, de modo que se restrinja a adaptar-se à realidade imposta:

A adaptação consciente e o domínio posterior substituem as diversas formas de mimese [...]. Adaptar-se significa fazer-se igual ao mundo de objetos tendo em vista autopreservação. Esse deliberado (como oposto reflexivo) fazer-se igual ao meio ambiente é um princípio universal de civilização (HORKHEIMER, 2000, p. 118).

Como simples natureza, o homem é encaminhado à barbárie. A manipulação ideológica do regime nazista é o resultado disso: “O fascismo é a forma patológica de captura, pelo poder, do velho sonho mimético do homem” (ROUANET, 1983, p. 130).

A fúria, o escárnio e a imitação venenosa são a rigor a mesma coisa. O sentido das fórmulas fascistas, da disciplina ritual, dos uniformes e de todo o aparato pretensamente irracional é possibilitar o comportamento mimético. Os símbolos engenhosamente arquitetados, próprios a todo movimento contrarrevolucionário, as caveiras e mascaradas, o bárbaro rufar dos tambores, a monótona repetição de palavras e gestos são outras tantas imitações organizadas de práticas mágicas, a mimese da mimese (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 143).

Sob a emoção do movimento, esses participantes, furtados do seu direito de pensar, com um superego frágil se tornam susceptíveis à sedução das normas tradicionais, políticas, religiosas que lhes proporcionam a possibilidade de liberar suas pulsões reprimidas. O instinto mimético animalesco, antes reprimido, tem não só a permissão senão o exemplo do Estado para expurgar o ódio àquele que é diferente.

Temos assim a impressão de um estado no qual os impulsos emocionais particulares e os atos intelectuais de um indivíduo são fracos demais para chegar a algo por si próprio; para isso dependem inteiramente de serem reforçados por sua igual repetição nos outros membros do grupo. Somos lembrados de quantos desses fenômenos de dependência fazem parte da constituição normal da sociedade humana, de quão pouca originalidade e coragem pessoal podem encontrar-se nela, de quanto cada indivíduo é governado por essas atitudes da mente grupal que se apresentam sob formas tais como características raciais, preconceitos de classe, opinião pública etc. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 129).

Portanto, para Adorno e Horkheimer (1985), mais do que a simples manifestação da irracionalidade típico da natureza humana, seja biológica, seja psicológica, a manifestação dessa violência irracional é consequência da racionalidade instrumental de um modelo político-econômico que induz o ser humano a tal comportamento por meio do esvaziamento do indivíduo, isto é, retirando-lhe sua subjetividade, sua essência como indivíduo e sua

autonomia. Isso advém de sua adaptação a um modelo econômico que lhe rouba a principal característica que o diferencia dos animais: sua capacidade de pensar. Sendo banidos de sua subjetividade, os indivíduos obedecerão a qualquer ritual em que se sinta amado e possa liberar suas pulsões inconscientes reprimidas. Essa obediência aos rituais, principalmente tradicionais, é entendida como fruto do instinto de sobrevivência por meio do qual os humanos defendem sua natural tendência a defender valores tradicionais, segundo Lorenz (1974) e Wilson (1981). Isso, para Adorno (2015), é fruto de um comportamento racionalmente orquestrado.

Uma das características intrínsecas do ritual fascista é a insinuação, que apenas algumas vezes é seguida pela revelação concreta dos fatos aludidos. Novamente, o motivo racional para essa tendência pode ser mostrado facilmente [...]. Os ouvintes são tratados como um *in group* que já sabe tudo o que o orador deseja lhes contar e que concorda com ele antes de qualquer explicação [...]. A performance ritualística como tal funciona em larga medida como o conteúdo último da propaganda fascista. [...] então todo o ato simbólico de revelação celebrado em cada discurso de propaganda exprime, por mais que se oculte, o assassinato sacramental do inimigo escolhido. No cerne do ritual de propaganda fascista e antisemita reside o desejo por assassinato ritualístico (ADORNO, 2015, p. 151).

Diante disso, o simples fato de considerar que os humanos são regidos pelos instintos já parece uma ideia equivocada, uma vez que o controle do sistema capitalista requer a repressão tanto da natureza animal humana quanto da essência individual do sujeito: “[...] quando as massas agem instintivamente, elas são pré-formadas pela censura e têm a bênção do poder” (ADORNO, 2015, p. 93).

Na Alemanha nacional-socialista, os vários impérios econômicos em competição formaram uma frente comum contra o povo, sob a capa do *Volksgemeinschaft*, e abriram mão de suas diferenças de superfície. Mas tendo sido submetido a uma contínua onda de propaganda, o povo estava preparado para se adaptar passivamente às novas relações de poder, mas permitir-se apenas a espécie de reação que o capacitava a ajustar-se à organização econômica, social e política [...]. Sobretudo, a diferença reside no fato de que a humanidade moderna se submete a esse processo não como uma criança que tem uma confiança natural na autoridade, mas como um adulto que desiste da individualidade já adquirida (HORKHEIMER, 2000, p. 104).

Assim, para Adorno,

A comparação direta das formações de massa modernas com fenômenos biológicos dificilmente pode ser considerada como válida, uma vez que os membros das massas contemporâneas são, pelo menos *prima facie*, indivíduos, os filhos de uma sociedade liberal, competitiva e individualista, e condicionados a se manterem como unidades independentes e

autossustentadas. Eles são continuamente advertidos para serem ‘robustos’ e prevenidos contra a rendição (ADORNO, 2015, p. 158).

Seguindo a ideia de Adorno (2015), mesmo que existam resquícios primitivos no ser humano, isto é, ainda que existam pulsões arcaicas e pré-individuais nas pessoas, não se pode explicar a violência provocada contra outros grupos restringindo a mecanismos biológicos ou psicológicos, mas o importante é procurar entender “[...] por que os seres humanos modernos retornam a padrões de comportamento que contradizem flagrantemente seu próprio nível racional e o presente estágio da civilização tecnológica esclarecida” (ADORNO, 2015, p. 158). Esses mecanismos psicológicos são manipulados e orientados ideologicamente, como aconteceu no nazismo. Por isso, julgamos importante ressaltar que o ser humano não é regido apenas pela razão, conforme destaca Lorenz (1974) e Wilson (1981). No entanto, em Adorno (2015) consideramos que ele não é regido pela razão pelo fato de nele existirem mecanismos psicológicos inconscientes que podem ser racionalmente manipulados, principalmente quando o ser humano está associado a movimentos de massa. Mesmo assim, no momento em que se fala de manipulação das massas, Adorno (2015) não se refere mais a mecanismos inconscientes associados à barbárie, mas ações que são planejadas.

A assim chamada psicologia do fascismo é amplamente engendrada por manipulação. Técnicas racionalmente calculadas produzem o que é ingenuamente considerado como irracionalidade ‘natural’ das massas. [...] enquanto certamente existe susceptibilidade potencial para o fascismo entre as massas, é igualmente certo que a manipulação do inconsciente, o tipo de sugestão explicado em termos genéticos por Freud, é indispensável. Isso, no entanto, corrobora a hipótese de que o fascismo como tal não é um problema psicológico e que qualquer tentativa de compreender suas raízes e seu papel histórico em termos psicológicos ainda permanecerá no nível das ideologias, tal como as forças irracionais promovidas pelo fascismo (ADORNO; HORKHEIMER, 2015, p. 185).

Ao invés de as pessoas se unirem ao grupo por meio da libido, conforme Freud (1997) considera e Lorenz (1974) e Wilson (1981) enfatizam, Adorno (2015) ressalta que, na verdade, a manipulação fascista ocorre por meio da repressão do amor dos homens uns pelos outros, o que possibilita que a libido seja desviada para fins políticos, assim como a religião o faz com seus fiéis. As instituições religiosas desviam as pulsões desses indivíduos, de modo que os induzem a amar, a defender e até a matar pelos valores tradicionais religiosos. Por isso, Adorno e Horkheimer (1985) salientam que é comum encontrar religiosos nos movimentos de massa fascista, pois, tendo suas pulsões reprimidas pela instituição e sendo destituídos da sua individualidade em detrimento das supostas vontades de um ser sobrenatural, na verdade, são manipulados por ideologias humanas, tornando-se fácil manipular esses indivíduos. Assim,

Não existe um genuíno antissemitismo e, certamente, não há nenhum antissemita nato. Os adultos, para os quais o brado pelo sangue judeu tornou-se uma segunda natureza, conhecem tão pouco a razão disso quanto os jovens que devem derramá-lo. Os mandantes altamente situados, é verdade, que a conhecem, não odeiam os judeus e não amam os que obedecem a seu comando. Estes, porém, que não se satisfazem nem econômica nem sexualmente, têm um ódio sem fim; não admitem nenhum relaxamento, porque não conhecem nenhuma satisfação (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 142).

Portanto,

A consequência mais importante da introdução por Freud da libido na psicologia de grupo é que os traços geralmente atribuídos às massas perdem seu caráter ilusoriamente primordial e irreduzível, refletido pela construção arbitrária de instintos de massa ou grupos específicos. Esses são mais efeitos do que causa (ADORNO, 2015, p. 161).

Assim, existe uma grande diferença entre a agressividade e rejeição observada em um grupo de ratos a uma espécie que não pertence ao grupo, a xenofobia apresentada pelos alemães e a barbárie registrada contra os judeus. Essa diferença é pautada principalmente no fato de que os animais irracionais estão fadados à determinação biológica para tal comportamento. Os seres humanos, por sua vez, desenvolveram a racionalidade que lhes propicia a se libertarem desse determinismo natural. No entanto, pelo fato de essa racionalidade estar submetida a ideologias políticas, manipulação econômica, repressão da natureza humana e principalmente ao esvaziamento da sua autonomia, o ser humano acaba retornando a estágios primitivos de um comportamento típico de um animal irracional.

Seguindo a ideia de Adorno (2015), mesmo que existam resquícios primitivos no ser humano, isto é, ainda que existam pulsões arcaicas e pré-individuais nas pessoas, não se pode explicar a violência provocada contra outros grupos restringindo a mecanismos biológicos ou psicológicos, mas o importante é procurar entender “[...] por que os seres humanos modernos retornam a padrões de comportamento que contradizem flagrantemente seu próprio nível racional e o presente estágio da civilização tecnológica esclarecida” (ADORNO, 2015, p. 158). Esses mecanismos psicológicos são manipulados e orientados ideologicamente, como aconteceu no nazismo. Por isso, julgamos importante ressaltar que o ser humano não é regido apenas pela razão, conforme destaca Lorenz (1974) e Wilson (1981). No entanto, em Adorno (2015) consideramos que ele não é regido pela razão pelo fato de nele existirem mecanismos psicológicos inconscientes que podem ser racionalmente manipulados, principalmente quando o ser humano está associado a movimentos de massa. Mesmo assim, no momento em que se

fala de manipulação das massas, Adorno (2015) não se refere mais a mecanismos inconscientes associados à barbárie, mas ações que são planejadas.

Aqui consideramos importante lembrar que é bem típico de fascistas conceber seu grupo como uma raça pura e equiparar os membros externos, tais como estrangeiros, refugiados, judeus, a animais inferiores e vermes (ADORNO; HORKHEIMER, 2015). Também, apesar de ser essa uma ideia já defendida por Darwin (1972), atualmente nem a biologia considera que a espécie humana esteja dividida em raças (SACARRÃO, 1983). Essa divisão é típica de uma ideologia que se apropria da ciência para satisfazer apenas a fins político-econômicos.

A raça não é imediatamente, como querem os racistas, uma característica natural particular. Ela é, antes, a redução ao natural, à pura violência, a particularidade obstinada que, no existente, é justamente o universal. A raça, hoje, é a autoafirmação do indivíduo burguês integrado à coletividade bárbara (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 140).

Portanto, o instintivo medo de fugir às normas tradicionais que o *Homo sapiens* apresenta, o qual Lorenz (1974) concebe como necessário para a sobrevivência do indivíduo no grupo, quando diz respeito a uma espécie cujas normas tradicionais são regidas por um valor denominado “mercadoria”, está mais atrelado à sobrevivência em um sistema político-econômico.

O medo de ser excluído, a sanção social do comportamento econômico, internalizou-se há muito através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo. Tal medo transformou-se historicamente em segunda natureza – não por acaso “existência” significa, no uso linguístico filosoficamente não deteriorado, tanto a existência natural quanto a possibilidade da autopreservação no processo econômico. O supereu, a instância da consciência moral, não apenas coloca perante os olhos do indivíduo o que é proscrito socialmente como o mal em si, mas também mescla irracionalmente o medo arcaico de aniquilação física com o medo muito posterior de não mais pertencer ao conjunto social, que abarca os seres humanos em vez da natureza (ADORNO, 2015, p. 78).

Vimos que a rejeição e a falta de identificação e agressividade manifestada nas pessoas que não pertencem ao mesmo grupo estão relacionadas a um conceito psicanalítico denominado “projeção”, por meio do qual as pessoas agridem as outras, por não aceitarem nelas características próprias e que são reprimidas pelas sanções sociais. O agressor inconscientemente percebe no outro suas características reprimidas, mas conscientemente não se identifica com aquele que é igual, e por isso, não os aceita. Para Adorno e Horkheimer (1985), esse mecanismo de projeção tem também um resquício filogenético e está relacionado a um instinto de sobrevivência.

A projeção das impressões dos sentidos é um legado de nossa pré-história animal, um mecanismo para fins de proteção e obtenção de comida, o prolongamento da combatividade com que as espécies animais superiores reagiam ao movimento, com prazer ou desprazer e independentemente da intenção do objeto. A projeção está automatizada nos homens, assim como as outras funções de ataque e proteção, que se tornaram reflexos. É assim que se constitui seu mundo objetivo, como um produto daquela arte escondida nas profundezas da alma humana cujos procedimentos dificilmente haveremos de arrancar à natureza e expor aos olhos de todos [...]. O sistema das coisas, a ordem fixa do universo, do qual a ciência constitui tão-somente a expressão abstrata é, se dermos uma interpretação antropológica da crítica kantiana do conhecimento, o produto inconsciente do instrumento que o animal usa na luta pela vida, isto é, daquela projeção espontânea (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 155).

No entanto, para os filósofos, o ser humano, diferentemente dos animais, por meio da sua exclusiva capacidade de refletir sobre suas atitudes, é capaz de controlar essa projeção.

Na sociedade humana, porém, na qual tanto a vida intelectual quanto a vida afetiva se diferenciam com a formação do indivíduo, o indivíduo precisa de um controle crescente da projeção; ele tem que aprender ao mesmo tempo a aprimorá-la e a inibi-la. Aprendendo a distinguir, compelido por motivos econômicos, entre pensamentos e sentimentos próprios e alheios, surge a distinção do exterior e do interior, a possibilidade de distanciamento e identificação, a consciência de si e a consciência moral [...]. É por isso que esse refletir, que é a vida da razão, se efetua como projeção consciente (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 154-155).

Contudo, no momento em que o domínio da natureza humana está atrelado a um modelo implantado por um sistema, o ego dos indivíduos é moldado segundo esses valores. A agressividade, então, é orientada àquelas pessoas que não aceitam sujeitar-se a esse modelo aceito como natural. Nesse momento, a “projeção” passa a ser concebida por Adorno e Horkheimer (1985) como “falsa-projeção”, pois é uma projeção decorrente de uma formação técnico-instrumental pautada em conceitos estabelecidos, por meios dos quais os sujeitos não precisam refletir sobre aquilo que lhes é ensinado. Adorno (1996) denomina essa formação de “semi-formação”. Assim, a consciência do indivíduo é transferida para o sistema e, por isso, ele se identifica apenas com os valores do grupo, transferindo sua fúria para qualquer pessoa que conteste essas ideias. Num sistema capitalista, que tem a mercadoria como valor, a educação tende a ser destinada à formação dos indivíduos apenas para o mercado de trabalho. Nesse caso, evidentemente os interesses a serem defendidos serão os de uma política econômica de direita. No caso do sistema nazista: extrema direita,

[...] pessoas preconceituosas geralmente apresentam uma crença nos valores convencionais, em vez de tomar decisões morais por si mesmas e admitem como certo “o que está feito”. Através de identificação, elas também tendem a se submeter a um eu do grupo, à custa de seu próprio ideal do eu, que

virtualmente se funde a valores externos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 165).

Atrelados a um narcisismo inconsciente, os sujeitos tomam esses valores como uma extensão do próprio corpo, como se as ideias emanadas realmente fossem fruto de um pensamento individualmente refletido.

O ganho narcísico fornecido pela propaganda fascista é óbvio. Ela sugere continuamente, e algumas vezes de forma maliciosa, que o seguidor, simplesmente por pertencer ao *in-group*, é melhor, superior e mais puro que aqueles que são excluídos. Ao mesmo tempo, qualquer tipo de crítica ou de autoconsciência é ressentido como uma perda narcísica e incita fúria. Isso explica a violenta reação de todos os fascistas contra o que eles julgam destrutivo, aquilo que desmascara seus valores mantidos obstinadamente, e também explica a hostilidade de pessoas preconceituosas contra qualquer tipo de introspecção. Concomitantemente, a concentração de hostilidade sobre o *out-group* elimina a intolerância do próprio grupo, ao qual a relação de uma pessoa seria, de outra forma, altamente ambivalente (ADORNO, 2015, p. 177).

Essa manipulação da agressividade desencadeia a violência com outro grupo:

Eis aí o segredo do embrutecimento que favorece o antissemitismo. Se, no interior da própria lógica, o conceito cai sobre o particular como algo de puramente exterior, com muito mais razão, na sociedade, tudo o que representa a diferença tem que tremer. As etiquetas são coladas: ou se é amigo, ou inimigo. A falta de consideração pelo sujeito torna as coisas fáceis para a administração. Transferem-se grupos étnicos para outras latitudes, enviam-se indivíduos rotulados de judeus para as câmaras de gás (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 166).

Adorno (1995a) concorda que, na ausência de uma reflexão crítica, qualquer ideia defendida por um movimento de massa pode desencadear em barbárie, inclusive um movimento socialista. No entanto, ele discorda de Freud (1996a) quando o psicanalista põe em pé de igualdade movimentos liberais e religiosos com movimentos independentes de caráter verdadeiramente socialista. Para o filósofo, Freud (1996a) comete um equívoco, porque erroneamente concebe o regime ditatorial comunista liderado por Stalin como um movimento socialista; por isso, equipara um movimento social independente a movimentos que são liderados por pequenos grupos que possuem interesses no movimento, como o nazismo e movimentos religiosos.

“O erro de Freud no prognóstico político, sua acusação aos “socialistas” pelo que seus arqui-inimigos alemães fizeram, é tão impressionante quanto sua profecia da destrutividade fascista, seu impulso de eliminar o *out-group*” (ADORNO, 2015, p. 175). Para o filósofo, o



movimento fascista é dado como irracional porque contraria os interesses dos próprios manifestantes: “As metas objetivas do fascismo são altamente irracionais, na medida em que contradizem os interesses materiais de grande número daqueles que elas pretendem abarcar, apesar do boom pré-guerra dos primeiros anos do regime de Hitler” (ADORNO, 2015, p. 183). Aqui ele ressalta que a manipulação ideológica do regime nazista, mesmo utilizando uma bandeira em prol dos ideais humanos de igualdade, sempre se deu, na verdade, a favor dos grupos que controlavam o regime, enquanto a população trabalhadora permanecia na miséria. Além disso, sabe-se que o regime nazista, apesar de prometer a restauração das dignas condições sociais merecidas pelo trabalhador, em verdade, teve por consequência a destruição de milhares de vida em detrimento de pequenos grupos que induziram aos conflitos da Segunda Guerra e deixaram a Alemanha numa situação de pobreza e miséria ainda mais caótica do que já se encontrava na ascensão de Hitler ao poder.

A corrente subterrânea de igualitarismo malicioso, de fraternidade de humilhação geral, é um componente da propaganda fascista e do próprio fascismo. [...] quanto menos eles querem que a estrutura social mude, mais tagarelam sobre justiça social, insinuando que nenhum membro da “comunidade do povo” deve se permitir prazeres individuais. Igualitarismo repressivo em vez de realização de verdadeira igualdade através da abolição de repressão é parte da mentalidade fascista e é refletida no dispositivo (ADORNO, 2015, p. 183).

Seguindo essa crítica, apesar de sabermos que qualquer movimento de massa pode ser um motivo para os participantes expurgarem as pulsões inconscientes reprimidas e, por isso, um movimento social se tornar palco para manifestação de uma violência irracional, de acordo com Adorno (1995a), consideramos que Lorenz (1974) e Wilson (1981) cometem um equívoco, ao equipararem movimentos fascistas a movimentos sociais que se pautam em uma reflexão crítica e lutam tanto pela sobrevivência do ser humano quanto pela vida de todos em condição humana mais digna.

#### **e) Um novo darwinismo social**

Com base no que foi apresentado, entende-se que a concepção de que a razão e a cultura transformaram o *Homo sapiens* em um ser mais humano necessita ser analisada dialeticamente. É inegável que, para o entendimento dos fenômenos humanos, necessitamos compreender a natureza humana e seus limites. Marx já havia ponderado a necessidade do rompimento com essa dicotomia homem/natureza. A Teoria Crítica da Sociedade, seguindo sua perspectiva teórica, assume essa necessidade. Todavia, conforme ressalta Jay (2018, p. 334), “O que Marx havia chamado de humanização da natureza e de naturalização do homem

era necessário, mas não a preço de obliterar as diferenças inerentes as duas”. Também não é possível associar à natureza animal fenômenos sociais, considerando a natureza como boa ou má. Assim, já faziam os antigos teóricos, e Lorenz (1974) e Wilson (1981) apenas reproduzem, ao associarem aos animais fenômenos humanamente desenvolvidos, como a violência e guerra:

Bandos de hienas chegam a entrar em choque em batalhas mortais virtualmente indistinguíveis das guerras humanas primitivas [...]. E comparado às formigas, que cometem assassinatos e entregam-se a escaramuças e batalhas acirradas como atividade rotineira, os homens não são mais que tranquilos pacifistas (WILSON, 1981, p. 104).

Atribuir à natureza humana uma maldade inata e também considerá-la totalmente imaculada em nada contribui para compreender os mecanismos associados ao processo de produção da barbárie. Contudo, o que importa é compreendê-la como realmente é, porque

A natureza em si mesma não é nem boa, como queria o antigo romantismo, nem nobre, como quer o novo. Como modelo e objetivo, ela representa o antiespírito, a mentira e a bestialidade. É só quando é reconhecida tal como realmente é que ela se torna a ânsia que a vida tem pela paz, aquela consciência que desde o começo animou a resistência tenaz contra os chefes e contra a coletividade. O perigo que ameaça a prática dominante e suas alternativas inevitáveis não é a natureza – a natureza, muito ao contrário, coincide com ela –, mas sim o fato de recordar a natureza (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 208).

Também Adorno e Horkheimer (1985) deixam clara, em sua crítica, a concepção antiga de considerar o homem como um ser racional e depositar apenas sobre sua natureza animal a condição maléfica da sua natureza, como se o esclarecimento representasse o oposto da selvageria.

Na história europeia, a ideia do homem exprime-se na maneira pela qual ele é distinguido do animal. A ausência da razão no animal prova a dignidade do homem. Essa oposição foi matraqueada com tanta insistência e unanimidade pelos predecessores do pensamento burguês, os antigos judeus, os estoicos e os Padres da Igreja e, depois, pela Idade Média afora e os Tempos Modernos adentro, que ela passou a pertencer ao patrimônio básico da antropologia ocidental [...]. O homem possui a razão, que procede impiedosamente; o animal, do qual ele tira a conclusão sanguinolenta, só tem o pavor irracional, o instinto da fuga que lhe é vedada (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 201-202).

Segundo a Teoria Crítica da Sociedade, a ideia de que a razão e cultura podem auxiliar o ser humano a se libertar da determinação da sua natureza diz respeito a um pensamento que se realize não apenas por meio da apropriação de conhecimento técnico, pragmático e instrumental ou que se restrinja ao conhecimento da natureza biológica humana, como

defendem Lorenz (1974) e Wilson (1981). Tal pensamento apenas contribui para uma adaptação dos sujeitos às condições político-econômicas que os encaminham às condições sociais que se desencadeiam em barbárie. O importante é que os indivíduos se apropriem de um conhecimento que propicie reflexão crítica que ajude o ser humano a compreender as condições históricas, políticas e econômicas em que ele está inserido e lhe possibilite autonomia, de modo que consiga encaminhar para uma condição humana mais digna. Apesar de defender esse posicionamento, Adorno (1996) não deixa de destacar que a concepção de cultura no capitalismo tardio diz respeito a uma formação pautada em uma racionalidade instrumental, cujo objetivo é apenas a domesticação do animal humano para adaptá-lo às condições criadas por ele mesmo. Conceber o fato de que esse padrão de dominação da natureza encaminha o ser humano à liberdade significa pensar que já se teria dominado a sua agressividade.

A adaptação não ultrapassa a sociedade, que se mantém cegamente restrita. A conformação às relações se debate com as fronteiras do poder. Todavia, na vontade de se organizar essas relações de uma maneira digna de seres humanos, sobrevive o poder como princípio que se utiliza da conciliação. Desse modo, a adaptação se reinstala e o próprio espírito se converte em fetiche, em superioridade do meio organizado universal sobre todo fim racional e no brilho da falsa racionalidade vazia (ADORNO, 1996, p. 1).

O homem é natureza e, por isso, a dominação dessa natureza por meio da cultura é importante para ele adquirir o conhecimento necessário e, de modo autônomo, realizar as transformações indispensáveis a uma vida digna de humano. Esse domínio é uma conquista da civilização e não pode ser dispensado. Isso significa que o mal-estar na civilização considerado por Freud (1997) sempre existirá. Aqui é interessante ressaltarmos que essa natureza não se restringe apenas à psicologia humana, pois uma redução psicológica pode implicar o esquecimento de que o homem também é animal.

A psicologia, porém, perdeu de vista seu objeto, esqueceu nas chicanas de seus alçapões e labirintos que falar da alma, conhecê-la, é algo que se impõe precisamente e tão-somente em face do animal. O próprio Aristóteles, que atribuiu aos animais uma alma, ainda que inferior, preferiu tratar dos corpos, de suas partes, movimento e geração, do que da existência própria dos animais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 202).

No entanto, num sistema econômico regido pelo domínio de classes, essa dominação se dá apenas no intuito de adaptar o ser humano ao sistema econômico que o reprime e, por isso, o induz ao retorno dos atos de selvageria animal. Isso ocorre porque, além do próprio ressentimento da repressão dos instintos humanos do processo civilizatório, há um ressentimento ainda maior devido às condições sociais e econômicas em que o ser humano

vive. Um sistema econômico que exige dele repressão dos prazeres em função da carga de trabalho e todos os demais esforços, os quais os indivíduos pertencentes à classe que vive do trabalho necessitam fazer para chegar a uma suposta liberdade e usufruto do seu trabalho, acaba transformando-se em ressentimento enquanto percebe que o sistema repressor não cumpre as promessas que realiza, porque não usufrui a maior parte daquilo que produz. Nesse momento, a espécie humana sofre as consequências da revolta da natureza que ela mesma pensou ter dominado.

A antiga injustiça quer justificar-se como superioridade objetiva do princípio da dominação, o que apenas demonstra que esta ação sobre os dominados é que mantém e reitera tais relações. Mas a adaptação é de modo imediato, o esquema da dominação progressiva. O sujeito só se torna capaz de submeter o existente por algo que se acomode à natureza, que demonstre uma autolimitação frente ao existente. Essa acomodação persiste sobre as pulsões humanas como um processo social, o que inclui o processo vital da sociedade como um todo. Mas, como resultado e justamente em virtude da submissão, a natureza volta sempre a triunfar sobre seu dominador [...]. No processo de assim assemelhar-se (a eliminação do sujeito por meio de sua autoconservação) se instaura como o contrário do que ele mesmo se julga, ou seja, como pura e inumana relação natural (ADORNO, 1996, p. 11).

A partir daí, é salutar considerar que o darwinismo social nunca deixou de existir, pois, nesse modelo econômico, “A sociedade inteiramente adaptada é o que na história do espírito demonstra esse conceito: mera história natural darwinista, que premia a *survival of the fittest*” (ADORNO, 1996, p. 2).

Entretanto, na natureza, quando se trata da sobrevivência do mais adaptado, isso diz respeito a um ser animal que, aprisionado por sua determinação genética, está fadado à irracional luta pela sobrevivência na natureza. Assim, a agressividade que se passa no mundo animal, defendida por Lorenz (1974) e Wilson (1981), é realizada por meio de uma competição para a sobrevivência da espécie, o que, de fato, não era diferente para o *Homo sapiens* primitivo, conforme defendem os biólogos. Desse modo, quando nos referimos ao ser humano no capitalismo tardio, falamos de uma espécie que não é apenas o resultado de uma natureza biológica, cujo comportamento seja apenas geneticamente determinado. Aqui se refere a uma espécie que também é o produto de uma história, cujo comportamento é moldado por um meio social economicamente planejado. Nesse caso, já não se refere apenas a um *Homo sapiens*, mas ao *Homo economicus*, cuja agressividade é manipulada não para a sobrevivência da própria espécie, mas para a do sistema econômico que o induz a comportar-se de modo típico de sua natureza irracional.

Do ponto de vista econômico, o elemento aventureiro de seus empreendimentos nada mais é do que o aspecto irracional de sua *ratio* em face da forma econômica tradicionalista ainda predominante. Essa irracionalidade da *ratio* sedimentou-se na astúcia enquanto assimilação da razão burguesa – àquela irrazão que vem a seu encontro como um poder ainda maior. O solitário astucioso já é o *Homo economicus*, ao qual se assemelham todos os seres racionais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 58).

Portanto, fundamentados em Adorno (1996), entendemos que a sociedade capitalista atual, de fato, segue os moldes do darwinismo social, mas ao contrário daquilo que é manifestado nos animais, cujo darwinismo se refere ao um processo natural, por que os animais estão fadados à competição para a sobrevivência da espécie. O darwinismo que marca a sociedade humana é um projeto de planejamento racional que induz o ser humano a matar para a sobrevivência de um sistema político-econômico e destruir a própria espécie, pois “[...] seu domínio privado deve agora levar em conta as exigências da racionalização e planejamento: a autopreservação do indivíduo pressupõe o seu ajustamento às exigências de preservação do sistema” (HORKHEIMER, 2000, p. 100).

É importante lembrar que Lorenz (1974) não descarta a influência do sistema econômico capitalista para a produção da violência. Ele justifica que esse sistema auxilia na reprodução da competição à agressividade do homem primitivo. Desse modo, para ele, “A concorrência comercial intraespecífica é a raiz de todo o mal, num sentido muito mais imediato do que a agressão o poderia ser algum dia” (LORENZ, 1974, p. 53). Afinal, essa concorrência causa hipertrofias tão horribéis das pulsões mencionadas, que talvez seja comparada à agressão inerente à rivalidade guerreira entre as tribos dos homens da Idade da Pedra (LORENZ, 1974). No entanto, segundo Rouanet (1983), com base na Teoria Crítica da Sociedade, entendemos que, apesar de nessa sociedade aparentemente a concorrência parecer triunfar, na verdade, não é a competição que rege a sociedade no capitalismo atual, mas o domínio da economia realizado por pequenos grupos.

[...] o capitalismo é regido pela administração centralizada da economia, ao nível do Estado como ao nível das grandes empresas, e não pela concorrência livre entre empresários individuais. [...] mesmo em sua fase heroica a lei do capitalismo nunca foi de fato a concorrência, e sim a dominação. A concorrência era um simples fenômeno de fachada (ROUANET, 1983, p. 82).

Jay (2008) vai um pouco mais além, considerando que,

Na verdade, a competição, em si, nunca foi a norma de funcionamento da sociedade de classe média. O verdadeiro vínculo da sociedade burguesa sempre fora a ameaça da violência corporal, que Freud havia discernido com

mais clareza. Na era dos campos de concentração, a castração é mais característica da realidade social do que a competitividade (JAY, 2008, p. 153).

O fato de que a história evolutiva do *Homo sapiens* seja marcada pela competição não pode ser uma explicação direta para compreender essa sociedade regida pelo capitalismo, muito menos inferir que a sociedade seja regida pela seleção natural, uma vez que o ser humano a substituiu por uma seleção racional, apesar de sua irracionalidade doentia. Nela

A sobrevivência – ou, digamos, o sucesso – depende da capacidade de adaptação do indivíduo às pressões que a sociedade exerce sobre ele. Para sobreviver, um homem se transforma num mecanismo que reage a cada momento com a maneira mais apropriada às situações desconcertantes e difíceis que compõem a sua vida. Todo mundo deve estar pronto para enfrentar qualquer situação. Sem dúvida isso não é uma marca característica apenas do período moderno; tem sido atuante em toda a história da humanidade. Contudo, os recursos intelectuais e psicológicos do indivíduo têm variado com os meios de produção material. [...] a emergência do industrialismo trouxe novos fenômenos qualitativos em seu bojo. O processo de ajustamento tornou-se agora mais deliberado e, portanto, total (JAY, 2008, p. 100).

Esquecer que o homem também é um animal pode fazer parecer que a repressão desse animal não é sem consequências para sua espécie. É um problema partir do pressuposto de que o esclarecimento e cultura o tornaram menos selvagem. Isso porque essa cultura tem sido regida por racionalidade técnico-instrumental, típica de um sistema econômico que prioriza a mercadoria em detrimento do ser humano que a produz. Nesse caso, a repressão da essência humana, do indivíduo capaz de pensar vai provocar violência porque, nessa condição, ele é reduzido ao estado de natureza: “Quando a dominação da natureza é o verdadeiro objetivo, a inferioridade biológica será sempre o estigma por excelência, e a fraqueza impressa pela natureza a marca incitando à violência” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, 203).

Seguindo a reflexão de Horkheimer (2000), ressaltamos que, assim como o darwinismo, que, à época, poderia quebrar o tabu induzindo a sociedade a lembrar que o ser humano também é natureza, os estudos de Lorenz (1974) e Wilson (1981) poderiam contribuir para desconstruir a concepção antropocêntrica de que o esclarecimento libertou totalmente o ser humano de sua animalidade. Assim, o darwinismo poderia contribuir para a tão sonhada reconciliação do ser humano com sua natureza. No entanto, assim como o darwinismo social, essas teorias de Lorenz (1974) e Wilson (1981) não revelam essa humildade, visto que reduz o ser humano puramente a um animal.

Aqui, não discutimos o fato de o ser humano, como natureza, ser passível de seleção natural, mas nada implica dizer que a manipulação humana da própria natureza funcione da mesma maneira que na natureza animal tratada por Darwin. O que Lorenz (1974) e Wilson (1981) fazem pode ser considerado como darwinismo social, porque reduzem a um estado natural o potencial humano tanto de transformação como da reprodução da realidade social. Isso fica evidente quando os autores reduzem à natureza a racionalidade e o comportamento humano, como se a barbárie que acomete as ideologias fascistas fosse consequência das escolhas individuais de um primata agressivo. Tem-se a impressão de que, ao associarem as guerras humanas a um instinto agressivo, tal como descreve Wilson (1981, p. 103-104): “[...] suspeito que se os babuínos *hamadríade* tivessem armas nucleares destruiriam o mundo numa semana”. Com isso, tem-se a impressão de que os biólogos ignoram a racionalidade e os interesses planejados que induzem as nações à guerra.

Como já descrito, levada ao extremo lógico, foi a razão calculista, instrumental que conduziu aos horrores da barbárie do século XX (JAY, 2008). No entanto, seguindo a lógica do darwinismo social, para os biólogos, a razão não passa de uma estrutura orgânica natural e, como qualquer estrutura biológica, é passível de seleção natural (WILSON, 1981). Se a barbárie fosse apenas fruto da agressividade instintiva e espontânea, de acordo com Lorenz (1974) e Wilson (1981), de fato, somente nos restaria contar com as forças da mutação genética, a evolução e o tempo, para resolvermos os conflitos humanos. Se também fosse apenas o resultado de mecanismos psicológicos, associados aos genes, o simples tratamento individual também poderia resolver, mas a barbárie é fruto tanto da repressão dessa natureza humana quanto dos mecanismos psicológicos associados ao ressentimento produzido nos indivíduos por um sistema que os induz a desistir do seu eu, da sua liberdade em prol do funcionamento de um sistema que sempre os manterá numa condição de miséria social, a não merecida nem por animal. Aqui afirmamos que

As doutrinas que exaltam a natureza ou primitivismo a expensas do espírito não favorecem a conciliação com a natureza pelo contrário, enfatizam a frieza e a cegueira em relação à natureza. Sempre que o homem faz deliberadamente da natureza o seu princípio, ele regride aos impulsos primitivos (HORKHEIMER, 2000, p. 129).

Assim, para além da compreensão da razão apenas como fruto da natureza, consideramos importantes as reflexões de Horkheimer (2000), quando ressalta a importância de

compreendê-la por meio de uma interpretação filosófica, o que significa dizer que, sem cometer a falácia de igualar natureza e razão – concepção típica da era da racionalização –, a humanidade deve tentar conciliá-las (HORKHEIMER, 2000). Isso necessita ocorrer por meio da compreensão do domínio ideológico da própria razão: “A única maneira de auxiliar a natureza, sugeriu Horkheimer, é desacorrentar o pensamento independente, aparentemente oposto a ela” (JAY, 2008, p. 339).

Considerar a razão como um órgão natural não a liberta da tendência para a dominação nem a investe de maiores potencialidades de conciliação. Pelo contrário, a abdicação do espírito no darwinismo popular implica a rejeição de quaisquer elementos da mente que transcendam a função de adaptação e não sejam consequentemente instrumentos da auto conservação. A razão desmente o seu próprio primado e professa ser apenas uma simples serva da seleção natural (HORKHEIMER, 2000, p. 129).

Infelizmente, “A doutrina da sobrevivência do mais apto já é uma teoria da evolução orgânica sem a pretensão de impor imperativos éticos à sociedade. Seja lá como for que tenha expressado, a ideia tornou-se o axioma principal da conduta e da ética” (HORKHEIMER, 2000, p. 125).

O outro elemento, a submissão, é aquele que a maioria é levada a adotar [...] jamais se reconciliam racionalmente com a civilização. Em vez disso, inclinam-se diante dela, aceitando secretamente a identidade entre a razão e a dominação, entre a civilização e o ideal, por mais que deem de ombros [...]. Essas pessoas abraçam voluntariamente ou se esforçam a aceitar a regra do mais forte como uma norma eterna. Sua vida inteira é um esforço contínuo para suprimir a degradar a natureza, interna ou exteriormente, e para se identificarem com os seus mais poderosos substitutos: a raça, a pátria, o líder, as facções políticas e a tradição (HORKHEIMER, 2000, p. 113).

Concordamos com Lorenz (1974) quando critica muitos filósofos, ao considerarem que o comportamento humano seja eminentemente racional. Concordamos não porque o ser humano é regido por instintos biológicos, mas porque existem mecanismos psicológicos inconscientes por meio dos quais ele pode ser manipulado para fins irracionais. No entanto, diferentemente do que defende Lorenz (1974), segundo o qual a harmonia entre os homens ocorre devido a um instinto social, Freud (1997) defende que, por meio do domínio racional, os homens, em tese, são levados a um harmônico convívio coletivo, razão do ressentimento e mal-estar na civilização. Adorno e Horkheimer (1985) vão além e concluem que a causa do ressentimento que encaminha o ser humano aos conflitos não está associada eminentemente a essa razão ou domínio, mas ao domínio político-econômico de uma racionalidade técnico-instrumental.



Para Adorno (1995 a), a redução dos seres humanos a um estado de seres naturais torna-se bastante perigosa, pois equiparar o ser humano ao animal é desconsiderar a sua possibilidade de refletir e transformar a história que ele mesmo produz.

O mundo do animal é um mundo sem conceito. Nele nenhuma palavra existe para fixar o idêntico no fluxo dos fenômenos, a mesma espécie na variação dos exemplos, a mesma coisa na diversidade das situações. Mesmo que a reconhecimento seja possível, a identificação está limitada ao que foi predeterminado de maneira vital. No fluxo, nada se acha que se possa determinar como permanente e, no entanto, tudo permanece idêntico, porque não há nenhum saber sólido acerca do passado e nenhum olhar claro mirando o futuro. O animal responde ao nome e não tem um eu, está fechado em si mesmo e, no entanto, abandonado; a cada momento surge uma nova compulsão, nenhuma ideia a transcende (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 202).

Sobre as afirmações de Lorenz (1974) de que a humanidade deve abrir espaços para a manifestação efetiva da agressividade, a partir das reflexões de Adorno (1995a), consideramos que o pai da etologia, faz essa conclusão por razões de darwinismo social. Seguindo essa premissa, constatamos que essas teorias de Lorenz (1974) e Wilson (1891) refletem as consequências da racionalidade técnica que marca essa sociedade capitalista, cujo domínio da competitividade e necessidade de adaptação não passa de uma mera reprodução do darwinismo social que marcou o século XIX e XX.

Para Horkheimer, o darwinismo social tinha invertido o potencial de reconciliação inerente à descoberta darwiniana inicial da unicidade do homem com a natureza. Em vez dele, o conceito de sobrevivência do mais apto foi a mera tradução dos conceitos da razão formalizada para o vernáculo da história natural (JAY, 2008, p. 337).

Nesse caso, não se descarta a importância do estudo da natureza humana para a compreensão desse mecanismo, no sentido biológico e psicológico. No entanto, é necessário que se entenda que o sistema que gera a barbárie reprime a natureza humana como essência e modela o ser humano nos padrões da dominação. Não há mais a possibilidade de retorno à natureza, mas esse sistema reprime não só o animal humano senão a possibilidade de o *Homo sapiens* exercer a sua humanidade. Quando eles associam esses fenômenos a uma natureza animal, isso pode servir de justificativa para que se aceite o domínio de uma classe como um fenômeno natural. De fato, desde baratas e lagostas até lobos e chimpanzés, a relação de dominância no mundo animal é muito comum. E quanto mais um grupo dominado instintivamente se subordina, mais agressivo se torna o grupo dominante, até o ponto em que o grupo subordinado cessa de lutar (CHELLAPPA; HUNTINGFORD, 2007). Mas, na sociedade humana, não se pode considerar o domínio de uma classe sobre a outra como um

fenômeno biologicamente determinado, porque envolve planejamento, articulação, o que significa que a luta social por parte daqueles que são dominados necessita ser constante.

Assim como os ataques das nações imperialistas ao resto do mundo devem ser explicados na base de suas lutas internas e não em termos de seu caráter nacional, o ataque totalitário da espécie humana em relação a tudo que se exclui dela mesma deriva mais das relações inter-humanas do que de qualidades inatas do homem (HORKHEIMER, 2000, p. 112).

Com base nas conclusões de Adorno (1995a), percebemos que a agressividade em si faz parte da natureza humana. Mas concluir que a agressividade instintiva seja a raiz da barbárie, como defendem os biólogos, é negligenciar os processos objetivos atrelados às relações sociais que produzem o recalcamento, ressentimento e se traduzem em barbárie, conforme Adorno considera que aconteceu no nazismo e ainda se perpetua no capitalismo tardio: “O nacional-socialismo talvez tenha podido utilizar a pulsão de morte de seus partidários, mas certamente surgiu na concreta vontade de vida dos grupos mais poderosos” (ADORNO, 2015, p. 92).

Portanto, esperar que os problemas relacionados à guerra, à luta política, ao preconceito e todos os outros modos de perpetuação da barbárie sejam resolvidos pelos grandes construtores da evolução natural, tais como a mutação genética e a seleção natural, é negligenciar o fato de que os processos de produção da barbárie estão atrelados a esses condicionantes sociais, políticos e econômicos. Por isso, compreender esses fenômenos associados à destruição da espécie humana requer conhecimentos que estão longe de se restringirem ao materialismo científico, especialmente ao estudo da biologia. O conhecimento técnico e instrumental dessa ciência pode contribuir significativamente para a compreensão da natureza humana e para a conservação da vida. Mas isso não significa que os atos humanos estejam fadados à sua natureza, conforme defendido pelos dois biólogos, pois as escolhas do ser humano não estão fadadas aos genes como nos animais. Conforme defende Horkheimer (2000), devido às condições objetivas associadas ao domínio de classe, o ser humano realmente não é livre, mas pode conquistar a sua liberdade.

O simples fato de Lorenz (1981) e Wilson (1974) mencionarem a eugenia como forma de redução da barbárie é relevante para que se saibam as consequências de uma formação pautada eminentemente em um conhecimento técnico instrumental. Já se mencionou que a barbárie nazista não foi provocada apenas por Hitler, mas que este líder obteve o apoio de muitos profissionais – inclusive biólogos – para atingir seus objetivos. Isso implica dizer que o conhecimento dos processos sociais que desencadeiam em uma barbárie necessita começar

pela reflexão sobre a formação que esse tipo de profissional recebeu. As sugestões de intervenção genética em busca de reduzir a agressividade e violência por si sós já seriam uma forma de perpetuação da barbárie.

A agressividade é um comportamento que faz parte do desenvolvimento primitivo e pode ser reorientada para a luta contra a própria violência opressora que gera a barbárie. Em vista disso, a “[...] desbarbarização não se encontra no plano de um elogio à moderação, uma restrição das afeições fortes, e nem mesmo nos termos da eliminação da agressão” (ADORNO, 1995b, p. 158). Para ele, “[...] esta passividade inofensiva constitui ela própria, provavelmente apenas uma forma da barbárie, na medida em que está pronta para contemplar o horror e se omitir no momento decisivo” (ADORNO, 1995b, p. 164).

É primordial, portanto, “[...] considerar os discursos que imperam em dado contexto histórico e não perder de vista as formas como os sujeitos são capazes de responder aos mesmos, já que a pulsão está presente também em momentos pacíficos” (FERRARI, 2016, p. 54). Para a psicanálise, embora a agressividade faça parte da constituição do eu, ela não necessita ser transformada em violência, visto que, além da possibilidade de reorientação da pulsão de morte, a inserção no mundo da linguagem, contando com o recurso da palavra, da mediação simbólica, propicia ao ser humano tornar conscientes suas motivações comportamentais inconscientes (FERRARI, 2016). Mas Adorno afirma que é possível uma reorientação dessa agressividade primitiva para objetivos que busquem a transformação dessa realidade de opressão humana.

Portanto, creio que na luta contra a barbárie ou em sua eliminação existe um momento de revolta que poderia ele próprio ser designado como bárbaro, se partíssemos de um conceito formal de humanidade. Mas já que todos nós nos encontramos no contexto de culpabilidade do próprio sistema, ninguém estará inteiramente livre de traços de barbárie, e tudo dependerá de orientar esses traços contra o princípio da barbárie, em vez de permitir seu curso em direção à desgraça (ADORNO, 1995b, p. 158).

No entanto, pensar na possibilidade da redução de uma violência irracional por meio de uma reorientação da agressividade requer que seja pensada uma educação que considere uma formação pautada em uma consciência crítica. Essa consciência refere-se às motivações sociais por que os indivíduos devem lutar, isto é, contra a violência de um sistema político-

econômico que gera a desigualdade social por meio da exploração da classe que vive do trabalho.

As contribuições desses teóricos que abrangem a Teoria Crítica da Sociedade, portanto, nos auxiliam na compreensão de que a transformação da realidade social é possível, de que o ser humano pode melhorar a cada dia, de que a humanidade como um todo pode transformar as condições subjetivas que levam a barbárie. O que se busca não são indivíduos ideais, nem uma sociedade ideal, mas se acredita na transformação contínua das condições objetivas que podem trazer melhoria para as relações humanas, tais como a miséria, violência irracional, redução da desigualdade social, já que essas condições não são fruto da natureza humana, mas dos processos objetivos que induzem uma classe ao domínio de outra.

#### **f) Por uma educação contra a barbárie**

Diante das afirmações de Adorno, a primeira coisa que devemos compreender é a necessidade de combater qualquer tipo de perspectiva reducionista e conformista de atribuir a indivíduos, concebendo como naturais fenômenos sociais historicamente construídos,

Pois um dos momentos do estado de consciência e de inconsciência daninhos está em que seu ser-assim— que se é de um determinado modo e não de outro—é apreendido equivocadamente como natureza, como um dado imutável e não como resultado de uma formação. Mencionei o conceito de consciência coisificada. Esta é, sobretudo, uma consciência que se defende em relação a qualquer vir-a-ser, frente a qualquer apreensão do próprio condicionamento, impondo como sendo absoluto o que existe de um determinado modo. Acredito que o rompimento desse mecanismo impositivo seria recompensador (ADORNO, 1995a, p. 132).

Sobre a manipulação dos processos psicológicos inconscientes de formação e repressão de um indivíduo, bem como a relação disso com a produção da barbárie, reconhecemos que a busca por uma educação que tenha como finalidade a redução da violência não será efetivamente concluída, enquanto não forem realizadas intervenções objetivas, materiais no nível das condições sociais que a desencadeiam. Em outras palavras, apostar unicamente em educação individual não pode ser o caminho em busca de uma sociedade menos bárbara, pois

Os sintomas de colapso da formação cultural que se fazem observar por toda parte, mesmo no estrato das pessoas cultas, não se esgotam com as insuficiências do sistema e dos métodos da educação, sob a crítica de sucessivas gerações. Reformas pedagógicas isoladas, indispensáveis, não trazem contribuições substanciais. Poderiam até, em certas ocasiões, reforçar a crise, porque abrandam as necessárias exigências a serem feitas aos que devem ser educados e porque revelam uma inocente despreocupação frente

ao poder que a realidade extra pedagógica exerce sobre eles (ADORNO, 1996, p. 2).

A apropriação que Adorno realiza da psicanálise é baseada na clínica e nas psicopatologias, justamente por defender a possibilidade de que as pessoas podem ser levadas à conscientização dos seus comportamentos inconscientemente manipulados, e isso é um ponto chave para a emancipação por meio da educação. Para ele,

As pessoas acreditam tão pouco, do fundo de seu coração, que os judeus são o demônio, quanto acreditam completamente em seu líder. Elas não se identificam realmente com ele, mas representam essa identificação, encenam seu próprio entusiasmo, e assim participam na encenação de seu líder. É através dessa encenação que elas atingem em equilíbrio entre seus ímpetus pulsionais continuamente mobilizados e o estágio histórico de esclarecimento que elas alcançaram e que não pode ser revogado arbitrariamente. É provavelmente a suspeita desse caráter fictício de sua própria psicologia de grupo que torna as multidões fascistas tão impiedosas e inalcançáveis. Se elas parassem para refletir por um segundo, toda a encenação se despedaçaria e elas entrariam em pânico (ADORNO, 2015, p. 188).

As recentes pesquisas têm demonstrado que até mesmo aquelas experiências de infância que influenciam nos genes podem ser revertidas com auxílio psiquiátrico. Segundo Francis (2015), mesmo os traumas decorridos na infância que, mais tarde, provoquem mudanças nas reações químicas que envolvem os genes podem ser revertidos.

Entre os seres humanos, dado nosso dilatado período de socialização, as oportunidades de superar uma infância difícil parecem especialmente promissoras. Na medida em que crianças submetidas a situações de risco conseguem se recuperar, é de se esperar a ocorrência de reversões epigenéticas. [...] os processos epigenéticos não terminam nem começam na infância (FRANCIS, 2015, p. 99).

É possível que as intervenções psiquiátricas e a socialização também provoquem alterações na regulação dos genes no cérebro, o que significa que os efeitos psicológicos traumáticos de eventos como a violência podem ser amenizados:

Há inúmeros casos análogos no desenvolvimento psicológico humano. Muitos dos que têm infâncias problemáticas conseguem dar a volta por cima. A maioria das vítimas de abuso não se transforma em agressores de crianças [...]. O ciclo pode ser quebrado (FRANCIS, 2015, p. 98).

Assim, segundo Jay (2008), apesar de outros teóricos da Escola de Frankfurt não terem deixado uma orientação sobre métodos pedagógicos para modificar a sociedade, para Adorno (1995a), cabe à educação trabalhar os processos psicológicos que contribuam para a não perpetuação da violência.

Porém quero enfatizar com a maior intensidade que me refiro tanto ao lado psicológico somente porque os demais momentos, mais essenciais, em grande medida escapam à ação da educação, quando não se subtraem inteiramente à interferência dos indivíduos (ADORNO, 1995a, p. 123).

Por esse motivo, para Adorno (1995a), tais condições não são um mero acaso, mas estão associadas ao desenvolvimento da racionalidade social no capitalismo tardio, o que torna a possibilidade de transformar essa realidade um tanto quanto limitada, uma vez que requerem uma mudança na estrutura econômica e política que geram tais acontecimentos. Por isso, “[...] as tentativas de se contrapor à repetição de Auschwitz são impelidas necessariamente para o lado subjetivo. Com isto refiro-me, sobretudo, também à psicologia das pessoas que fazem coisas desse tipo” (ADORNO, 1995a, p. 121).

Mesmo que o esclarecimento racional não dissolva diretamente os mecanismos inconscientes—conforme ensina o conhecimento preciso da psicologia—, ele ao menos fortalece na pré-consciência determinadas instâncias de resistência, ajudando a criar um clima desfavorável ao extremismo. Se a consciência cultural em seu conjunto fosse efetivamente perpassada pela premonição do caráter patogênico dos traços que se revelaram com clareza em Auschwitz, talvez as pessoas tivessem evitado melhor aqueles traços (ADORNO, 1995a, p. 136).

Por essa razão, não se descarta a importância de uma educação vinculada à ética, mas, mesmo com os maiores esforços dos pedagogos e psicólogos, a mera imposição de conselhos associados à moralidade não terá grande eficácia enquanto existirem essas condições objetivas que atendem a interesses político-econômicos dominantes (ADORNO, 1995c, p. 49).

Se quisermos contrapor objetivamente algo ao perigo objetivo, não bastará lançar mão de uma simples ideia, ainda que seja a ideia da liberdade ou da humanidade, cuja conformação abstrata, como vimos, não significa grande coisa para as pessoas. Se o potencial fascista se apoia em seus interesses, por mais limitados que sejam, então o antídoto mais eficaz, porque evidente em sua verdade, permanece sendo o de atentar aos interesses das pessoas, sobretudo os mais imediatos.

À vista disso, uma educação que objetive o combate à barbárie necessita ser pensada logo na primeira infância, quando são construídos os processos de formação do caráter, incluindo os daquelas pessoas que mais tarde praticam crimes (ADORNO, 1995a, p. 123).

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disto, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes.

Como função do esclarecimento, Adorno (1995c) entende a conscientização das pessoas no que diz respeito à falência da cultura, o reconhecimento dos determinantes psicológicos da ideologia e a perpetuação socialmente impositiva da barbárie. O filósofo deixa claro que isso está longe de significar um combate à agressividade do indivíduo (ADORNO, 1995c). Para ele, essa conscientização é possível porque as variáveis de personalidade mais relevantes na determinação da objetividade e racionalidade da ideologia são as pertencentes ao ego, a parte da personalidade que avalia a realidade, integra as demais instâncias e opera da forma mais consciente. É o ego que percebe as forças não racionais que atuam na personalidade e se responsabiliza por elas. Nesse processo se baseia nossa convicção de que os homens podem tornar-se mais razoáveis e conhecer os determinantes psicológicos da ideologia fascista (ADORNO, 1995a).

Visto que é preciso pensar na forma como os processos objetivos atuam nos mecanismos psicológicos do indivíduo, tornando-os propícios à violência irracional, Adorno (1995c) sugere uma educação em direção ao sujeito que propicie a possibilidade de reforço de uma autoconsciência e reforço do seu eu por meio da elaboração do passado. Aqui compreendemos que essa elaboração do passado está associada a um passado dos indivíduos, por meio do qual eles possam trazer à consciência as razões pessoais do inconsciente ressentimento que os leva a se comportarem de modo irracionalmente agressivo. Mas, além de uma elaboração do passado individual, é necessário que se lembre dos processos sociais, políticos e econômicos que estão associados à produção do ressentimento da sociedade como um todo e tiveram como consequência uma barbárie como a que aconteceu em Auschwitz. Para isso, é necessário que as pessoas compreendam a forma como as propagandas moldam a opinião pública, de modo a convencer as pessoas a defender ideias que, apesar de parecerem estar de acordo com seus interesses, na verdade não passam de ideologias que apenas reforçam a continuidade da exploração e domínio da própria classe. Essa elaboração do passado, portanto,

[...] deveria ser concomitante ao conhecimento daqueles inevitáveis truques de propaganda que atingem de maneira certa aquelas disposições psicológicas cuja existência precisamos pressupor nas pessoas. Como se trata de truques determinados e em número limitado, não é muito difícil mantê-los à disposição, utilizando-os numa espécie de vacinação preventiva (ADORNO, 1995c, p. 48).

A identificação cega com o coletivo como a que gerou Auschwitz pode ser reduzida por meio de uma educação para uma contraposição dessa identificação. Isso, segundo Adorno (1995a),

poderia ocorrer por meio do fortalecimento da resistência em situações de movimentos em massa, o que poderia suceder mediante o esclarecimento da iminência de comportamentos violentos passíveis de ser manifestados por qualquer indivíduo quando atua em atos coletivos sem uma reflexão crítica sobre os motivos de sua reivindicação. As pessoas precisam ser educadas para que tenham consciência de que, em massa, independentemente das causas que defendem, embora não seja uma regra, qualquer indivíduo é passível de apresentar um comportamento regido por mecanismos inconscientes. “Isto não é tão abstrato quanto possa parecer ao entusiasmo participativo, especialmente das pessoas jovens, de consciência progressista. O ponto de partida poderia estar no sofrimento que os coletivos infligem e se filiam a eles” (ADORNO, 1995a, p. 127).

Também um processo educativo que se dê por meio do autoritarismo apenas contribui para a perpetuação da barbárie, uma vez que reproduz o que se passa na cultura. O princípio da autoridade e severidade que perpassa a relação entre aluno e professor, bem como o modo de socialização dos alunos uns para com os outros, também necessita de atenção por parte do sistema educativo (ADORNO, 1995a). Para o aluno, o professor pode ser uma representação simbólica dessa opressão cultural, motivo pelo qual muitas vezes este é inconscientemente considerado como aquele contra o qual será possível ao aluno a expurgação de sua revolta.

Também os ritos de iniciação que ocorrem em escolas e faculdades, nos quais se registram humilhação, pressão psicológica e dor física, podem ser fonte de ressentimento que, mais tarde, em forma de violência, o indivíduo manifestará no tratamento com as pessoas com as quais vai conviver, seja nas relações pessoais, seja nas profissionais. “A brutalidade de hábitos tais como os trotes de qualquer ordem, ou quaisquer outros costumes arraigados desse tipo, é precursora imediata da violência nazista” (ADORNO, 1995 a, p. 128). Tolerar o autoritarismo e agressões no sistema educativo implica contribuir para a formação de indivíduos ressentidos e dotados de um superego rigoroso e exteriorizado. Consequentemente, a ideia de uma educação pautada no autoritarismo necessita ser repensada. “Por isto a dissolução de qualquer tipo de autoridade não esclarecida, principalmente na primeira infância, constitui um dos pressupostos mais importantes para uma desbarbarização” (ADORNO, 1995b, p. 167). Apesar das limitações à qual a escola está submetida, esse combate ao autoritarismo necessita ser repensado abrangendo também a família, visto que esta é produto de uma cultura autoritária. A formação de um superego estável dependerá de



uma educação pautada no princípio da transparência, momento em que a criança tenha consciência dos motivos pelos quais está sendo corrigida. Uma educação pautada simplesmente na violência e autoritarismo reforça a formação de um superego rígido e repressivo: “Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar e reprimir” (ADORNO, 1995a, p. 129).

Também a busca por educar os indivíduos para adaptá-los a um modelo econômico apenas contribui para perpetuação da barbárie, porque a educação acaba por se restringir a uma aquisição de conhecimento técnico e impossibilita os indivíduos de pensar sobre a transformação da realidade social em que sua atuação está envolvida. Por isso, considera que “A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo” (ADORNO, 1995d, p. 139). Ao pensar assim, ele assegura que, mesmo existindo uma ambiguidade no conceito de educação para a consciência e para a racionalidade e não sendo possível superá-la, não podemos desacreditar na possibilidade de uma educação para emancipação.

Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (ADORNO, 1995d, p. 141).

Para isso, em acordo com o núcleo temático dos teóricos da Escola de Frankfurt e os estudos desenvolvidos por Theodor Adorno, consideramos a necessidade de pensar a questão educacional formativa em íntima relação com uma reflexão teórica social, política e filosófica em busca de uma relação entre teoria e prática. Com base em uma reflexão sobre os mecanismos que induziram uma nação a Auschwitz, pensamos que uma formação da subjetividade autônoma por meio de uma educação e cultura nos padrões da irracionalidade de uma sociedade burguesa marcada pela ausência de uma crítica à própria formação social apenas fomenta a barbárie. Por esse motivo, concordamos com o filósofo quando pensa na possibilidade de alternativas históricas, tendo como base a emancipação de todos para se tornarem sujeitos refletidos na história.

Em face dos aspectos apresentados, é necessário que se rompa com uma perspectiva de educação que considere apenas a racionalidade instrumental para a adaptação dos indivíduos à eficiência de um sistema irracional que reprime e explora a natureza humana para a perpetuação dos objetivos próprios; que se insista em um modelo que considere o ser humano como um sujeito capaz de não só construir, mas também de transformar a realidade social em que está inserido e promover uma elaboração da história e o contato com o outro não idêntico, pensando a sociedade e a educação em seu devir. Por isso, com base em Adorno (1995c), precisamos considerar a educação em uma abordagem formativa e a reflexão educacional que constitui uma focalização político-social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou investigar a forma como a etologia e a sociobiologia concebem o fenômeno da agressividade, violência e barbárie humana, com o objetivo de analisar seus desdobramentos políticos e educacionais.

Trabalhamos com a hipótese de que há uma tendência, nesses campos, em reduzir biologicamente as causas da violência e da barbárie. De forma geral, as teorias de Konrad Lorenz e Edward O. Wilson corroboram nossa hipótese. Com base na análise que realizamos, percebemos que os autores, apoiados na teoria da origem das espécies por seleção natural postulada por Darwin, relacionam à natureza humana fenômenos que são social e historicamente construídos. Implicitamente os autores associam a violência irracional, principalmente aquela que está atrelada a ideologias políticas e econômicas, ao instinto agressivo de sobrevivência animal. Assim, eles concebem as guerras, o preconceito, a xenofobia e todas as formas de barbárie como produto da natureza humana. Para eles, esses instintos associados à sobrevivência – a emoção, sociabilidade, repetição rítmica, obediência às normas tradicionais e entusiasmo militante – são a causa de o ser humano ser induzido a defender os valores tradicionais da sociedade, bem como o leva irracionalmente à defesa e luta por uma causa política ou à guerra.

Portanto, a destrutibilidade estaria associada ao determinismo biológico. Os autores consideram que, primeiramente, são a mutação, o tempo e a seleção natural que podem ser a esperança de uma sociedade mais pacífica. Apesar de considerarem a cultura como um determinante das causas da violência, ela em si já seria um produto biológico. Diante dessas afirmações, eles consideram que a educação pode contribuir para a redução da violência irracional. No entanto, para eles, isso deve ocorrer por meio do materialismo científico, do estudo da natureza biológica humana e do ensino da biologia, pois é o que proporcionam, acima das ciências humanas, um conhecimento emancipador e, por isso, a esperança de compreender o comportamento humano, bem como os problemas sociais dele decorrentes, oferecendo a possibilidade de intervenções científicas, tais como uma eugenia para reduzir a violência.

Aqui ressaltamos que essas teorias, ao associarem a violência à natureza humana, concebem a barbárie como o produto de um instinto biológico e, por isso, tendem a amenizar as verdadeiras causas da destrutibilidade humana: o domínio do homem sobre o homem. Na atual conjuntura político-econômica mundial, em que se percebe uma clara ascensão de líderes de extrema direita, com ideologias político-econômicas de caráter fascista, assistimos à divulgação de ideias de cunho xenofóbico, preconceituoso e patriótico, inclusive no Brasil. Por isso, nossa preocupação é de essas teorias poderem gerar ainda mais impactos e contribuir para essas ideologias que tanto têm ameaçado os sistemas político-democráticos.

Considerando seus pressupostos teóricos, percebemos que essas teorias estão carregadas de uma ideologia político-econômica que tende a depositar sobre o indivíduo e sobre a natureza humana as consequências sociais e históricas de uma sociedade regida pelo domínio de classe. Portanto, considerando a forma como o darwinismo foi ideologicamente apropriado por políticas governamentais, pensamos no risco que essas teorias podem desencadear, ao associarem à natureza irracional humana consequências que são política e economicamente planejadas, tais como a guerra, a xenofobia, o preconceito e a intolerância política, econômica e religiosa.

Konrad Lorenz manifesta seu apoio a uma política de direita, bem como Edward O. Wilson deixa clara sua contrariedade a uma política de esquerda. Também a forma como concebem o estudo da sociedade e uso da ciência são típicos de uma racionalidade técnico-instrumental capitalista, a qual tende a ignorar os processos históricos por meio dos quais a sociedade se constitui. As justificativas dos dois autores são baseadas em teorias já defendidas por Thomas Malthus e reproduzidas por Sigmund Freud, isto é, que a possibilidade de uma sociedade pacífica e mais humana está longe de existir porque a natureza humana assim não permite. Com isso, torna-se claro que as teorias dos autores aqui analisados estão longe de assumir uma postura neutra.

Mediante as contribuições das atuais pesquisas sobre agressividade, percebemos que, de fato, agressividade e até mesmo a violência humana não surgiram com a propriedade privada. Elas fazem parte da história evolutiva do *Homo sapiens*. Também o meio social em que um indivíduo se desenvolve, embora não seja uma regra, contribui significativamente para a formação de uma personalidade violenta. Contudo, embasados nos filósofos da Teoria Crítica

da Sociedade, concluímos que, para além dessa agressividade como um produto de um instinto biológico para a sobrevivência, os estudos freudianos constataam que o ser humano é dotado de uma agressividade derivada da pulsão de morte. Para não destruir a si, os indivíduos tendem a agredir o outro. No entanto, os necessários limites à manifestação dos instintos e pulsões humanas impostos pelas regras sociais levam os indivíduos a internalizar suas pulsões, gerando ressentimento e mal-estar. Essa repressão, quando associada a um domínio ideológico, desencadeia patologias sociais, razão da dialética existente entre o processo de civilização e barbárie. Assim, fundamentados nos teóricos críticos, entendemos que, para compreender o ser humano, é necessário que se entenda que ele não perdeu totalmente os seus instintos. O ser humano é dotado de uma agressividade inconsciente que se manifesta em momentos propícios à liberação dessas pulsões, principalmente em movimentos de massa.

Contudo, reconhecer que o ser humano seja dotado de um instinto agressivo não quer dizer que sua agressividade seja a raiz da barbárie e da violência. Embora Adorno (1995b) se utilize dos termos agressividade e violência quando trata de retorno a um comportamento primitivo, fica claro que o primeiro trata de um comportamento natural e o segundo está atrelado à inserção do ser humano no mundo da cultura e da linguagem. Portanto, há uma violência necessária para a estruturação do sujeito e do bem-estar comum que está atrelada à cultura, também mediada pela escola. Contudo, há uma violência que diferencia da agressividade, quando se concebe a primeira como um resultado do domínio ideológico da natureza humana. O comportamento agressivo é regido por instinto e, portanto, é irracional. A violência relacionada ao domínio da natureza humana em prol de interesses de pequenos grupos é fruto de um planejamento racional. Essa violência que, para os biólogos, é tratada como um instinto inerente à natureza humana, para os teóricos críticos, ela é considerada como um sintoma de um sistema político-econômico, doente e irracional que, por ser pautado numa racionalidade técnico-instrumental, induz a sociedade ao não exercício da reflexão.

No capitalismo tardio, a semiformação, fruto de uma indústria de massa, apropria-se dos instintos mais primitivos do ser humano, tais como a sexualidade e agressividade, para exercer um domínio sobre o potencial humano de pensar. Por isso, esta sociedade, mesmo tendo atingido um elevado nível de civilidade e progresso, é induzida ao retrocesso de um comportamento selvagem e irracional, isto é, à barbárie. Reforçamos, portanto, que essa

violência irracional que caracteriza a barbárie, longe de ser apenas o produto de um instinto animal, é proveito de um processo de dominação ideológica, racionalmente planejada por uma classe social minoritária, que se apropria da educação, da técnica e da ciência, reprimindo os indivíduos por meio de uma cultura mercadológica que esvazia esses sujeitos de sua subjetividade e limita sua formação humana. Simultaneamente constitui a base da perpetuação e das injustiças sociais. Assim, o que, para a racionalidade técnico-científica, é tratado como um problema inerente à natureza humana, para a filosofia aqui adotada, trata-se de um sintoma de um sistema doentio.

Concluimos que, de fato, mesmo dotado da capacidade de pensar, o ser humano não é totalmente regido pela razão. Isso significa que a manipulação ideológica que o encaminha à barbárie também está relacionada a mecanismos subjetivos inconscientes. Por isso, consideramos importante não descartar o fato de que o ser humano também é natureza e nele existem resquícios filogenéticos que necessitam ser considerados; ele tende a se unir em um grupo e a obedecer aos valores deste, independentemente de esses valores serem regidos de ideias racionais ou não. Existem mecanismos psicológicos associados à manipulação das inconscientes pulsões humanas que são satisfeitas quando o ser humano está em movimentos de massa; as emoções fazem parte desse processo; a manipulação ideológica está diretamente ligada a esses mecanismos. Por esse motivo, consideramos que a conscientização dos mecanismos subjetivos associados à barbárie pode ser trabalhada por meio do processo educativo, conforme sugere Adorno (1995c).

As contribuições psicanalíticas nos ajudam a entender que a agressividade não deve ser eliminada do sujeito, mas também não necessita ser manifestada sob a forma de uma agressão efetiva. Primeiro, porque, por mais que a agressão efetiva – manifestada sob a forma de uma violência irracional – produza alívio imediato, os mecanismos psicológicos associados ao ressentimento produzido na primeira infância e pelas injustiças sociais permanecem, o que produz retorno constante da necessidade de se expurgar a agressividade. Segundo, porque, para a psicanálise, o ser humano conta com o recurso da linguagem por meio do qual ele pode ouvir a si mesmo e, ao se ouvir, traz à consciência as razões do ressentimento inconsciente. Terceiro, porque o ser humano também pode promover alívio à sua agressividade por meio da sublimação através do trabalho. Seja por meio da arte, da ciência, da luta política, a agressividade pode potencializar a sua luta contra o mal-estar. Aqui lembramos que, apesar de

a barbárie ser um ato de violência, nem sempre a violência significa barbárie. Quando os indivíduos, por meio de uma educação que os auxilia na reflexão sobre o passado e produz uma consciência crítica sobre os processos sociais, políticos e econômicos que lhes causam ressentimento, sua agressividade pode ser canalizada para fontes que reduzam o seu mal-estar, principalmente quando este é gerado pelas injustiças sociais que massacram a natureza humana.

Aqui se encontra a maior contribuição da filosofia e da educação para uma verdadeira compreensão dos problemas sociais decorrentes da ação humana. Reconhecemos que o ser humano, por ser dominado pelo sistema que ele mesmo criou, não é totalmente livre. Mas, ao contrário dos animais, que estão fadados às suas determinações biológicas, o homem que sabe constrói a própria história; por isso é capaz de transformá-la. Ele pode atingir sua autonomia, uma vez que – adotando aqui uma perspectiva marxista de pensar – a liberdade é uma conquista.

Essa agressividade é, portanto, inata, mas a forma violenta como se manifesta pode ser reorientada por meio do acesso a uma educação que propicie ao indivíduo a conscientização dos fatores que o reprimem. Para isso, é necessário que essa educação dê acesso às ferramentas que possibilitem que essa expressão, por meio da arte, ciência, cultura, seja expurgada. Evidentemente, é importante ressaltar que a educação sozinha não é suficiente para mudar o quadro de violência, uma vez que a ela também estão associados outros fatores objetivos (política, economia, cultura). Diante de um processo educativo, cujo objetivo é a adaptação dos indivíduos a um mercado de trabalho mediante uma formação técnico-instrumental, torna-se difícil para os indivíduos, principalmente jovens, reorientar sua agressividade para um trabalho que produza transformações em sua vida, muito menos na sociedade. Assim, muitas vezes o que lhes resta são soluções imediatas de procurar fazer justiça com as próprias mãos. Pensar na possibilidade de redução da violência irracional por meio da reorientação da agressividade requer que seja pensada uma educação que considere uma formação pautada em uma consciência crítica das motivações sociais por que os indivíduos devem lutar, isto é, contra a violência de um sistema político-econômico que gere a desigualdade social mediante a exploração da classe que vive do trabalho. Isso significa que essa luta deve ser contínua na espécie humana, não para a adaptação, mas para a superação dessa sociedade regida pelo domínio de classes.

Para isso, necessita-se combater qualquer forma de naturalizar a barbárie, seja por meio de um reducionismo biológico, psicológico, social. É conveniente ressaltarmos também que, pior do que a naturalização da barbárie por intermédio de qualquer desses reducionismos, é aquela naturalização que acontece quando a sociedade a aceita sem contestações.

Diante do bárbaro momento político-econômico que o mundo tem vivido, concluímos este trabalho com trechos do último discurso de Chaplin do filme *O grande Ditador* (1940), parte do qual foi citado em nossa epígrafe:

No décimo sétimo capítulo de São Lucas é escrito que o Reino de Deus está dentro do homem – não de um só homem ou um grupo de homens, mas dos homens todos! Está em vós! Vós, o povo, tendes o poder – o poder de criar máquinas. O poder de criar felicidade! Vós, o povo, tendes o poder de tornar esta vida livre e bela, de fazê-la uma aventura maravilhosa. Portanto – em nome da democracia – usemos desse poder, unamo-nos todos nós. Lutemos por um mundo novo. Um mundo bom que a todos assegure o ensejo de trabalho, que dê futuro à mocidade e segurança à velhice. É pela promessa de tais coisas que desalmados têm subido ao poder. Mas, só mistificam! Não cumprem o que prometem. Jamais o cumprirão! Os ditadores liberam-se, porém escravizam o povo. Lutemos agora para libertar o mundo, abater as fronteiras nacionais, dar fim à ganância, ao ódio e à prepotência.

Por último, reconhecemos que a conclusão deste trabalho não significa o esgotamento das possibilidades de pesquisa que esta temática requer. Novas frentes de investigação poderão ajudar no entendimento e na construção desse conhecimento novo. A justificativa para a realização desta pesquisa foi baseada na preocupação que se tem do impacto dessas teorias científicas no meio acadêmico e social, assim como ocorreu com o darwinismo. Em nossa revisão de literatura, vimos que a teoria de Konrad Lorenz sobre agressividade é utilizada em pesquisas no campo da educação. Edward O. Wilson, atualmente com 88 anos de idade, ainda concede entrevistas em meios populares de divulgação científica, tais como as revistas *Superinteressante* e *Época*. Isso significa que, por mais que essas teorias sobre comportamento humano ainda não tenham atingido um *status* científico, sua divulgação popular e o uso no meio acadêmico podem trazer grandes impactos para a sociedade, principalmente pelos riscos sociais que apresentam ao sugerirem intervenções técnicas, tais como a eugenia como a solução para violência. Assim, pesquisas futuras poderão dar-nos maior esclarecimento acerca da influência dessas teorias.



## REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. **O princípio da cooperação**: em busca de uma nova racionalidade. 2.ed. São Paulo:Paulus, 2002.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a.

\_\_\_\_\_. A educação contra a barbárie. In: **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b.

\_\_\_\_\_. O que significa elaborar o passado. In: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995c.

\_\_\_\_\_. Educação para quê. In: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995d.

\_\_\_\_\_. Tabus acerca do magistério. In: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995e.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Unesp, 2015.

\_\_\_\_\_. Teoria da Semicultura. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. In: **Educação e Sociedade**, ano 7, n. 56, Campinas, dez. 1996. p. 388-411.

\_\_\_\_\_. Gesammelte Schriften, Band 8. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972-80. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. In: **Educação e Sociedade**, ano 17, n. 56, dez. 1996. p. 388-411.

\_\_\_\_\_. **Notas marginais sobre teoria e práxis**. Palavras e sinais – modelos críticos 2. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 202-229.

ALMEIDA, Hermano José Falconi. **Agressividade e violência em Hobbes e Rousseau**: Etologia, genes e ambiente. 2010. 228 f. Tese (Doutorado em filosofia) – Programa Integrado de Doutorado em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010. Disponível em: <[http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/5691?locale=pt\\_BR](http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/5691?locale=pt_BR)>. Acesso em: 4out. 2015.

AMORIM, Cloves Antonio de Amissis. **Estudos sobre bullying em dissertações e teses brasileiras no período de 2000 a 2009**. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2441](http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2441)>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BASSANI, Jaison José; VAZ, Alexandre Fernandez. Sobre o domínio da natureza na filosofia da história de Theodor W. Adorno: uma questão para a educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 46, v. 16, Rio de Janeiro, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a02.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.

BOCK, Kenneth. **Natureza humana e história**: Uma réplica à sociobiologia. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Reflexões sobre o processo civilizador e o controle dos impulsos. In: Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, **Anais eletrônicos**, n.17, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/internas/ver/reunioes-anuais>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CARVALHO NETO, Marcus Mendes de et al. O projeto genoma humano e os perigos do determinismo reducionista biológico na explicação do comportamento: Uma análise behaviorista radical. **Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva**. v. 1, 2003. p. 41-56.

CHELLAPPA, Sathyabama; HUNTINGFORD, Felicity Ann. **Agressão in Comportamento animal**. (Org.) YAMAMOTO, Maria Emília; VOLPATO, Gilson Luiz. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

COSTA, Ana; BONFIN, Flávia. Um percurso sobre o falo na psicanálise: primazia, querela, significante e objeto *a*. **Ágora**, n. 2, v. 17, Rio de Janeiro 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982014000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982014000200005)>. Acesso em: 29 nov. 2016.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies por meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza**. Tradução de Mesquita Paul. Porto: Lello & Irmão, 2003.

\_\_\_\_\_. **Autobiografia**: Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

\_\_\_\_\_. **A origem do homem e a seleção sexual**. Tradução de Attilio Cancian e Eduardo Nenes Fonseca. São Paulo: Hemus, 1974.

DIAMOND, Jared. **O terceiro chimpanzé**. São Paulo: Record, 2010.

DUARTE, Newton. **Conhecimento Tácito e Conhecimento Escolar na Formação do Professor (por que Donald Schön não entendeu Luria)**. Arte, conhecimento e paixão na formação humana: sete ensaios da pedagogia histórico-crítica educação e sociedade. Campinas: [s.e.], 2010.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Apresentação à edição brasileira in **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Unesp, 2015.

FANTE, Cléo. **Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas-SP: Verus, 2015.

FERRARI, Ilka Franco. Agressividade e violência. **Psicologia clínica**, n. 2 v. 18, Rio de Janeiro, 2006. p. 49-62.

FERRARO, JoeniaRicarte. **Indústria cultural e educação**: o YouTube como espaço de manifestação e mediação das tensões na escola. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado acadêmico em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012. Disponível em: <[http://www.bdtf.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5905](http://www.bdtf.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5905)>. Acesso em: 15 ago. 2015.

FLORES, Renato Zamora. A biologia na violência. **Ciência & Saúde Coletiva**. n. 1, v. 7, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232002000100019>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

FRANCIS, Richard. **Epigenética**: como a ciência está revolucionando o que sabemos sobre hereditariedade. Tradução de Ivan WeiszKuck. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

FREITAS, Eliane Gonçalves de; NISHIDA, Silvia Mitiko. Métodos de estudo do comportamento animal. In: **Comportamento animal**, (Org.) YAMAMOTO, Maria Emília; VOLPATO, Gilson Luiz. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

\_\_\_\_\_. **Psicologia de Grupo e a Análise do Ego**. Tradução de J. Salomão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v.XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

\_\_\_\_\_. **Os instintos e suas vicissitudes**. Tradução de J. Salomão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

\_\_\_\_\_. **Sobre o narcisismo**: uma introdução. Tradução de J. Salomão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

\_\_\_\_\_. **Por que a guerra?** Tradução de J. Salomão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996d.

\_\_\_\_\_. **A interpretação dos sonhos**. Tradução de J. Salomão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v.XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996e.

FROMM, Erich. **Anatomia da destrutividade humana**. Tradução de Marco Aurélio de Moura. Matos. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

GALVÊAS, Ernane. Apresentação. Ensaio sobre a população. Tradução de Antonio Alves Cury. In: GALVEAS, Ernane (Org.). **Os economistas – Malthus**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

GAUER, Guilhermano. Fatores biológicos associados à conduta agressiva. In: GAUER, Guilhermano. **Agressividade uma leitura biopsicossocial**. Curitiba: Juruá: 2001. p. 11-37.

GLUCKSMANN, André. **O discurso do ódio**. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

GÓES, Valeria Maria Soares Silva de. **Reflexão sobre agressividade, violência e bullying na escola**: perspectivas de contribuição das práticas corporais cooperativas. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/14541>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HUENE, Leda Miranda (Org.); FRANKLIN, Treinet al. **Profetas da modernidade**: Século XIX: Hegel, Marx, Nietzsche e Comte. Rio de Janeiro: UAPESSEAF, 1995.

JAY, Martin. **A imaginação dialética**: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

JERES, Xerús R. **Educar para a paz em tempos difíceis**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

JOHNSON, Paul. **Darwin**: retrato de um gênio. Tradução de Rodrigo Peixoto. Rio de Janeiro: Ediouro, 2013.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco CockFontanella. 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

KOEHME, Rainer. A psicanálise revisada. In: **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaïne Freitas. São Paulo: Unesp, 2015.

KRISTENSEN, Christian Haag. Fatores etiológicos da agressão física: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia**, n. 1, v. 8, Natal. Jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100020>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. **Vocabulário de psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LESTEL, Dominique. **As origens animais da cultura**. Tradução de Maria João Batalha. Lisboa: Piaget Editora, 2006.

LEVISKY, David Léo. Uma gota de esperança. In: ALMEIDA, M. G. B. (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LOUREIRO, Robson. **A dialética civilização e barbárie**: considerações a partir do conceito de trabalho. Vitória: Nepefil/CE/Ufes, 2015.

LOUREIRO, Robson. Aversão à teoria e indigência da prática: crítica a partir da filosofia de Adorno. **Educação e Sociedade**. Campinas, n. 99, v. 28, maio/ago. 2007. p. 522-541. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

LORENZ, Konrad. **Agressão**: Uma história natural do mal. Tradução de Maria Isabel Tamen. Lisboa: Mores editores, 1974.

\_\_\_\_\_. **Os fundamentos da etologia**. Tradução de Pedro Mello Cruz e Carlos C. Alberts. São Paulo: Unesp, 1981.

LORENZ, Konrad. Prefácio. In: DARWIN, Charles. **A expressão das emoções no homem e nos animais**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 8-10.

MAAR, Wolfgang Leo. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995e.

MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a população. Tradução de Antonio Alves Cury. In: GALVEAS, Ernane (Org.). **Os economistas** – Malthus. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução de Álvaro Cabral. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MARTINS, Eduardo de Carvalho. **Ontogênese e filogênese em Freud**. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000928376>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MAUDSLEY, Henry. In: DARWIN, Charles. **A expressão das emoções no homem e nos animais**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 208.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, n. 1, v. 14, 2001.p. 7-25. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37414102>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OLIVEIRA, Fabricio Costa de. **Relações entre desenvolvimento moral, percepção da manifestação de condutas agressivas e estilos de resolução de conflitos em crianças e adolescentes**. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho. Marília, 2012. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/Educacao/Dissertacoes/oliveira\\_fc\\_me\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/Educacao/Dissertacoes/oliveira_fc_me_mar.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2012.

PUCCI, Bruno. **Educação contra a barbárie**. Disponível em: <<http://www.unimep.br/~bpucci/educacao-contra-a-barbarie.pdf>>. Acesso em: 4jan. 2017.

QUEIRÓS, Cristina. A importância das abordagens biológicas no estudo do crime. **Revista do ministério público**, v. 18, Lisboa, 1997. p. 37-53.

RIDLEY, Mark. **Evolução**. Tradução de Henrique Ferreira, Luciane Passaglia, RivoFiscer. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Teoria crítica e psicanálise**. Ceará: Tempo Brasileiro, 1983.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A parte obscura de Nós mesmos**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

RUSE, Michael. **Sociobiologia**: senso ou contra-senso? Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

RUSSEL, B. **História da Filosofia Ocidental**. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SACARRÃO, Germano da Fonseca. **Biologia e sociedade**: crítica da razão dogmática. v. 1. Lisboa: Europa América, 1989.

SAMULSK, D. **Psicologia do esporte**. Barueri: Manole, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2003.

SEVERO, Susana da Silva Goncalves. **A violência e o contexto escolar**: um estudo das escolas em ponta grossa. 2015. 194 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://tede.utp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=394](http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=394)> Acesso em: 15 ago. 2015.

SILVA, ElilianBasilio. **Representações sociais de professores sobre escolas com violência e sem violência em Teresina**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em educação da Fundação Universidade Federal Do Piauí. Teresina, 2011. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/DISSERT%20ELILIAN.PDF>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

VILELA, Rita Maria Teixeira. Teoria crítica e pesquisa: Metodologia hermenêutica objetiva na investigação da escola contemporânea. In: **Teoria crítica e inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores associados, 2010. p. 135-139.

VOLPATO, Gilson Luiz. Ciência e comportamento animal. In: **Comportamento animal**. (Org.) YAMAMOTO, Maria Emília; VOLPATO, Gilson Luiz. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

WILSON, Edward O. **Da natureza humana**. Tradução de Geraldo Florsheim e Eduardo D'Ambrosio. T. A Queirós. São Paulo: [s.e.], 1981.